

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA – USS

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenadoria do Programa de Mestrado em História**

**VOZES AFRO-CAXIENSES: ECOS POLÍTICO–CULTURAIS DOS
MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NEGRA EM DUQUE DE
CAXIAS (1949–1968)**

Sandra Godinho Maggesi Pereira

**VASSOURAS
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA – USS

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenadoria do Programa de Mestrado em História**

**VOZES AFRO-CAXIENSES: ECOS POLÍTICO–CULTURAIS DOS
MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NEGRA EM DUQUE DE
CAXIAS (1949–1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em História Social da
Universidade Severino Sombra – USS –
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre

Mestranda: Sandra Godinho Maggesi
Pereira

Orientador: Professor Doutor José Jorge
Siqueira

VASSOURAS

2006

**VOZES AFRO-CAXIENSES: ECOS POLÍTICO-CULTURAIS DOS
MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NEGRA EM DUQUE DE
CAXIAS (1949-1968)**

Sandra Godinho Maggessi Pereira

Banca Examinadora:

Professor Doutor José Jorge Siqueira – Orientador

Professora Doutora Surama Conde Sá Pinto – 1ª Examinadora

Professora Doutora Patrícia Santos Schermann – 2ª Examinadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A escolha desse tema	1
2 A região	5
3 O percurso da pesquisa	7
CAPÍTULO 1 – ENTIDADES NEGRAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO PLANO LOCAL E NACIONAL: A QUESTÃO POLÍTICA	10
1.1 Movimento Negro em auto-confronto: definições e problemas	12
1.2 Cultura e resistência: movimentos de conciliação e de enfrentamento	15
1.3 A travessia: veredas	36
CAPÍTULO 2 – NEGROS DOUTORES, FILÓSOFOS, CONTRAVENTORES: CAXIAS, CIDADE ABERTA	38
2.1 Os agentes e os seus modos de atuação	46
2.1.1 A cultura política e a sociedade política: relações e produções para a militância dos afro-caxienses	52
2.2 Sociedade em pleno mergulho da “democracia racial”	73
2.3 As propostas e as esferas para se estabelecer acordos políticos: o projeto trabalhista e o discurso populista frente aos militantes negros	81
2.4 O objeto, sua abordagem e sua escrita	99
CAPÍTULO 3 – UMA TOCA DA HIDRA, CELEIRO DE TENÓRIOS: AS ENTIDADES NEGRAS EM FACE DAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS EM DUQUE DE CAXIAS	104
3.1 Uma região em transição entre o rural e o urbano	107
3.2 O ambiente político, os partidos e as correntes políticas em Caxias: demandas	113
3.3 Os espaços societários e os núcleos de resistência cultural	118
3.4 As lideranças negras locais em Duque de Caxias: vozes ecoando na esfera política – Centro Cultural José do Patrocínio e União Cultural dos Homens de Cor	126
CAPÍTULO 4 – FALATÓRIO DE IDENTIDADES TRAJETÓRIAS E CONFLITOS NO CCJP E NA UHC	151
4.1 O dito e o não-dito: lideranças afro-caxienses e militância política	157
4.2 Memória e memórias orais: construções e lugares	164
4.3 História Oral e memória: todos podem ser atores e narradores	173
CONCLUSÃO	186
FONTES E BIBLIOGRAFIA	191
FONTES	191
Manuscritas	191
Impressas	191
Entrevistas	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
BIBLIOGRAFIA CITADA	193
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	196
ANEXOS	199

RESUMO

Trata-se do estudo dos caminhos traçados por entidades do movimento negro em Duque de Caxias, entre o final dos anos 1940 e o final dos anos 1960, na busca de inserção e reconhecimento no plano sociopolítico em âmbito regional. O debate aqui estabelecido está relacionado com as demandas do movimento negro nacional e, direta ou indiretamente, também internacional. Os marcos temporais adotados foram 1949 e 1968. Em 1949 surgem a União dos Homens de Cor, suas seções ou congêneres estaduais, e o Centro Cultural José do Patrocínio, entidade municipal. Já 1968 assinala o começo do cerceamento mais agudo das chamadas liberdades democráticas, com a imposição do Ato Institucional nº 5 pela Junta Militar que assumira o governo do país com a doença do general presidente Costa e Silva. A escolha dessas agremiações – UHC e CCJP – se deve às características específicas do projeto de cada uma para o atendimento do que acreditavam ser as demandas da comunidade afrodescendente. A UHC se propunha a formar quadros políticos para participar dos processos eleitorais. Nesse sentido, orientava seus membros para que atuassem ativamente nos espaços disponíveis dentro e fora dos partidos políticos. O CCJP proporcionava apoio jurídico, estimulando a alfabetização e o interesse pelo estudo, por exemplo, como forma de facilitar a ascensão social.

ABSTRACT

Treat it of the study of the trace roads for black people movement in Duque de Caxias, between the ends of the 1940 to 1960 decades, searching insertion and acknowledgment in social and politic plans in regional sense. This debate here established with the demands of black people movement and, straight forwards or not, international too. The time marks used gone 1948 and 1968. In 1949, the União dos Homens de Cor, your state sections or congenerous, and the Centro Cultural José do Patrocínio, municipal entity. Already 1968 mark the beginning of cutting short more strong of the called democratic freedoms, with the imposition of the Institutional Act n°5 for Military Joint which has assumed the government of country with the disease of the president general Costa e Silva. The choice of these associations – UHC and CCJP- has it the specific characteristics of the project of each one for the attendment of which believed to be the demands of the afrodescendant community. The UHC propose it to form political pictures to give notice of the electoral processes. In fact, the UHC members were oriented to which acted activement in the disposable spaces inside and out of the politic parties. The CCJP furnished juridical ground, stimulating the alphabetization and the interest for study, for example, how manner of make easy the social ascension.

DEDICATÓRIA

Às minhas matrizes fundamentais da
afrodescendência, Nair Capistrano Silva e José Gomes de Barros.

A Odemir, Capi, aquele que está sempre comigo, o homem da
palavra e da poesia.

À Carolina, Gabriel e Sofia os cavaleiros que carregam a alegria e
os sonhos.

Aos meus pais que me ensinaram a ser feijão e a ser sonho.

AGRADECIMENTOS

Toda criação nasce de muito suor, inspiração, troca e aprendizado. Desde os meus primeiros momentos de encontro com a História até o desenrolar do percurso no Mestrado, contei com múltiplos apoios que foram preciosos e profundamente enriquecedores. A atenção, o apoio e a dedicação que encontrei, desde o contato inicial, na pessoa do professor José Jorge Siqueira, que assumiu a orientação da minha pesquisa, sua argumentação, seus comentários precisos me foram de grande valia pessoal e de crescimento acadêmico.

A toda a coordenação e ao corpo docente do Programa de Mestrado, em especial à professora Maria Philomena Gebran, por sua docilidade e sabedoria, fica a gratidão por me ouvir e me auxiliar em momentos de dificuldade, garantindo minha permanência no programa.

Aos funcionários da secretaria, em especial a Carolina Goulart de Souza, Carol, por estar sempre atenta às minhas dúvidas e pronta a dar respostas a elas, a Osana das Graças Gonçalves Salles, que, embora esteja agora longe, tem um lugar especial na história deste trabalho. Faço questão também de mencionar o carinho e o espírito cooperativo da bibliotecária Adriana Brandenburger de Souza Leal, cuja cativante simpatia tornou um pouco menos árdua a minha tarefa.

À professora Maria Yedda Linhares, com quem tive o prazer de conviver durante as aulas e nas conversas intermináveis no ônibus quando retornávamos ao Rio, minha comovida homenagem. Tantas histórias de vida e do Brasil se misturavam na fala daquela que é a História em pessoa.

À professora Marly Vianna, com quem dei os primeiros passos na construção de minha pesquisa.

À professora e querida amiga Patrícia Santos, pelas profundas discussões e pelo apoio inestimável.

Aos amigos do Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto da Câmara Municipal de Duque de Caxias, especialmente a Tânia Amaro, pela força e apoio incondicional e sem o que esta pesquisa não teria sido possível. Aos queridos

companheiros do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense, com quem compartilho sonhos e ofícios da História: Raquel, Diarlane e Rodrigo. Fico grata igualmente aos companheiros da Associação dos Amigos do Instituto Histórico, notadamente Manoel Mathias Tibúrcio, a quem devo algumas horas de bem-humorados papos e diligentes esforços no atendimento, e Rogério Torres, o incansável colaborador de todos os que se dedicam à pesquisa histórica na Baixada Fluminense.

A todos os professores do departamento de História da FEUDUC, com quem partilho a cada dia as agruras e as delícias do trabalho de ensinar e produzir História. Destaco, aqui, os amigos Antônio Augusto Braz, Alexandre Marques e Jeanne Cordeiro, companheiros de afeto e de batalhas.

A Elisabeth Silva de Oliveira, amiga e irmã, guerreira com quem aprendo cotidianamente a arte da superação e de viver. A Luciene, que comigo dividiu seu conhecimento e sua afrodescendência.

Às amigas e aos queridos amigos de sempre em meu coração: Maria Beatriz Colapietro, Rosa Kamliot, Buda Borges (uma voz afro-caxiense), Ana Maria, Renata, Carlos César, Clarita Mitiko, Maria de Fátima, Peninha Machado, Clóvis Grüner, Giuseppe e o mano Júlio Cezar.

A Ciréia e Gina, minhas matrizes culturais místicas afrodescendentes.

HOMENAGEM

A todas a vozes afro-caxienses, as que se calaram e aquelas que continuam a ecoar.

QUATRO CRIoulos (Elton Medeiros/Joacyr Santana)

“São quatro crioulos inteligentes
Rapazes muito decentes
De fazer inveja a muita gente
Muito bem empregados
Numa secretaria
Educados e diplomados em Filosofia
E quando chega fevereiro
Ver os crioulos no terreiro
É sensacional
No dia de carnaval
São figuras de destaque
No desfile principal”

INTRODUÇÃO

1. A escolha desse tema

Desde a graduação venho realizando estudos acerca da questão do negro, observando os graus e as formas de escravidão postos em prática no Sul do país durante a colonização de Santa Catarina, segundo um modelo que não previa o trabalho escravo.

Ao final de minha graduação em Santa Catarina, retornei ao Rio de Janeiro com o firme propósito de continuar os estudos de temáticas no âmbito da História Local e Regional. Foi quando cheguei em Duque de Caxias, retomando o contato com a cidade através de uma pesquisa para mapear todos os indícios de referenciais, pessoas, entidades e acervos sobre a história do negro pós-abolição para organizar o Guia Brasileiro de Fontes para a História do Negro na Sociedade Atual¹. Quase que ao mesmo tempo em que trabalhava na pesquisa, mudei-me para o município, onde procurei um núcleo de pesquisas e discussões sobre história local, a fim de analisar as formas de organização e luta dos afrodescendentes. Assim, encontrei um núcleo de professores de História que realizavam esse trabalho, não restrito apenas à produção de pesquisas, mas também a uma prática de levar essa discussão para junto da sociedade local e acadêmica no seu cotidiano de sala de aula, estimulando o interesse pelo estudo do município e de toda a Baixada Fluminense.

O espaço de concentração desses pesquisadores era o curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias – FEUDUC –, responsável pela formação acadêmica de todos os membros. A militância desse grupo de professores resultou na composição de uma entidade que abrigava os interesses de produção de pesquisas, formação de historiadores, introdução do debate sobre a história local nas escolas, estímulo ao diálogo com a sociedade local através de exposições, palestras, a publicação de uma revista e a promoção de eventos. A trajetória desses militantes da História guarda, de certa forma, paralelo com a dos integrantes da Escola dos Annales, considerando que esses e aqueles têm em comum a atuação inicial na periferia dos centros acadêmicos mais renomados e a preocupação em valorizar o que se produz localmente. Isto é: analogamente ao que os estudiosos dos Annales representaram e representam para a historiografia francesa, modestamente esses

¹ Guia Brasileiro de Fontes para a História do Negro na Sociedade Atual, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1999.

aprendizes de historiador poderiam representar para a historiografia da Baixada Fluminense. Os periféricos seriam os produtores de uma história forjada no interior da sua própria região, levando ao seu reconhecimento ante os mesmos centros do saber já mencionados. Esse elenco de estudiosos fundou em 1992 fundou a Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense–APPH-CLIO, por onde mais tarde passei e encontrei bons parceiros para discussões e militância por esse domínio da História que localiza suas temáticas no espaço local e regional. Esse gosto e aprendizado aliás foi construído ao longo de minha graduação na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE –, em Santa Catarina, durante o estudo sobre o confronto entre povos nativos e colonos europeus na segunda metade do século XIX. Em toda a minha graduação, realizei estudos que me ligaram visceralmente ao estudo desse campo histórico, que adota como critério de análise a abordagem do campo de observação da História Local e Regional.

Hoje, integrando uma equipe de professores e pesquisadores no Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense–CEMPEDUCH-BF, nos ocupamos da coleta de todo tipo de documentação que se remeta à História da Baixada Fluminense. Do acervo fazem parte: teses, dissertações, monografias, folhetos, revistas, jornais, entrevistas, fotografias, mapas e fôlderes. As monografias são em grande parte produzidas pelos alunos da graduação da FEUDUC a partir da orientação e do estímulo que representa a militância do corpo docente dessa instituição no sentido de que cada um partilhe da produção da história do seu local de origem, atuação ou moradia.

O estudo da História Local e Regional propõe como tarefa fundamental problematizar fenômenos construídos num âmbito mais particular, preenchendo lacunas da história de âmbito nacional e estabelecendo as pontes temporais entre esses dois espaços. Nesse caso, se inclui o interesse pelo estudo do problema do preconceito de cor e da discriminação das camadas sociais tidas como “classes perigosas”, o que sempre esteve presente nas minhas preocupações.

Durante a realização da pesquisa patrocinada pela UNESCO e orientada pelo Arquivo Histórico Nacional para a elaboração do “Guia Brasileiro de Fontes para a História do Negro na Sociedade Atual”, observou-se a existência de um número apreciável de entidades do movimento negro situadas no município de Duque de

Caxias. Muitas delas permanecem em atividade; outras, não. Ao mesmo tempo, evidenciou-se o caráter cíclico de atuação dessas entidades. Por que muitas delas permaneceram em atividade e outras não? Como isso ocorreu?

Por ocasião desse levantamento, constatei a existência principalmente de entidades que se organizaram atuando ao longo da década de 1980, momento da redemocratização do país e da comemoração dos 100 anos de Abolição. Quando cheguei em Caxias para localizar mais entidades e coletar dados sobre elas, durante as entrevistas com os seus militantes ficou patente a preocupação com o registro dessas memórias, bem como o interesse pela valorização dessas culturas e pela celebração de sua história e de seus heróis. Com o fito de saudar e comemorar o dia consagrado à consciência negra, a Secretaria Municipal de Cultura e entidades do movimento negro local haviam erguido um busto representando Zumbi dos Palmares, mais tarde substituído por um estátua em bronze de corpo inteiro. Instituiu-se a Semana da Consciência Negra, na qual se incluem várias manifestações da cultura afro-brasileira – rodas de capoeira, danças, etc –, além de representação teatral, palestras, vídeos, e outros. Um dos pontos altos da festa é a cerimônia da lavagem de estátua de Zumbi, sob os cuidados das lideranças das entidades negras, especialmente o grupo Afro-Cultural Ojuobá-Axé.

Monumentos e lugares de memória vem sendo erigidos nas últimas décadas inclusive com apoio em dois mandatos do vereador José Zumba, negro, identificado com a causa e conduzido à Câmara em especial por sua atuação nos movimentos de bairros, nas comunidades eclesiais de base. Esse presente acabou me remetendo a um passado próximo, uma vez que quando comecei a montagem do quebra-cabeça do movimento negro em Duque de Caxias, soube da existência das primeiras entidades de movimento negro local, num passado próximo entre o final da década de 1940 e 1950. Esse encontro me apresenta um desvio, um retorno a esse passado e ao mesmo tempo a uma prisão e a um problema que precisava ser resolvido. A partir daquele momento não arredaria mais pé daquela busca, era preciso desvendar esse objeto que se tornou um tesouro raro. Apesar do passado próximo, e tendo ainda vivos alguns de seus militantes, o acesso a eles e às outras fontes escritas, ainda mais raras, era tarefa extremamente difícil e complexa. Na sua busca havia negação, desaparecimento e destruição no caminho, afora o fato de que encontrar seus vestígios e

com quem falar se mostrava uma tarefa bastante complexa. Entre aqueles poucos que pude encontrar que militaram no movimento, a maioria não estava receptiva a falar sobre sua relação com a cultura negra, sua militância e ainda a sua participação na União Cultural Brasileira dos Homens de Cor, a primeira localizada e registrada oralmente e na literatura local.

Depois de caminhar por cartórios na Baixada, em Niterói, por redações de jornais, por arquivos públicos, bibliotecas, museus, organizações do movimento negro de âmbito nacional, e após falar e tentar falar com algumas lideranças, pude encontrar José Gomes de Barros, que fora fundador não só da União dos Homens de Cor, mas também de outra agremiação, o Centro Cultural José do Patrocínio, apresentado pelo mesmo José Gomes durante entrevista que me concedeu, expondo as tentativas feitas e as ações integradas de militantes e lideranças pela luta de ascensão do negro pelo embate político e cultural. Estava assim definido o norte da pesquisa e ampliado o seu objeto de estudo.

A partir daí a rede foi começando a se tecer. As memórias orais e documentos como o estatuto do CCJP, doação de José Gomes à pesquisa, além de nomes de militantes, problemas objetivos e atividades desses movimentos começam a emergir no contexto social. As estratégias concebidas no movimento por suas lideranças, com o firmar de acordos e a preparação para os embates, remetem esse período movimento negro a um passado histórico de lutas das hidras de Iguaçu e suas inúmeras cabeças, a quais, nos anos 1950, formaram, por sua vez, cabeças de lideranças negras na região.

Estava de novo diante de um velho problema: um tema que apresentasse a discussão sobre as trajetórias dos afrodescendentes e suas estratégias de vida frente a um dominador. Outra vez a negação da existência de um movimento negro que traçou formas de luta muito particulares, mas que estavam em perfeita conexão com o movimento negro regional e nacional, sobretudo se pensarmos na União dos Homens de Cor, associação ramificada por todo o país e cujo objetivo era a ascensão social do negro via não só a escolarização, a assistência social, mas especialmente pela participação na política partidária e pela ocupação de espaços em agremiações assemelhadas.

O debate sobre a constituição de organizações negras com o objetivo de construir espaços de entendimento e luta no plano sociopolítico contra a exclusão do negro duque-caxiense, reivindicando sua participação na sociedade brasileira, não está presente na literatura historiográfica. A escolha deste tema, o estudo de duas organizações do movimento negro em Duque de Caxias, o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural Brasileira dos Homens de Cor, no período compreendido entre 1949 e 1968, pode contribuir com novos elementos para a discussão da problemática negra na sociedade atual. Nas propostas dessas entidades, estão presentes os ideais de construção e valorização do patrimônio cultural e social afrodescendente, a começar principalmente pelos espaços em que segmentos negros pudessem atuar, engrandecendo sua capacidade de realização e elevando sua auto-estima.

Uma cidade que comporta considerável contingente negro (Ver Anexo 1) é o lugar privilegiado para se travar essa discussão. Analisar como se organizaram e se orientaram os contingentes de população negra em Caxias, pode ser a maneira de compreender sua alegada marginalização, as dimensões e limites do preconceito de cor e da discriminação (social e de classe).

2 A região

Esse estudo tem como foco espacial o município de Duque de Caxias dentro da Baixada Fluminense. A proposta de análise se encaminha pelo domínio da História Local e Regional e pela noção que se indica aqui de região. A história da formação da Baixada Fluminense remete a um passado histórico de organização espacial e política com o estabelecimento de freguesias e paróquias. Da Vila de Iguaçu, a região-mãe, ao grande município de Nova Iguaçu e à separação de filhos, os municípios da Baixada Fluminense.

“Os movimentos de emancipação municipal (com desmembramento do município-mãe), particularmente fortes entre 1890 e 1895 e 1985 e 1994, tomam regularmente como base de suas cartas os antigos distritos municipais, ou seja, velhas freguesias e paróquias. Desta forma, mesmo face a um constante movimento de fragmentação dos grandes

municípios, permanece uma certa continuidade histórica, no mais das vezes remontando ao período colonial.”²

No caso da Baixada Fluminense, o final dos anos 1940 e a década de 1950 são fundamentais para a separação da região. Para os autores desse estudo, entende-se que

“a região não se impunha previamente como um recorte que delimitasse e definisse o campo de ação do pesquisador. Na verdade, o recorte da região constituía-se agora em um dos objetivos da pesquisa. Ao fim e ao cabo do seu trabalho, o historiador deveria ser capaz de revelar a dimensão regional de sua pesquisa, corrigir ou reafirmar pretensões iniciais e desvendar conexões até então não pensadas”³

É então, por esta perspectiva, que o historiador deve, ele mesmo, recortar ou construir o que entende por região, o seu âmbito de alcance e realização. Nesse caso, fala-se de Duque de Caxias, um dos vários municípios que compõem a Baixada Fluminense. Entende-se como baixada uma região de terras baixas, planícies, ou, segundo o dicionário do Aurélio, “uma planície entre montanhas”. Em termos geográficos, define-se Baixada Fluminense como “região de planícies que se estendem entre o litoral da serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo Norte, até o de Itaguaí, próximo à cidade do Rio de Janeiro”⁴ Em outra visão geográfica, a Baixada Fluminense é denominada Recôncavo Guanabará, vinculado à região localizada em volta da Baía de Guanabara, partindo de Cachoeira de Macacu até Itaguaí⁵

No período estudado pela pesquisa, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), para estabelecer a composição geográfico-espacial da Baixada Fluminense, considerou os seguintes itens: o nível de urbanização, o grau de violência, o índice populacional, registrando a Baixada como Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO). A partir desses critérios de observação,

² Maria Yedda L. Linhares e Francisco Carlos Teixeira da SILVA, “Região e História Agrária”, In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995 (p. 17-26). p. 22.

³ Maria Yedda L. LINHARES e Francisco Carlos Teixeira da SILVA, “Região e História Agrária”, p. 25.

⁴ Pedro Pinchas GEIGER e Ruth Lyra SANTOS. “Notas sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense” In Marlúcia Santos de SOUZA. **Escavando o passado da cidade**: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964). Niterói: UFF, 2002. p. 8 (Dissertação de Mestrado em História).

⁵ Idem, p. 8.

admite como integrantes desse território os seguintes municípios: Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita⁶.

Com os movimentos de emancipação política iniciados na década de 1940, desmembraram-se do município-mãe, Nova Iguaçu, vários distritos, ramificando-se em diversos novos municípios. Até 1931, por exemplo, Caxias era o 8º distrito de Nova Iguaçu, passando a município autônomo somente em 1943 (Ver Anexo 2). Caxias localizava-se no lado leste da região de Nova Iguaçu, tomando como marco inicial a estação ferroviária de Meriti. Município que apresenta alto potencial econômico – pólo industrial e uma forte concentração comercial –, Duque de Caxias comporta, numa divisão administrativa, quatro distritos: Duque de Caxias (1º), Campos Elísios (2º), Imbariê (3º), Xerém (4º).

3 O percurso da pesquisa

Para a composição deste trabalho, o objeto de estudo, ou seja, as vozes representantes de grupamentos afro-caxienses – o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural dos Homens de Cor – foram analisadas sob a dimensão da História Política. Na maneira de abordagem procurou-se orientar o estudo pelo campo de observação da História Local e Regional. Nas formas e modos de capturar as fontes e de tratamento necessário para seu manuseio e produção, seguiu-se aqui o campo da abordagem serial, sobretudo na utilização das Atas da Câmara Municipal. Como propostas para compor a análise e melhor problematizar o objeto tomou-se como instrumento básico a História Oral, a partir de depoimentos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa.

No primeiro capítulo, “Entidades negras na sociedade brasileira no plano local e nacional: a questão política”, procurou-se estabelecer a natureza do movimento negro que se fundava em Duque de Caxias e suas referências e relações com os movimentos de âmbito nacional e internacional e também o que se passava intragrupo. Abordou-se aqui também o que era considerado para as entidades negras estudadas como a principal problemática e que caminhos deveriam seguir, as escolhas que deveriam fazer. Nesse sentido, o movimento negro formulou estratégias que

⁶ Ibidem, p. 9.

significavam estabelecer acordos com as elites dirigentes locais e nacionais, respondendo às propostas de modelo de Estado e de relações que este Estado propunha. Isso significava então aceitar os acordos nos limites do discurso populista, por exemplo. E também ingressar no partido criado para o diálogo com o Estado de Vargas, que de certa forma almejava o controle dos grupamentos sociais subalternizados. Para compor a argumentação dessa análise, que se estende por toda a dissertação, os subsídios vieram da concepção de luta que fala de “negociação e conflito”, formulada por João José Reis e Eduardo Silva.

A base teórica que sustenta este estudo foi mais detalhadamente discutida no segundo capítulo. Os conceitos, as categorias de análise e ainda a identificação dos agentes históricos: lideranças negras locais, entidades negras, elites do poder, grupos ou camadas dominantes. As linhas de pensamento teórico informando o problema, dialogando com o objeto e com suas fontes. Para isso foi tomado como fundamento o que E. P. Thompson define como primeiras composições da cultura social dos trabalhadores ingleses através da prática de seus costumes aliada à prática produtiva material. Como esses costumes serviam para identificar os grupamentos sociais em seu cotidiano e nas suas relações de trabalho.

Em Jean-Pierre Rioux e Serge Berstein, a concepção de cultura política que empregam passa necessariamente pelo modo como se constituem como entidades e lideranças negras e a forma como operavam os grupamentos negros criando para si e para dialogar com as esferas de poder uma forma específica para ascensão e reconhecimento social, que por sua vez passava pelas estratégias de inserção no plano político e pela construção de identidades com essa causa política, para daí compor sua representação frente ao grupo.

O significado de sociedade política é fornecido aqui por uma conexão entre o pensamento de Partha Chatterjee e José Murilo de Carvalho. Em José Murilo a concepção de sociedade política forjada no processo de instauração da República no Brasil não preparou um espaço que contemplasse em sua plenitude os segmentos da população negra, que juntamente com os outros grupos subalternizados vão produzir sua inserção no espaço social e político pela via da “estadania”, cidadania tutelada pelo Estado. Já em Partha o que se tem é o fundamento da luta dos afro-americanos no princípio da soberania popular, presente no princípio da igualdade de direitos, inscrita

nos direitos do indivíduo que o fazem nascer livre e igual a todos os outros. Seria a partir da defesa da soberania popular que os vários grupamentos negros nas Américas formulariam suas pautas de luta para a conquista de seus direitos democráticos e sua inserção social. A luta histórica dos negros pela conquista dos direitos civis, partilhada e invocada pelo CCJP e pela UHC, tem então seu princípio na soberania popular, forjada desde o século XVIII e reverberada pelas camadas periféricas negras no mundo e aqui em Caxias.

Outro ponto abordado nesse capítulo é o modo como as visões do mito da “democracia racial” interferem não só no plano dos discursos acadêmicos como também na orientação do movimento negro, nos movimentos sociais em geral e na sociedade como um todo. Discute-se igualmente a forma como a reprodução do mito vai orientar as relações estabelecidas entre as camadas dirigentes e o movimento negro. São ainda analisadas as estratégias e as barganhas políticas estabelecidas entre as entidades de movimento negro e o Estado, através do projeto trabalhista e do discurso populista. O que era possível se construir e como se poderia vencer.

No capítulo 3, “Uma toca da hidra, celeiro de Tenórios: as entidades negras em face das transformações políticas em Duque de Caxias”, procurou-se proporcionar uma panorâmica das relações políticas que iam se estabelecendo na cidade e as maneiras como as entidades negras vão estabelecer seu fórum de debate e de luta. Primeiro se falou da origem histórica da Baixada, do ambiente físico e político, além das relações sociais e do grupos de resistência escrava, de certa forma, mentores intelectuais das novas lideranças negras no século XX. O modelo de poder político que se estrutura, em Caxias é o de patronagem. A elite política se constitui ao mesmo tempo em que o próprio ambiente se transforma de espacial de rural em espaço urbano, mudança não completamente efetivada. Até hoje a sociedade reclama da precariedade dos serviços de saneamento básico, por exemplo, e da carência de equipamentos urbanos para a maioria da população. Mas o propósito central deste capítulo é analisar a trajetória e atuação das duas entidades negras e as variadas formas de representação cultural propostas durante os seus embates com a sociedade local.

O 4º capítulo, “Falatório de identidades: trajetórias e conflitos no Centro Cultural José do Patrocínio e na União Cultural dos Homens de Cor”, procura dar conta do significado da luta para cada um, como se verificava a identificação com o

movimento negro. Adotou-se nesse caso a perspectiva da História Oral, apresentado as possibilidades de se orientar por essa metodologia, relacionando-a com uma característica íntima da cultura dos afrodescendentes, a oralidade e a importância da transmissão oral de sua história. Apontaram-se também os perigos dessa metodologia, observando-se ainda como se constroem as memórias, que são individuais e coletivas. O medo de perder as memórias, a necessidade de guardá-las, além do significado que têm para a construção da história dos grupamentos sociais determinam o modo como serão lembrados os indivíduos e as associações negras. A reconstituição das memórias orais pode dar a garantia de construção histórica do passado, da cultura e da vida de um povo. A História Oral precisa, para ser autenticada como método, do confronto essencial com os registros escritos. A memória oral, então, se perpetua na fala e na escrita.

O estudo se conclui mostrando o que ficou das vozes afro-caxienses. A passagem rápida da União Cultural dos Homens de Cor pelo município e as marcas que deixou foram tênues lembranças. A sobrevivência do Centro Cultural José do Patrocínio, suas articulações no plano social e as referências que legou aos novos movimentos negros alimentam as novas lutas. A relevância do tema retorna à análise para falar da urgência de se construir essa História que retoma as origens e a presença expoente dos grupamentos negros na cidade. As velhas vozes se encontram com as novas vozes e os ecos assim permanecem inextinguíveis como é o som da palavra que se falou no espaço e no tempo.

CAPÍTULO 1

ENTIDADES NEGRAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO PLANO LOCAL E NACIONAL: A QUESTÃO POLÍTICA

A proposta deste capítulo é analisar as relações que se estabeleceram entre os grupamentos do movimento negro em Duque de Caxias, reconhecidos como lideranças negras locais, e a sociedade política orientada pelas elites políticas locais.

Antes de prosseguir, é preciso estabelecer o que neste trabalho se entende por negro e movimento negro. Negro, afrodescendente e os outros gentílicos derivados do radical *afro-* são aqui utilizados como sinônimos. Tais termos se referem, portanto, a indivíduos que, direta ou indiretamente, descendem de africanos e que igualmente se

identificam com os aspectos tidos como básicos do universo cultural de herança afrodiaspórica⁷ — a religiosidade, as mitologias, a expressão artística, as concepções de vida e de mundo e assim por diante. Como consequência, do ponto de vista político, essa identificação levará ao reconhecimento da discriminação ou preconceito como um problema, um obstáculo a ser superado. Eis, daí, a tarefa fundamental do movimento negro.

Assim, entende-se por movimento negro os grupamentos de afrodescendentes compostos de elementos, sobretudo, oriundos da academia que lutavam e congregavam demandas dos não-brancos. E ainda todas as formas de manifestação cultural e política por eles produzidas no interesse de promover a inserção dos não-brancos no cenário político e social. A partir desse esclarecimento retomasse ao contexto social de confronto, em que entidades do movimento se preparam para o diálogo ou para a luta, dependendo das possibilidades que se apresentavam e que tinham para alcançar êxito.

O que interessa compreender é a produção de estratégias das duas entidades que se constituem como objeto de estudo, o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural dos Homens de Cor, definindo-se ora como de negociação, ora como de conflito, à medida que o contexto sociopolítico possibilitava esses diversos modos de ação. Essas lideranças negras locais organizadas em suas entidades se articulam de diferentes formas. Ora pelo apoio negociado com os grupos de poder político local: no caso de Caxias, o núcleo do PTB, partido do qual fazia parte uma das lideranças das duas entidades estudadas, e o grupo liderado por Tenório Cavalcanti (UDN). Ora pelas lutas travadas pelos membros dessas entidades dentro e fora do parlamento local.

As estratégias que se configuraram em verdadeiros embates aparecem, por exemplo, quando da formulação de uma lei para isentar agricultores do pagamento de impostos agrícolas defendida por José Gomes de Barros, vereador pelo PTB, líder negro e fundador das duas entidades. O mesmo vereador defende também a transformação de uma das agremiações em entidade de utilidade pública.

⁷ Sobre a dimensão afrodiaspórica das construções culturais e das estratégias políticas dos negros nas Américas, ver Sidney MINTZ e Richard PRICE, **Nascimento da cultura afro-americana**, Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 76-7.

Outra iniciativa dos ativistas dessas associações foi a criação de escolas pelos distritos de Duque de Caxias. Para além de orientar a preparação educacional dos negros e não-brancos, se discutia nas salas de aula a problemática do negro com seus alunos e com a sociedade local.

Parte da sociedade local e alguns dos membros das entidades negras consideravam que falar sobre as questões que envolviam discriminação social e preconceito de cor significava tocar em um tema extremamente perigoso e por demais polêmico para ser tratado dentro dessas escolas. Nesse ponto entre outros, as divergências quanto a que caminho seguir no tratamento das questões do negro e do que pudesse viabilizar sua efetiva participação no plano político e social, vincavam por sua vez as divergências dentro do movimento negro, expondo sua carência de base ideológica e de reconhecimento de diferentes estratégias e de caminhos a serem tomados por suas lideranças e pelo movimento como um todo, dependendo das situações que se apresentavam e das possibilidades que precisavam ser construídas com sustentação no contexto histórico.

1.1 Movimento negro em auto-confronto: definições e problemas

As divergências eram muitas dentro do movimento negro, apesar de todas as agremiações terem um objetivo em comum, a inserção do negro no plano político e social brasileiro. Seus membros entendiam de forma diferenciada a natureza e o encaminhamento do problema. Nesse sentido, as discussões geravam desentendimentos, sem se chegar a uma definição quanto ao que fazer. No I Congresso Negro realizado em 1950, no Distrito Federal, reuniram-se entidades do movimento negro, intelectuais e militantes, pensadores e estudiosos das relações raciais, pessoas identificadas com a discussão. Esse evento mostra como eram conflituosas essas relações e os antagonismos presentes entre grupos, lideranças e intelectuais negros. No leque das variadas discussões propostas, duas chamam a atenção. A primeira é quanto à concepção de que o problema do negro no Brasil se insere no interior da questão da luta de classes, e não a revela dela, como se fosse um tema específico – o tema do preconceito de cor gerando a discriminação social, visão que foi combatida por muitos veementemente. A segunda discussão que reaparece em diversos momentos do fórum de debates trata de afirmar que o projeto de inserção do negro passaria necessariamente

pela escolarização, preparando-se assim quadros negros aptos a atuar nas esferas políticas e nos diferentes setores da sociedade. Só preparados é que poderiam garantir sua presença especialmente nos espaços privilegiados de negociação e conflito. Essa proposta nega a tese do exercício sociodramático, formulada pelo teatro negro, como ação curativa dos males psicossociais pelos quais passavam os grupamentos negros. A purgação dos males através da *catarsis* teatral representaria o primeiro passo para a “cura”, vale dizer: a solução da questão do negro. O embate deu-se entre o presidente da UHC, Joviano Severino, e Guerreiro Ramos, sociólogo e intelectual da vanguarda negra.

O mito da “democracia racial”, tese que foi previamente bem-construída no interior da sociedade brasileira, promoveu uma espécie de grande contaminação e tornou seu refém o próprio movimento negro nesse momento. Muitas das discussões que se travam no I Congresso, em outros eventos e dentro do movimento negro se dão sob a influência do mito, uma construção bem-programada e ratificada pelo Estado brasileiro a partir do início do período republicano. A sociedade brasileira assumiu esse discurso como base de uma hipotética realidade de harmonização “racial”. Assim se montaram armadilhas para que a sociedade em geral e particularmente instituições, pensadores do tema, militantes e dirigentes de agremiações negras adotassem muitas vezes o ponto de vista freyriano para orientar suas discussões, precisando depois, questionar e desconstruir tal mito para melhor articular suas discussões, procurando formular novos entendimentos dessa problemática. Nesse sentido, José Jorge Siqueira, em seu artigo, “A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro”, procura historiar e discutir a trajetória da construção do mito e sua reprodução junto à sociedade.

“A mitologia da democracia racial, construída durante a República Velha, possui dois aspectos essenciais, até certo ponto distintos, mas de difícil separação em sua realização prática: de um lado a vulgarização em sociedade de concepções tidas por senso comum, responsáveis pela criação de toda uma estereotipia de suposta inferioridade racial, cultural, estética, de negros e mulatos; de outro a garantia sistemática da ‘inferioridade’ organizada a partir de

uma base culta e acadêmica, a dar argumentos ‘lógicos’, ‘comparáveis’, a essa ‘fatalidade’.”⁸

Os estudos que se realizaram entre os séculos XIX e XX, como afirma José Siqueira, balizariam o mito, essencial para a justificação do projeto de república que por estas terras pretendia promover a harmonia entre as “raças”. Era possível que com isso se estivesse eliminando a necessidade de qualquer discussão em torno da questão do negro a partir do pós-guerra. Vários intelectuais no I Congresso Negro protestam contra essa afirmação, caso de Abdias do Nascimento.

Numa outra perspectiva, o sociólogo Guerreiro Ramos aborda o problema como uma sociopatia, levantando a discussão em sua tese “Há um problema do negro no Brasil?” Esse modo de conceber a questão acabou suscitando calorosos debates. Na ampliação do debate, as ramificações do mito não são perceptíveis facilmente, uma vez que estão subsumidas no contexto histórico-social.

No argumento defendido por José Jorge Siqueira na produção do mito, estavam presentes mecanismos precisos, quase imperceptíveis quanto a sua construção, que fora fundamentada pela intelectualidade respondendo aos anseios de um projeto internacional que tomava o Brasil como uma espécie de “laboratório racial”, onde a tese de harmonização “racial” precisava ser comprovada, disso dependendo também o sucesso da própria república e da construção de uma sociedade sem diferenças e portadora da ordem.

“O Ideário da democracia racial não tem, como os mitos, autoria. Sua disseminação em sociedade dá-se de forma anônima, para além das classes sociais e das fronteiras regionais. Apropriam-se de sua eficácia as classes dominantes, mas é possível que as classes populares o usem estrategicamente para usufruir vantagens no mercado de trabalho ou nos espaços de convivência de origens diversas.”⁹

Esse aspecto da montagem de estratégias passa necessariamente pelo estabelecimento de diversas modalidades de negociação postas em prática pelas

⁸ José Jorge SIQUEIRA, “A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro”. In M. Aparecida A. SALGUEIRO (org.), **A república e a questão do negro no Brasil**, Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 111.

⁹ Idem, p. 113.

lideranças negras locais em Duque de Caxias ante as elites políticas, oportunizando assim a criação das escolas de ensino fundamental e a aceitação de não-brancos na Liga Eleitoral Independente, entidade criada para cuidar da formação de políticos.

Agir de forma estratégica significava contemplar as diferenças de encaminhamento para a questão e ainda assimilar os membros do movimento que se abrigavam no seio do mito da “democracia racial”, justificando suas ações com base nessa hipotética harmonia que, se negada radicalmente, poderia destruir o movimento.

“Sobredeterminando o mundo das pequenas explicações, atitudes, representações, mecanismo diretos e indiretos da discriminação e do preconceito estão, de um lado, a ideologia do branqueamento da população, tido como fórmula de superação do ‘obstáculo racial’, e de outro, aquela que dissimula sistematicamente a possibilidade de ser a sociedade preconceituosa. Tudo isso iria construir, pouco a pouco, um tipo especial de discriminação, fugidio, dissimulado, pleno de sutilezas e detalhes. Em ambos os casos, tais noções ganham funda repercussão no interior da sociedade, alcançando tanto brancos, quanto negros e seus mestiços.”¹⁰

1.2 Cultura e resistência: movimentos de conciliação e de enfrentamento

Esse comportamento toma corpo também na sociedade duque-caxiense, em grande parte formada por negros e não-brancos, apesar de seu isolamento nas favelas, nas áreas mais inóspitas; não obstante a perseguição cotidiana implementada pelos poderes instituídos, pela polícia; e a despeito da negação de sua fé por conta da repressão aos terreiros de candomblé; apesar da militância de Joãozinho da Goméia junto aos grupamentos não-brancos e de suas relações com políticos e autoridades nacionais.

O candomblé é considerado uma das instituições mais competentes na negociação com as esferas do poder e obteve as mais importantes conquistas em termos

¹⁰ José Jorge SIQUEIRA, “A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro”, In Maria Aparecida Andrade SALGUEIRO, (org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 113.

culturais e políticos para os negros no Brasil desde o período colonial. Essa é a tese defendida por João José Reis e Eduardo Silva em “Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista”, onde procuraram discutir os modelos de atuação dos grupamentos negros no período escravista, concebendo-as como relações de conflito e de negociação.

“... em 1828, os escravos libertos de um terreiro de candomblé na periferia da cidade da Bahia protestaram, usando as vias legais do sistema, contra a invasão e a depredação de seu templo pela polícia. (...) Fazendo alianças com libertos, crioulos e mesmo brancos, ou procurando esconder-se atrás das costas largas de seus senhores, os escravos afirmavam seu direito de tocar, dançar, cantar e brincar em homenagem a seus deuses, sem intromissão da polícia. Poucas instituições negras desenvolveram e aperfeiçoaram como o candomblé a sabedoria da negociação escrava.”¹¹

Entretanto,

“Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura. A fuga era um deles. (...) Conhecedores das malhas finas do sistema, escapavam muitas vezes já com intenção de voltar depois de pregar um ‘susto’ no senhor e, assim, marcar o espaço de negociação no conflito.”¹²

No final da década de 1950 e principalmente na década de 1960 o babalorixá Joãozinho da Gomeia negociava, com o peso de liderança negra, com autoridades políticas locais e nacionais e com artistas, o que possibilitou a manutenção do seu apoio aos segmentos afro-caxienses.

¹¹ João José REIS e Eduardo SILVA, “Introdução”, In **Negociação e Conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 8 e 9.

Na atuação das diversas lideranças negras locais que encaminhavam seus movimentos e ações de diferentes formas, a partir das brechas produzidas ou deixadas pela sociedade instituída, quase nada disso estava visível nos meios de comunicação social e tampouco nos jornais. Como o trabalho desenvolvido pelas entidades do movimento negro através de suas lideranças, caso de José Gomes de Barros, que além de militante político, na esfera do movimento negro e na esfera parlamentar e partidária foi juiz de paz, o que possibilitou a algumas parcelas de afro-caxienses atendimento jurídico, diminuindo assim um pouco o fosso da ausência de direitos básicos como o de obter uma certidão de nascimento.

Os registros que informam sobre os segmentos negros dão conta de sua participação na contravenção e nos índices de criminalidade, criando mitos da bandidagem como a do negro Sabará, de sua presença e domínio de espaços periféricos da cidade. Na análise apresentada pelo jornalista policial Santos Lemos, que escreveu uma trilogia tratando das relações de poder e da cultura da violência em Duque de Caxias, Sabará era, por essa ótica, um dos donos da cidade.

Marginalidade, violência, religiosidade e política eram marcas de uma “cidade negra” em que o mito e o real se confundiam e sacralizavam as relações de poder. A cidade, para Santos Lemos, era aberta para oportunidades e para todas as mazelas que estavam reservadas aos não-brancos. As estratégias de sobrevivência e de fortalecimento frente à sociedade dominante dividiam essas lideranças. No seu entender, partindo de uma dura leitura desse mundo, a chance estava na mão dos grupos de negros letrados, aqueles que compunham a União Cultural dos Homens de Cor; para pessoas como Sabará não haveria saída senão uma espécie de massacre de todo o seu grupo.

Apesar de todas essas ausências, entre outras, referentes aos agrupamentos negros, a cidade, como já se disse, era abrigo de migrantes vindos de diferentes partes do país. Na década de 1950, quando se deu a implantação de grandes loteamentos no município, esse espaço era apresentado como a terra das oportunidades para todos que tivessem disposição para construir, sobretudo os menos afortunados.

Por essa época, o movimento negro no Brasil ganha significação e insere-se na agenda política nacional. As propostas para a criação de associações e organismos se baseavam num conteúdo acadêmico formulado por membros que formavam

¹² Idem, p. 9.

lideranças negras locais, muitas das quais oriundas da esfera acadêmica, identificadas por alguns autores como integrantes de uma elite¹³ negra saída da universidade. Um desses estudiosos é o sociólogo Costa Pinto, que denomina essas lideranças negras locais de elites negras, estudadas em seu livro “O negro no Rio de Janeiro”. Segundo a concepção de Costa Pinto, a elite negra aqui seria constituída pelo conjunto dos indivíduos que conseguem ascender individualmente pela escolarização, esforço pessoal de membros que fazem parte de seu núcleo de relações e pelo apadrinhamento. Nesse caso, são considerados elite negra por terem conseguido ascender e destacar-se social e politicamente em relação ao universo maior que compreende todos os negros de toda a sociedade.

Em livro editado em 1953, Costa Pinto¹⁴ propunha uma distinção entre os grupos negros que se organizaram a princípio em associações Tradicionais e associações de Novo Tipo nas décadas de 1950 e 1960. Para Costa Pinto,

“associações Tradicionais são os grupamentos negros que desenvolvem formas expressivas, recreativas ou religiosas, em que assinala, de muitas maneiras, a contribuição afrodescendente à estética, à música, à coreografia, à mística, à cultura ‘folk’ brasileira. As associações de Novo Tipo são os grupamentos negros que estruturalmente apresentam função ideológica, buscando a história viva e contemporânea das aspirações, das lutas, dos problemas, do sentir, do pensar e do agir de ‘brasileiros’, social, cultural e nacionalmente brasileiros, ‘eticamente negros’”.¹⁵

Bem antes desse período, porém, sobretudo a partir da década de 1930, já ocorriam tentativas de organização do movimento negro, surgindo, por exemplo, em São Paulo, a agremiação política Frente Negra Brasileira¹⁶ (1930). Atrelados à

¹³ Segundo C. Wright Mills, “... elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências”. C. Wright MILLS, **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962, p. 14.

¹⁴ Luiz de Aguiar Costa Pinto, então à frente da coordenação do Projeto Unesco, que se propunha a criar no Brasil um grande laboratório racial, celeiro do mito da “democracia racial” na América.

¹⁵ Marcos Chor MAIO, “Costa Pinto e a crítica ao ‘negro como espetáculo’”, In Luiz de Aguiar Costa PINTO, **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 36.

¹⁶ A Frente Negra Brasileira teve duração curta, de 1930 a 1937. Foi a primeira entidade constituída pelo movimento negro. Desde 1915 existiam mais de 20 associações de negros espalhadas por São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1936, a Frente Negra se transforma em partido político e em 1937 é extinta por um ato de Getúlio Vargas. Laiana de Oliveira LANNES, **Frente Negra Brasileira: Política e questão racial nos anos 30**, (Dissertação de Mestrado em História apresentada no grupo de trabalho durante a ANPUH Nacional, Niterói, 2001).

discussão entre os socialistas e os integralistas que dividiam o grupo, os objetivos da FNB estavam voltados para a inserção de um pequeno contingente de lideranças negras no espaço político institucionalizado. No artigo “Associações de Homens de Cor – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937)”, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires demonstra a complexa diversidade ideológica e política reinante no interior desse movimento¹⁷.

O ano de 1945 tem uma dupla marca para a sociedade brasileira. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a reorganização política mundial das “potências aliadas”, ganha corpo a expansão de movimentos anti-racistas motivados pela luta contra o nazi-fascismo. No plano interno, durante a vigência do Estado Novo, a ação do movimento integralista reforçava o conteúdo eugênico e nacionalista do nazismo. É nesse contexto que Vargas extingue a Frente Negra e fecha todos os partidos políticos. No período conhecido como redemocratização, as esperanças de organização dos grupos negros se fortalecem.

Com o fim do Estado Novo, as instituições políticas se rearticulam e, da mesma forma, as organizações do movimento negro ressurgem, promovendo congressos e convenções para discutir e lutar para inserir a questão do negro no cenário nacional. Tratava-se então de encontrar uma maneira de proporcionar instrumentos à comunidade negra, sobretudo a letrada, para ocupar o seu espaço na sociedade. Nesse sentido, surgem grupos de pressão e discussão em diferentes estados da federação, como, por exemplo: o Teatro Experimental do Negro, no então Distrito Federal, a Associação José do Patrocínio (RS), a Frente Negra Trabalhista (SP), os diversos jornais e a União Cultural dos Homens de Cor¹⁸, entre outros.

Na década de 1950, organizam-se eventos e surgem entidades voltadas para a discussão da temática do negro. Várias propostas aparecem nesse sentido, como a criação do Teatro Experimental do Negro – TEN – em 1944¹⁹, que pretende reunir no âmbito teatral brasileiro um grupo de intelectuais, artistas, profissionais liberais, líderes e ativistas negros, compondo uma vanguarda cultural e política capaz de teorizar e atuar como grupo de pressão.

¹⁷ Ver Antônio L.C. S. PIRES, “Associações de Homens de Cor – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937)”, In Maria Aparecida Andrade SALGUEIRO (org.) **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

¹⁸ Segundo o artigo da socióloga Joselina da Silva, “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50”, In *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: CEAA/UCAM, ano 25, nº 2, 2003 (p. 179-373) p.224. Nos primeiros anos de formação “a UHC contava, cinco anos após sua fundação, com representação em pelo menos onze estados do país”.

Na história do TEN, destaca-se, entre outros, a figura de Abdias do Nascimento, um dos seus fundadores, escritor, político, artista plástico e membro dessa vanguarda que ele próprio denomina elite negra em artigo para o jornal Quilombo, expondo os objetivos do teatro negro:

“suscitar o florescimento de uma elite de homens de cor, capazes de empreendimentos de envergadura, na esfera da cultura (...)”, considerando-se que “a unidade desta elite não se estriba numa arregimentação, mas numa espiritualidade, de que o Teatro Experimental do Negro é a *alma mater*”.²⁰

O TEN promove cursos de alfabetização, formação cultural e sociodrama, exemplo que vai ser seguido, em Caxias, principalmente no que se refere a projetos de alfabetização, pelo Centro Cultural José do Patrocínio. Todavia não só por intermédio do teatro, mas também por outros meios, o TEN procurou ecoar.

A possibilidade de afirmação política do TEN como representação política ocorreu no período pré-eleitoral em 1949/50, quando Abdias do Nascimento foi indicado à candidatura na eleição para vereador. Tal chance foi abortada por um golpe, que consistiu na proposta de criação de legenda para a candidatura de Abdias, cujo nome foi apresentado na lista de candidatos a deputado, mas apenas como uma manobra para ampliar o eleitorado do partido²¹. Na verdade, sabia-se que Abdias não alcançaria, como de fato não alcançou, votação suficiente para eleger-se deputado. (Ver Anexo 3)

Dentro desse contexto mais amplo, entidades de negros realizam eventos como a Convenção Nacional do Negro (1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro (1950). Os delegados do Congresso, sob a liderança de Abdias do Nascimento, cogitam congregar numa associação diversos segmentos dos grupos organizados – a Confederação Nacional de Entidades Negras²². A idéia não se materializou pelo temor de que fosse entendida como uma entidade racista.

Por essa época, recrudescer e se organiza o movimento negro em âmbito nacional, com a retomada das lutas já iniciadas em 1930, com entidades como a Frente Negra Brasileira e nesse momento sob a influência do movimento negro norte-

¹⁹ L. A. COSTA Pinto, **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**, 1998.

²⁰ Abdias do NASCIMENTO *apud* L. A. Costa PINTO, Exposição das atividades do T. E. N., in **Quilombo**, ano II, n. 6, fev., 1950, p. 11. In **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**, 1998, p. 248.

²¹ Luiz Aguiar Costa PINTO, **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**, 1998, p. 250.

²² *Idem*, p. 259.

americano. Era chegada a hora de ativar os debates sobre a problemática do negro e para isso promover diversos eventos que buscassem não só discutir, mas congrega a maior gama de elementos que pudessem e estivessem dispostos a participar de tais discussões, apresentando as demandas e as propostas do movimento. Em geral eram elementos oriundos das camadas negras instruídas do país. As posições assumidas em muitos desses eventos pretendiam orientar o rumo que a partir daquele momento tomaria o movimento negro, definindo suas estratégias de luta e preparando os espaços de conflito e de conciliação. Quem somos nós? O que queremos? Qual o nosso papel e importância social? Na Convenção Nacional do Negro está exposto o que se pretendia encaminhar.

“Temos consciência de nossa valia no tempo e no espaço. O que nos faltou até hoje foi a coragem de nos utilizarmos dessa força por nós mesmos, e segundo nossa orientação. Para tanto é mister, antes de mais nada, nos compenetrarmos, cada vez mais, de que devemos estar unidos a todo preço, de que devemos ter o desassombro de ser, antes de tudo, negros, e como tais os únicos responsáveis por nossos destinos, sem consentir que os mesmos sejam tutelados ou patrocinados por quem quer que seja.”²³

A posição tirada nesse evento pelo movimento negro é a de construtor de seu próprio espaço e caminho, através da retomada de lacunas fundamentais que apagaram seu passado e, portanto, sua vida e cultura.

“Sejamos, cada um de nós, um obreiro desta reação contra a sonegação dos direitos sagrados do negro e da efetivação dos mesmos; seja cada qual um soldado contra a decadência de nossos costumes, contra a ignorância e protéria dos preconceitos existentes, embora muitos o queiram negar. (...) contra a negação do que há feito, pode fazer e quer ainda fazer o nosso sangue, cujo valor foi demonstrado nas artes, nas ciências, na política e na guerra, pela identidade do seu destino com a própria nacionalidade. SP, 11/11/1945.”²⁴

²³ Abdias do NASCIMENTO, **O negro revoltado**: organização e apresentação de Abdias do Nascimento, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 112.

²⁴ Idem, p. 113.

Quatro anos mais tarde, quando se prepara a pauta de debates para o I Congresso do Negro Brasileiro, os grandes temas apontam para as estratégias que deveriam ser tomadas a partir daquele momento pelos grupamentos não-brancos: a construção da história do negro, origem, trajetórias e rumos que foram tomados, seu papel frente à sociedade nacional, os tipos de projetos que promoveriam sua inserção e ascensão ao plano social e político. Nesse sentido criariam-se agremiações de caráter associativista que atuariam como grupos de apoio e formação de não-brancos. O programa dessas compreendia a escolarização, o atendimento jurídico, médico, o levantamento das carências mais prementes, a formação de grupos de estudo, a promoção de eventos como festas e reuniões visando a valorização da cultura do negro e a agregação desses grupos.

Pensar e discutir as maiores precariedades que inviabilizavam os projetos de ascensão social dos negros, eram os objetivos das entidades existentes em Duque de Caxias, a União Cultural Brasileira dos Homens de Cor e o Centro Cultural José do Patrocínio. A formação de entidades como elas e suas estratégias de ascensão social e política pelo fortalecimento das lideranças negras e suas políticas de acesso faziam parte das pautas discutidas no temário do I Congresso:

“VIDA SOCIAL

(...) I – Condições gerais de vida da população de cor. Caracterização social da população negra. Distribuição social e espacial da população de cor.

(...) III – Sistema de vida da população de cor. Hábitos alimentares. Habitação. Profissão. Higiene. Educação. Relações sexuais. Poder aquisitivo. Associações culturais, recreativas e beneficentes. Jogos e passatempos. Condições de trabalho.

(...) VII – Possibilidades de organização social do negro e do homem de cor, tendo em vista a elevação do seu nível cultural e econômico. Orientação vocacional do negro e do mulato. Desenvolvimento do espírito associativo.”²⁵

²⁵ Temário do I Congresso do Negro Brasileiro. In Abdias do NASCIMENTO, **O negro revoltado**, p. 115 e 116.

Esses pontos de discussão eram essenciais para a conquista de espaços. Pode-se perceber daí que muitas entidades negras vão fundar departamentos para prestar assistência social, jurídica e educacional. A formação de quadros políticos negros era também de grande importância para a garantia de que as demandas dos negros chegariam às esferas políticas com alguma chance de ser debatidas. Em Caxias, o trabalho de formação política dos negros estaria entregue também, segundo José Gomes, a uma certa Liga Eleitoral Independente, que teria existido com a finalidade de preparar líderes para representar a sociedade no parlamento e eventualmente no executivo.

O I Congresso Negro foi programado de forma a interligar interesses convergentes e específicos de cada região. A partir daí, formaram-se comissões por todo o país, elegendo-se assim delegados que pudessem representar cada Estado. O grupo de pensadores que centralizava as atividades eram Guerreiro Ramos, sociólogo, membro do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), Édison Carneiro, antropólogo, folclorista e Abdias Nascimento, ativista histórico do movimento negro, um dos criadores do Teatro Experimental do Negro e do jornal Quilombo, todos estudiosos e militantes da causa dos não-brancos.

Era a intenção das novas liderança negras que se estruturavam, promover a valorização dos grupamentos negros pela construção de sua histórica e resgate de sua cultura. Essas ações seriam paralelas a projetos de elevação social via escolarização e por fim participação no plano social e político, com papel decisório. Para isso, era preciso se fazer o reconhecimento da problemática do negro, qual seria sua natureza, para saná-la e assim poder construir uma identidade negra e nacional.

A proposta de discutir relações raciais e o problema do negro no Brasil provoca o aparecimento de divergências. Uma concepção defende que a natureza do problema é de classe, a ser resolvido com a superação do sistema de opressão política e econômica capitalista. Outra concepção entende que o problema do preconceito de cor antecede a questão de classe.

Tão arraigados estariam o preconceito de cor e a discriminação social que teriam destruído os referenciais de identidade dos indivíduos negros, que muitos, senão a maioria, não se sentiriam pertencentes ao seu universo de “irmãos na cor”, incorporando os valores culturais da elite branca, em detrimento do que seriam seus

próprios valores. Era por isso que se fazia urgente construir a história dos negros pelos próprios negros.

Para Guerreiro Ramos, tratava-se de uma sociopatologia e que através do teatro os negros poderiam purgar seus males e se livrar então de seu complexo de inferioridade, pelo drama representando e vendo interiormente a si mesmos e representando seu algoz. Mas não apenas os não-brancos teriam que passar pelo socio-drama para a cura. Também os brancos ou quase-brancos precisariam ser tratados, se confrontando com os negros através do teatro.

Essa tese foi defendida no I Congresso do Negro, que foi realizado no Distrito Federal entre os dias 26 de julho e 4 de setembro de 1950, sob a orientação do TEN. O Congresso abordou, entre outras, as seguintes questões: as origens do negro e sua identidade, sua chegada e ingresso no mundo colonial, a participação dos negros nos diversos momentos e movimentos revolucionários da História Brasileira, as suas condições e sistema de vida, locais, qualidade e aspecto das moradias, grau de instrução, poder de compra, locais de trabalho, de reunião e movimentos associativistas. Nesse ponto fala-se das atribuições das entidades de movimento negro. Em Duque de Caxias, a União Cultural dos Homens de Cor e o Centro Cultural José do Patrocínio.

Os projetos de preparação para o acesso das lideranças negras a uma esfera política que lhes era normalmente vedada dependiam de sua elevação social por via fundamentalmente da escolarização. Todos os esforços seriam feitos para que pelo menos alguns atingissem esse objetivo, abrindo caminho para outros. As entidades seriam os vetores com que contariam para garantir sua ascensão e o seu núcleo protetor. Eram as entidades espaços para a produção de estratégias de luta no conflito sóciopolítico, conforme se deduz de um dos itens do temário do I Congresso Negro: “Possibilidades de organização social do negro e do homem de cor, tendo em vista a elevação do seu nível cultural e econômico. Orientação vocacional do negro e do mulato. Desenvolvimento do espírito associativo.”²⁶

Iniciadas as discussões e as apresentações de teses pelos autores e relatores, há dois momentos que representam o embate entre os intelectuais do movimento, ocupantes também de cargos públicos, os integrantes de associações e aqueles que não representavam ou faziam parte de qualquer grupo organizado. Então

²⁶ Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 116.

fica patente o desencontro de propósitos, as incompreensões de parte a parte, como são desconexos os discursos, como todos bradam sem saber para onde encaminhar suas reclamações, misturando-se questões que se atravessam e se completam sem que se chegue a um acordo.

Na leitura da tese de Guerreiro Ramos, “A Unesco e as relações de raça”, o objetivo é apresentar o projeto do teatro do sociodrama como aquele que pode trazer à tona os males do negro. “Devemos dar participação maior a um mecanismo como é o teatro, tão cheio de recursos emocionais, para que possamos utilizar-nos do drama, da arte, como meio de realizações, como meio de educação de comportamento.”²⁷ Para Guerreiro Ramos, o teatro é o elemento educador e aquele que pode transformar interiormente os grupamentos sociais. Dessa forma, o negro se auto-identificaria e assim poderia entender a natureza dos seus males através de sua purgação, da *catarsis* dramática.

“Creio que nessa idéia e chamo atenção para essa tentativa, cujos resultados, todavia, não acho ainda definitivos. O Teatro Experimental do Negro, aceitando o que fiz no Instituto do Negro, onde comecei experiências, tendo oportunidade de fazer alguns sociodramas e psicodramas, que são, justamente, processos de reeducação de reconsideração de atitudes, através de uma manipulação externa, manifestou-se de acordo com a minha doutrina”²⁸.

Nas acaloradas discussões que se travaram durante o I Congresso do Negro, fica exposto o embate no interior do movimento refletindo as suas divergências ideológicas e os encaminhamentos políticos que deveriam ser dados a questão do negro no Brasil. As divergências giravam em torno, por exemplo, do que deve ser tomado como concepção de movimento e como natureza e origem do problema dos não-brancos. A posição tomada por membros da UHC, especialmente Joviano Severino de Melo, que defendia a valorização das tradições e da religiosidade negra, bem como da escolarização, e não o uso do teatro para encaminhar a solução do problema do negro.

²⁷ Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 239.

²⁸ Idem, p. 239.

Quando tem a palavra no Congresso, ataca o excesso de academicismo das lideranças letradas negras.

“Toda vez que o Sr, Guerreiro Ramos fala, eu não entendo quase nada, porque ele é tão profundo que não consigo compreender o que diz. Gostaria que ele trocasse isso numa linguagem comum, para saber de fato o que ele quer dizer. O Congresso é de negros, e ele já vai pedir qualquer coisa lá fora. [Unesco] Qual a utilidade que vai fazer para nós essa tese? Que vamos fazer dela? Vesti-la? Gostaria de saber como vamos usar isso. Onde? (...) Aperfeiçoamos o que se nada temos?”²⁹

O confronto se trava entre o que se poderia definir como as lideranças negras letradas e as lideranças negras de pouca escolaridade. Para Joviano não é o teatro que resolverá os problemas, e sim a escolarização. A formação de núcleos de alfabetização e ampliação do nível fundamental, além da assistência às necessidades básicas dos grupamentos negros.

“Eu não tenho nada; não tenho educação aprimorada; não posso compreender. Amanhã vão dizer: ‘Você está fazendo drama!’ E eu responderei: ‘Que drama? Eu não sou artista!’ Que utilidade pode ter para nós, semi-analfabetos, essa sugestão? (...) Ditar regras para o Brasil inteiro... Ir à Unesco... Pedir o quê? Devemos, sim, pedir que eduquem essa gente de teatro para que ela seja mais brasileira. Sigamos o exemplo dos Estados Unidos, que têm preconceito de cor e possuem um mediador de paz negro na Abissínia. Estamos cansados de ouvir falar em África. África! África! África! Com a África não temos relações de amizade!”³⁰

²⁹ Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 239.

³⁰ Idem, p. 239.

A crítica se inspira na realidade do negro norte-americano, onde o preconceito é explícito, daí a possibilidade mais eficiente de atuação do movimento. Entre nós, ao contrário, minimiza-se, de certa forma, a existência do preconceito pelo fato de ele ser camuflado. De alguma maneira a própria forma de perceber o problema da discriminação e do preconceito aqui, acabava por reforçar o mito da “democracia racial”.

O tema de uma mesa-redonda no Congresso reapresenta a discussão já começada sobre os caminhos a serem tomados pelo movimento negro em âmbito nacional. Os representantes paulistas, por exemplo, desnudam a forma cruel como são alvejados pelo preconceito e justificam dessa forma por que existem tantas entidades de movimento negro ali. O tema é uma pergunta que é feita a todas as lideranças do movimento negro. As respostas dadas oferecem a multiplicidade de compreensão e de caminhos a serem tomados, como um jardim que se bifurca. “Há um problema do negro no Brasil?” Joviano Severino fala, continuando a discussão anterior:

“(…) Cabe agora ao Sr. Guerreiro Ramos explicar o que vem dizendo pelos jornais, pelo rádio, nos artigos que escreve e na ‘Conversa em Família’. Diz ele que há instituições criando problemas racistas no Brasil. Eu sou presidente da União dos Homens de Cor do Distrito Federal, quero conhecer quais são essas entidades, quero saber do Sr, Guerreiro Ramos, que tem responsabilidade pública como chefe do DASP, por que ele não comunica às autoridades a existência desse absurdo, desse crime, porque, indiretamente, ele difama as outras sociedades. (...) É a opinião dele e o jornal vem trazendo todos os dias. A União Cultural dos Homens de Cor, pelo seu presidente, vem recomendar aos organizadores do Congresso que fiscalizem quem disse que o Teatro Experimental do Negro é uma isca. Isca para quê?”³¹

As divergências entre o pensamento de Guerreiro Ramos e seus métodos como estratégias de luta para os negros e o presidente da UHC, Joviano Severino tomam o palco da batalha com provocações que exprimem a dificuldade de

³¹ Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 314 e 315.

entendimento entre as diversas correntes do movimento negro e seus propósitos. Talvez isso se explicasse por falta de fundamento ideológico para o que cada uma entidade e liderança definiriam como problema e estratégia de luta. Em uma outra posição da problemática do negro, entendendo-a como questão de classe, eis o que diz fala Romão da Silva:

“O fato, porém, é que nunca justifiquei, nunca apoiei a discussão de companheiros no sentido de esclarecer quais os rumos, quais os objetivos, quais os caracteres, por que há, de fato, interpretação errônea com referência às organizações de homens de cor no Brasil. De fato, não se justifica, num país onde todo pobre branco é negro, que nele se reúnam pessoas para construírem fortalezas e sociedades independentes, que nada mais farão que atizar o ódio daqueles que nos são contrários por índole, por formação ou por preconceito preconcebido.”³²

Por essa concepção, as associações de movimento negro produziram guetos por reforçarem a disseminação do preconceito, uma vez que atacam o problema pelo viés incorreto. E Romão da Silva continua em sua exposição provocando reações negativas da platéia. “Não existe preconceito de cor no Brasil! A prova é que nos morros existem negros e brancos misturados. Estamos aqui para estudar desajustamentos sociais, desajustamentos que têm causas remotas, que têm raízes num passado remoto...”³³ Justificando a existência de uma “democracia racial” no Brasil, o orador prossegue:

“não existe distinção de castas e nem há fundamento histórico que justifique essa distinção. (...) O português reconhecia os seus filhos espúrios, seus bastardos, e os criava como os seus próprios filhos. Deles faziam doutores, não os abandonando. (...) Se houvesse, no Brasil, preconceito de cor, seria como

³² Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 315.

³³ *Idem*, p. 315.

nos Estados Unidos, que o negro, nem com todo o dinheiro do mundo, se atreve a pisar na Quinta Avenida”.³⁴

Em repúdio à posição de Romão, um representante do movimento negro paulista indaga como se poderia negar a existência do preconceito de cor no Brasil. Tamanha seria a sua evidência, no cotidiano da sociedade, que mesmo a intenção de camuflá-lo se tornaria infeliz pela sua flagrante presença. Rubens da Silva Gordo então expõe seu ponto de vista:

“...quero pedir um voto de pêsames para o Sr. Romão, por ter negado a existência do preconceito de cor no Brasil. Não fui criado no Distrito Federal, nem no estado do Rio de Janeiro. Fui criado em Ribeirão Preto. Dentro de minhas possibilidades, sempre andei metido nas escolas e ainda me lembro de um fato ocorrido em São Paulo, onde há o preconceito de cor”.³⁵

O episódio aqui narrado por Rubens fala fundo do espaço reservado aos negros dentro do mundo esportivo. Aliás, eram os esportes que exigiam o uso da força física que mais aceitavam negros. Aqueles que envolviam um trabalho continuado, com a formação de equipes, ressaltando um certo modelo greco-romano de beleza física e que serviam ao mesmo tempo de lazer para as elites, estavam fora de cogitação para os negros. O próprio futebol, no princípio, era majoritariamente praticado por brancos das camadas mais altas. Os negros só começam a ter vez com o advento do profissionalismo. E assim mesmo inicialmente precisam se utilizar de artifícios para disfarçar as suas características físicas. Ficou famoso o caso de um jogador do Fluminense Futebol Clube que se pintou com pó-de-arroz para ocultar a cor da pele. Mas o suor fez o pó-de-arroz se desmanchar, levando a torcida adversária a ridicularizá-lo, derivando daí o apelido que até hoje carrega o clube das Laranjeiras. Nos dias atuais, Samuel Eto'o, da República dos Camarões e um dos mais importantes atletas do Futebol Clube Barcelona, é uma das maiores vítimas do racismo nos campos e um dos que mais se manifestam contra a intolerância “racial” no esporte mundial, diz: “É preciso correr como um negro, para sobreviver como um branco” As palavras de Eto'o poderiam

³⁴ Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 317.

³⁵ Idem, p. 317 e 318.

perfeitamente ter sido ditas por um ativista do movimento negro brasileiro na década de 1950.

Rubens da Silva Gordo, rebatendo a afirmação de Romão segundo a qual o problema do negro fazia parte da questão de classe, narra, durante o I Congresso Negro, um episódio vivido por ele em sua juventude que comprovaria a existência do preconceito de cor e da discriminação social no meio esportivo:

“... eu tinha 13 anos, estudava em Ribeirão Preto e houve uma competição esportiva de um clube recém-formado [na] cidade – o Mogiana Esporte Clube. Os estudantes de meu colégio, naturalmente instruídos pelo professor de educação física, foram escolhidos para as provas de atletismo, e eu, entre eles, também fui classificado, entre as quais constava uma de nado livre”³⁶.

A presença de desportistas negros nas competições de atletismo sempre remeteu à natureza e à origem dos afrodescendentes. Exímios corredores das savanas e florestas, eram considerados talhados para esse tipo de competição.

Um esporte como a natação não poderia incluir em seus quadros nadadores negros. O episódio narrado por Rubens Gordo expõe o drama social que está ligado ao preconceito e a discriminação. Foi tão importante a luta daquele nadador para permanecer na competição, que levou os negros da sociedade local a se posicionarem em seu favor durante aquele evento.

“Competi às provas de atletismo, e, no momento da prova de natação, quando estava na pilastra 7, aguardando a partida, eis que surge um homem, que não me recuso dizer o nome – engenheiro Dr. Coelho – e mostrando na fisionomia o ódio que nutre pelos de nossa raça, disse-me: ‘Desce daí, já! (...) ‘Mas eu não posso descer. O professor colocou-me aqui.’ ‘Desce daí, já! Você vai sujar a água da borda.’ Srs. Congressistas: borda de piscina é aquela água suja que

³⁶ Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 318.

circunda a piscina. Ele queria dizer que eu ia sujar a água imunda.”³⁷

O professor de natação de Rubens ordenou que ele continuasse, sem parar.

“E eu nadei , meus Srs.! Como sabia que só naquele dia teria esse direito, nadei até cansar, de 8 às 12horas. Às 9.30, toda a população sabia de fato de que havia um negrinho nadando na piscina do clube. Para lá se dirigiram todas as famílias de cor, inclusive a minha.”³⁸

As palavras de Abdias do Nascimento ressaltam a visão acadêmica do problema do negro. Para ele, era necessário que os negros intelectualizados e os grupamentos em geral tomassem partido nessa discussão e na luta, que vinha sendo apropriada pelos intelectuais brancos, como se só os brancos se preocupassem com os problemas dos negros e como se eles tivessem a solução. A importância do TEN, nesse processo de valorização da cultura do negro e do seu papel na sociedade, é então primordial.

“O próprio fato da organização deste Congresso é o reconhecimento da existência de um *problema do negro no Brasil*. É preciso ficar claro não ser necessário sejam julgados em praça pública para que se reconheça a existência deste problema. O que tem havido até hoje é que o problema não tem encontrado defensores. Fato curioso é que quem mais se tem preocupado, quem mais tem tratado desse problema são os escritores brancos, porque os negros geralmente, para não comprometerem sua situação social, preferem não abordar este tema, chegando, às vezes, até a negá-lo.”³⁹

³⁷ Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 318.

³⁸ Idem, p. 318.

³⁹ Idem, p. 320.

Nessa exposição, chamando aos brios seus parceiros de luta, Abdias Nascimento trata com contundência o preconceito de cor no Brasil, tema que era abordado com temor por muitos intelectuais, inclusive os negros. O mito da “democracia racial” criou interdições que serão reproduzidas pela sociedade como símbolos de verdade, sob um mito que se fortalecia na crença e no medo “daqueles de quem não podemos pensar e nem ousamos falar e daquilo que não podemos nomear” sob pena colocar em risco o seu lugar na sociedade. Essa posição política e ideológica se frente ao movimento negro em Duque de Caxias é uma das características de alguns de seus membros. E continua sua explanação apontando onde o preconceito se dá de forma mais dura a percepção do problema diante dos militantes negros e dos grupamentos negros os leva a condutas de maior firmeza e envolvimento com a luta.

“Realmente, o problema sofre alteração de região para região, mas existe. Creio, também, que os depoimentos pessoais são esclarecedores e muito importantes neste Congresso. Acredito que em São Paulo é onde o problema se apresenta com maior intensidade, com uma configuração mais larga. Há pouco, falando desta tribuna, o deputado Cid de Melo Franco provou, por um documento oficial, a existência do preconceito. (...) O preconceito de cor constitui elemento desfavorável à formação de um estado de espírito favorável ao progresso. (...) Por exemplo, a LBA já riscou todas as exigências que fazia contra os homens de cor nos seus estatutos. Isso após a denúncia de pretos e brancos. É preciso que a inteligência democrática esteja alerta para combater esse estúpido preconceito.”⁴⁰

Por essa época, instituiu-se também a primeira lei contra o racismo, conhecida como Lei Afonso Arinos (1951), proibindo a discriminação racial nos serviços oferecidos ao público. A lei era limitada e não previa a prisão dos infratores, apenas tornava a discriminação uma contravenção penal, sujeitando o infrator à pena pecuniária equivalente a uma multa de trânsito.

⁴⁰ Abdias do NASCIMENTO, *O negro revoltado*, p. 320.

Um pouco antes, durante a década de 1940, apareceria a União dos Homens de Cor. A Uagacê ou UHC compõe-se como uma grande rede, espalhando tentáculos por diversos estados no país. No Rio de Janeiro, por exemplo, havia um núcleo na capital federal, um em Teresópolis, um em Niterói e outro em Duque de Caxias, um dos objetos de estudo deste trabalho. A Uagacê de Niterói tem sua origem no Centro Espírita Jesus do Himalaia, sendo Jovino Severino de Melo o líder do Centro e o presidente da Uagacê.

A primeira União dos Homens de Cor surgiu em Porto Alegre (RS) em 1943, atesta a socióloga Joselina da Silva, que realizou um estudo sobre a UHC.

“Esta rede foi fundada em Porto Alegre, em janeiro de 1943 [apesar de seu estatuto só ser lavrado em 1946, provavelmente pela repressão imposta por Getúlio Vargas] por João Cabral Alves, segundo o estatuto era farmacêutico e articulista. Além dele assinalam o documento de inauguração mais seis pessoas, sendo cinco homens e uma mulher, com profissões que variavam entre médico, advogados, funcionários públicos e uma doméstica. A UHC contava, cinco anos após sua fundação, com representação em pelo menos onze estados do país: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná (“Nosso Jornal”, Curitiba, ano II, nº 75, março, 1948).”⁴¹

No então Distrito Federal, a União dos Homens de Cor é fundada em 1949; em Niterói, a Uagacê nasce também em 1949, mesmo ano de fundação da União Cultural Brasileira dos Homens de Cor criada em Duque de Caxias. Além dessas, muitas outras apareceram em municípios não só do estado do Rio de Janeiro como em outros estados da federação. Um dos objetivos fundamentais dessas entidades era formar quadros políticos negros para concorrer nos pleitos eleitorais das diferentes esferas políticas.

⁴¹ Joselina da SILVA, “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, nº 2, 2003 (p. 215-235). p. 224 e 225.

“Olha, a política sempre foi uma porta aberta para a democracia. Como o Centro Cultural José do Patrocínio e a União proclamavam a igualdade e a liberdade, sempre podia até não existir mas para a população e pelos trabalhos prestados eles eram convencidos a ingressar na carreira política. E alguns até foram, inclusive eu, cheguei a vereador. Encerrei ali a minha carreira política por não concordar com determinados fatos que eram praticados pela turma da época. E eu, na qualidade de ser uma pessoa evangélica, então não participava. Eu, por não participar, não aceitar a participação de determinados atos, fui interessado a me interromper. Parei apenas como vereador. Mas outros colegas prosseguiram, prosseguiram. Como José Bernardo. Chegou a deputado estadual. José Bernardo da Silva. E o Abdias chegou a senador. Abdias Nascimento chegou a senador da República.”⁴²

Em artigo publicado em 2003 na revista Estudos Afro-Asiáticos, Joselina da Silva diz que formar uma rede de militância que conseguisse também atingir as esferas político-partidárias era um dos principais propósitos dessa entidade para garantia da ascensão social do negro. “A UHC valia-se da estrutura política já estabelecida nos locais em que estivesse presente. Assim, deputados, médicos, advogados, jornalistas e homens negros com visibilidade social e política eram convidados a integrar a organização e tinham na rede um sustentáculo.”⁴³ A rede se formava pela multiplicação dessas entidades pelo Brasil. Elas se apoiavam mutuamente e preparavam seu corpo administrativo para a tarefa de instalar os órgãos de assistência educacional, jurídica e social. Nesse sentido,

⁴² Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

⁴³ Joselina da SILVA, “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50”, p. 226.

“(...) estas lideranças fortaleciam-se politicamente, em nível nacional, por estarem ligadas a uma conexão nacional de homens negros com destacada atuação social e política nas suas regiões. Ao mesmo tempo, auxiliavam a UAGACÊ na expansão dos seus tentáculos que se espraiavam nas capitais, sobretudo nos municípios de cada estado, sob a orientação de uma direção estadual. (...)”⁴⁴

Exemplo dessa estratégia de inserção na política é a “preocupação constante – demonstrada em suas publicações – em inserir seus representantes em cargos eletivos e a atração de negros parlamentares (estaduais ou municipais) para aliarem-se aos quadros da organização.”⁴⁵ Essa é uma das formas de articulação principalmente do CCJP e da UHC em Caxias, evidente nos acordos firmados com políticos locais, Tenório Cavalcanti, por exemplo, nos acordos com políticos nacionais e nas tratativas para filiação partidária. É o caso de José Gomes, que ingressa no PTB para concorrer à vereança nas eleições municipais.

Desenhava-se um projeto associativo para constituir uma “organização destinada à ação contra o preconceito de cor e pelo alevantamento material, moral e cultural do negro, por via, principalmente, da assistência social.”⁴⁶ O projeto, nos termos postos por Joviano Severino de Melo, previa, “de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem, aprovados pela O.N.U., em dezembro de 1948, pleitear o ingresso de negros na alta administração do país. Queremos ter homens de côr Ministros de Estado, Senadores, Deputados, Prefeitos, Juizes, Diplomatas.”⁴⁷ Por isso era tão importante contar com o apoio de negros letrados e prestar apoio e auxílio na preparação escolar, no atendimento jurídico com a confecção de registros e documentos, além da assistência social mais ampla.

No entender de parte das lideranças da UHC, o problema do negro estaria diretamente ligado a sua miséria econômica e social. Para minimizá-lo, a entidade se dedicava ao exercício da caridade prestando assistência social aos associados e aos grupamentos negros por meio da distribuição de roupas, alimentos e medicamentos nas

⁴⁴ Joselina da SILVA, “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50, p. 226.

⁴⁵ Idem, p. 232.

⁴⁶ Ibidem, p. 224.

⁴⁷ Abdias NASCIMENTO, *Quilombo: vida problemas e aspirações do negro*, Rio de Janeiro: Editora 34, n° 3, p. 9 (jun. 1949), 2003.

localidades listadas como as mais carentes. Além disso, cobrava das autoridades governamentais e da sociedade a criação de órgãos que financiassem os empreendimentos necessários para pôr em prática suas propostas de combate à discriminação racial de proteção da identidade e da cultura negra, bem como de outros grupos étnicos. A União dos Homens de Cor reivindicava também a criação de escolas, centros médicos e cooperativas que oferecessem gêneros de primeira necessidade nas mais variadas localidades, sobretudo nas mais distantes. Esse programa de metas foi apresentado pelo presidente da Uagacê durante o I Congresso Brasileiro do Negro (1950). E publicado “Himalaia”, órgão de imprensa da entidade.

1.3 A travessia: veredas

As origens do movimento negro remontam ao período final da década de 1920 e à década de 1930. Observam-se tentativas de organização com o surgimento, por exemplo, em São Paulo, da agremiação política Frente Negra Brasileira (1930). Com objetivos extremamente elitistas e atrelados à discussão entre os social-democratas e os integralistas que dividiam o grupo político-partidário, começa a se ramificar por algumas partes do país, como no Rio de Janeiro. A proposta de branqueamento étnico presente no cenário político-social brasileiro suscitava uma resposta dos grupos e associações de negros. É nesse sentido que diversos membros de associações e núcleos de ativistas verão no governo de Vargas a possibilidade de encaminhar a resolução de sua problemática.

O término da Segunda Guerra Mundial e a recomposição do mapa político mundial estimulam a expansão de movimentos anti-racistas motivados pela luta contra o nazi-fascismo. No plano interno, durante a vigência do Estado Novo, Vargas extinguiu a Frente Negra e fechou todos os partidos políticos, inclusive o Partido Republicano Paulista, remanescente da aristocracia rural escravocrata, conforme íntegra do Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, reproduzido por Wamireh Chacon em “História dos Partidos no Brasil”. Após uma série de considerandos, o documento

“DECRETA:

Art. 1º — Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos.

§ 1º — São considerados partidos políticos, para os efeitos desta lei, todas as arrematadas partidárias registradas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral, assim como as que, embora não registradas em 10 de novembro do corrente ano, já tivessem requerido o seu registro.

(...)

Art. 3º — Fica proibida até a promulgação da lei eleitoral, a organização de partidos políticos seja qual for a forma de que se revista a sua constituição, ainda que de sociedades civis destinadas ostensivamente a outros fins, uma vez se verifique haver na organização o propósito próximo ou remoto de transformá-la em instrumento de propaganda de idéias políticas.

Art. 4º — Aos partidos políticos no art.1º é permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos, desde que o não façam com a mesma denominação com que se registraram como partidos políticos.

(...)

Revogam-se as disposições em contrário.”⁴⁸

Com o novo ambiente que se instaura no país, as esperanças de organização dos grupos negros se fortalecem. A questão do negro em âmbito nacional, então, toma corpo, visibilidade e expressão política efetivamente já na década de 1950. É nesse momento que se realizam eventos e aparecem entidades voltadas para a discussão dessa temática. Várias propostas surgem nesse sentido, como a criação do Teatro Experimental do Negro – TEN – em 1944⁴⁹. No teatro, são encenadas peças como o Imperador Jones, de Eugene O’Neill (1945), e Calígula, de Albert Camus (1949). No sociodrama, efetuava-se um trabalho de orientação psicodramática cujo

⁴⁸ Wamireh CHACON, Decreto-Lei nº 37, de 2/12/1937, in **História dos Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981, p.329-330.

⁴⁹ Luiz Aguiar Costa PINTO, **O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

objetivo era a purgação do drama social do negro por intermédio da *catarsis*⁵⁰, realizada na representação de papéis que o personagem/artista desejaria ocupar na sociedade.

Para a União dos Homens de Cor – Uagacê – tratava-se de desenhar um projeto associativista que se constituísse como uma “organização destinada à ação contra o preconceito de cor e pelo alevantamento material, moral e cultural do negro, por via, principalmente, da assistência social”⁵¹. O projeto reuniu elementos da população negra bem diferentes daqueles que o TEN atraiu.

O final da década de 1940 e a década de 1950 foram marcantes para o movimento negro. Esse momento reflete o pós-guerra e a luta mundial contra o racismo, enquanto, nessa parte dos trópicos, ocorre o esforço para consolidação do mito da “democracia racial”. Organismos internacionais como a Unesco articulavam projetos de estudos e pesquisas no intuito de estudar a formação social brasileira e discutir suas problemáticas. Nessa esteira se envolvem cientistas internacionais principalmente dos campos da antropologia e da sociologia, financiados por essa instituição para pôr em prática o projeto da Unesco de estudo das relações raciais no Brasil. Os cientistas estrangeiros travam contato com os brasileiros que aqui representavam e apoiavam tal projeto, ingressando nos quadros das universidades federais e públicas do país, caso, por exemplo, da USP.

CAPÍTULO 2

NEGROS DOUTORES, FILÓSOFOS, CONTRAVENTORES: CAXIAS, CIDADE ABERTA

No estudo das trajetórias das duas entidades de movimento negro, quais sejam; o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural Brasileira dos Homens de Cor, é mandatório se falar da formação do que se reconhecerá como lideranças negras locais, dos modos de acesso que irão construir, dos mecanismos de barganha e de

⁵⁰ Segundo Abbagnano, significa a purgação dos males. “Libertação do que é estranho à essência ou à natureza de uma coisa e que por isso, a perturba ou corrompe.” Esse era o fundamento da proposta do *sociodrama* de Guerreiro Ramos posto em prática no TEN. Nicola ABBAGNANO, *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 120.

⁵¹ Luiz Aguiar Costa PINTO, *O negro no Rio de Janeiro*, p. 260.

lutas produzidas por essas lideranças. Este capítulo trata dos fundamentos teóricos capazes de dar conta, aqui, desse conjunto de itens.

Os protagonistas e mediadores desse contexto social, os espaços de luta dos afro-caxienses produzem suas formas de representação social, o que os identificará com dados lugares sociais. Os negros letrados e instruídos orientam e lideram as entidades em sua caminhada por forcejar abertura de rotas para a ascensão social do negro. Afora essas lideranças, observa-se a ação de grupamentos e indivíduos marginais, espécie de “lideranças não-qualificadas”, digamos, e que também forcejam pela sua inserção ou ao menos pelo seu reconhecimento como membros dessa sociedade. Ao mesmo tempo em que nascem as entidades de movimento negro, abre-se também a cidade para a recepção dos migrantes que buscam um lugar para a edificação do seu melhor mundo.

Nesse tabuleiro de xadrez, os negros que orientam as histórias e os percursos das entidades negras transitam pelos espaços oficiais e procuram conviver e ao mesmo tempo negar os espaços construídos para identificá-los com a marginalidade. As lideranças negras locais, na montagem de suas estratégias de sobrevivência, vão produzir espaços de trânsito e de ação que permitirão, por sua vez, o surgimento das lideranças instruídas e letradas. Como subproduto indesejado do movimento das peças no xadrez, contudo, aparecem esses homens e mulheres desqualificados ou, por outra desclassificados talvez, no sentido de que não pertenceriam a nenhuma classe social propriamente. Mesmo assim, “lideranças qualificadas ou instruídas” e “lideranças não-qualificadas”, ambos os seguimentos buscam, cada qual a seu modo, um lugar na sociedade.

Neste trabalho, pretende-se focalizar e analisar principalmente as lideranças negras locais instruídas que abriram seu caminho se utilizando de mecanismos, nos termos de João José Reis e Eduardo Silva, de “negociação e conflito”, viabilizando ou tentando viabilizar, com isso, projetos de elevação do negro na sociedade.

“O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado nos

campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, (...) ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos”⁵²

Essa modalidade de relações que se estabeleciam entre lideranças negras locais e a elite política, verificando-se na atuação de José Gomes no parlamento municipal, forcejam negociações com as lideranças partidárias e conquistam apoios importantes que lhe garantiram mesmo depois do fim de seu mandato a transformação do Centro Cultural José do Patrocínio em entidade de utilidade pública. Tudo isso, em meio aos acordos e conflitos com membros da Câmara, com a formulação e a cobrança de leis que isentavam o pagamento de impostos aos agricultores e na vistoria dos títulos de posse de proprietários de terra. Mesmo nesse ambiente de fortes embates pela terra e no momento em que o condomínio dos poderes políticos na cidade estava sendo loteado entre as elites políticas locais, José Gomes conquista apoio efetivo dentro da casa de debates políticos e recoloca as discussões sobre a discriminação social e do preconceito de cor na sociedade duque-caxiense.

Os projetos das duas entidades são colocados em debate. Tinha o propósito de prestar apoio educacional, social, jurídico. A rede de proteção que fazia parte dessas entidades negras contemplava não só os grandes grupamentos negros, mas também os desgarrados de toda sorte. É o caso, por exemplo, do artista plástico Messias Neiva, que, segundo José Gomes, teria saído de condições muito difíceis para uma vitoriosa carreira internacional.

“Um dos elementos que nos ajudou a carregar o Centro nas costas, foi o Messias Neiva. É outro também que andava com a mala nas costas. A mala e o chapéu eram a sua casa. Na mala carregava a roupa e o chapéu (...) [Para] Cobrir o corpo.

⁵² João José REIS e Eduardo SILVA, “Introdução”. In *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 7.

(...) Messias começou comigo. A gente comprava um prato de sopa e dividia. A gente dividia um prato de sopa no português, no Ventura, no bar Ventura, na rua Chaco. Tinha o bar do Ventura. Eu sempre comia no bar Ventura. Pedia um prato de sopa. Porque sopa era aquele prato avantajado, então eu pedia mais um prato e dividia com ele, porque nem eu tinha dinheiro nem ele. Nem ele. Ele tava começando a desenhar as primeiras letras, os primeiros quadros. Aprendendo. Quer dizer, hoje é um homem internacional. Eu continuo aqui, e ele eu nem sei pra onde, Angra dos Reis... É um, né? Não, não saio de Caxias. Só saio pro fórum. Amanhã tenho audiência no fórum.”⁵³

Dependendo do lugar social que esses grupos e indivíduos conseguem ocupar, sua atuação terá o sentido de propor filosofias de vida, e não apenas de sobrevivência. São todos negros, quase negros, não-brancos, sua posição e atuação nas esferas sociais, a forma como irão compor suas lideranças dará o tom com o qual vão estabelecer suas relações com a sociedade política.

Alguns objetivos são comuns, outros, não. É preciso definir rapidamente o papel e o lugar de cada um nessa sociedade, de quais estratégias vão precisar se cercar para montar o terreno do confronto, se o caminho se orienta pela negociação ou se o caminho se orienta para o conflito. É preciso definir as lutas que vão precisar travar, se a mais ampla, envolvendo a questão do negro no plano geral da sociedade, se a mais particular e específica, aquela que define quem somos e o que nos identifica. Os negros doutores vão constituir as “lideranças negras locais instruídas”, e os negros marginalizados vão constituir as “lideranças negras locais desqualificadas”.

As “lideranças negras desqualificadas”, de certa forma, representadas por Ismael Rodrigues da Silva, o Negro Sabará, apresentavam outros atores sociais como o cafetão Fiô e a prostituta Rosa, que ganham fama na cidade por sua atuação no mundo do crime, formando uma rede de sociabilidades em que o espaço da marginalidade e da contravenção lhes garantia, nesse espaço de conflito, “certo respeito” e uma identidade frente à sociedade duque-caxiense. Sua atuação ajuda a reforçar o mito da cidade

⁵³ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

violenta. As táticas usadas pelos marginalizados quase sempre terão o propósito de buscar a conciliação através de acordos onde em parte a sedição significará mais adiante a retomada de espaços, garantias para suas famílias, indultos e diminuição dos castigos, definição de territórios de atuação.

A prática do lenocínio sempre foi alvo de denúncias no parlamento municipal e em algumas notas de jornal. Hotéis que serviam como lupanares freqüentemente eram invadidos pela polícia. A saída nesse momento era quase sempre a negociação, que em certas ocasiões, com a participação de políticos da cidade, gerava a diminuição ou até a supressão da pena dos envolvidos.

Essa Caxias, “Cidade Aberta” e terra das oportunidades mas também compartimentada espacial e socialmente, era a cidade que se oferecia ao migrante como a terra do trabalho e da promessa, das muitas oportunidades para aqueles que estavam dispostos a encará-la e desnudá-la. Ao mesmo tempo, era uma cidade sinuosa, cheia de armadilhas, pantanosa, onde se abrigavam ainda as temidas hidras do passado, agora metamorfoseadas em grupos de vanguarda negra letrada que dialogavam com as autoridades. Eis uma forma de explicar a cidade que se abria às diversas levas migratórias oriundas do Nordeste e do próprio Sudeste, com uma flagrante presença de população negra e que guardava mazelas sociais as mais diversas: o precário abastecimento de gêneros alimentícios, a ausência de urbanização, a carência de água potável e de condições sanitárias básicas, de aparelhamento administrativo. Para Santos Lemos, ou Silbert dos Santos Lemos, jornalista da área policial, advogado e delegado de polícia que atuou no município nas décadas de 1950 e 1960, Cidade Aberta era o espaço em que

“(…) nortistas e nordestinos adoravam o “Homem da Capa Preta”, símbolo de coragem, de cabra destemido, que vencera na vida de dedo no gatilho. E porque também não matar? Esta admiração estendeu-se aos naturais do lugar, não só os duquecaxienses e cariocas, mas capixabas também, sendo estes na maioria e aqueles na minoria. E Caxias a cidade de portas abertas, recebia-os também de braços abertos. Cedia suas ruas e suas praças, sua desordem. Se o dístico de nossa bandeira é Ordem e Progresso, o de Caxias era Desordem e

Progresso. A cidade crescia graças à iniciativa particular, a falta de fiscalização, ao lenocínio, à contravenção, à liberdade de vender geladeira até nas calçadas das ruas, ou de aumentar o preço do cafezinho, quando estudos para uma majoração eram apenas iniciados na Capital da República.”⁵⁴

A análise proposta por Santos Lemos, observador do seu tempo na área jornalística, em sua trilogia “Os crimes que abalaram Caxias”, aponta para a construção de uma sociedade partida entre uma elite branca, proprietária de terras, redistribuidora de poderes, e os novos conformadores ou parceiros da ordem local — forasteiros apadrinhados como Tenório Cavalcanti, por exemplo. A intenção dessa elite era implantar uma política deliberada de extermínio e perseguição à população marginalizada especialmente os negros. Para tanto se contratavam e produziam matanças, com intuito de promover “uma limpeza marginal”, mas sobretudo uma “limpeza” em favor do “clareamento ou do branqueamento”, conforme relata Lemos.

“ – A situação é alarmante. Os homens querem acabar com a gente. E muito negro vai amanhecer com formigas na boca, com quatro velas acesas em volta. Os homens não vão ficar só em Gaguinho e em Juca. Vão mais além, vão matar todos nós.

(...) – É surgiu agora este método na Baixada. Amarram o negro, levam para a margem do Rio Guandu, fuzilam e jogam o cadáver nas águas.”⁵⁵

E prossegue a narrativa de Santos Lemos, com ênfase na perseguição contra os negros:

“Doido de saudades, o negro voltou o mais depressa possível para Caxias. E alí chegando, procurou seus velhos companheiros. Muitos já estavam mortos, pois a profilaxia da cidade de ferro e a fogo, prosseguia, com preto amanhecendo

⁵⁴ Silbert dos Santos LEMOS, **Os Donos da Cidade**. Duque de Caxias: Caxias Recortes, 1980, p.26.

⁵⁵ Idem, p. 68-9.

entre quatro velas, cigarro de maconha no bolso, uma peixeira ‘enferrujada’ ao lado da mão direita.”⁵⁶

Esses filósofos, contraventores, marginais, sobreviventes de uma sociedade dividida em diversas esferas e grupos sociais produziam seus espaços de luta e recompunham suas forças no submundo. Na denúncia feita em sua obra, Santos Lemos aponta para as agruras do cotidiano de personagens pertencentes ao realismo local. Parcelas de grupamentos negros conscientes de seu papel na sociedade e do que estava reservado nos embates com a sociedade entendiam a sua maneira o significado de serem negros e dessa ligação que lhes fora imposta com a ilegalidade e o crime alimentada pelas elites e pela sociedade. Eram eles o que a literatura marxista classificaria como lúmpen-proletariado. Daí surgem personagens com ação ativa no submundo, entre eles, Sabará, Fiô, Geralda, Rosa, os “donos da cidade”, conforme os identificava Santos Lemos.

“O investigador de dia, Luís ‘Biscoitão’ dormia em cima da mesa do delegado, enrolado na bandeira nacional, fugindo do frio e dos mosquitos. Acordou com o ‘tiro’ trêmulo de medo, empunhando o seu revólver, julgando terem os inúmeros marginais, os donos da cidade, invadido a Delegacia.

(...)

Só escaparam os donos do município, os assaltantes e maconheiros, como ‘Sabará’, ‘Lamour’, ‘Charuto’, Mario ‘Curriola’ e muitos outros que experimentados sabiam que quando chega um novo titular efetua logo uma ‘Blitz’-monstro no município para causar boa impressão e sentir o peso dos políticos da cidade.⁵⁷

O grupo de desclassificados, negros todos, se ampliava à medida que a cidade crescia, definindo para trânsito do cotidiano de seus personagens os territórios de segregação, para conquistar algum grau de dignidade no plano social. Em outro pólo, as lideranças negras locais instruídas constroem os seus acessos à sociedade

⁵⁶ Silbert dos Santos LEMOS, *Os donos da cidade*, p. 21.

⁵⁷ Idem, p. 92-93.

institucionalizada, movimento que é observado também pelo olhar arguto de Santos Lemos.

“Mas se só os marginais negros eram assassinados, os homens de epiderme escura, se bem que pobres e íntegros, eram perseguidos pelos brancos também. Tanto assim que a União Cultural Brasileira dos Homens de Côr, com sede em Duque de Caxias sita à rua Chaco, 13, 1º andar, reunia-se a fim de lutar pelas suas reivindicações. Era organização que nem de brancos, tratavam de diversos assuntos correlatos ao desenvolvimento do seu quadro social...

(...)

Eram os negros, antônimos de ‘Sabará’, que não viviam marginalizados, procuravam, com a lei e com a cultura, fazer frente aos brancos, sobrepujá-los, se possível pacífica e democraticamente, ao contrário dos filiados de ‘Fiô’ que guerreavam com armas nas mãos, cachaça e maconha na cabeça”⁵⁸.

O texto procura expor os contrastes entre as lideranças negras instruídas, preocupadas com a promoção social de seus liderados, e os grupos de desclassificados negros, que demonstravam um profundo desprezo pela vida institucionalizada, conformando esta sua estratégia de embate social. O movimento promovido pelas lideranças negras locais aí, não conseguia atingir o universo dos não-brancos para a necessidade de organização e construção de estratégias de luta e resistência. Não havia portanto, identificação entre um grupo e outro e nem mesmo um acordo estabelecido para juntar forças no atendimento de demandas comuns.

“A União Cultural dos Homens de Côr promoveu até um concurso de Beleza, elegendo a sua Rainha. (...) Em maio de 1954, foi coroada a Rainha da União Cultural dos Homens de Côr em Duque de Caxias, com festa de conagraçamento da Família Negra Brasileira.

⁵⁸ Silbert dos Santos LEMOS, *Os donos da cidade*, p. 78.

Mas nela “Sabará” não entrou. Seus irmãos de côr não viam com bons olhos suas andanças, julgavam-se mesmo a ele superiores, pois não tinham ficha na polícia, não temiam aparecer com formiga na boca em um terreno baldio de Duque de Caxias.

E o negro Sabará nem pela rua Chaco passou. Deu volta, com respeito e triste por poder freqüentar só a Churrascaria Vitória do Martins ou a Pensão da Olinda Macedo. Também, o que iria fazer naquele baile de negro metido a branco, lutando com bailes e livros contra os brancos sempre mais poderosos, que só queriam as negras para a cozinha ou para a cama? Besteira, dizem que na América do Norte é pior, preto nem em ônibus de branco viaja, nem passeia na calçada.”⁵⁹

2.1 Os agentes e os seus modos de atuação

No diálogo entre as lideranças negras locais que forcejam pela abertura de espaços em favor dos afro-caxienses e as “elites do poder”, estão presentes as barganhas que caracterizam o jogo político da época. Fazia parte da estratégia de negociação e conflito das lideranças negras locais manter abertos canais de comunicação com o projeto da retórica populista e sua correspondente configuração do líder popular, suposto garantidor das demandas dos segmentos da população não-branca.

Neste trabalho adota-se a expressão lideranças negras locais e seus correlatos, lideranças negras intelectualizadas, lideranças negras instruídas, entre outros termos, para se referir aos indivíduos negros e não-brancos, oriundos do espaço acadêmico e dos núcleos associativos e que atuam no movimento negro como vanguardas e lideranças.

Em “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”, Mario Grynszpan apresenta a concepção de Suzanne Keller de “elites estratégicas”, que guarda semelhança com a concepção do que representam as lideranças negras que organizam e

⁵⁹ Silbert dos Santos LEMOS, *Os donos da cidade*, p. 28

dirigem as entidades negras locais analisadas nesta dissertação. Para a autora, as “elites estratégicas” são as

“minorias de indivíduos socialmente importantes, cuja missão seria servir a coletividade, tomando para si a responsabilidade pela realização de grandes metas e, igualmente, pela continuidade da ordem social. Essas elites não se confundiriam com classes sociais. Sua origem não se limitaria à divisão social do trabalho, guardando relação com a própria heterogeneidade da comunidade, de acordo com o sexo, idade, etnia... [Elas] seriam abertas, selecionadas com base na motivação, na capacidade e no mérito individuais, o que significaria igualdade de oportunidades.”⁶⁰

Nesse sentido, tenho me servido das expressões “lideranças negras locais”, “lideranças negras letradas ou instruídas” e variantes. Uma e outras apresentam uma dupla utilidade. Primeiro, têm valor denotativo, frustrando, portanto, ambigüidades. E segundo, elas evocam o princípio das “elites estratégicas”, que aqui permite intermediar a introdução de certos aspectos conceituais da obra de Mario Grynszpan, adaptados para possibilitar uma melhor análise operacional da dinâmica social dos militantes negros de Duque de Caxias. E para designar os grupos políticos e as camadas dominantes que controlam os espaços de poder local será utilizado o termo “elites do poder”, tomada de empréstimo a Mario Grynszpan.

A “teoria das elites” é adotada como categoria de análise e fundamentação teórica, sobretudo para entendermos os grupos políticos e sociais que se articulam e se dividem no poder. Grynszpan fala de duas grandes divisões sobre a concepção e as relações de poder estabelecidas na sociedade, os pluralistas e os monistas. O grupo dos monistas, representado principalmente por Wright Mills, entende elite (e sua teoria) como aquela que aponta para uma “unidade das elites”. Isso orientaria a distribuição do poder entre as várias elites que convergiriam para uma centralizadora, “a elite do poder”. A elite do poder, diz Mario Grynszpan, fazendo referência a Wright Mills, está presente

⁶⁰ Mario GRYSZPAN, “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”, p. 59.

“no topo das principais hierarquias e instituições da sociedade americana, tomava por si mesma, livremente, as grandes decisões, as decisões que afetavam a nação como um todo. Seu poder, assim como sua celebridade e sua riqueza, resultava, de fato, de sua posição à frente daquelas hierarquias e instituições, ou, mais especificamente, do estado, das empresas e das forças armadas”⁶¹.

Aqueles que deveriam ocupar cargos de mando e postarem-se no poder deveriam formar um grupo que contivesse grande identificação entre seus membros.

“Os homens do poder, para Mills, compunham um grupo unificado psicologicamente, que se conhecia, que se encontrava não apenas nos negócios, mas também em ocasiões sociais, que se reconhecia e se levava em conta ao tomar decisões. Com origens sociais e trajetórias semelhantes, eles se inseriam, ao longo de sua vidas em uma mesma rede de relações. Por esse processo eram igualmente conformados igrejinhas, esquemas de clientela e de lealdades pessoais, que pesavam, de modo efetivo, para a ascensão e o êxito nas altas-esferas...”⁶²

Em Mario Grynszpan, “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”, a grande crítica feita a Wright Mills se refere ao fato de que uma grande e poderosa elite, ainda que convivendo com diversos outros grupos de elite mais fracos, não sofre ingerência desses mais fracos. A concepção de Wright Mills trata de uma elite que controlaria as relações de poder, embora não negue a existência de diversas elites coexistindo e interagindo num mesmo contexto social e ressalte que o estudo das sociedades humanas e de suas relações é também o estudo do imponderável, do subjetivo, e por esses elementos pode-se perceber que o controle das elites sobre as camadas ditas subalternizadas não é total.

⁶¹ Mario GRYNSPAN, “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”, p. 49.

⁶² Idem, p. 50.

A relação é também “dialética”, a criatura também participa da criação e da relação de controle, não obstante a “massa” se encontre desconectada e dispersa, à margem mesmo das mudanças sociais. Essas mudanças, é claro, ainda que não percebidas conscientemente pelas massas, afetam sensivelmente a sua vida. Segundo Wright Mills, “A estrutura mesma da sociedade moderna limita-os [homens] a projetos que não são seus, e de todos os lados aquelas modificações pressionam de tal modo os homens e mulheres da sociedade de massas que estes se sentem sem objetivo numa época em que estão sem poder.”⁶³ Dessa forma, “A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências.”⁶⁴ Assim, haveria o controle hierárquico de uma elite superior e é essa, por conseguinte, que controlaria as outras e a grande massa.

Ao tratar da divisão entre monistas e pluralistas, Mario Grynszpan se remete aos pioneiros dessa discussão, os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto (entre o fim do século XIX e o início do século XX) e o alemão Robert Michels. Mario Grynszpan discute a permanência e a releitura de cada um desses clássicos da teoria das elites em diversos outros estudiosos contemporâneos do tema. Nas análises orientadas em Mosca, uma das percepções era a de que se podia observar na elite “duas tendências opostas: aristocrática, que a fechava, bloqueando o acesso a elementos de baixo; e a democrática, que permitia esse acesso”⁶⁵. Com base nesse argumento, Grynszpan afirma “ainda que a longo prazo, a tendência democrática deveria prevalecer, modificando a elite”⁶⁶.

De Robert Michels se poderia extrair a idéia de fragmentação do controle e do poder nas relações sociais. A existência e o exercício da democracia só seriam possíveis mediante o estabelecimento de uma organização, ou mediante a criação de organizações na sociedade. Isso estabeleceria a escolha dos delegados do povo e as regras do jogo político. O projeto que idealizava uma democracia participativa se inviabilizaria, de vez que as “massas” sofreriam de uma patologia, por ele chamada de “patologia das massas”. Então, para R. Michels, “Anulando as individualidades, as responsabilidades e o poder de raciocínio, as multidões eram facilmente influenciáveis

⁶³ Mario GRYSZPAN, “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”, p. 13.

⁶⁴ Idem, p. 14.

⁶⁵ Idem, p. 48

⁶⁶ Ibidem, p. 48.

por oradores competentes, e as assembléias, por isso mesmo, eram pouco propícias a discussões sérias e decisões refletidas.”⁶⁷

Devido a essa hipotética incapacidade das “massas” para a compreensão e o encaminhamento de suas demandas, ter-se-ia o espaço perfeito para a criação de organizações e de delegados. Essa seria então a via democrática de participação popular. Logo, os delegados, aproximados do povo, o representariam, oriundos que eram do mesmo seio, mas se sobressaindo da massa. A separação entre um e outro, assim nos aponta Mario Grynszpan, começa a se dar, no pensamento de R. Michels, com a divisão do

“trabalho político. A crescente complexificação das tarefas dos delegados, a necessidade de decisões específicas e urgentes – sem possibilidade de consulta às bases –, exigia deles habilidades e competências específicas, para cuja conformação passaram a ser criadas escolas. Introduzia-se aqui um elemento de diferenciação entre delegados e massa, tornando-os em certa medida, autônomos, independentes do controle desta”⁶⁸.

Nesse processo de diferenciação, quem vai definir o tom a ser dado nas relações entre delegados e os grandes grupamentos sociais frente a essa nova organização, bem como as reais necessidades dos grupos sociais majoritários, é a elite nascente. As novas elites do poder se perpetuam nos seus cargos políticos de representação dos antigos delegados. “Uma vez eleitos, por conseguinte, os delegados passavam a permanecer em seus cargos por longuíssimos períodos, o que viviam como um verdadeiro direito moral conquistado.”⁶⁹

A integração entre delegados e organização isolava a massa e seus interesses de grupo. Os delegados, transformados em patrões, irão estabelecer as prioridades, os interesses da grande massa darão lugar aos interesses dos patrões. Os interesses dos grupos majoritários são aqueles que os chefes entendem ser. “Os

⁶⁷ Mario GRYSZPAN, “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”, p. 38.

⁶⁸ Idem, p. 38

⁶⁹ Ibidem, p. 39.

delegados, os representantes, deixavam de ser servidores do povo para se tornarem, na expressão do sociólogo, seus patrões.”⁷⁰

Por essa concepção, podemos perceber as relações de poder constituídas na Baixada Fluminense e em Duque de Caxias na divisão dos poderes e do edifício político entre patrões que aqui se estabelecem e se apresentam como os representantes do povo. É o caso de Tenório Cavalcanti, que vem para cá com a tarefa de administrar uma fazenda e acaba participando do processo de loteamento intermediando essas negociações e alcançando a esfera parlamentar, como representante do povo e assim construindo seus domínios políticos.

Ora, está claro, por esse entendimento, que “as elites”, dito assim, genericamente, são as camadas dominantes, os grupos que se alternam e distribuem entre si o poder. Mas também haveria as elites das camadas subalternizadas, isto é os conjuntos de elementos que se sobressairiam nesse universo de desprivilegiados (Messias, Gomes, Quixaba, Abdias). Essas “elites”, que corresponderiam para os efeitos que nos interessam aqui às lideranças negras locais mencionadas antes, entretanto, não disputariam propriamente o poder, disputariam possibilidades de ascensão para si e para os indivíduos dos segmentos que, de algum modo, representariam. Disputariam um lugar do qual pudessem se orgulhar todos aqueles que nelas se espelhariam e ao mesmo tempo lhes serviriam de ponto de apoio. Disputariam a assunção de um lugar onde pudessem se sentir dignos todos, ou, como hoje se diria, cidadãos. Todavia, para evitar interpretações ambíguas ou ideologicamente mal-intencionadas, optou-se aqui por não denominar os negros instruídos de elite negra, mas sim de lideranças negras locais, conforme já se disse, fórmula alternativa, capaz de esvaziar possíveis relações de semelhança e de identificação da categoria “elite negra” com os grupos dominantes.

A rede de relações que se estabelece na cidade, essencial para a manutenção do grupo e de seus propósitos, no caso do Centro Cultural José do Patrocínio e da União Cultural dos Homens de Cor, os propósitos de ascensão social, pode ser chamada de rede de sociabilidades. O modo de existência dessas entidades de Caxias nos anos 1950 era o associativismo, que proporcionava não só o conagraamento de seus membros, mas também o estreitamento de laços de estratégia e de ação política,

⁷⁰ Idem, p. 39.

concebida de forma semelhante às relações entre os diversos grupos de elite conforme já exposto.

A propósito, as críticas mais profundas à concepção monista das elites, principalmente a Wright Mills, partirão de dois grupos – os liberais e os marxistas. A tese monista fundamentada na democracia e na soberania popular não se sustentaria numa sociedade de massas. A sociedade de massas apresentava vários perigos no que se refere à participação e ao exercício político. Uma de suas características básicas era a tendência para a dispersão e a conseqüente pulverização tanto de metas quanto de grupos. A massa, segundo os grupos elitistas, teria uma certa incapacidade natural de receber, repassar e decodificar idéias. Por isso estaria sujeita aos aliciamentos totalitaristas e receptiva ao canto dos demagogos. Essa atitude colocaria em risco o projeto democrático, e não garantiria o exercício da democracia. Tal crítica, feita ao pensamento de Wright Mills pelos liberais, se refere a uma tese sobre a relação entre as elites e a massa no processo democrático, ressaltando o elemento plural tanto para as elites quanto para as massas.

“As elites, na democracia, seriam abertas, isto é, seu recrutamento e seleção não estariam confinados a um grupo apenas. Além disso, como os diversos grupos tinham de disputar – e a concorrência aberta, livre, entre grupos diversos, era outro elemento-chave da democracia, impedindo que apenas um deles pudesse se impor aos demais de forma absoluta – a simpatia popular expressa através do voto, os interesses do povo acabariam sendo sempre levados em conta nas tomadas de decisão.”⁷¹

2.1.1 A cultura política e a sociedade política: relações e produções para a militância dos afro-caxienses

As estratégias produzidas pelo movimento negro em Caxias incluíam a escolarização, o apoio a alguns membros, a criação de uma liga (escola) para a preparação de candidatos, etc. Essa rede de solidariedade se compunha também de

⁷¹ Mario GRYSZPAN, A teoria das elites e sua genealogia consagrada, p. 51.

acordos que se estabeleceram com as elites integrantes da esfera política nacional ou poder local, caso do líder Tenório Cavalcanti e do PTB de Vargas, partido que abrigará candidatos oriundos desse universo de negros instruídos.

O contexto político-social que se desenrola durante a Segunda Guerra e o período imediatamente posterior evidenciaram as elites como as detentoras do poder e das decisões com a anuência do povo, que as viam como suas legítimas porta-vozes.

“Desse modo, a política, o poder, as decisões, nunca seriam atribuições ou iniciativas do povo. A ele cabia, simplesmente, aceitar ou não os políticos que se lhe apresentavam e os bens políticos que lhe eram ofertados. A democracia, portanto, era um governo dos políticos. O que a identificava, o que a diferenciava de outros sistemas, era a livre concorrência entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado. (...) os políticos atenderiam aos anseios da população na medida em que buscavam realizar seus interesses.”⁷²

O sentido e a orientação das elites remeteriam as relações de mando e controle a um pequeno grupo:

“Apenas o estrato político – portanto, uma pequena fração de cidadãos – teria uma influência direta nas decisões, propondo ou vetando algumas delas. Isso não significaria, porém, que o restante dos cidadãos não pudesse exercer influência, ainda que indiretamente, ou que não tivesse seus interesses garantidos. Afinal de contas, em um quadro concorrencial, os líderes buscariam garantir suas eleições através do fluxo de recompensas, ou da promessa de recompensas, em um sentido bastante amplo, principalmente àqueles que os apoiassem, e, além disso, seriam obrigados a manter-se dentro de determinados limites.”⁷³

⁷² Mario GRZYNSZPAN, “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”, p. 53

⁷³ Idem, p. 61

Em todas as tentativas de participação da comunidade afrodescendente no jogo político, está presente o embrião da problemática negra, a saber: a necessidade de avançar as discussões para além do sentido da discriminação e do preconceito contra negros e não-brancos, com o fito de formular políticas e traduzi-las em ações concretas para a inclusão do negro na sociedade brasileira. Ora, o que se irradia desse foco constitui-se no objeto de nosso estudo. Isso nos limites de um recorte que busca compreender como, durante o período que vai de 1949 a 1968, as entidades do movimento negro no âmbito da periferia que é a Baixada Fluminense conseguiram se organizar e fazer ecoar suas vozes.

Essas entidades apresentam problemas de articulação e de organização, inseridas que estão num contexto social em que as relações de uma maneira geral entre estado e sociedade são as do clientelismo⁷⁴, firmadas sob a ação do mandonismo⁷⁵ político de personagens como Tenório Cavalcanti, entre outros, em diversos momentos. Grande parte do contingente migratório que se localizou em Duque de Caxias era composto por afro-brasileiros, dispersos pelo município. Essas levadas migratórias se estenderam, em menor número, às décadas de 1960 e 1970. E os novos migrantes, da mesma forma que os anteriores, não encontravam espaço nem oportunidade de trabalho em suas regiões de origem. Viram assim na possibilidade de ocupação do município mais próximo do grande centro metropolitano e no acesso às moradias de baixa renda talvez o encaminhamento da solução de seus problemas.

Para ampliar a compreensão das relações que ocupam esse complexo mapa social do qual estamos tratando, valeria a pena utilizar, ao menos como tentativa, os conceitos de costume e cultura de E. P. Thompson, que balizam o cotidiano dos trabalhadores ingleses, ações e relações sociais. Assim, o entendimento do cotidiano das entidades do movimento negro, de seus integrantes e de suas interações projetará seus

⁷⁴ José Murilo diz que relações que se estabeleceram entre políticos como Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti (políticos com atuação respectivamente em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, e em toda a Baixada. No caso de Tenório com influência estadual e nacional.) com a sociedade local e as forças políticas, estaduais e nacionais não são as de coronelismo urbano, mas sim as de clientelismo. “Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo.” José Murilo de CARVALHO, “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual, in *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Luperj, vol. 40, nº 2, 1997, (229-250), p. 233.

⁷⁵ “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.” Op. cit., p. 231 e 232.

passos e suas investidas como expressão de uma cultura política que se processava no interior da militância, evidentemente ressalvadas as devidas diferenças de tempo, lugar, situação histórica, etc.

“(…) Mas o que se perdeu, ao considerar os costumes (plurais) como discretas sobrevivências, foi o sentido intenso do costume no singular (embora com variadas formas de expressão) — o costume não como posterior a algo, mas como *sui generis*: ambivalência, *mentalité*, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa.”⁷⁶

Os confrontos pela cultura e sua legitimação entendidos como discurso na perspectiva de Thompson serviriam para ensaiar uma explicação de como esses costumes e cultura entendidos como estratégias de alcance do espaço político, bem como elementos de resistência das “lideranças dos homens de cor” em Duque de Caxias foram negados no momento de assumir seus papéis no teatro político. Ao mesmo tempo, pode-se tomar esses conceitos que se entendem sempre em relação para explicar o esquecimento dessas agremiações nos documentos que apresentam os registros dessa época. Ora, uma “cultura popular”, relacionada à comunidade afro-caxiense e desqualificada perante uma cultura geral da sociedade como analisada por Thompson, é aquela que

“tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos ‘significados, atitudes, valores’, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho, de exploração e resistência à exploração, de relações sociais, de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a ‘cultura popular’ é situada no lugar material que lhe corresponde”⁷⁷.

⁷⁶ E. P. THOMPSON, “Costume e Cultura”. In *Costumes em comum*, p. 14.

⁷⁷ *Idem*, p. 17.

É, portanto, segundo Thompson, nesse espaço de manifestações que se estabelecem as lutas, as respostas, as resistências frente ao teatro de poder. E nesse teatro do poder estão inseridos além da luta dos grupos subalternizados, problemas como a discriminação social e o preconceito de cor em relação aos segmentos não-brancos. A cultura dessas lutas travadas por esses elementos, as estratégias pensadas para a constituição de sua resistência são revalorizadas, podendo-se partir dessa perspectiva para fazer a construção dos espaços de embate político do Centro Cultural José do Patrocínio e da União Cultural dos Homens de Cor nesse ambiente.

As lideranças negras locais produzem suas estratégias que comportam o estabelecimento de acordos com as camadas dominantes e a preparação de confrontos, dependendo das oportunidades que se apresentavam. É nesse sentido que, para Thompson, as concepções de “costume e cultura” cimentariam e intermediariam as relações estabelecidas entre as camadas dominantes, as lideranças negras locais e os segmentos negros. Fala-se aqui, obviamente, de segmentos que compõem a sociedade duque-caxiense, e não de uma classe social. Ante a possibilidade que se abriria para a tentativa de se estabelecer acordos, ou de se rebelar, os afro-caxienses garantiriam a manutenção de sua identidade escudando-se em suas lideranças, legitimadas no interior da luta política através das disputas ali estabelecidas.

Em outro pensador, Jean-Pierre Rioux, se buscou a construção do conceito de cultura política para explicar as trajetórias das associações negras e de seus membros em Duque de Caxias. E ainda de que maneira a concepção de cultura política pode auxiliar na explicação dos mecanismos utilizados pelos afrodescendentes para estabelecer seus espaços de negociação e conflito com o intuito de estruturar estratégias de resistência. A cultura política é compreendida nesse caso também como formadora de identidades para a ambiência dos não-brancos no espaço sociopolítico.

No tratamento da concepção teórica e conceitual de cultura política em Jean-Pierre Rioux, pode-se perceber a importância do associativismo, agregador e unificador de demandas sociopolíticas como fundamento e natureza ou característica de grupamentos sociais de firme interesse e papel político. Essas associações “participam, de uma estruturação, instável mas fecunda, da vida política”⁷⁸. Nesse sentido, convém

⁷⁸ Jean-Pierre RIOUX, “A associação em política” In René RÉMOND (org.), **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 100-101.

observar que a construção das duas entidades do movimento negro em Duque de Caxias, o Centro Cultural Jose do Patrocínio e a União Cultural Brasileira dos Homens de Cor, se dá em paralelo com a institucionalização do recém-emancipado município. Cabe aí descobrir por quais mecanismos vão se estruturar as relações entre os espaços privados e os espaços públicos, ainda produzindo linhas auxiliares que proporcionariam o instrumental necessário a sua organização e luta, “as ligas (...) [que] preferem ao programa detalhado o martelamento da idéia-força que as faz viver”.⁷⁹ É o caso, em Duque de Caxias, da Liga Eleitoral Independente, que cuidava da escolha e da preparação dos candidatos aos pleitos eleitorais.

O que pretendiam efetivamente essas associações no caso específico do plano sociopolítico de Duque de Caxias? Esse objeto de estudo, para as novas propostas analíticas da História Política, concebe que “entre o cidadão e o poder, entre o partido e o sufrágio, entre o instituído e o informal, havia espaço para uma reflexão de historiador sobre esta peneira ou esta malha associativa que envolve uma sociedade, uma cultura e uma forma do político”.⁸⁰ O debate teórico que aqui se instala procura ressaltar as organizações que “em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas têm acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um ‘sistema’ político”.⁸¹ No aprofundamento desse debate, cabe mencionar a noção de sociabilidade demarcatória de um dado contexto durante o exercício das relações sociais, no caso dos favores prestados, dos acordos firmados, das estratégias criadas como mecanismo de orientação e sobrevivência; no caso da produção do político e seus paramentos, do jogo de interesses estabelecidos – tudo isso exposto no interior das entidades do movimento negro em Duque de Caxias.

As características de associativismo e de transformações sociais dadas pelos novos rumos e por novas e velhas demandas desses movimentos atravessam toda a sua história ao menos no período aqui estudado. Isso desde a instauração das associações de movimento negro no final da década de 1940 até os anos 1950, integradas às lutas e às demandas do movimento negro nacional e internacional, com traços distintivos que definiam os grupos de negros intelectualizados, dividindo-os entre

⁷⁹ Idem, p. 101.

⁸⁰ Jean-Pierre RIOUX, J. P. “A associação em política”. In **Por uma História Política**, p. 103.

⁸¹ Idem, p. 103.

o que Costa Pinto denominava de associações tradicionais e associações de novo tipo. Os primeiros valorizavam as permanências culturais em manifestação e os outros voltavam-se para a preparação de representantes dessa comunidade para se alçarem às esferas político-sociais mais elevadas. O objetivo fundamental de ambas, porém, seria o alevantamento da cultura e da formulação de um lugar social acima do nível concebido ou destinado aos não-brancos.

O fenômeno associativista do século XX, sobretudo aquele que ganha corpo na década de 1950, propondo um projeto de construção e sobrevivência dos segmentos negros na sociedade civil, apresenta íntimas relações com um antigo projeto proposto nos primórdios da República Brasileira.

O projeto de acesso ao Estado Brasileiro se dá por intermédio da “estadania”⁸², cidadania conquistada pela mediação e permissão do Estado, que atua como provedor, definidor e guia da comunidade nacional e como aquele que escolhe quem terá a permissão para o acesso. “Acuada entre a administração e as forças políticas e sociais, entre os comerciantes e os administradores, a associação paliará algum ‘vazio de poder’, preencherá um ‘vazio de controle social?’”⁸³ A função social e a garantia na construção de sociabilidades demonstram que “as associações servem de caixa de ressonância e laboratório de idéias, de ‘fusíveis’ que, fundindo-se, assinalam as panes de inspiração e os curtos-circuitos do político”.⁸⁴

No fundamento da idéia e da análise do associacionismo como vetor dos projetos de grupamentos afrodescendentes para viabilizar a construção dos mecanismos e estratégias de resistência negra é que se encontra a explicação para a formação de organizações sociopolíticas das elites não-brancas em Duque de Caxias. E

“(…) é no contato com todas as forças que marcam o universo da política que se pode testar a ação das associações. Elas estão ao redor, aquém ou além dos partidos, mas ocupam as mesmas posições diante de todos os poderes, do Parlamento, do governo, da comuna ou do departamento, da administração (...).”⁸⁵

⁸² José Murilo de CARVALHO, “República e cidadanias” In **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 65.

⁸³ Jean-Pierre RIOUX, “A associação em política”. In **Por uma história política**, p. 119-120.

⁸⁴ Idem, p. 121.

⁸⁵ Ibidem, p. 127.

Através de instituições mediadoras do acesso das entidades e das lideranças do movimento negro às esferas do espaço público, produzem-se estratégias de luta para a conquista do espaço político. O estudo das relações sociais, embates, confrontos, conquistas aí estabelecidos na História Política deve ser pulverizado ante o seu espaço territorial, para que melhor se possam demarcar as sociabilidades e responder à problemática social de conquista dos segmentos afro-caxienses. Na proposta formulada por esses segmentos, pôde-se perceber que “(...) o associacionismo não departamentaliza nem comunaliza uma história política geral; ele faz do local seu melhor objeto de intervenção, e tem sem dúvida contribuído mais amplamente do que se crê para territorializar a vida política”.⁸⁶

Uma forma de analisar teoricamente a natureza dessas associações — e as relações de ingresso, formulação de propósitos e orientação teórica estabelecidas por seus membros e ainda os perigos que as cercam — é apontar a ambivalência do elemento formativo dessas instituições, uma vez que

“essas associações funcionam sempre com uma ambivalência que lhes pode ser fatal: reacionárias e subversivas, cultivando ao mesmo tempo a herança e a ruptura, seu discurso pode se tornar artificial e sua ação desfazer-se assim que uma evolução da sociedade ambiente torne obsoletos seus valores”.⁸⁷

Isso talvez explique as oscilações e as rupturas das entidades de movimento negro em Caxias — o fato por exemplo de a União Cultural dos Homens de Cor se manter a reboque das suas congêneres, principalmente da do Distrito Federal, não conseguindo se manter institucionalmente em Duque de Caxias —, o papel exercido por cada uma dessas instituições, luta que envolve um diálogo principal sobre essas questões — o preconceito de cor, a discriminação social, os antagonismos de classe. A resposta a essas questões pode estar no significado histórico que detém essa modalidade de movimento social, que atravessa os tempos com suas permanências e suas rupturas. Nesse sentido,

“a associação é um vetor da idéia que a faz nascer, mas cuja eficácia é proporcional aos valores que a vida interna da

⁸⁶ Jean-Pierre RIOUX, “A associação em política”. In *Por uma história política*, p. 127.

⁸⁷ Idem, p. 128.

organização, o culto de uma comunidade e o voluntariado concretamente exercidos secretam e alimentam. E são sem dúvida estes valores, mais do que aquele ideal [de defesa do Direito ultrajado], que ela infunde tão bem na vida política”.⁸⁸

O associacionismo funcionaria como um conjunto de redes de sociabilidades que se pretendem penetrar na malha fina do tecido social, nas brechas que o ambiente institucional deixa para que essas redes de proteção possam ser tecidas. Vários documentos referenciados nas atas, os quais se poderiam chamar de complementares, requerimentos, resoluções, ofícios, moções, indicações, apostilas, eram realmente anexos às atas e complementarizavam as análises e discussões estabelecidas nas sessões plenárias da Câmara Municipal. Esses documentos, infelizmente, não se encontram acessíveis ao pesquisador e nem mesmo é garantida a sua existência na íntegra para que os pesquisadores possam compor sua análise. Possibilitar o acesso pioneiro às atas já significou uma conquista pessoal, que devo ao trabalho que vem sendo executado pela direção do Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Convém, no entanto, retomar logo o eixo da discussão sobre cultura política, embora de outro ponto de vista, o ponto de vista de Serge Berstein. Para ele, remetendo-se a Jean-François Sirinelli, dois aspectos devem ser considerados fundamentais numa definição de cultura política: “por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país”⁸⁹. O apoio para a análise da História Política dado pela cultura política permite ressaltar a dimensão simbólica e as representações do coletivo social frente as suas relações com o espaço político. De outro modo, “a cultura política supre ao mesmo tempo ‘uma leitura comum do passado’ e uma ‘projecção no futuro vivida em conjunto’”⁹⁰.

Nesse diálogo realizado e produzido entre as instâncias de poder, as diversas elites, a sociedade e as lideranças negras locais propõem-se a analisar se se

⁸⁸ Jean-Pierre RIOUX, “A associação em política”. In **Por uma história política**, p. 129.

⁸⁹ Serge BERSTEIN, “A cultura política”. In Jean-Pierre RIOUX e Jean-François SIRINELLI (org), **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350.

⁹⁰ Idem, p. 351.

trata de uma cultura totalizante ou se se percebe a presença de culturas políticas interagindo entre si e em momentos específicos, tornando-se uma cultura política global. As especificidades das culturas se unem numa generalização.

“Para os historiadores, é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas.”⁹¹

O entrelaçamento de diversas culturas políticas que interagem independentemente de sua gênese aponta para a constituição, segundo Berstein, de um “fenômeno evolutivo”, que são respostas necessárias a serem dadas pela sociedade às suas questões. Da formulação dessas respostas faz parte o contexto em que foi produzida essa cultura política. Pode-se perceber isso na ação articulada das entidades negras em Duque de Caxias, o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural dos Homens de Cor, que, frente à opressão social expositora do quadro de discriminação e preconceito, preparam suas estratégias de luta para o embate político. “Porque surgem ousadas ou inovadoras, estas respostas levam tempo para impor-se. Da solução que propõem à sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma política normativa, o prazo pode ser muito longo.”⁹²

O processo de formação das entidades de movimento negro em Duque de Caxias traduz as dificuldades de todo um grupamento de afro-caxienses nas suas relações com a sociedade dominante. Mostrar ainda a urgência da formação desses núcleos era tarefa que começava a apresentar obstáculos dentro do próprio movimento. No momento da definição das pautas essenciais, nas escolhas de estratégias, na composição de acordos políticos.

⁹¹ Serge BERSTEIN, “A cultura política”, p. 354.

⁹² Ibidem, p. 355.

Do lado de fora, era preciso, além de garantir sua inserção, garantir também sua visibilidade e os seus propósitos, que não apenas pretendiam contemplar os grupamentos negros, mas a todos aqueles que procurassem seu apoio. Apresentar suas propostas de ação social aos não-brancos para a sociedade dirigente era uma forma de possibilitar novos acordos.

“A Sociedade José do Patrocínio, Centro Cultural José do Patrocínio, era muito bem-recebida e aceita. Porque antes dela chegar e falar, instalava uma escola. Ela chegava prestando um serviço à coletividade. Ela supria aquilo que o poder público não fazia. Ela instalava uma escola, dando alimentação, aulas de graça, totalmente de graça às crianças. E documentação aos familiares. Sem distinção de cor. Recebia a criança e orientava a criança e encaminhava a criança, [para] o ensino fundamental. Naquele tempo não era fundamental [era] o ensino primário.”⁹³

A prestação de serviços jurídicos também era uma característica do atendimento que as entidades ofereciam aos segmentos não-brancos. “E a documentação [era fornecida por nós]. Porque geralmente as crianças nunca tinham documento. Não tinham registro. Nem os pais também não eram casados. Eram poucos casados. Então a Sociedade José do Patrocínio cuidava da sua documentação e da educação e da alimentação”⁹⁴. Das metas previstas para a elevação social dos negros, a escolarização era um dos seus mais importantes pontos de ação.

⁹³ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

⁹⁴ Idem.

“Nós fomos os pioneiros no ensino popular e funcionamos com 12 escolas primárias. O prefeito da época, Adolfo David, nos deu todo o apoio moral e financeiro. Foi uma época magnífica e aí continuou a Sociedade José do Patrocínio. Na sua jornada, chegou a distribuir leite em pó para 1.500 crianças. Foi uma época memorável, onde tudo aqui era difícil, tudo aqui era complicado, complicado pela pobreza e pela falta de apoio, principalmente o negro foi uma classe sempre menos favorecida, porque quando o negro foi liberto da escravatura ele apenas deixou de ser trocado por dinheiro, mas foi jogado no olho da rua, foi solto na rua como se solta animais. Ele então, sem casa para morar, sem emprego, sem cultura, sem documento, sem nada, começaram [sic] a construir as suas casas pela beirada das estradas ou perto do lamaçal onde existia [sic] vagas.”⁹⁵

Refletindo sobre a capacidade de assimilação de novas idéias no tempo pela sociedade, diz Serge Berstein:

“...é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma idéia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob a forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos”⁹⁶.

A passagem desse tempo ao longo das décadas de 1950 e 1960 fez suas lideranças assistirem à criação e à desintegração de suas entidades, ao fluxo e refluxo de seu movimento, à luta incessante de seus militantes por se manter no *front* político, defendendo as pautas necessárias aos segmentos não-brancos.

Um outro ponto que merece destaque nessa análise são os mediadores e disseminadores das práticas culturais que, assim, arrumam o terreno e as espalham. A partir das relações familiares, essas práticas se instauram no interior das hierarquias

⁹⁵ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

⁹⁶ Serge BERSTEIN. “A associação em política”. In Jean- Pierre RIOUX e Jean-François SIRINELLI (org.), **Por uma história cultural**, p. 356.

sociais, consolidando-se como tradições nos espaços de convivência e de estabelecimento de trocas sociais, ampliando-se para outras esferas. Ou seja:

“...os vetores pelos quais passa a integração dessa cultura política (...) são precisamente os da socialização política tradicional (...)[:] família, escola, exército, trabalho, partidos políticos, mídia (...) A [sua] ação é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca”⁹⁷.

A cultura política entendida como fenômeno que se propõe evolutivo não está paralisada no tempo e no espaço, já que apresenta como característica o dinamismo. Dinamismo que vai se recriando a cada geração de novos militantes do movimento negro em Duque de Caxias, que contemporaneamente recriam estratégias propondo a construção de sua identidade cultural e de novas relações com as esferas políticas que abrem espaço para a instauração da Semana de Consciência Negra, para a construção da estátua de Zumbi, para o encaminhamento de projeto de lei que inclui nos currículos escolares a “História da África” para o ensino fundamental, proposta pelo então vereador José Zumba.

“É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, ...”⁹⁸

É esse elemento dinâmico que faz avançar as culturas políticas que se fazem também pela assimilação de elementos e práticas sociais de outras culturas. Ou seja:

“a evolução das culturas não resulta apenas de uma adaptação necessária a circunstâncias forçosamente mutáveis. Ela depende também da influência que possam exercer as culturas políticas vizinhas, na medida em que estas pareçam

⁹⁷ Serge BERSTEIN. “A associação em política”. In Jean- Pierre RIOUX e Jean-François SIRINELLI (org.), **Por uma história cultural**, p. 356 e 357.

⁹⁸ Idem, p. 357.

trazer respostas baseadas nos problemas que se deparam às sociedades num dado momento da sua evolução”⁹⁹.

Na pretensão de se analisar as relações políticas estabelecidas entre os grupos sociais a partir do comportamento que assumem esses grupos, diante de dados problemas, era então o objetivo da cultura analisar as relações políticas através dos comportamentos políticos assumidos pelos segmentos negros e suas lideranças. Percebe-se que a cultura política que se produz é fruto do vivido por esses grupos e ao mesmo tempo se propõe atender suas demandas do amanhã. Dessa forma, o fenômeno se expõe tanto como representação individual quanto como representações coletivas num embate dialético.

“O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da ação futura, retira sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos.”¹⁰⁰

As organizações negras em Duque de Caxias amplificavam sua discussão e problemática, encontrando eco nos outros âmbitos e entidades negras no plano estadual e nacional. Haveria uma espécie de conagração dessas culturas políticas, guardariam semelhança em suas práticas.

“...se a cultura política retira a sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do acto político, ele interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenómeno colectivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências. Se existe um domínio em que o fenómeno de geração encontra justificação plena e total, é bem este”¹⁰¹.

⁹⁹ Serge BERSTEIN. “A associação em política”, In Jean- Pierre RIOUX e Jean-François SIRINELLI (org.), **Por uma história cultural**, p. 358.

¹⁰⁰ Idem, p. 359.

¹⁰¹ Idem, p. 361.

O que o autor chama de “fenômeno de geração” se aplica para entender a política cultural exercida pelas “lideranças de cor”, que teria orientado o discurso e a prática política de toda uma geração na década de 1950.

“Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos.”¹⁰²

A construção das estratégias e dos espaços de conflitos conformados de uma resistência negra, explicitados na prática da cultura política, remeteria a uma questão fundamental para compor o quadro. Para compreender quem seria e como se poriam em prática as ações políticas, seria preciso saber a que lugar social pertenceria e quais propósitos representaria.

“... o interesse de identificação desta cultura política é duplo. (...) pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações, estabelecer uma lógica de uma reunião de parâmetros solidários. (...) passando da dimensão individual à dimensão colectiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura”.¹⁰³

A ausência de um projeto de sociedade que contemplasse os segmentos afrodescendentes em geral remeteria à discussão de uma necessária composição da sociedade política que incluísse a universalidade dos indivíduos, e não apenas parcelas do todo. Isso suporia, como contrapartida, a instituição do Estado moderno.

¹⁰² Serge BERSTEIN. “A associação em política”, In Jean- Pierre RIOUX e Jean-François SIRINELLI (org.), **Por uma história cultural**, p. 361.

¹⁰³ Idem, p. 362.

Segundo o cientista político e “historiador” indiano Partha Chatterjee, o que definiria a legitimidade do estado moderno seria a concepção de soberania popular, válida para qualquer tipo de governo, quer seja democrático ou não. A construção dessa idéia de soberania popular atravessaria vários contextos históricos, desde o advento do projeto iluminista e a sua melhor representação, a Revolução Francesa, até os nossos dias. Fala-se aqui de uma sociedade que buscava pôr em exercício os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, dando garantias plenas da construção e do exercício da cidadania moderna e universal, segundo a qual, sem distinções, ao menos no âmbito da ficção jurídica, “todos são iguais perante a lei”, independentemente de “raça”, credo, etnia, gênero, etc. Essa idéia faria com que segmentos sociais separados pelo preconceito de cor e pela discriminação social lutassem por aqueles princípios e os levassem a cabo.

“Para a teoria político-legal, os direitos do cidadão não eram restringidos por raça, religião, etnicidade ou classe, mas isso não significou a abolição das distinções efetivas no meio dos homens (e mulheres) na sociedade civil. Ao contrário, o universalismo da teoria dos direitos tanto pressupunha quanto possibilitava um novo ordenamento das relações de poder na sociedade, baseado precisamente naquelas distinções de classe, raça, religião, gênero, etc. Ao mesmo tempo, a promessa emancipatória sustentada pela idéia da igualdade universal de direitos também atuou como uma constante fonte de crítica teórica à sociedade civil real.”¹⁰⁴

O projeto Iluminista do qual derivou a declaração universal dos direitos do homem e do cidadão, deriva no pós-guerra em uma concepção de Estado democrático que servirá de elemento orientador de um renovado projeto de sociedade civil com base na idéia de cidadania.

¹⁰⁴Partha CHATTERJEE, “Populações e sociedade política”. In **Colonialismo, modernidade e política**, p.103.

Na verdade esse projeto supostamente renovado é apenas a extensão dos velhos ideais iluministas filtrados pelo crivo da luta contra o nazi-fascismo e a intolerância racial em curso durante o período que vai do final dos anos 1920 até o término do segundo grande conflito mundial. Para a ampliação da garantia de direitos se buscava então um outro compartimento nas esferas da sociedade, criando-se daí a esfera da sociedade política, em que deveriam estar contemplados todos os segmentos da sociedade sem quaisquer distinções. Esse discurso ganha maior fôlego com o final da 2ª Guerra Mundial, quando se instaura uma organização de âmbito internacional não só com a tarefa de garantir a paz mundial, mas também de eliminar as diferenças.

A mensagem de paz e de tolerância “racial” apresentada no final da Segunda Guerra Mundial foi o mote para dar novo impulso ao movimento negro e construí-lo em âmbito mundial, destacando-se a luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos. O discurso de liberdade e igualdade de direitos e da tolerância quanto às diferenças sociais, com o reconhecimento de que o preconceito e a discriminação quanto aos afrodescendentes tinha ainda muitas lutas a travar, foi apropriado pelo movimento negro, o que se pode constatar pela leitura do estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio:

“Capítulo I

(...) Art. 1º – O Centro Cultural José do Patrocínio, é uma sociedade cível, de âmbito nacional, tendo por finalidades, pugnar por todos os meios ao seu alcance, a elevação do nível moral, cultural e econômico dos seus associados, a fim de que cada brasileiro possa no futuro, encontrar compreensão nítida de patriotismo, ordem e respeito aos Poderes constituídos, auxiliando-os em todas as ocasiões em que necessário for.

(...) Parágrafo Único – O centro, é contra a discriminação de cor, raça, credo, sexo e religião, mas proclama e prestigia o regime Democrático e os Poderes Públicos, legalmente constituídos.”¹⁰⁵

¹⁰⁵ Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, p. 1.

Em outro ponto, o documento enfatiza os propósitos para os quais a entidade fora criada:

“... tem o objetivo declarado nos princípios democráticos estabelecidos na Constituição Brasileira e nas declarações dos direitos do homem, da terceira sessão ordinária das Nações Unidas de 10/12/1948, tornando-se um fato, a igualdade e fraternidade perante à lei [*sic*] a fim de dar oportunidades aos cidadãos, um meio de vida social e econômico de acordo com os direitos básicos da sociedade moderna; conforme declarações universais e da dignidade, direitos iguais aos membros da família humana, fundamento da liberdade e de oportunidade social e cristã a todos.”¹⁰⁶

As propostas para inclusão dos afro-caxienses e da natureza própria de seus problemas na pauta da sociedade política estão expressas no depoimento prestado a esta autora por José Gomes. Nele, o militante delineava as esferas do preconceito e a necessidade da criação de entidades que cuidassem da defesa e dos direitos dos afro-caxienses.

“Foi uma época muito dura, época muito séria, porque tudo era difícil, principalmente para os homens de cor, principalmente pra o negro, situação muito complicada. Existia clube que só recebia pessoas de pele clara. Nesse estabelecimento, o negro não tinha acesso, entretanto no clube dos negros recebiam todos, negros e não. Era o contrário. Então nós resolvemos criar sociedades em defesa do negro, resolvemos criar sociedades em defesa do negro, em defesa do homem de cor. Criamos a União dos Negros, uma sociedade que naquela época fazia o Abdias Nascimento, mais professor José Pompílio da Hora, do Colégio Pedro II, José Bernardo da Silva, diretor de um jornal... inclusive foi um dos negros a se eleger deputado

¹⁰⁶ Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, p. 1.

estadual por Niterói. E nossa luta continua. Posteriormente, a União dos Homens de Cor foi localizada no antigo estado da Guanabara. Nós então resolvemos criar o Centro Cultural José do Patrocínio, [que] foi fundado em 8 de setembro de 1949.”¹⁰⁷

Na posição de estudioso das questões do nacionalismo, com foco especial em de sua pátria, a Índia, mas não apenas nela, Partha Chatterjee procura defender o argumento de que as populações ditas periféricas e subalternizadas, na composição do Estado-nação, não teriam garantidos o seu acesso e a inclusão no âmbito da sociedade civil. Nenhum dos direitos que dariam garantias a uma cidadania na sua forma plena, contemplariam esses elementos que ocupam os espaços periféricos. A possibilidade de resolução desse problema seria a composição de uma sociedade política com maior capacidade para abarcar os mais amplos contingentes populacionais, que teriam assim, talvez, aumentado o seu grau de acesso e de conquista de direitos, intermediados por agentes dinamizadores da sociedade política. Esses agentes deveriam ser organizações ligadas institucionalmente aos governos, ou organizações representantes da sociedade civil. É nessa espécie de arena que se situariam as entidades de movimento negro em Duque de Caxias, atuando como mediadoras entre os segmentos da população não-branca, as organizações da sociedade civil e os organismos governamentais. Na percepção das lideranças do Centro Cultural José do Patrocínio e da União Cultural dos Homens de Cor, caberia a elas tomar a iniciativa de prover, minimamente, os segmentos desfavorecidos da população, especialmente os não-brancos, das condições de existência exigidas pela cidadania – escolarização, atendimento médico primário, assistência jurídica, etc.

“Nós então fundamos essa organização [CCJP] e ela chegou a funcionar na praça da Bandeira, com colégio na praça da Bandeira e em Duque de Caxias. Nós fomos os pioneiros no ensino popular e funcionamos com 12 escolas primárias. O prefeito da época, Adolfo David, nos deu todo o apoio moral e financeiro. Foi uma época magnífica e aí continuou a

¹⁰⁷ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

sociedade José do Patrocínio. Na sua jornada chegou a distribuir leite em pó para 1.500 crianças.”¹⁰⁸

Além disso, caberia também às entidades como o CCJP e a UHC a preparação de quadros políticos negros para atuar ao mesmo tempo como porta-vozes, negociadores e combatentes ante seus interlocutores sociais, governamentais ou não. Se, como entende Partha, a sociedade civil não existiria de fato para as mais amplas parcelas de população pobre, aqui em Duque de Caxias, José Gomes e outras lideranças negras também afirmariam essa idéia de que os segmentos negros e não-brancos duquecaxienses estariam do lado de fora da consagrada sociedade civil. Essas lideranças teriam percebido, de certa forma como dito por José Murilo de Carvalho, que uma das vias de acesso ao Estado republicano seriam os organismos governamentais. Na verdade, tratava-se de um mecanismo que funcionaria como um atalho, digamos, para a obtenção da cidadania.

Para José Murilo, “A reação, pragmática antes que ideológica, a esta situação por parte dos que se viam excluídos do sistema foi o que chamamos de cidadania, ou seja, a participação, não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela.”¹⁰⁹ No passado a cidadania teria possibilitado resolver o problema de composição da sociedade brasileira, ao abrir um espaço de inclusão controlada para os não-brancos, responsáveis por considerável contingente na composição da população brasileira. Agora, à época da militância de José Gomes nas entidades de movimento negro em Duque de Caxias em 1950, a “cidadania” poderia ser entendida e reconstruída a partir da retórica populista integrante do projeto de Estado trabalhista de Vargas, naquele momento em que se pretendia efetivar o Estado-nação brasileiro em sua plenitude .

Ao abordar a luta pela conquista dos direitos democráticos implícitos na constituição da soberania popular, o autor constrói seu conceito de sociedade política para expor a ampliação e bifurcação da idéia de soberania popular garantindo a legitimidade da organização da sociedade política. Antes, porém, de falar desse conceito, Partha Chatterjee delinea-o, primeiro, abordando as relações entre a sociedade civil e o Estado.

¹⁰⁸ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

¹⁰⁹ José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, p. 65.

“Descreveremos então dois conjuntos de conexões conceituais. Um é a linha conectando a sociedade civil ao Estado-Nação, fundado sobre a soberania popular e concedendo direitos iguais aos cidadãos. O outro é a linha conectando populações às agências governamentais, aplicando múltiplas políticas de segurança e bem-estar. (...) Para distinguir das formas associativas clássicas da sociedade civil, estou chamando-o de ‘sociedade política’”¹¹⁰

Logo, a noção de sociedade política, para Partha Chatterjee, constitui-se no estabelecimento de pontes entre organismos de governo para a promoção de diferentes políticas de interesse coletivo e um universo tanto mais ampliado quanto possível da população, representada por suas diversas entidades e quem sabe por suas lideranças, uma vez que as palavras do autor possam admitir tal interpretação. A ausência dessas pontes é, de certo modo, denunciada por José Gomes de Barros quando descreve as condições de vida dos migrantes pobres, especialmente os negros, nas décadas de 1940 e 1950:

“Eles [os afro-caxienses] então, sem casa para morar, sem emprego, sem cultura, sem documento, sem nada, começaram [*sic*] a construir as suas casas pela beirada das estradas ou perto do lamaçal onde existia [*sic*] vagas. Foi se amontoando como se amontoavam a pobreza e assim continua até hoje como nós temos acompanhado [que, *sic*] um pouco, todos os dias noticiário de preconceito pra tudo quanto é lado, porque a democracia diz que todos são iguais, mas igualdade não funciona. Na prática, uma igualdade restrita. É uma igualdade só no papel. Mas na prática é diferente, não existe igualdade, principalmente racial.”¹¹¹

¹¹⁰ Partha CHATTERJEE, “Populações e sociedade política”. In **Colonialismo, modernidade e política**, p. 104.

¹¹¹ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

De certa forma, as observações de José Gomes remetem de novo a Partha Chatterjee, considerando que ambos se referem aos conceitos de cidadania e de democracia, implícita ou explicitamente em causa, tanto na fala do presidente do Centro Cultural José do Patrocínio quanto no texto do autor indiano, como se vê:

(...) Preferi reter a velha idéia de sociedade civil como sociedade burguesa, no sentido usado por Hegel e Marx, e usá-la (...) como uma arena realmente existente de instituições e práticas habitada por um setor relativamente pequeno do povo cujos locais sociais podem ser identificados com um alto grau de clareza. Em termos da estrutura ‘formal’ do Estado como dada pela constituição e pelas leis, toda a sociedade é sociedade civil; todos são cidadãos com iguais direitos e portanto considerados como membros da sociedade civil. O processo político é aquele em que os órgãos do Estado interagem com membros da sociedade civil em suas capacidades individuais ou como membros de associações.”¹¹²

2.2 Sociedade em pleno mergulho do mito da “democracia racial”

O movimento negro é o reconhecimento da existência de um problema específico do negro em qualquer modelo de sociedade onde existia o problema do preconceito de cor e da discriminação social. O problema do negro não se constituiria, portanto, em uma das especificidades das camadas subalternizadas no capitalismo e apenas no capitalismo. Logo, a necessidade de organização dos negros teria origem na necessidade mesma de intervir na sociedade – seja ela capitalista ou não – para modificá-la, estabelecendo novas relações que significassem a superação dessa realidade desfavorável pela superação do preconceito e da discriminação.

“Nesse sentido, os movimentos e associações negras refletem, em sua história, uma multiplicidade de graus daquela tomada de consciência total ou parcial de seu

¹¹² Partha CHATTERJEE, “Populações e sociedade política”. In *Colonialismo, modernidade e política*, p.111

problema, que vai da passividade à agressividade, da negação da sua existência à hipertrofia de sua significação, da obsessão à fuga, do mascaramento sob a forma de simulada indiferença até ao sacrifício sob a forma de martírio. Há de tudo, e tudo reflete as flutuações através das quais a vivência do problema se transforma em consciência dele.”¹¹³

É verdade, entretanto, que havia ativistas negros dos movimentos gerais de transformação social que negavam a obrigatoriedade de um movimento negro de *per si*, ou seja, isolado ou independente do que então se chamava de “lutas mais gerais da sociedade”. Ao contrário, a constituição de entidades com eixo nesses ideais seria despropositada. Para esses militantes, a realidade do negro estaria inserida, necessária e dialeticamente, na problemática mais ampla da sociedade de classes como um todo no capitalismo. Tal realidade só seria então superada no bojo da própria luta de classes e, portanto, com a instauração da sociedade socialista, embora isso supostamente não representasse desprezo pela especificidade da questão do negro. Isso estaria exposto na análise proposta por Costa Pinto:

“...a fase atual [1950] de mudança social e as associações negras de novo tipo é a contingência a que se reduziram de serem movimentos de cúpula que geralmente só encontram no seio das massas de cor indiferença e desinteresse, quando não antagonismo e oposição. Isto será ligado, por sua vez, ao fato de as grandes massas de cor no Brasil estarem social e economicamente identificadas com o proletariado e tenderem fortemente – no plano associativo, político e ideológico – a atuarem na vida brasileira muito mais na órbita de sua classe do que na de sua raça”¹¹⁴.

¹¹³ Luiz de Aguiar Costa PINTO, “Associações Tradicionais” In **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 215

¹¹⁴ Luiz de Aguiar Costa PINTO, “Associações Tradicionais” In **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança, p. 245.

O fato de que os segmentos negros não teriam identificado o problema do preconceito de cor como uma questão também principal, e não anexa à da discriminação social, poderia ser uma explicação para a falta de definição ideológica do movimento e dos possíveis encaminhamentos a serem dados. Talvez fosse mais fácil enxergar a problemática do negro inserida na luta de classes, sobretudo com a carga ideológica martelada pelo mito da “democracia racial”, tese reforçada pelos próprios movimentos sociais e pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Se havia nesse momento um predomínio da crença no mito – construção fundamentada na instauração da república, definidora de papéis sociais e da naturalização da discriminação, através dessa camuflagem – frente à sociedade brasileira,

“A radicalização progressiva, as lutas e a organização da classe operária, que vêm assinalando nos últimos tempos sua presença e atuação na vida política brasileira representam para as massas de cor, inevitavelmente envolvidas nesse processo, um foco de atração ideológica militante em face do qual, para elas – embora não para as elites negras –, o apelo das associações específicas de homens de cor soa apenas como linguagem ladina de espertalhões e aproveitadores, especialmente de ‘mulatos pernósticos’, ‘pescadores de águas turvas’”¹¹⁵

A forma como seriam entendidos e como seriam vistos aqueles que ascenderam, só reforçaria a idéia de que se tratava de um grupo de negros e não-brancos privilegiados, saídos possivelmente de famílias com algum poder aquisitivo ou que teriam recebido apoio particular para conseguirem ascender. Isso, portanto, não corresponderia à realidade das grandes parcelas sociais dos não-brancos, em sua maioria pobres e desguarnecidos em todos os sentidos. Esse grupo de negros letrados

¹¹⁵ Luiz de Aguiar Costa PINTO, “Associações Tradicionais”. In **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**, p. 245.

constituiria uma minoria que falava outra língua, a dos livros, que não era a língua falada pelos negros operários, a do trabalho e da opressão.

No momento em que o movimento negro insufla novamente a sua luta e começa a produzir debates, todas essas discussões iriam ocupar as suas pautas essenciais. Um desses pontos teria sido alvo de debate travado, por exemplo, entre Abdias do Nascimento e Solano Trindade. O primeiro teria encaminhando o problema para o preconceito de cor e a discriminação social, enquanto que o segundo teria situado essas questões no campo da luta de classes. Ambos, porém, valorizavam a militância cultural. Abdias fundou, juntamente com intelectuais e artistas negros, o TEN e o jornal Quilombo. Solano fundou o Teatro Popular Brasileiro. De um modo ou de outro, o capitalismo, através do mito da “democracia racial”, jogaria com as oscilações ideológicas do ativismo negro.

Com respeito a esse ponto, Lívio Sansone prefere falar em “tentação estatista” *versus* “tentação liberal”. Diz ele:

“Na primeira, o poder público deve e pode gerenciar substancialmente as relações raciais em um sentido menos discriminatório; na segunda, somente a mão invisível do mercado seus mecanismos e suas leis sejam quais forem, devem e podem regular o sistema de relações raciais. Desta perspectiva, o crescimento da economia seria, em si, determinante para melhorar a renda e o *status* dos negros na sociedade brasileira.”¹¹⁶

Dar conta dessa complexidade exigiu uma criteriosa escolha de matrizes teóricas, a fim de permitir uma fecunda e consistente análise do material colhido na pesquisa de campo. Essa pesquisa, por sua vez, acabou suscitando dificuldades que talvez possam ser atribuídas ao próprio percurso errático das entidades do movimento negro. Ou ainda à história de vida e de luta dos negros e sua relação com uma cultura que privilegiaria uma memória oral. Mais adiante esse ponto será retomado.

A resposta a ser dada à questão de o movimento negro não avançar ou deslanchar, não poderia deixar de fora a construção do mito da “democracia racial”, uma vez que a própria organização do movimento negro se veria sob o controle desse

¹¹⁶ Lívio SANSONE, “Racismo sem etnicidade. Políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada”, in **DADOS—Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 41, nº 4, 1998, (667-880), p. 751-2.

mito, cuja consolidação fazia parte de um projeto de Estado, atuando como mentor dos debates sobre relações raciais no país. O discurso da democracia racial reforçaria a crença na tese da “democracia racial”. Mesmo os membros da academia deveriam pautar essa discussão, reiterando a tese, que, segundo o historiador e militante negro Joel Rufino¹¹⁷, teria sido difundida principalmente por intelectuais tributários das idéias de Gilberto Freyre, que seria o responsável por caracterizar as ditas relações raciais no Brasil como brandas, por oposição ao que ocorreria nos Estados Unidos da América do Norte.

As críticas à tese da “democracia racial” no Brasil ganham espaço em diversas pautas científicas que se propõem a analisar tal problema. Partilha desse ponto de vista crítico o sociólogo Peter Fry, um estudioso da matéria, que em seu ensaio “Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral” aponta para a questão da “democracia racial” no Brasil, da defesa de Freyre de uma espécie de porção luso-tropicalista que fundamentaria a harmonia na relação entre lusos e habitantes dos trópicos americanos para a formação dessa sociedade.

“Nesta terra, que se orgulha da sua receptividade a todos os povos e de todas as idéias que, segundo o movimento modernista de 1922, foram vorazmente canibalizadas, a noção de ‘autenticidade’ parecia fora de lugar. Os brasileiros não foram ‘assimilados’ à civilização portuguesa; em vez disso, eles desenvolveram uma concatenação *sui generis* de tipos físicos e de formas culturais que é orgulhosamente exibida como a característica definidora da nação brasileira: a ‘democracia racial’”¹¹⁸.

Muitos sociólogos brasileiros, como nota Peter Fry, engrossariam o coro das críticas acerca da “democracia racial”, e seu encaminhamento segue uma linha de raciocínio que vai dar na noção de “civilização luso-tropical” de Gilberto Freyre. Antes, Peter Fry localiza o ponto de ruptura desses mencionados intelectuais com as idéias do mestre de Apipucos:

¹¹⁷ Joel Rufino dos SANTOS, “O movimento negro e a crise brasileira”, in *Política e administração*, RJ: FESP, v. 2, 1985, p. 288.

¹¹⁸ Peter FRY, “Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral”, in *Afro-Ásia*, Salvador: CEAO/UFBA, n° 29/30, 2003, (p. 13-423), p. 277.

“Curiosamente descobri que os sociólogos brasileiros tinham desenvolvido uma crítica da ‘democracia racial’ com argumentos muito similares aos da crítica de Anderson das políticas portuguesas de assimilação na África. Apontavam, em primeiro lugar, para o abismo que divide o ‘mito’ da ‘realidade’, documentando a crassa desigualdade social e a persistência da discriminação racial. Mas, da mesma forma que Anderson, iam além afirmando que o mito da democracia racial disfarça o preconceito racial e a discriminação e dificulta a ‘consciência racial’.”¹¹⁹

Os ataques dos sociólogos eram, como afirma Peter Fry, contra Gilberto Freyre e a consagrada obra que apresentava como tese máxima a possibilidade de democracia racial entre nós. Assim, “... no Brasil, como em suas outras ex-colônias, os portugueses desenvolveram relações raciais mais harmoniosas do que os anglo-saxões, ou arianos, como ele [Gilberto Freyre] os chamava às vezes.”¹²⁰

A proposta de Peter Fry considera que se produziu na América portuguesa um tipo de sociedade que se mesclou com as diversas culturas em encontro, como um grande conagraçamento, uma celebração de culturas. O ano de 1961 foi quando Gilberto Freyre publicou a “Integração Portuguesa nos Trópicos”, assim comentada por Peter Fry:

“Freyre defendia Portugal contra seus críticos anticoloniais, afirmando que, desde a era dos descobrimentos, os portugueses desenvolveram uma civilização luso-tropical, caracterizada por um intercâmbio entre os portugueses e os seus sujeitos, entre a cultura portuguesa e as muitas culturas que foram absorvidas no seu Império. Freyre afirmava que no

¹¹⁹ Peter FRY, “Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral”, in *Afro-Ásia*, Salvador: CEAO/UFBA, n° 29/30, 2003, (p. 13-423), p. 277.

¹²⁰ Idem, p. 277.

mundo lusófono a raça e a cultura nunca tiveram um vínculo ideológico.”¹²¹

Unindo-se ainda aos críticos, Fry escreve um ensaio em que anota:

“Primeiro, observei que muitos dos elementos culturais, cuja origem é supostamente africana ou nascida da experiência de escravidão, têm se tornado símbolos da nacionalidade brasileira, em particular o prato nacional brasileiro, a feijoada, um guisado preparado pelos escravos com feijão preto e as partes menos agradáveis do porco, como as orelhas e o rabo, que os donos de escravos não utilizavam.”¹²²

Aqui, Peter Fry, contrariamente aos argumentos de Freyre, ressalta “que, ao invés de significar harmonia e ausência de racismo, a transformação dos símbolos africanos em ícones da nação brasileira apenas escondia o racismo e o tornava mais difícil de se perceber e condenar”¹²³. Assim, o mito de harmonização racial, já constituído no imaginário popular, conceberia as relações na sociedade brasileira a partir da integração racial e da conseqüente miscigenação, compreendendo aí o caráter “brando” de nossa escravidão, que teria assimilado o negro e sua cultura.

O país vive a efervescência que resulta da chamada Revolução de 1930, quando ocorrem mudanças de alguma significação social e política, ainda que não de caráter revolucionário. Apesar disso, esse é o momento em que a parcela urbana da população brasileira aumenta de modo acentuado o seu ingresso no mercado de trabalho formal:

“... negros operários, negros biscateiros, negros pequenos empresários (quase sempre comerciantes, nunca industriais), negros funcionários públicos (militares, sobretudo, mas também assumindo cargos na administração), negros radialistas, jogadores de futebol, cabos eleitorais – profissões que a Revolução inventou”¹²⁴.

¹²¹ Peter FRY, “Culturas da diferença: seqüelas das políticas portuguesa e britânica na África Austral”, p. 278.

¹²² Idem, 278.

¹²³ Ibidem, 278.

¹²⁴ Joel Rufino dos SANTOS, “O movimento negro e a crise brasileira”, In **Política e administração**, Rio de Janeiro: FESP, vol. 2, jul./set., 1985, (p. 285-308), p. 288.

Nesse momento de disputas por espaço na sociedade e no mercado de trabalho, recrudescer a discriminação e, em resposta à discriminação, os movimentos de resistência. Nos anúncios de emprego, na oferta de moradia, nas agremiações recreativas, está expressa a exclusão do negro, com o “Não há vagas” ou o “Não aceitamos pessoas de cor”, como atesta José Gomes de Barros:

“O preconceito é uma realidade. Tanto assim que no poder legislativo não temos o número de negros suficiente para sua população. Inclusive Salvador, na Bahia, onde uma população de 70% é negro. Os negros no congresso nacional são muito poucos, se é que existe no poder legislativo. O acesso ao negro só é facilitado ao negro no poder judiciário porque o negro estuda, faz concurso, passa pelo mérito e tem que ingressar. No cargo também de professor, eles também vencem pelo mérito. Agora no restante é muito difícil. Na mesma época que eu me formei, que eu comecei a estudar no seminário, em 100 alunos só tinha três negros, e nós vencemos, nós vencemos. E aí continuamos. Na faculdade de direito, também no Espírito Santo, também não, praticamente não existia negro. Posteriormente, nós estudamos na faculdade de direito de Valença. Aí já tinha alguns mulatos, negros também eram poucos. Mas tudo isso nós vencemos e continuamos vencendo até hoje na comarca de Duque de Caxias.”¹²⁵

A resposta a esse estado de coisas é dada, por exemplo, pela formação de uma imprensa negra que denuncia tais atos discriminatórios no Sudeste e no Sul. Esse esforço de organização associativista dos negros acabará resultando no nascimento do primeiro movimento de expressão e de alcance nacional, a Frente Negra Brasileira, originada em São Paulo ambiente em que se verificava uma forte presença do elemento europeu. Uma vez que a presença européia comprometia severamente a participação dos afrodescendentes no mercado de trabalho, essa ausência mesma teria forjado uma consciência da necessidade de luta do negro, que se mantém viva pelas décadas seguintes, fortalecendo-se ainda mais no pós-guerra.

¹²⁵ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

“Nesta época Duque de Caxias era apenas um distrito, era o 8º distrito de Nova Iguaçu, nós aqui [nos] instalamos no ano de 1946. Posteriormente, Caxias passou a município. Ao se tornar município, nós aqui continuamos. Foi uma época muito dura, época muito séria, porque tudo era difícil, principalmente para os homens de cor, principalmente pra o negro, situação muito complicada. Existia clube que só recebia pessoas de pele clara. Nesse estabelecimento, o negro não tinha acesso, entretanto no clube dos negros recebiam todos, negros e não. Era o contrário. Então nós resolvemos criar sociedades em defesa do negro, resolvemos criar sociedades em defesa do negro, em defesa do homem de cor. Criamos a União dos Negros, uma sociedade que naquela época fazia o Abdias Nascimento, mais professor José Pompílio da Hora, do Colégio Pedro II, José Bernardo da Silva, diretor de um jornal, inclusive foi um dos negros a se eleger deputado estadual por Niterói e nossa luta continua. Posteriormente, a União dos Homens de Cor foi localizada no antigo estado da Guanabara. Nós então resolvemos criar(mos) [*sic*] o Centro Cultural José do Patrocínio, [que] foi fundado em 8 de setembro de 1949 em homenagem ao tribuno nascido em Campos, filho de uma quitandeira, [que, *sic*] se tratava de uma senhora que vendia verdura na rua, de porta em porta, e do padre da paróquia.”¹²⁶

2.3 As propostas e as esferas para se estabelecer acordos políticos: o projeto trabalhista e o discurso populista frente aos militantes negros

O conhecimento do discurso populista prestaria apoio para compor as análises das duas entidades de movimento negro em Duque de Caxias, nas suas intermediações com as forças políticas. O populismo é o elemento orientador dos

¹²⁶ Entrevista concedida à autora deste trabalho por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

discursos políticos estabelecidos entre as esferas do poder e os grupos subalternizados. Apresenta-se como via que se exerce pela mão dupla do ir e vir, que significa não uma relação que se estabelece entre algoz e vítima, mas de consentimento mútuo, como acordos que expõem as possibilidades que têm as entidades como o Centro Cultural José do Patrocínio e a União dos Homens de Cor de barganharem politicamente os interesses e as necessidades dos grupamentos negros.

Para Octávio Ianni¹²⁷, o populismo estaria marcado temporalmente entre os anos de 1930 e 1964. Nesse período, o ano de 1945 se sobressai devido à fundação do seu grande baluarte, o Partido Trabalhista Brasileiro, pelo qual se elege um dos militantes da causa negra em Duque de Caxias, José Gomes de Barros. Ao longo da trajetória histórica do “populismo”, o termo sofreu alterações em seu conteúdo. Sempre dependendo de quem está falando e de quem se desejava falar. Jorge Ferreira propõe o entendimento de populismo como categoria explicativa – uma produção retórica – construída historicamente para se analisar esse dado contexto histórico e essa política aí desenvolvida. Populista era sempre o “outro”, aquele que “é o adversário, o concorrente, o desafeto”¹²⁸. As diferentes formas de conceber o populismo que iam sendo redefinidas teoricamente a cada tempo, têm

“o ‘populismo’, como categoria explicativa, [que] teve a função de responder a uma pergunta inquietante: por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo e quais as razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar os líderes trabalhistas e votar no PTB? Em torno da pergunta, formulações de vários matizes surgiram, sendo as mais disseminadas as que aludem à manipulação dos trabalhadores, sempre desviados de um caminho que se queria ideal, e a uma postura antiestatal, sempre condenadora do Estado e vitimizadora da sociedade.”¹²⁹

A essa forma de conceber as relações políticas entre os grupos políticos em confronto, se propõe e instaura um imaginário social em torno do Estado brasileiro, apresentando como uma espécie de doença o projeto populista. Em geral, fazia parte do

¹²⁷ Octávio IANNI, *O colapso do populismo no Brasil*, RJ: Civilização Brasileira, 1975.

¹²⁸ Jorge FERREIRA, O nome e a coisa: o Populismo na política brasileira. In Jorge FERREIRA (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p. 124.

¹²⁹ Idem, p. 8.

seu entendimento uma relação que se estabelecia de cima para baixo, o Estado todo-poderoso e o povo sob controle. Com essa idéia faziam coro não só o senso comum como a academia. Até que foi chegado o momento de contestação e mesmo de negação do populismo como fenômeno.

“Herdeiro do ‘clientelismo’ da Primeira República, o ‘populismo’, após 1930, teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora. Sobretudo com a ditadura de Getúlio Vargas, os trabalhadores, com a violência policial, teriam perdido suas lideranças mais combativas e, com a eficácia da máquina do DIP, sido iludidos pela propaganda política estatal. Destituídos de tradições de luta, organização e consciência, os trabalhadores, fossem mais ‘antigos’, fossem mais ‘novos’, aqueles recém-chegados do mundo rural, sucumbiram aos agrados do ditador. Satisfeitos com alguns benefícios materiais, a legislação social em particular, eles, em troca, dedicaram a Vargas submissão e obediência política.”¹³⁰

A análise do contexto sociopolítico que abarcava relações populistas procurava dar conta de uma sociedade submetida ao Estado de Vargas.

“Cooptados, manipulados, iludidos e amedrontados com as perseguições da Polícia Especial, os assalariados, após 1945, não teriam conseguido livrar-se das amarras ideológicas tecidas na época anterior: cerceados em suas lutas pela manutenção da legislação corporativista e a tutela estatal dos sindicatos, traídos com a atuação dos pelegos sindicais e confundidos politicamente com as lideranças populistas, as mais antigas como Vargas, as mais recicladas como Goulart. Os comunistas, igualmente iludidos com o nacionalismo, reforçaram os laços, já apertados, da teia populista.”¹³¹

¹³⁰ Jorge FERREIRA, O nome e a coisa: o Populismo na política brasileira. In Jorge FERREIRA (org.), **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, Idem, p. 61.

¹³¹ Idem, p. 62.

O que ficava proposto era uma dualidade que estabelecia na ponta superior o Estado e na outra a sociedade. Isso inviabilizaria qualquer possibilidade de organização política dos trabalhadores e da sociedade civil com maior autonomia em relação ao Estado.

“A história dos trabalhadores, como é contada, não é nova e, independentemente de suas diversas versões, retoma uma longa tradição intelectual. Liberais e autoritários, de direita ou esquerda, diagnosticaram que os males do país provêm de uma relação desigual, destituída de reciprocidade e interlocução: a uma sociedade civil incapaz de auto-organização, ‘gelatinosa’ em algumas leituras, e a uma classe trabalhadora ‘débil’, impõe-se um Estado que armado, de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper.”¹³²

Segundo Jorge Ferreira, em artigo no livro “O populismo e sua história”¹³³, desde a década de 1970 a visão do Estado todo-poderoso e da sociedade subordinada e obediente vem sendo posta em xeque. Nesse trabalho, ele analisa a história de gerações¹³⁴ de pensadores, sociólogos, historiadores que se ocuparam em estudar a trajetória do populismo e de sua construção histórica. Seu propósito é revogar a noção maniqueísta do Estado todo-poderoso e massa populacional subordinada, relativizando a importância e o poder do Estado, ampliando assim o papel dos trabalhadores nessa relação.

Mas o que nos interessa efetivamente nesse debate é indagar de que maneira se construiria um mito com a dimensão de Vargas, capaz de forjar uma era. Jorge Ferreira propõe uma hipótese:

“... o ‘mito’ Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade

¹³² Jorge FERREIRA, O nome e a coisa: o Populismo na política brasileira. In Jorge FERREIRA (org.), **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p. 62.

¹³³ Idem, p. 63.

¹³⁴ Para melhor compreender esse ponto, ver Jorge FERREIRA, “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In Jorge FERREIRA (org.), **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O ‘mito’ Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores”¹³⁵.

Nesse ponto Jorge Ferreira e José Murilo caminham juntos quando afirmam que as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, na construção do projeto de cidadania, são “as relações entre cidadão e o Estado como uma via de mão dupla, embora não necessariamente equilibrada. Todo sistema de dominação, para sobreviver, terá de desenvolver uma base de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos.”¹³⁶

A invenção da categoria e da palavra populismo começa a aparecer no vocabulário político a partir da década de 1940, por volta de 1945, devendo-se ressaltar que seu uso era extremamente raro. Contudo o termo não apresentava o significado depreciativo que ganhou mais tarde, sobretudo quando utilizado pelos liberais se referindo aos trabalhistas. Durante o discurso da diplomação de José Gomes de Barros, o termo populista foi usado com sentido de valor positivo em relação àquele que ali assumia um cargo de vereador na Câmara Municipal de Duque de Caxias.

“Lido o diploma apresentado pelo novo suplente, o Sr. Presidente solicitou que o Sr. 1º Secretário lesse o juramento de praxe, após o que o empossante jurou cumprir os ditames da lei sendo considerado empossado. (...) o Sr. Presidente franqueou a palavra para explicações pessoais aos Srs. vereadores presentes. (...) Orando o Sr. Zulmar Baptista disse da sua satisfação de saudar o novo edil (...) Realçou, outrossim, a importância de todos os partidos no regime democrático vigente e a seguir destacou a responsabilidade de que estava investido o PTB., partido do empossado que, por ser populista e ter-se sagrado com o voto popular,

¹³⁵ Jorge FERREIRA, O nome e a coisa: o Populismo na política brasileira. In Jorge FERREIRA (org.), **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p. 88.

¹³⁶ José Murilo de CARVALHO, “Introdução”. In **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**, p. 11

carregava o dever de realizar muito para corresponder ao eleitorado que o sufragara.”¹³⁷

Nas referências feitas a Getúlio e a Jango, percebe-se que o tom era de elogio: “João Duarte Filho nas páginas da *Tribuna da Imprensa*, escreveu: ‘Desde que Getúlio mascarou Jango de *líder populista* começou uma época de agitação dos trabalhadores’” (grifos do autor)¹³⁸. Esse jornal fazia oposição ao governo de Vargas. Apesar disso, valorizava o papel da política de Vargas, continuada por Jango, em relação aos trabalhadores. Outro jornal, que prestava apoio ao governo de Vargas, a Última Hora, destaca em editorial, conforme assinala Jorge Ferreira, que o Partido Trabalhista Brasileiro, “instrumento político do Sr. Getúlio Vargas, segue as pegadas *populistas* do seu fundador. Para essas massas obreiras, o aval que Getúlio dá ao partido basta a lhe conferir um largo crédito de confiança”¹³⁹.

O populista se apresentava, segundo essa visão, como um verdadeiro líder popular. Esse era o significado do outrora líder populista, naquele em quem o povo poderia depositar a condução de seus anseios e necessidades. Bem diferente do significado que iria tomar, posteriormente – o de demagogo, traidor.

Como categoria explicativa para as relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade brasileira, categoria que, entendida como construção retórica, se constituiu ao longo do período de 1930 a 1964, serve para orientar a compreensão dos espaços políticos e das relações políticas estabelecidas em Duque de Caxias. Ao mesmo tempo, ela permite compreender as formas que entidades como a União Cultural dos Homens de Cor e o Centro Cultural José do Patrocínio utilizaram para construir as estratégias de convivência e de embate na produção dos seus espaços de negociação e conflito.

Na discussão que envolve o projeto trabalhista de Getúlio Vargas, que viabilizaria seu projeto de Estado, remete-se ao entendimento de como se forjou esse Estado, o que se entendia por nação, bem como a conformação de seu povo e das relações que se estabeleceriam para a consolidação desse projeto, o trabalhismo.

¹³⁷ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 11 de 22 de dezembro de 1952.

¹³⁸ João DUARTE FILHO *apud* Jorge FERREIRA (org.), “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In **O populismo e sua história**: debate e crítica, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 115.

¹³⁹ Maria Victória BENEVIDES *apud* Jorge FERREIRA (org.), “O populismo e a coisa: o populismo na política brasileira. In **O populismo e sua história**: debate e crítica, p. 116.

A concepção de Angela de Castro Gomes, com a qual nos identificamos, sugere a idéia de uma invenção política – a “Invenção do Trabalhismo” – que teve como sua grande expressão o Partido Trabalhista Brasileiro. Antes de se falar propriamente do projeto trabalhista, se faz necessário pensar e analisar a origem dos elementos constitutivos e orientadores do trabalhismo.

A formação de uma nova classe trabalhadora deve ser concebida não apenas com a sua essência oriunda do processo produtivo, mas também deve ser compreendida como oriunda das relações culturais e políticas estabelecidas no seio do mundo da produção. E essas relações culturais e políticas nortearão as relações econômicas. Angela de Castro Gomes se refere a E. P. Thompson quando define classe “como uma formação social e cultural que se constrói tanto a partir das experiências dos trabalhadores no processo de produção, quanto a partir de suas tradições intelectuais, de seus modelos de relacionamento social e de seus padrões de organização política e profissional”¹⁴⁰.

Um outro ponto essencial para o Estado Novo e as novas relações que deveriam se estabelecer entre povo e governante e entre trabalhadores e Estado era o fim das relações para-escravistas ou pré-capitalistas que contaminavam as relações de trabalho e as relações sociais. Para o novo trabalhador, parte integrante da corporação Estado, sua credencial ao projeto de cidadania seria o trabalho, elemento “conferidor” de dignidade.

“O problema da organização é, portanto outra face do processo de criação de uma identidade coletiva. As práticas associativas são a forma de implementar um comportamento operário que abarca o trabalhador dentro e fora de seu local de trabalho e que opera o sentimento de pertencimento que deve marcar este ator coletivo.”¹⁴¹

¹⁴⁰ Angela de Castro GOMES, “Introdução”, *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 19.

¹⁴¹ Idem, p. 19.

O Estado Novo precisava, para garantia da construção de seu projeto político, da criação de identidades coletivas que abarcassem o povo, através do conjunto das classes trabalhadoras. O povo, o trabalhador, deveria se ver como um ator social e, no novo acordo que se apresentava como uma democracia social, ele se manteria em relação constante com o Estado e por ele seria contemplado. A formação de corporações em torno do Estado-nação possibilitava o surgimento das organizações associativistas que pretendiam dialogar diretamente com o Estado e com a sua pessoa, Vargas. Era por isso que entidades como o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural dos Homens de Cor buscavam o abrigo e o estabelecimento de negociações com o intuito de avançarem ao espaço político, bem como estabelecer no interior do PTB um fórum privilegiado de debates para a ampliação da presença das lideranças negras, como estratégias possíveis naquele momento de ascensão social dos segmentos negros. “No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema.”¹⁴² Para ressaltar a importância da negociação, propõe-se aqui um paralelo, que tanto pode explicar, guardadas suas especificidades e realidades que cabem a cada um dos contextos históricos, as relações entre escravos e sociedade colonial e entre lideranças negras duque-caxienses e sociedade dominante contemporânea. Isso faz João José Reis e Eduardo Silva apontarem em seu livro para a análise de Sandra Graham. “Relativamente poucos, na verdade, assassinaram seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto que a maioria, por estratégia, criatividade ou sorte, ia vivendo da melhor forma possível”¹⁴³. Para os dois autores já citados, numa cultura de relações e barganhas políticas, eram criados fóruns para estabelecer possibilidades de acordos e garantir a vida e as conquistas de seus grupos. Aqui neste trabalho, o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural dos Homens de Cor tecem seus acordos no pano de fundo da retórica populista e através de políticas de Estado fundadas no projeto trabalhista de Vargas.

“O Centro Cultural José do Patrocínio (...) promovia o registro do nascimento, a legalização das famílias, o registro de casamento, através do cartório e da pessoa do magnífico doutor Gastão Reis. Gastão Reis [titular de cartório

¹⁴² João José REIS e Eduardo Silva, *Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia*. In **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil**, p. 14.

¹⁴³ *Idem*, p. 14.

e ex-prefeito da cidade] foi o único colaborador do Centro Cultural José do Patrocínio e que prestava serviço mandando registrar a realização de casamento no seu cartório gratuitamente.”¹⁴⁴

Lá no mundo colonial, uma das possibilidades reais de negociação se estruturavam nas bases do próprio sistema escravista. “Na verdade, escravos e senhores manipulam e transgridem no sentido de obter a colaboração um do outro; buscam – cada qual com os seus objetivos, recursos e estratégias – os ‘modos de passar a vida’ como notou Antonil.”¹⁴⁵

No caso do projeto de Vargas, a necessidade de colaboração também está presente. Daí a importância de ressaltar a vitória da proposta trabalhista como mediadora do pacto social brasileiro, conforme o pensamento de Angela Gomes. A partir dessa proposta possibilitam-se caminhos em que os projetos das duas entidades negras encontraram sua via de acesso à sociedade, fundamentando-se nessa credencial Assim,

“o sucesso do projeto político estatal – do ‘trabalhismo’ – pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a primeira República, elementos-chave de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo. Assim, o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores. (...) O processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, idéias, tradições e modelos

¹⁴⁴ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

¹⁴⁵ João José REIS e Eduardo Silva, Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil, p. 16.

de organização através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto”¹⁴⁶.

A construção do Estado passa pela construção de suas lideranças, do público e das relações que se fazem entre eles, sentido de sua legitimidade política. Para se garantir uma comunicação,

“... a intenção era produzir este público identificado com a classe trabalhadora brasileira. É por esta razão que o ‘trabalhismo’ brasileiro manteve tantos laços com as iniciativas governamentais no campo da política social, fossem elas voltadas para as condições de trabalho, educação, saúde, habitação, lazer ou quaisquer outras.”¹⁴⁷

Pode-se sugerir uma conexão dessa estratégia, por exemplo, com a idéia de criação dos diversos departamentos sociais do CCJP e da UHC, no atendimento da população não-branca frente às suas diversas necessidades, momento em que poderiam estar vinculados aos projetos nacionais de assistência pública, vinculando assim, os projetos particulares dessas entidades aos do PTB, garantindo por esses acordos a possibilidade de sua execução.

“Quanto [a] esses eventos [artísticos e culturais], eu não recordo porque a Sociedade Cultural José do Patrocínio promovia evento cultural, sobre cultura, educação, e social. Tanto assim que, em 1950, o Centro trouxe pra Duque de Caxias o serviço de médico de emergência. Naquele tempo, eu acho que era o Samdu. [Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, salvo engano.] Não lembro mais o nome. Sei que o Centro trouxe pra Duque de Caxias esse SAMDU, esse serviço de emergência foi trazido pelo Centro. Foi na época da (...) do ... então... no tempo da... [Me falha a]

¹⁴⁶Angela de Castro GOMES, “Introdução” *A invenção do trabalhismo*, p. 24-5.

¹⁴⁷ Idem, p. 31.

memória... Era o governo, acho que era governo Getúlio Vargas, doutor Getúlio Vargas era o presidente. Então o Centro Cultural José do Patrocínio trouxe pra Caxias o SAMDU, SAMDU que foi o primeiro serviço médico de Caxias. Não existia serviço médico em Caxias. O Centro trouxe. Inaugurou com a presença do deputado federal Getúlio Barbosa de Moura. Veio representando o governo federal e o Congresso Nacional. Doutor Getúlio Barbosa de Moura veio presidir. Veio o presidente também do SAMDU do Rio. Sei que vieram muitas autoridades.”¹⁴⁸

O projeto do Estado Novo se propunha introduzir no contexto histórico-social uma nova cultura política. Para isso, desenvolveu mecanismos de autoprodução e de reprodução ideológicos que levavam a sociedade a responder a esses estímulos, assumindo um contrato com esse regime. No

“Estado Novo (...) se verifica a presença de variações significativas que traduzem um certo ecletismo em suas propostas, o que não impede que se encontre em seu seio conjunto de idéias central, capaz de caracterizar um determinado projeto político.

(...) a produção e divulgação deste projeto traduziu-se, entre outras iniciativas, pela montagem de um importante órgão institucional: O Departamento de Imprensa e Propaganda. Esta poderosa agência supervisionava os mais variados instrumentos de comunicação de massa”¹⁴⁹.

A idéia era apresentar um projeto de Estado que servisse como um inaugurador de uma nova era, um divisor de águas entre o passado histórico e o futuro do país. O objetivo era fundar uma “democracia social” no país, sendo implementado pelo pacto social que seria orientado pela valorização e qualificação do trabalho.

¹⁴⁸ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

¹⁴⁹ Angela de Castro GOMES, “Introdução”. In **A invenção do trabalhismo**, p. 189-90.

Para a nova dimensão da democracia social, a reinvenção do humano era de essencial importância. Da sua nova criação e centro de suas preocupações, o homem, o Estado Novo preparava novas bases de relacionamento para serem estabelecidas. Como fundamento, surge o trabalhismo, elemento propulsor do progresso social.

“O sentido principal e o núcleo da proposta de renovação e humanização do Estado encontravam-se ligados a um esforço consciente de atribuição de um valor positivo e intrínseco ao trabalho. (...) O trabalho deveria ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como um meio de ‘ganhar a vida’. Isso implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ele era central para a sua realização como pessoa em relação ao Estado.”¹⁵⁰

É pelo trabalho, a partir dele, que diversos segmentos sociais irão conquistar sua “cidadania”. Trata-se de romper definitivamente com a concepção de trabalho fundado na escravidão. O trabalho devia representar a expressão das virtudes do trabalhador. A nova democracia pretendia definir o novo cidadão, integrado ao processo produtivo, pela conquista dos direitos sociais. Donde “... o projeto político do Estado Novo tratava de expurgar o conceito de democracia das ficções liberais, transformando-o em uma forma de organização estatal cujo objetivo era a promoção do bem do povo trabalhador...”¹⁵¹

A nação, entendida como um elemento constitutivo dos indivíduos que representam identidades e pertencimento, deveria ser a expressão do próprio indivíduo, e ao indivíduo, em nome da nação, caberia se integrar a ela para além dos interesses particulares; cada um em sua cultura deveria espelhar uma cultura política nacional, superando o particular para a defesa do objetivo coletivo.

Nesse contexto, Estado e nação se identificam, uma vez que o povo e o governante interagem e se completam. Esse contato entre presidente, os partidos políticos, organizações classistas deve ser direto, sem intermediários, uma vez que entre

¹⁵⁰ Angela de Castro GOMES, “Introdução”. In **A invenção do trabalhismo**, p. 201.

¹⁵¹ Idem, p. 201-02.

eles há o elo corporativo. O trabalho mantém esse elo, qualifica parcelas do povo, delegando-lhes poderes de cidadão.

“A identificação entre Estado e nação eliminava a necessidade de corpos intermediários entre povo e governante. O futuro da democracia brasileira não implicava mais partidos ou assembléias como fonte da vontade popular. Em substituição a tais mecanismos encontravam-se os órgãos técnicos e as corporações que consultavam as verdadeiras necessidades sociais pela observação e pela experiência diretas. (...) As corporações surgem no discurso estado-novista como um mecanismo de organização da vida econômica e política do país. Este ideal de ‘corporativismo democrático’ ao mesmo tempo que separava os indivíduos, reunia-os pela hierarquia global da ordem corporativa.”¹⁵²

O Estado Novo reservava ao povo um novo papel político, tornando-o o agente político do projeto social.

“O povo do Estado Novo era um corpo político hierarquizado pelo trabalho. Assim se constituía um novo ator social, definido como cidadão de uma nova espécie de democracia. O trabalhador brasileiro era o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional.”¹⁵³

Para falar diretamente aos trabalhadores, presidente e representantes do “grupo nacional” vão se utilizar de elementos da máquina publicitária estatal, parte integrante do projeto trabalhista. Nesse sentido, cria-se um sistema de radiodifusão que, articulado com veículos da imprensa escrita, atua como porta-vozes do Estado brasileiro. São as rádios oficiais e seus respectivos programas que propalavam a

¹⁵² Ângela de Castro GOMES, “O redescobrimento do Brasil”. In *A invenção do trabalhismo*, p. 207.

¹⁵³ Idem, p. 209.

mensagem governamental, o que também era feito pelos veículos impressos institucionais.

A definição de um calendário de comemorações nacionais servia para reafirmar o propósito do compromisso firmado entre o governo e a sociedade e para aproximar o poder público e o povo. Três eventos eram os principais nessas comemorações: 1º de maio (Dia do Trabalhador), 10 de novembro (aniversário de instauração do Estado Novo) e 19 de abril (aniversário do presidente). Como ator histórico principal da cena política, aparece o trabalhador. O trabalhismo deveria atuar como mediador de uma íntima relação estabelecida entre presidente e povo, era o grande espetáculo da democracia social.

“Estas três comemorações constituíam três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores. (...) elas se integravam, ao mesmo tempo que precederam e redimensionaram a intenção básica da política doutrinária do Ministério do Trabalho até 1942. [E ainda] estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridades e o público trabalhador.”¹⁵⁴

Os laços estabelecidos entre o presidente e o povo eram o item fundamental para a política trabalhista, bem como das relações populistas o que exporia um dos centros do seu poder, firmando-se aí o pacto social.

“Fui, fui getulista. Cheguei a ser recebido por ele, no palácio do Catete. Recebido por ele, recebido por Catabri [?] Nepomuceno. [fui recebido] na qualidade de presidente do Centro José do Patrocínio. Fui recebido pelo falecido Getúlio Vargas, fui recebido também pessoalmente pelo presidente João Café Filho. Foi. [nos anos 50, no segundo mandato, no mandato constitucional] Fui recebido pelos dois.”¹⁵⁵

¹⁵⁴ Angela de Castro GOMES, “Introdução”. In **A invenção do trabalhismo**, p. 217.

¹⁵⁵ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

Desse contato que José Gomes assegurou ter tido com o presidente Vargas, resultou uma velada crítica do líder negro caxiense em relação ao descompasso entre o discurso e a prática da autoridade. “Agora, de positivo mesmo, na prática, só ficavam dando discurso. Porque o negro continuava penando, sofrendo, como está até hoje. Todos falam e o preconceito continua.”¹⁵⁶ A passagem do mesmo José Gomes, aliás, pelo parlamento em Duque de Caxias fez com que discussões que envolviam a presença do negro e o seu papel diante da sociedade duque-caxiense, seus problemas mais prementes e os núcleos que se formavam para articular as lutas necessárias para resolução de seus problemas fossem incorporadas às discussões políticas e as demandas gerais da sociedade. Impor o tema do negro e falar sobre racismo naquele espaço, era ir de encontro a outras forças políticas que ignoravam o tema e que também demonstravam incômodo com as cobranças que interferiam nos núcleos do poder loteados entre políticos, empresários e donos de terras. Então cobrar um espaço para o negro nessa sociedade e o reforço ao trabalho realizado pelo movimento negro local não se tratava de questão de importância para alguns grupos da política local.

“Nunca foi fácil. E até nós tivemos um vereador de origem pobre por nome Waldyr de Sousa Medeiros e que ele se dirigia a mim dizendo-me: ‘Pára de falar sobre negro. Cuida da sua vida. Cuida da sua vida. Você tem que vencer sozinho e esquecer sua cor. Esquecer sua pele. Você venceu na vida. É um intelectual. Então cê cuida da sua firma, do seu apego [à] vida.’”¹⁵⁷

Nessa linha de raciocínio de Waldyr Medeiros, restava aos afrodescendentes alçar as esferas sociais e políticas pela via do trabalho. Nesse momento, ser trabalhador e possuir uma de suas mais caras credenciais, a carteira de trabalho, era sinônimo de cidadania. O sentido de povo que se queria conceber era daqueles integrados no mundo do trabalho; todos os outros não-trabalhadores estavam fora desse qualificativo. Era preciso, para se inserir no plano social, descobrir os caminhos para o credenciamento da cidadania e fazer parte do diálogo com o Estado.

¹⁵⁶ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

¹⁵⁷ Idem.

O operário da obra, o trabalhador e o chefe da obra nacional, o presidente, nessa interação, possibilitam a construção do ideal trabalhista, conferindo ao trabalho e ao seu executor um sentido de valor e pertencimento ao projeto nacional.

“...tratava-se de realçar a contribuição do trabalhador nacional, em nítida oposição ao estrangeiro, o que era atestado pela elaboração da chamada lei de dois terços, que obrigava as empresas a manterem este percentual de empregados brasileiros. Neste particular, destacava-se a presença do trabalhador negro, que marcava positivamente a ‘raça brasileira’ e devia ser respeitado e glorificado, sobretudo diante do nosso terrível passado escravista. Este era o sentido da criação do ‘Dia da Raça’, demonstrando que o Estado Novo assumia uma postura de combate aos preconceitos de cor e de elogio ao ecletismo étnico do povo brasileiro, e sepultava os ideais de eugenia e branqueamento.”¹⁵⁸.

A integração pensada pelo movimento negro, numa perspectiva histórica, se relaciona com o populismo trabalhista do PTB de Vargas. Para o populismo, a questão de classe deve ser excluída do debate político-ideológico em favor de uma perspectiva reformista da sociedade, reforma essa realizada sob controle do Estado, condutor do processo social, que, nesse caso, descarta ou minimiza o conflito de classes. Se o movimento negro concebe sua problemática como de preconceito de cor e discriminação social despregada da problemática da luta de classes, essa modalidade de movimento seria (ou poderia ser) capitaneada e conduzida pelo projeto populista. O integracionismo e o associativismo achariam um estímulo no populismo, exposto pelo PTB, aquele que lhes dava abrigo e possibilitava muitas ações, ao mesmo tempo que permitia a formação de quadros políticos negros, por exemplo, o vereador do PTB em Caxias José Gomes de Barros, membro da União Cultural Brasileira do Homens de Cor e do Centro Cultural José do Patrocínio neste município. “Eu fui eleito – diz ele em depoimento à autora deste trabalho – vereador pelo PTB. Na época, o vereador era

¹⁵⁸ Angela de Castro GOMES, “Introdução”. In **A invenção do trabalhismo**, p. 223.

eleito com 33 votos, 40 votos. Eu tive 98 votos e desempenhei minhas funções sempre com dignidade.”¹⁵⁹

Nesse momento, surgem clubes de negros, entidades beneficentes e filantrópicas. No caso de Caxias, formam-se associações filantrópicas e de ação política como o Centro Cultural José do Patrocínio e a União dos Homens de Cor (núcleo Caxias). Muitos desses elementos se vinculam ao PTB de Vargas.

O pacto nacional, inspirado na idéia de democracia racial, aceito pelo conjunto da sociedade e também assumido pelos movimentos de esquerda, incorpora toda a problemática das ditas minorias raciais na questão de classe. O problema do preconceito de cor e da discriminação se apresentaria como pontual ou localizado, e não como estrutural da sociedade, como se o problema do negro não fosse um problema de relevância do todo social. Assim, a questão negra seria superada no bojo da luta de classes, não precisando ser realçada pela sua especificidade. Da ótica da esquerda, o problema nacional não pode tomar como foco central a questão do negro e dos nativos (índio), por exemplo, porque não existe racismo no Brasil, viver-se-ia num regime de democracia racial. Nesse sentido, o movimento negro romperia com o pacto nacional, por querer isolar a sua luta, particularizando-a e separando-a da luta mais geral, nacional. Paralelamente, o projeto expresso pela retórica populista do Partido Trabalhista Brasileiro de Vargas consideraria o problema do negro um problema autônomo, de relevância, pois as carências e as demandas do negro precisam ser atendidas, independentemente das demandas que dizem respeito, por exemplo, ao conflito entre capital e trabalho.

“Neste particular, destacava-se a presença do trabalhador negro, que marcava positivamente a ‘raça brasileira’ e devia ser respeitado e glorificado, sobretudo diante do nosso terrível passado escravista. Este era o sentido da criação do ‘Dia da Raça’, demonstrando que o Estado Novo assumia uma postura de combate aos preconceitos de cor e de elogio ao ecletismo étnico do povo brasileiro, e sepultava os ideais de eugenia e branqueamento”¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

¹⁶⁰ Angela de Castro GOMES, “Introdução”. In **A invenção do trabalhismo**, p.223

Nessa linha de conduta, o Estado – Estado Novo de Vargas – seria o juiz, o interventor social, resolvendo equitativamente as contendas e mantendo o equilíbrio social. Não é à toa que o PTB, como mais tarde faria o Partido Democrático Trabalhista, que se considera o legítimo herdeiro do trabalhismo varguista, teria aberto espaço privilegiado para os negros em seus quadros. No governo do PDT no Rio de Janeiro, a partir de 1983, tendo à frente Leonel Brizola, as promessas de campanha feitas aos ativistas negros do seu partido teriam se cumprido com a nomeação de negros para diversos cargos no governo. Por exemplo: para a Secretaria de Trabalho, foi nomeado o deputado federal Carlos Alberto de Oliveira, o Caó, responsável, em 1988, pela elaboração de emenda constitucional que transformou a discriminação racial em crime inafiançável; o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira ganhou a chefia da Polícia Militar; a professora Edialeida Salgado Nascimento foi para a Secretaria de Promoção Social¹⁶¹.

No contexto de Duque de Caxias, a dificuldade de organização do movimento negro e sua evolução talvez possam se explicar a partir da fragilidade ou da ausência de um projeto ideológico e político plenamente definido, devendo-se ressaltar ainda um problema anterior e deflagrador dessa dificuldade de definição ideológica, de novo, o mito da “democracia racial”, que “eliminará” o preconceito da sociedade brasileira, levando a um esvaziamento e à desarticulação da luta dos grupamentos negros dos rumos a serem tomados pelo movimento. Semelhante ao que acontece em âmbito estadual e nacional, as primeiras organizações de fins da década de 1940 e início de 1950 se constituem em projetos associativistas, fortemente voltado para o atendimento social, tentando buscar abrigo e apoio junto à comunidade político-partidária, inclusive procurando manter certa convivência com as elites políticas locais representadas pelo clientelismo¹⁶² de Tenório Cavalcanti.

“Aí na casa do Tenório eu tinha acesso e uma entrada pelos fundos. A casa do Tenório era toda fechada, aquilo tudo fechadinho ali. Tudo cheio de metralhadora, a tudo fechado. Mas eu sabia onde podia entrar ali, que eu parecia família

¹⁶¹ M. George HANCHARD, *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1954–1988)*, p. 110

¹⁶² Duque de Caxias, por essa época, vivia um momento de transição de um espaço rural para um espaço urbano. Daí as relações de controle político estabelecidas por políticos como Tenório Cavalcanti serem as do mandonismo e patronegem. Ver Evandro Cyrillo MARQUES, *Transformação do espaço rural e urbano no município de Duque de Caxias – RJ: uma nova abordagem sinóptica*, Rio de Janeiro, FEUDUC, 1997, e Janice PERLMAN, *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 73.

dele, né? Dizia: ‘Você tem acesso aqui, você vem aqui. Tudo que você precisar, você vem aqui.’ Então entrei pelos fundos e levei o Mário Alves. Cheguei lá, falei com ele.”¹⁶³

2.4 O objeto, sua abordagem e sua escrita

Evidentemente, tais declarações, como qualquer declaração, embora exijam ser relativizadas, não devem ser desqualificadas pelos motivos que serão expostos ainda no capítulo de História Oral. O presente trabalho se fundamenta em parcos e precários registros escritos, sendo de grande importância para a composição das trajetórias das entidades negras em Caxias, também os registros da memória oral. Os perigos e as armadilhas que possam se apresentar não dizem respeito apenas ao uso das fontes orais, mas também às fontes escritas. A tarefa de levantamento das fontes, no caso deste estudo em particular, foi de garimpagem, aplicando-se o tratamento adequado ao tipo de fonte e ao seu respectivo campo de observação. Foi preciso travar mesmo uma corrida contra o tempo, num trabalho de incessante convencimento e negociação, pois aqueles que estavam dispostos a falar, estavam morrendo e os possíveis registros escritos sendo confinados em galpões, jogados em latas de lixo ou ainda sendo queimados. No desenvolvimento da análise das duas entidades negras e de suas respectivas lideranças, foram tomadas como base produções que compõem a historiografia regional e nacional. As obras que integram as crônicas da cidade escritas pelos memorialistas foram levadas em conta para apoiar a formulação do objeto de estudo e para a estruturação do problema.

Os estudos já desenvolvidos sobre esta temática são extremamente escassos e se encontram dispersos, o que dificulta buscar referências em obras afins. Os primeiros registros da constituição e exercício dessas entidades do movimento negro são encontrados em crônicas e em uma obra de natureza memorialística.

A memorialística é o livro de José Lustosa, “Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais”. Dentista e estudioso da

¹⁶³ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

história da cidade, por ocasião do 15º aniversário de emancipação do município (1958), resolve homenageá-lo, escrevendo e publicando essa obra, por ele definida como um “esboço histórico-corográfico”. Trata-se de um extenso levantamento, informando desde as origens históricas do município, ainda parte integrante da Vila de Iguaçu, tudo o que se refere à formação política, social e econômica, até a década de 1950, apoiando-se em farto arsenal de dados estatísticos. O livro menciona a distribuição territorial, as lendas, as tradições, a figura heróica de Duque de Caxias, a emancipação, a distribuição dos aparelhos administrativos, ferroviários, rodoviários, a administração pública e seus órgãos/organismos, partidos políticos e políticos, organizações comerciais e industriais.

Em Lustosa, se encontra a primeira referência sobre a União Cultural dos Homens de Cor, seu quadro diretivo e administrativo, local de funcionamento, fala da natureza da associação e ainda apresenta o número de registro, o livro e a data em que foi institucionalizada. Dados e busca perdidos no esquecimento e provavelmente na destruição de tais registros. Afora membros fundadores e militantes dessa entidade, muito pouco foi encontrado, ao menos uma pista ou referência, também nas diversas instituições cartoriais, onde o acesso para a pesquisa foi diversas vezes negado.

“Os donos da cidade”, do gênero crônica, também faz referência à União Cultural dos Homens de Cor. Integra a trilogia “Os crimes que abalaram Caxias”, da qual fazem parte “O negro Sabará” e “Sangue no 311”. Santos Lemos, jornalista que fazia cobertura policial, delegado de polícia, escritor, costumava transitar com certa facilidade pelos territórios marginais, onde também transitavam afro-caxienses. Procurava em sua observação levantar trajetórias dos homens e mulheres, mas não apenas as daqueles que se constituíam como uma vanguarda negra, porém, sobretudo as daqueles que protagonizavam uma história criminal. Sabará, de quem aliás Santos Lemos tornou-se amigo, perseguido por seu envolvimento com episódios de roubo e ação truculenta, esteve implicado em vários conflitos. Geralda, perseguida pela prática do lenocínio, tornou-se uma de suas principais personagens da trama realista que se desenrolava em Caxias.

No seu registro sobre a UHC, constam, além da participação de Santos Lemos como membro-fundador da entidade, os objetivos por ela propostos e ainda uma breve análise comparativa entre os negros intelectualizados e os da esfera marginal. A grande contribuição dada por Santos Lemos nessa trilogia é a de denunciar, por vezes de

forma ácida, a condição de discriminação social e preconceito de cor vivida pelos afro-caxienses, ainda que constituíssem eles a maioria da população do município (ver Anexo 1). Denunciava ainda quais eram as estratégias que os negros precisavam construir, que conflitos precisavam enfrentar para compor seus espaços de combate e de negociação.

Na dissertação “Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964)”, a professora Marlúcia Santos de Souza, com o fito de produzir uma análise política do município nos anos de sua institucionalização e das relações estabelecidas entre as forças político-sociais e a sociedade, menciona em um de seus capítulos a existência da, UHC – um dos objetos de estudo desta pesquisa – e denuncia a precariedade de obras que analisem a presença e trajetória dos grupamentos afrodescendentes. Aponta Marlúcia para outras vozes afro-caxienses: Solano Trindade, poeta, e Joãozinho da Goméia, babalorixá, ambos migrantes que em parte de seus caminhos estabeleceram o firme compromisso de registrar, organizar, reverenciar a presença dos não-brancos como construtores fundamentais da história da cidade.

No livro “Negros e Política (1888-1937)”, Flávio dos Santos Gomes faz menção às entidades herdeiras, entre as quais está a União Cultural dos Homens de Cor, no âmbito do Distrito Federal, sucessora da história das primeiras agremiações constituídas no início do século XX. Outra dessas entidades seria a Frente Negra Brasileira, que pretendia arregimentar grupamentos negros, usando para isso a promoção de bailes, concursos de beleza, assistência médica, etc., instrumentalizar e produzir estratégias de intervenção social, como sua transformação em partido político. A tarefa dessas organizações era construir espaços possíveis de sociabilidades e de acesso desses grupamentos ao plano político-social. O que ficou para essas entidades como legado da militância anterior foi a memória da sua experiência de luta.

Na tese de doutoramento da socióloga Joselina da Silva sobre a “União dos Homens de Cor” em âmbito nacional, observa-se a ramificação dessa entidade formando vários braços políticos pelo Brasil. Joselina captura a formação de vários núcleos e seu objeto central, que era formar representantes políticos negros para atuar nas mais diferentes esferas do poder de Estado e nos organismos que dialogavam com a espaço político e social. Refere-se então à existência de um outro núcleo da UHC em

Duque de Caxias, por ela desconhecido até o contato com os trabalhos de Marlúcia, Lustosa e Santos Lemos. Nenhuma das referências e menções aqui explicitadas abordam com profundidade a formação, caminhos percorridos e a extinção não só da União dos Homens de Cor, como também do Centro Cultural José do Patrocínio, entidade cuja só foi descoberta no curso desta pesquisa, carecendo ambas de uma investigação e análise específica das possíveis relações estabelecidas entre elas e o movimento negro de alcance nacional.

Na análise documental, foram utilizadas fontes de diferentes naturezas, o que possibilitou uma avaliação mais ampla do contexto e da problemática do negro. Por se tratar de um tema ainda praticamente não explorado, a coleta das fontes e o levantamento bibliográfico se desenvolveram com o enfrentamento de muitos percalços. São instrumentos de essencial importância pelo seu conteúdo histórico e informativo, jornais de época que compõem o acervo de fontes escritas seriais, tais como o Quilombo, A Voz da Negritude, O Municipal, a Folha de Caxias ou Folha da Cidade, a Luta Democrática, o Tópico, o Grupo, o Correio de Iguassu e os livros de Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias de 1947 ao final da década de 1960 com seus anexos (resoluções, projetos de lei, indicações e requerimentos). Cartas e estatutos constituem outro grupo de documentos escritos. Para esta pesquisa, os livros de atas e os documentos anexos foram lidos e analisados pela primeira vez como fontes de pesquisa. Além das fontes seriais já mencionadas, foram também listados, catalogados, analisados jornais estaduais e nacionais, como, por exemplo, O Radical e O Fluminense.

O encontro, a entrevista com os criadores das entidades estudadas que são protagonistas da trama política deram o sentido ao percurso da produção deste projeto, com especial referência ao depoente José Gomes de Barros, que também ocupou o cargo de suplente de vereador no município. As fontes orais compreendem: entrevistas com membros fundadores e participantes das entidades estudadas (os advogados José Gomes de Barros e Francisco Quixaba Sobrinho). Do acervo iconográfico do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, foram extraídas: fotografias expondo o cotidiano dos não-brancos na cidade, da Câmara e dos políticos. Os mapas da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias foram pesquisados no Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense

(CEMPEDOCH-BF) e no Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Em todos os levantamentos feitos procurando detectar a presença, a constituição e ação das entidades negras aqui estudadas, mas tomando como ponto de relevância a quantificação dos não-brancos no município, tomou-se como base o censo demográfico de 1950, catalogado pela Fundação CIDE – Centro de Dados do Rio de Janeiro.

No levantamento bibliográfico, foram avaliadas obras que trataram, num plano geral, os debates que se produziam no seio dos movimentos negros nacionais e nos movimentos de âmbito local, bem como as obras que particularizavam as discussões da problemática negra, seus projetos e espaços de sociabilidade. Nesse sentido, foram analisados livros de memorialistas contendo os primeiros registros sobre a sociedade duque-caxiense e de cronistas da época relatando a desordem sócio-administrativa e a violência cotidiana promovida oficial e extra-oficialmente. Um desses cronistas da cidade, Laís Costa Velho, em “Caxias ponto a ponto (1953-1957)”, utiliza charges do desenhista Antônio Pacot para comentar as carências do saneamento básico e das relações políticas.

Por meio dessa análise baseada no levantamento de fontes escritas e orais, no levantamento bibliográfico, abre-se a possibilidade de discernir as vozes que ecoam no período de 1949 a 1968, identificando-se suas práticas ou manifestações com as diferentes formas de conceber a intervenção no processo de construção social. Assim, entrevistas com membros do movimento negro à época, bem como depoimentos de protagonistas e antagonistas dessa história foram o lastro para o estatuto de validade do estudo em questão. Serviram ainda de valioso instrumento de orientação para a pesquisa de fontes, entre outras, as seguintes instituições: o Arquivo Nacional, o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional, a biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa, a biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, a Fundação Palmares, a URBANDATA, o Núcleo Negro e o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

Em Duque de Caxias, mencionem-se: o Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto da Câmara Municipal de Duque de Caxias, o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense (CEMPEDOCH-BF) e o Cartório do 2º Ofício Fausto Simões Vieira.

CAPÍTULO 3

UMA TOCA DA HIDRA, CELEIRO DE TENÓRIOS: AS ENTIDADES NEGRAS EM FACE DAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS EM DUQUE DE CAXIAS

A Baixada Fluminense, em seu passado, abrigou diversos grupos de quilombolas que, em suas andanças, ações e fugas, teriam infernizado os proprietários de terras, as elites locais e a sociedade do século XIX. Eles transitavam pelas “terras de muitas águas”, assim diz o significado do nome Iguaçu, da então Vila de Iguaçu, região de manguezais e de pântanos. Devido às estratégias de luta e ação dos grupos quilombolas, ficaram conhecidas como as hidras de Iguaçu, conforme estudo de Flávio Gomes, essas hidras se referiam à hidra da ilha de Lerna, uma lenda grega que contava a história de um monstro na forma de uma serpente gigante com várias cabeças. Embora seus caçadores tentassem abatê-la cortando suas cabeças, elas sempre renasciam. A relação com os quilombolas de Iguaçu se sustentaria na hipótese de que, mesmo caçadas e mortas, novas cabeças reapareciam e sempre utilizando os manguezais como espaço de refúgio e de luta.

“Tal qual a de Lerna, ressaltada pela mitologia grega, em virtude dos doze trabalhos de Hércules, existia na região de Iguaçu, no Rio de Janeiro, no século XIX, uma quase indestrutível hidra. As ‘cabeças’ desse bicho terrível eram as diversas comunidades de escravos fugitivos que surgiram pouco depois de 1800, e ainda quase no final do oitocentos atormentavam moradores e autoridades policiais.”¹⁶⁴

¹⁶⁴ Flávio dos Santos GOMES, “A hidra de Iguaçu: uma história de liberdade no recôncavo da Guanabara” (1812-1883). In **Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro século XIX**, 1995, p. 43.

Duque de Caxias seria uma dessas tocas que abrigavam as revividas hidras de Iguazu, as novas cabeças do movimento negro, que, mesmo sendo perseguidas e negadas, continuavam a montar suas estratégias de sobrevivência. Agora, a partir de novas propostas teórico-políticas e de novos discursos, os acordos e os embates entre as novas hidras e as forças políticas se apresentavam pela face da patronagem e do clientelismo, que corresponderiam às relações estabelecidas no âmbito local e pela perspectiva populista em âmbito nacional. No âmbito local, as formulações das entidades do movimento negro passavam pelo estabelecimento de negociações, na medida em que o patrono e seus grupos de apoio e poder assim proporcionavam possibilidades de construção de acordos. E quando o contexto se expunha ao enfrentamento, a via era a do conflito. Provavelmente todas essas estratégias procuravam sempre ser bem pensadas pelas lideranças negras locais, pois as entidades constituíam-se em pequenos grupos, pulverizados, com muitas dificuldades para manutenção e funcionamento. Sabiam que para se fortificar e por fim se inserir no plano político e social, teriam que criar modos de combate e de acordos. Partir para o enfrentamento significaria entrar em contato com um modelo especial de controle político da sociedade local, que se definia como o da patronagem, sendo seu maior símbolo na política local, Tenório Cavalcanti, que precisava formar reprodutores desse modelo e também sucessores.

O diálogo e o enfrentamento apresentariam essa conjuntura de embate e de mútua troca e assimilação. Seria preciso, e esta teria sido uma estratégia de luta utilizada pelas lideranças negras locais, assimilar o golpe do inimigo e devolvê-lo com a maior eficácia possível. Tomando a defensiva sempre que necessário, mas como uma estratégia de ataque, devolvendo ao opressor o seu golpe. A perspectiva aqui proposta se fundamenta no pensamento de João José Reis e Eduardo Silva que fala da necessária relação de luta e sobrevivência que se estabelecia entre escravos e senhores no seu cotidiano definindo-se como estratégias de “negociação e conflito”. Isso significa que,

“Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas. Tais negociações, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmoniosas,

para alguns autores até idílicas, entre escravo e senhor. Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos.”¹⁶⁵

Historiando a trajetória de formação, organização e ocupação socioespacial da Baixada Fluminense, tem-se um passado de importância econômica e social, como rota e caminho do ouro para Minas Gerais, com a formação de núcleos comerciais em meio a olarias e à farta produção madeireira, marcada pelo Porto Estrela, parte do município Estrela, parada obrigatória dos viajantes que vinham do Rio de Janeiro para a região das minas, conforme analisa Vânia Froes: “O Município Estrela, situado na Baixada Fluminense e atualmente extinto, [cobria a área que integrou os atuais municípios] de Caxias, Nova Iguaçu, Petrópolis e Magé.”¹⁶⁶. Nessa análise Vânia Froes ressalta “a principal função do município, de entreposto comercial, e suas articulações com o sistema de exportação”¹⁶⁷

O trabalho de Vânia Froes nos mostra que “Em Estrela inaugurou-se a Fábrica de Pólvora. Ela pensava na época de formação de Estrela como um processo de urbanização em curso, num espaço em transição, visto que esse porto estava voltado para os interesses do mercado colonial e internacional, por se tratar de “entroncamento de rotas”, que ligavam Minas, Baixada e Rio de Janeiro, porto mais importante para os contatos com a Europa.

No período de surgimento da produção aurífera, “Estrela já era assim um ponto importante na economia de exportação da colônia, quando decaiu a produção aurífera. (...) O papel de maior destaque que Estrela desempenharia, surgiu somente quando o café reativou a economia de exportação brasileira.”¹⁶⁸ A própria localização geográfica de Estrela favorecia o tráfego do café do Vale do Paraíba e de suas principais regiões produtoras, como Vassouras, Valença e sul de Minas. Através de Estrela, chegava-se ao porto do Rio de Janeiro. Das rotas fluviais às rotas terrestres e depois à ferrovia, Estrela e seu porto se mantiveram interligando Minas, a serra, a Baixada, o Rio

¹⁶⁵ João José REIS e Eduardo SILVA, “Introdução”. In **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista, p. 7.

¹⁶⁶ Vânia FROES, “Introdução” **Município Estrela – 1846-1892**. Niterói: UFF, 1974, (Dissertação de Mestrado em História), p. 1.

¹⁶⁷ Idem, p. 1.

¹⁶⁸ Idem, p. 23.

de Janeiro e o mundo, num espaço de grande mutação e de trânsito entre o eminentemente rural e o urbano.

A Baixada, no final do século XVIII e XIX, de região que serviu de grande entroncamento comercial e grande produtora de bens agrícolas e extrativos, entra em processo de declínio devido à atuação predatória de seus cultivadores e implementadores, facilitando a geração de uma área em processo de degradação, assim produzindo ambiente extremamente insalubre e sujeito a todos os tipos de intempéries climáticas. Segundo Mario Grynszpan isso se deve à “dinamização da produção canavieira na área de Campos, ao norte do estado, e [à] concentração do café no Vale do Paraíba.”¹⁶⁹ Com isso, a área da Baixada foi sendo abandonada e nenhum tratamento do ambiente que abriga o grande manguezal foi implementado.

3.1 Uma região em transição entre o rural e o urbano

A mudança de postura em relação à estruturação e a um programa de reformas político-ambientais no tocante à Baixada Fluminense só se inicia no pós-revolução de 1930, assim afirma Mario Grynszpan. Esse é o momento em que o Governo de Vargas promove programas para renovação e recuperação do espaço da Baixada.

“Em 1933, foi criada por Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, instalado pela Revolução de 1930, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Tal Comissão elaborou um plano geral, (...) realização de obras hidráulicas, [para] melhorar a salubridade e recuperar áreas férteis, fomento da colonização das terras públicas e desenvolvimento de culturas intensivas, passando pelo estabelecimento de uma rede viária e de transportes para escoamento da produção.”¹⁷⁰

A idéia era revigorar a defesa de uma natural “vocação” para a agricultura da região. A Baixada seria então a grande servidora, como uma colônia

¹⁶⁹ Mario GRYSZPAN, “Luta política, g nese de atores e reconfigura o do espaço”, in **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 6, n  12, (p. 113-132), p. 116.

¹⁷⁰ Idem, p. 116.

fornecedora de víveres para a Capital e o Estado. Criava-se assim, uma terra para fuga dos sem-espaço, ou sem-teto. A terra da promessa, o espaço dos forasteiros que se organizariam com suas famílias para disputar seu pedaço de chão. A colonização estava aberta, e também a largada para os forasteiros ávidos por construir sua moradia e um lugar de onde tirar seu sustento. As fronteiras estavam abertas na Baixada, o Governo Federal teria maqueado bem o terreno como numa preparação para que o espaço fosse ocupado segundo determinadas regras.

Os herdeiros de senhores donos de fazendas loteavam suas terras, negociavam com agências de loteamento e com empresas da especulação imobiliária. Tem início a arte da grilagem e dos negócios ilícitos envolvendo a terra. Os posseiros também vêm em grande número migrando de várias regiões fronteiriças e do Nordeste, muitas vezes à distância compram seus lotes de terra sem nem mesmo saber se o negócio é legal, se a terra existe mesmo, se não estariam “comprando gato por lebre”.

Mas é na Segunda Guerra Mundial que a corrida da migração se intensifica, por causa da expansão da fruticultura, que coloca a Baixada como grande fornecedor de cítricos para o mercado internacional. Nova Iguaçu, por exemplo, fica sendo conhecida como a Califórnia da Baixada por sua grande produção de laranjas. A possibilidade de arrendar lotes de terra para a plantação de laranjas e de outras frutas leva fluxos de camponeses a rumar para lá. Há ainda um outro fator correlato que Mario Grynszpan acentua:

“As obras e os investimentos ali realizados provocaram uma valorização das terras. Entretanto, um outro fator que pesou para que isto ocorresse, foi a transformação do espaço rural em urbano, na Baixada. Este processo, que se acentuou bastante a partir da II Guerra Mundial, se deu de forma mais intensa em áreas próximas à Capital Federal, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que passaram a abrigar um grande contingente de trabalhadores urbanos e de antigos camponeses, que migravam para as cidades do Sudeste.”¹⁷¹

Se o argumento para a transição do rural para o urbano se fundamenta em parte na proximidade desse espaço com a Capital Federal, nele próprio se reafirma a

¹⁷¹ Mario GRYSZPAN, “Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço”, in *Tempo*, R. de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 118.

oportunidade que Caxias, por exemplo, dentro da Baixada Fluminense, proporcionava à formação não apenas de núcleos de moradia, mas também de formas reais de sobrevivência em seu próprio território, com o desenvolvimento industrial e comercial que veio se ampliando a cada tempo. O fato talvez de Duque de Caxias não conseguir se ver com esse grande potencial em si mesma como produtora de cultura, de arte, de movimentos políticos como os de luta pela construção de espaços para os afro-caxienses e, é claro, para os segmentos populacionais menos favorecidos, se deveria à sua proximidade com o Rio de Janeiro. Por essa concepção, a cidade estaria longe de desenvolver sua identidade e autonomia. E estar longe significaria se ausentar de muitos benefícios que a capital poderia proporcionar, mas seria também criar a necessidade de aqui forjar o seu mundo e sua identidade própria.

Escrita por Evandro Cyrilo Marques, a monografia “A transformação do espaço rural para espaço urbano no município de Duque de Caxias-RJ: uma abordagem sinóptica ” representa importante contribuição para o estudo de mudança pelo qual passa o município a partir da deflagração da onda loteadora entre o final dos anos 1940 e, principalmente, os anos 1950. A ocupação desordenada tem como impulso a construção de novos núcleos urbanos que receberiam migrantes de várias partes do país – Caxias começava a se desenhar como a terra das oportunidades.

“A Baixada Fluminense viu até a primeira metade do século XX o desencadeamento do processo de loteamentos urbanos, em detrimento das atividades ligadas ao campo, sobretudo a fruticultura, que até esse período representava um mais importante elemento econômico para o Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a produção de laranja, banana e abacaxi.”¹⁷²

Os negócios estabelecidos entre os agentes loteadores e as empresas aí envolvidas com os migrantes compradores desses pedaços de terra definem bem a natureza das relações estabelecidas entre os grupos sociais na partilha e no controle da terra.

¹⁷² Evandro Cyrillo MARQUES, A incorporação definitiva do município de Duque de Caxias à região metropolitana do Rio de Janeiro”. In **A transformação do espaço rural para o urbano**: no município de Duque de Caxias-RJ: uma abordagem sinóptica. Duque de Caxias: FEUDUC, p. 5. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Geografia do Brasil.

Os interesses envolvem a especulação imobiliária – nascedouro e sobrevivência de forças políticas da Baixada Fluminense –, a favelização dos centros urbanos e por fim as oportunidades que se apresentavam no caso de Duque de Caxias devido a sua proximidade com o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Não se admite nessa análise ver Duque de Caxias como um espaço periférico, como apenas um local de moradia e dormitório da população migrante, mas sim como um local repleto de oportunidades que seriam exploradas por esses “colonizadores”. E, não obstante se tratasse de um lugar com características ambientais inóspitas, era a área que restava aos menos afortunados. Não parece ser à toa que grandes contingentes de não-brancos para cá acorrem com o intuito de se fixar e de construir o seu mundo. A proximidade de Duque de Caxias com o Distrito Federal se apresenta como aspecto positivo para a sociedade local e também como negativo. O fato de estar perto facilita não só como fator de troca e de apoio cultural e econômico para ambos os espaços, mas também como elemento desmobilizador para a formação de uma identidade autônoma para Duque de Caxias em termos sociais e mesmo culturais em relação ao Rio de Janeiro, tido muitas vezes como modelo a ser seguido. E no contato entre essas duas cidades, tentativa sempre foi a de formar um espaço que se colocaria sempre a reboque da produção política e social do Rio de Janeiro. Isso talvez pudesse explicar a fluidez dos movimentos negros em Duque de Caxias.

“A transformação de extensas áreas rurais em urbanas propiciaram a concentração humana e conseqüentemente a criação de novos bairros. Precedente a esta dinâmica, os loteamentos tiveram um caráter primordial na configuração do novo espaço que se transformava.

(...)

A presença de grandes latifundiários na região da Baixada Fluminense funcionou como elemento de sintropia para a consecução dos loteamentos que rapidamente se tornaram objeto de especulação”¹⁷³.

¹⁷³ Evandro Cyrilo MARQUES, A incorporação definitiva do município de Duque de Caxias à região metropolitana do Rio de Janeiro. In **Transformação do espaço rural em urbano no município de Duque de Caxias-RJ**: uma abordagem sinóptica, D. de Caxias: FEUDUC, p. 5-6. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Geografia do Brasil.

O processo de loteamento da terra, a industrialização, a emancipação de municípios se somam como fortes motivadores para impulso da migração, ocupação e transformação de um espaço rural para um espaço urbano. O trabalho de Evandro Marques ressalta o potencial da indústria pesada e as possibilidades comerciais que detém o município.

“O fenômeno da industrialização possui uma estreita relação com o processo de urbanização, e, paralelamente à atividade loteadora ocorrida nas primeiras décadas deste século [XX], o desenvolvimento das indústrias nas zonas rurais da Baixada Fluminense começa a se desenhar já como um prolongamento das concentrações industriais do município do Rio de Janeiro.”¹⁷⁴

Nesse contexto, empresas envolvidas com diferentes áreas de negócios fazem aumentar seus lucros. Evandro diz que

“em 1948, produziram juntas Cr\$ 2. 157.302.511,00, destacando-se os segmentos: alimentar, têxtil, minerais não-metálicos, químico, farmacêutico, metalúrgico, de bebidas, de pescado, de madeiras, mecânica, de construção civil, de calçados, de eletricidade, de papel, de origem animal e mista”¹⁷⁵.

Os migrantes oriundos da capital federal e dos outros estados se interessavam pelas possibilidades de trabalho na indústria da cerâmica, atividade que já vinha sendo desenvolvida na Baixada e que ganha forte impulso com a especulação imobiliária e a indústria da construção civil por ocasião da “febre” loteadora.

Os subúrbios periféricos, categoria tomada de empréstimo a Maria Terezinha Segadas por Evandro Marques no trabalho aqui citado, se refere aos municípios que circundam as cidades que cobrem a periferia e que tocam o espaço urbano da metrópole, no caso, o Rio de Janeiro. Em suas palavras, são os “vizinhos de Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Duque de Caxias”¹⁷⁶. Devido a essa

¹⁷⁴ Evandro Cyrilo MARQUES, A incorporação definitiva do município de Duque de Caxias à região metropolitana do Rio de Janeiro. In **Transformação do espaço rural em urbano no município de Duque de Caxias-RJ: uma abordagem sinóptica**, D. de Caxias: FEUDUC, p. 12. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Geografia do Brasil.

¹⁷⁵ Idem, p. 12-13.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 17.

proximidade e à carência e mesmo muitas vezes à ausência de diversos serviços urbanos, administrativos, médico-hospitalares, a população da Baixada busca o atendimento de suas demandas no Distrito Federal. No avanço do setor industrial, aproveitando-se o potencial natural da região, começa a se instalar a indústria petrolífera, mais uma possibilidade de geração de empregos para o migrante.

“A inauguração, em 1961, da Refinaria Duque de Caxias–REDUC, da Petrobrás, propiciou ao município de Duque de Caxias completar uma nova fase industrial. Ao longo da rodovia Washington Luiz foi estabelecida uma rede de empresas que, na maior parte, dedicaram-se à produção de elementos ligados direta ou indiretamente à transformação do petróleo.”¹⁷⁷

Para compreender como se reuniu grande contingente de população negra em Duque de Caxias e começar a refletir sobre as questões já mencionadas, é necessário observar a formação desses núcleos populacionais.

Os movimentos migratórios desaguavam numerosos contingentes oriundos de estados do Nordeste — muitos deles chegados em Caxias passando primeiro pelo Distrito Federal¹⁷⁸ —, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Campos e de outras cidades do Norte Fluminense e da periferia da capital federal, diretamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, àquela altura, primeiro quartel da década de 1950, já se constituindo nos grandes pólos de desenvolvimento econômico nacional.

A presença de núcleos de movimento negro em Duque de Caxias guarda escassos registros que datam de 1932, ano em que foi fundado um núcleo da Frente Negra Brasileira em Caxias — a outrora Meriti, primeiro nome de Duque de Caxias antes de se transformar no 8º distrito de Nova Iguaçu.

A partir de 1930, com o governo de Vargas, havia um grande projeto de ocupação e colonização para áreas como Caxias. Foram criados ao longo do primeiro governo de Vargas, reservas de produção agrícola, colônias para receber menores, como a Cidade dos Meninos. Na década seguinte, surge em 1942 a Fábrica Nacional de

¹⁷⁷ Evandro Cyrilo MARQUES. A incorporação definitiva do município de Duque de Caxias à região metropolitana do Rio de Janeiro. In *Transformação do espaço rural em urbano no município de Duque de Caxias-RJ*: uma abordagem sinóptica, D. de Caxias: FEUDUC, p. 14. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Geografia do Brasil.

¹⁷⁸ Levantamento feito por Janice Perlman em pesquisa sobre a migração e a ocupação das favelas no Rio de Janeiro. O estudo inclui Duque de Caxias. Janice E. Perlman, “O mito da marginalidade”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 87 e ss.

Motores–FNM. Já em 31 de dezembro de 1943, Duque de Caxias, então 8º distrito de Nova Iguaçu, torna-se município autônomo. E, seguindo o projeto do Estado Novo, o município deve crescer para o benefício da nação. Assim também teriam compreendido seus ocupantes e começaram a edificar a cidade, pensando em sua fixação e na definição de espaços de sociabilidade.

3.2 O ambiente político, os partidos e as correntes políticas em Caxias: demandas

Com a criação do município de Duque de Caxias em 31 de dezembro de 1943 pelo Decreto-Lei nº 1.056, começam a se articular as forças políticas para a instauração da sua Câmara Municipal em 23 de outubro de 1947. Os partidos políticos em atuação na cidade desde as primeiras legislaturas são: o Partido Social Trabalhista (**PST**), que compôs o seu diretório municipal em agosto de 1953, tendo como presidente, Tetraldo João Monteiro, e como vice-presidente, Thomé Siqueira Barreto, contando ainda entre seus membros com Luís Soares da França Netto, Adwrad de Almeida, Odyr Peçanha, Luiz Alves Gregório, Hermes Gomes de Azevêdo, Oswaldo Biazoni, Aureliano Silva, Ary Castro e Silva, Aristtides de Carvalho Chaves e Eduardo Monteiro; o Partido Socialista Brasileiro (**PSB**), cujo diretório é criado em 9 de outubro de 1953, pelo vereador Zulmar Batista, secundado pela doutora Esmeralda Cândida Pacheco, além de Moacyr Saraiva, Almeida Franco, Dário Franco, Octacílio Dias de Lacerda, José Franklin de Farias, Waldemar de Almeida, Moacyr Rodrigues do Carmo¹⁷⁹; o Partido Social Progressista (**PSP**), integrado por Adalberto Alves, José Barreto, Sylvio Calazans, Alberto Corrêa Filho; o Partido de Representação Popular (**PRP**), contando com o deputado federal Raymundo Padilha, o deputado estadual Almeida Franco e ainda Sebastião Pereira, José Landim, entre outros; o Partido Republicano (**PR**), que tinha em seus quadros com Waldyr de Souza Medeiros, Jefferson Soares de Macêdo, Ivanir Ribeiro, José Honorato da Silva, Uberahy Gonçalves (líder ferroviário); a União Democrática Nacional (**UDN**), cuja personagem mais proeminente na região era Tenório Cavalcanti; o Partido Social Democrata (**PSD**) e, em minoria, o Partido Comunista do Brasil (**PCB**), representado na Câmara

¹⁷⁹ Lais Costa VELHO, *Caxias ponto a ponto*, p. 40-1.

Municipal por José Cunha, eleito porém pela legenda do Partido Social Democrático (PSD), uma vez que o então Partido Comunista do Brasil (PCB) se encontrava na ilegalidade.

Para que a ação controladora do Estado de Vargas chegasse aos mais amplos setores políticos e sociais, a saída foi a nomeação de interventores que iriam ocupar cargos na direção dos executivos municipais e estaduais. Essas escolhas atendiam aos interesses centralizadores da política do Estado Novo. Em Duque de Caxias, isso se verificou até o ano de 1947, quando também se definem as instituições políticas, com a instalação do parlamento municipal e a organização do primeiro pleito eleitoral, garantindo o exercício democrático do direito de voto, para a escolha do chefe do Executivo, com a eleição de Gastão Glicério Gouveia Reis, conforme mostra o quadro. (Ver Anexo 4) Nele, constam os nomes dos prefeitos interventores do período entre 1944 e 1947. Aparecem também os prefeitos eleitos a partir do processo de emancipação política, contemplando parte do período da ditadura militar. O mecanismo que conduziu à instalação das interventorias fora determinado pela política de controle central por parte do Estado Novo.

“A Carta Constitucional de 1937 implantaria um regime autoritário, reforçando os poderes do Presidente da República, conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-leis, ampliando a possibilidade de intervenção do governo federal nos Estados pela reativação das interventorias e abolindo, pelas chamadas disposições finais e transitórias, o Poder Legislativo, aos níveis nacional, estadual e municipal.

(...) As intervenções constituíram o elemento-chave nas relações do governo central com os Estados, representando efetivamente um meio de enfraquecer as oligarquias regionais pela perda das condições institucionais de sua autonomia.”¹⁸⁰

¹⁸⁰ Eli DINIZ, “O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe – VII. Mecanismos Centralizadores: interventorias, institutos, autarquias e conselhos econômicos. In Boris FAUSTO e Angela de Castro GOMES (orgs.) **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, tomo III: sociedade e política (1930-1964)**, 1997, p. 110.

A divisão do edifício político, no âmbito do Legislativo municipal e dos poderes locais em Duque de Caxias, começa a se consolidar com a instalação da primeira Câmara Municipal. Nesse momento de estruturação do município, os cargos públicos de caráter administrativo, a filantropia, o loteamento da terra, o negócio imobiliário, o comércio de material de construção, as instalações públicas, as entidades de utilidade pública foram definidas e repartidas entre as forças políticas. A participação de migrantes nas disputas por esses poderes provoca irritação e confronto entre forasteiros e nativos. É notável uma certa aversão da elite conservadora local em relação à ascensão política de Tenório Cavalcanti, que em vários momentos denunciava e contra-atacava seus inimigos políticos no parlamento estadual e no jornal por ele criado, *Luta Democrática*.

A estrutura política montada não apenas em Duque de Caxias, mas que poderia ter validade, guardadas as respectivas especificidades, para toda a Baixada, no período de 1930 a 1960, constitui o que Mario Grynszpan chamaria de “patronagem” e seus “ídiomas”. Para ele, as relações estabelecidas entre aquela sociedade e os seus políticos é algo como as de “patrão-cliente”. A patronagem se cerca de uma rede de relações que muitas vezes se bifurcam, fundamentadas no pertencimento, dependência e consentimento, numa hierarquização entre patrão e cliente. Assim,

“é referida como uma relação através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos. Trata-se de um vínculo pessoal, vertical, entre indivíduos de status, poder e riqueza diferentes, uma relação assimétrica que se expressa mesmo através de uma troca desequilibrada, com fluxos de natureza distinta.”¹⁸¹

A chegada a Duque de Caxias do forasteiro Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, mais um migrante filho de “... pais, pequenos proprietários, [que] constituíam um ramo empobrecido do poderoso tronco nordestino dos Cavalcanti de Albuquerque”¹⁸², marca o princípio de um confronto entre ele, Tenório, e a elite nativa.

¹⁸¹ Mario GRYSZPAN, “Ídiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Vértice, nº 14, ano 5, out. de 1990, (p. 73-90), p. 73.

¹⁸² Israel BELOCH, *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*, p. 44.

Tenório já chegava na terra com carta de apresentação e referências políticas para dar início a sua trajetória política.

Tenório é natural do município de Palmeira dos Índios, no sertão de Alagoas, nascido em 27 de setembro de 1906, data, aliás, que será usada amplamente pelo político com a intenção de ampliar sua clientela eleitoral, baseada na crença nos santos do dia, Cosme e Damião. Todo ano, nessa data, havia farta distribuição de doces, brinquedos e outros utensílios. Arrimo de família aos catorze anos, com a morte do pai, assume o sustento dos irmãos e da mãe, passando por vários trabalhos. Trabalhou no comércio, foi servente, garçom, porteiro, motorista administrador de fazendas e chegou até a lavar garrafas¹⁸³.

Em sua chegada à Baixada, em fins da década de 1920, é encaminhado pelo tio Natalício Camboim de Vasconcelos, deputado estadual e federal, senador por Alagoas, a Edgar de Pinho, dono de terras e cunhado de Otávio Mangabeira, então Ministro das Relações Exteriores do governo Washington Luiz. Tenório iria substituir o antigo administrador da fazenda de Edgard de Pinho, em Duque de Caxias, assassinado por disputas de terra¹⁸⁴. Aí tem início a trajetória ascendente do forasteiro, que se verá envolvido em diversas escaramuças armadas que tinham como pivô a feroz luta pela terra, que valia como trunfo no jogo do poder local.

Do campo para o meio suburbano e urbano, o percurso não chega a ser longo para Tenório. Na cidade, passa a atuar no comércio de madeiras e de materiais de construção, bem como no negócio dos loteamentos, que em fins da década de 1940 e durante os anos 1950 vende sonhos de aquisição de um lote de terra e da casa própria para muitos migrantes que para cá acorrem. O ingresso na política foi quase que automático, guardando um transcurso violento, lendário e mítico, o que garantiu a Tenório expressão nacional¹⁸⁵.

A oposição ao Estado de Vargas exacerba-se com as nomeações feitas pelo interventor no governo do Estado do Rio, Amaral Peixoto, que chama para ocupar a chefia da Secretaria de Segurança o coronel Agenor Barcelos Feio, definindo-se a partir daí como frontais inimigos de Tenório. Essa inimizade fomentou episódios famosos e lendários de diversos atentados sofridos por Tenório. A rede de controle

¹⁸³ Israel BELOCH, *Capa preta e Lurdinha*, p. 45.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 45.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 48.

clientelística de domínio de nomeações com a de chefes de polícia e administradores pelos poderosos locais se quebra.

“O que Peçanha e Feio tinham em comum era o fato de serem delegados indicados pelo Governo Estadual, vinculados diretamente a este. O mecanismo de sua nomeação, primeiro por Protógenes Guimarães e depois por Amaral Peixoto, é que seria, ele sim, um elemento estranho à prática, comum desde a Primeira República, de deixar a escolha de delegados e o próprio controle da Polícia a cargo de chefes políticos locais.”¹⁸⁶

Esse novo procedimento quanto à distribuição dos cargos públicos inviabilizava os negócios e domínios clientelísticos locais. Mais uma nomeação sacramentaria os ódios entre Tenório e o governo do Estado, a do prefeito interventor Heitor Gurgel, em 1943, primo de Amaral Peixoto.

Interessante se analisar a concepção apontada por Grynszpan, vista em Tenório, do significado de inimigo como o de forasteiro, atribuído a ele mesmo quando chega a Caxias e assume a administração da fazenda de Edgard Pinho. Era dessa forma que os grupos de elite locais o viam, ele e seu grupo de apoio. Afinal, vieram de fora de Caxias e da Baixada. Todos forasteiros em busca da sua terra das oportunidades.

Com a queda de Vargas em 1945, tem-se a possibilidade de um período democrático com a criação de outros partidos políticos no país. Esse evento leva Tenório para a União Democrática Nacional – UDN, momento de preparação do político, e de sua diplomação como advogado. Da UDN para o Brasil, é o momento em que Tenório ocupa a esfera política estadual, como deputado pelo Estado do Rio de Janeiro¹⁸⁷. Nessa teia de relações políticas e dos mecanismos de controle social, de apadrinhamento que se constroem, tem-se aí uma brecha de inserção capturada pelas entidades do movimento negro.

¹⁸⁶ Israel BELOCH, **Capa preta e lurdinha**: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada, p. 82.

¹⁸⁷ Idem, p. 52

Nos meandros dessas relações de compadrio, também as lideranças negras articulam estratégias e artifícios de luta política e social. Tanto José Gomes como Francisco Quixaba mencionam o poder e o apoio de Tenório em várias de suas demandas. Expõem as relações estabelecidas com Tenório a partir de um ponto de vista que ora beiraria o mítico, ora denunciaria um quase temor. Tenório teria subvencionado o movimento negro local e até, afirma-se, abrigado um ou outro de seus ativistas em sua fortaleza.

3.3 Os espaços societários e os núcleos de resistência cultural

A questão da terra, a grilagem, os loteamentos irregulares, o controle de imobiliárias, empreiteiras, a questão do cimento, ponto de grande discussão e de troca de acusações entre os parlamentares, acaloravam os debates e resultavam em ataques violentos entre os diferentes grupos políticos na cidade. Componentes das forças políticas em Duque de Caxias, caso de João Telles Bitencourt e outros, pretendendo abrigar e ampliar sua clientela, elaboraram um projeto de resolução autorizando a concessão de licença gratuita para a construção de casas para operários¹⁸⁸. A ausência de organização do ambiente físico para a instalação de núcleos populacionais acaba propiciando o início de um processo de favelização e a exploração de lotes pela população carente que se instala em Duque de Caxias

“Encerrada a ordem do Dia, foi à Tribuna, para explicações pessoais, O Sr. Gonçalves Moura. Abordou longamente, o surgimento da nova favela que está se [avultando] celeremente no lado oposto da que existe no lugar chamado ‘mangue’, onde paralelamente cresce uma perene ameaça à saúde do povo caxiense, pois que (...) segundo testemunhas dos médicos da saúde pública, nada menos do que três barracos surgem por dia, nessa favela. Não era um algoz da pobreza, porém como homem público consciente [sic] do que esse [sic] novo quisto representa, sob seus sórdidos e variados aspectos, tinha que sufocar o seu sentimentalismo e declarar que urgiam

¹⁸⁸ Livro de Atas da Câmara Municipal n. 2, p. 161.

providências para evitar maior propagação desse [sic] ajuntamento humano, de deslocados e de marginais da sociedade. Se se cruzasse os braços, breve ter-se-ia em Caxias a maior favela do Brasil. Por isso era de opinião que se mantivesse um entendimento com o Ministério da Marinha no sentido de que aquela área passasse para a jurisdição do Município, para que depois fosse povoada de modo diferente.”¹⁸⁹

A terra inóspita e que a cada momento vai se tornando mais e mais violenta, expõe a falta de equipamentos urbanos e de instituições urbanas que conduzissem ao desenho de um plano viário e de um sistema de transportes para atendimento da população, entregue ao serviço precário das primeiras linhas de ônibus. (Ver Anexo 5) O problema da falta de abastecimento de água potável (Ver Anexo 6) no município e a definição de companhias que se encarregassem de sua implantação, nesse momento faziam parte de uma barganha política, envolvendo grupos que se acercavam do poder e acentuavam os embates entre as facções políticas e as famílias poderosas.

Durante seu discurso de posse, o vereador José Cunha, do Partido Comunista, apresenta um panorama do país em paralelo com a situação do município, resenhando as péssimas condições de vida do povo, que vivia em média 36 anos.

“Seria compactuar com o que se tem feito até aqui, não lutar por uma transformação nas condições de vida existentes. E o que tem sido feito até esta data, senhores, é um crime contra o povo de Duque de Caxias. Crime gravíssimo, porque é praticado contar a coletividade. E cabe a todos nós, senhores representantes, tirarmos este Município da situação em que se encontra, para torná-lo uma grande cidade. (...) De todos os programas constam [sic] a necessidade de ser dotado o Município de abastecimento d’água, rede de esgotos, escolas, hospital, calçamento etc.”¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 10, em 16 de julho de 1952, p. 43 (frente e verso).

¹⁹⁰ Discurso proferido na sessão do dia 23/10/1947 da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Cópia da autora.

A implantação de um sistema de abastecimento e distribuição de água no município foi durante anos plataforma política de vários candidatos — a vereador, a deputado e a prefeito —, promessa realimentada a cada véspera de pleito, assunto para charges e pautas jornalísticas. (Ver Anexo 7)

Instituições religiosas e educacionais não estão fora desse campo de luta política. O exercício da cultura e o estabelecimento de núcleos de formação educacional para a sociedade duque-caxiense eram motivo para disputas políticas, apontando para uma intensa luta pelo controle e manipulação dessas instituições. Definido por regulamentação governamental, é vedado o estabelecimento de casas de culto religioso afrodescendente, como centros de umbanda e de candomblé no perímetro urbano. Contudo, Caxias torna-se reduto e abrigo de várias casas de culto afrodescendente, de onde se projetam lideranças religiosas para um plano de expressão nacional e até internacional. É o caso do babalorixá Joãozinho da Goméia, como era conhecido João Alves Torres Filho, uma das maiores expressões do candomblé no Brasil, filho de santo e herdeiro espiritual de Jubiabá, que vem da Bahia para o Rio de Janeiro fixar-se em Duque de Caxias em 1948.

O atendimento e as consultas agregavam grandes contingentes não-brancos, apoiando-o em seu trabalho, que sobrevivia fundamentalmente de doações e através de seu grande prestígio junto a autoridades governamentais, políticos e diplomatas. Além de receber membros da elite carioca que para cá acorriam em busca de seu apoio espiritual, Joãozinho desenvolvia um trabalho de apoio e auxílio aos segmentos carentes da população. Seu trabalho se amplia quando se propõe auxiliar na formação educacional, no apoio para a inserção no mercado de trabalho dos não-brancos, assumindo-se como um líder e protetor desses segmentos. Era também considerado um grande benfeitor da cidade, sempre contribuindo financeiramente para a realização de obras nos bairros e mediando muitas vezes conflitos entre políticos¹⁹¹. Seu empenho em auxiliar as populações carentes da Baixada, o leva a formar um núcleo escolar¹⁹² e a conseguir bolsas de estudos no exterior para jovens complementarem seus

¹⁹¹ Marlúcia Santos de SOUZA, “O debate étnico e a União Cultural dos Homens de Cor em Duque de Caxias”, in **Pilares da História**, na II, nº 2, maio/2003.

¹⁹² “Em 1948, por exemplo, instalou-se em Caxias aquele que seria rotulado o rei do candomblé, o babalorixá Joãozinho da Goméia. Famoso e ousado costumava, segundo a Revista Cruzeiro, reunir em sua casa, instalada no modesto bairro de Vila Leopoldina, em dias de festa, quase 6.000 pessoas, manteve a partir de 1952 uma escola primária gratuita para 30 crianças”. Antônio Augusto BRAZ, **Vidas em transição: a cidade e a vida em Duque de Caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX**, Vassouras: Universidade Serverino Sombra, 2006, p. 104. Dissertação de mestrado em História.

estudos. A despeito das perseguições e das proibições governamentais, e mesmo daquelas que eram pessoais e que configuravam em si um tratamento discriminatório em relação ao homem não-branco, candomblecista e homossexual, Joãozinho e suas vozes falavam em primeira pessoa e, através dessas vozes, acredita-se que tenha feito ecoar os diversos reclames dos afro-caxienses. (Ver Anexo 8)

Muitos líderes religiosos acorrem à Baixada Fluminense e a Caxias em busca de refúgio, mas mesmo assim não escapam das perseguições. Os debates na Câmara refletem esse quadro de intolerância religiosa: “A seguir declarou que a polícia do Gramacho arranjada pelo edil Pessoa de Melo, estava sobrepondo-se à lei, pois vinha de fechar alguns terreiros de macumba, embora eles exibissem seus alvarás.”¹⁹³

O novo município, que surge sem qualquer projeto de planificação em termos urbanísticos, torna-se reduto de população que não pode viabilizar seu acesso para o Distrito Federal ou para a capital do estado do Rio de então, Niterói. Caxias não se reduzia a uma cidade-dormitório, mas sim constituía um espaço de composição social fortemente heterogêneo, com especial participação de negros e não-brancos que para cá vieram se fixar e produzir seus lugares de sociabilidade. Para garantir sua sobrevivência frente às elites do poder, esses negros e não-brancos irão produzir trajetórias que passam pela expressividade cultural nas suas diversas manifestações (religiosas e musicais, principalmente) e pela produção de uma intelectualidade não-branca para que suas vozes não deixassem jamais de ser ouvidas.

O problema do preconceito de cor e da discriminação social também esteve presente nas discussões das plenárias da Câmara Municipal, com o intuito de denunciar a forma como clubes da cidade e de parcela da sociedade duque-caxiense se relacionava com os segmentos negros e pobres. Em episódio exposto pelo vereador Luiz Gonzaga Peçanha em 1950, durante o processo de votação para tornar o Clube Recreativo Caxiense entidade de utilidade pública, o problema do racismo ali foi denunciado.

O clube em pauta reunia a elite municipal. Fundado por elementos egressos de uma elite do poder, que faziam parte de seu corpo social, era um dos mais tradicionais clubes da cidade, abrigando a nata da sociedade. Não apenas o Clube Recreativo Caxiense, como o Clube dos Quinhentos e o Clube Aliança eram locais

¹⁹³ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 12, de 23 de março de 1953.

prediletos para a realização de eventos de conagração das ditas pessoas gradas, onde o jogo político e o jogo do poder deixavam explícito quem poderia freqüentar as suas instalações. No trabalho realizado por Alexandre dos Santos Marques, “Militantes da cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)”, tem-se a análise de como esses espaços societários deixavam à mostra o exercício de uma cultura política definidora de desigualdades sociais e políticas e dos interesses em jogo para a divisão do edifício político. Membros dessas agremiações eram pessoas.

“... como Milton Mendonça, empresário imobiliário e diretor do Clube Recreativo Caxiense; Sá Rego, importante representante do Legislativo Estadual que desde 1949 era membro do Clube dos 500 assim como José dos Santos Vieira; Gastão Reis, representante da antiga elite municipal (...) e a madrinha Maria José Nerly da Silva, proprietária da União Manufatura de Tecidos.

(...) Nos espaços de entretenimento desta elite, como o Clube Aliança, Clube dos Quinhentos, e Recreativo Caxiense apresentavam-se as grandes Orquestras; já grupos como a ‘Lira’, (...) os espaços de apresentação eram coretos, praças...”¹⁹⁴

Alexandre Marques estabelece uma distinção entre os clubes freqüentados pela elite do poder duque-caxiense e os clubes freqüentados pelos grupos menos favorecidos, os clubes populares. No desejo de construir espaços de socialização dos não-brancos, mas também para estabelecer estratégias de luta e de inserção social, registraram-se por aqui algumas experiências também no campo musical. Como a formação da Sociedade Musical Lira de Ouro, uma banda formada por músicos majoritariamente negros. Muitos de seus membros, oriundos de várias regiões do país e do Estado viam na possibilidade da profissão de músico a porta para ingressar nas fileiras da polícia militar.

¹⁹⁴ Alexandre de Souza MARQUES, **Militantes da Cultura em uma área periférica** Duque de Caxias (1950-1980), Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005, p. 78. Dissertação de mestrado em História.

Ser músico era ainda uma forma de garantia de profissão e trabalho para os não-brancos, sempre havia chance para tocar na animação de festas religiosas, de bailes de rua, em algumas casas e em comícios. Só não havia espaço para tocar nos clubes da elite, ali só entravam as orquestras de renome e credenciadas pelas camadas dominantes. Um de seus membros fundadores e líderes da Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro presta a Alexandre Marques um depoimento em que fala sobre essa realidade: “Segundo Acácio Araújo, um dos fundadores da Lira, nos clubes da elite havia um grande preconceito em relação aos negros. Observou que ela foi criada ‘do lado de cá da linha do trem para animar o povo que não freqüentava os clubes dos ricos, o Clube dos Quinhentos”¹⁹⁵

A propósito ainda das denúncias sobre manifestações de racismo, a questão foi mais de uma vez levantada na Câmara Municipal, provocando acalorados debates, como na sessão plenária do dia 27 de abril de 1950:

“Projeto de deliberação, considerando de utilidade pública, o Clube Recreativo Caxiense, com parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação o senhor presidente submete em 2ª votação o parecer da Comissão dado ao projeto. O vereador Luiz Gonzaga Peçanha [PSD], argumenta que não se deve aprovar o projeto em tela por se encontrar no mesmo princípios de questões raciais. O vereador Anaias Sant’Anna argumenta apoiando o projeto.”¹⁹⁶

Em evidente tentativa de esvaziar a discussão a respeito do tema, parte dos membros do Legislativo se nega a crer que pessoas negras e não-brancas possam ter sido proibidas de entrar nas dependências do clube. A proposta declarar de utilidade pública associações e agremiações eventualmente sob suspeita da prática de racismo é de qualquer forma aprovada.

“O vereador Leonel Fernandes aparteia, pedindo informações e ambos os vereadores explicam-se mutuamente, chegando a conclusão de que se votaria o projeto em separado. O

¹⁹⁵ Alexandre de Souza MARQUES, **Militantes da cultura em uma área periférica**: Duque de Caxias (1950-1980), Vassouras: Universidade Severino Sombra, p. 79. Dissertação de mestrado em História.

¹⁹⁶ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 5, de 20 de maio de 1950, p. 93.

vereador Hermes Azevedo, faz considerações ao projeto, declarando que, doravante vai apresentar diversos projetos de utilidade pública. O vereador Anderson Ramos, declara ser sócio do Clube Municipal e já ter comparecido a festividades no Clube Recreativo e nunca viu princípios raciais nos referidos clubes, declarando [que] as insinuações do vereador Luiz Peçanha não tem fundamentos, porquanto tem encontrado negros, nos mesmos clubes...»¹⁹⁷

A maioria venceu e o episódio de racismo denunciado pelo vereador caiu no esquecimento. Alguns anos mais tarde, em outra legislatura, eis que de novo surge o problema, quando se discute o pedido de cessão do salão do mesmo Clube Recreativo para as comemorações do “5 de Julho”, que se referia ao episódio dos 18 do Forte de Copacabana. Mais uma vez, a dificuldade de se ocupar o clube aparece e agora tem-se como pano de fundo uma disputa política entre os partidários da UDN, à frente Tenório Cavalcanti, contra os representantes do PTB, PSD e partidos aliados, por ocasião do novo período eleitoral que se avizinhava. As forças políticas que ladeavam Tenório Cavalcanti queriam aproveitar o ensejo para saudar o brigadeiro Eduardo Gomes, um dos protagonistas do levante. Com isso, se promoveria nas dependências do Clube Recreativo uma grande festa de campanha e de contatos e apoios políticos. Cria-se então, um impasse entre aqueles que desejam a festa no Recreativo e aqueles que não querem.

“Telegrama do deputado Omar Vilela pedindo a cooperação da Câmara, para revogação da lei 1477-52 e ofício s/n do Club Recreativo, resposta ao ofício n. 265-53 da Câmara, pedindo a cessão do salão daquele Club para solenidade. Como não havia ordem do dia a cumprir, o Sr. Presidente anunciou que iria por em discussão um requerimento do vereador Alvarenga Freire, solicitando autorização à Casa

¹⁹⁷ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 4 de 27 de maio de 1950, p. 94.

para a presidência encaminhar ofício ao Club Recreativo pedindo o empréstimo do seu salão para festividades.”¹⁹⁸

O constrangimento está criado entre a presidência da Câmara e a diretoria do clube, pelo uso do espaço e pela percepção da manipulação política que estava por detrás do evento. O novo argumento do clube para não atender ao pedido era que não teria havido nenhum pedido formal ou oficial nesse sentido.

“A uma indagação do edil Sá Rego, o Sr. Presidente esclareceu que se discutia se o requerimento autorizando o envio do ofício, devia ou não, ser apreciado, e que isso ocorreria devido ser o regimento omissivo e não por analogia, como antes afirmara. Outra coisa – disse –, era que a Direção do Club Recreativo lhe assegurara que, se no pedido fosse oficial, o salão seria cedido.”¹⁹⁹

Os debates sobre o tema se alongam em extensas atas, demonstrando as disputas políticas acirradas na região. Engrossando ainda mais a discussão, é feita uma menção ao episódio de racismo que anos atrás fora denunciado pelo então vereador Luiz Peçanha no Clube Recreativo.

“O vereador Gonçalves Moura intervindo, faz indagações a respeito de preconceitos de cor mantidos pelo referido club, resultando nova e prolongada exaltação dos debates. (...) O orador negou que isso ocorresse, enunciando as pessoas de cor lá associadas. (...) O vereador Zulmar Baptista como sócio fundador do Club Recreativo elogiou a formação e a prestimosidade dessa sociedade, ajuntando que ela procura elevar o nome e a sociedade duque-caxiense. Negou que ali existisse o preconceito de cor. O edil Dias Pio então completou afirmando assim dever ser, sob pena do club cerrar suas portas por desrespeito à lei, recordando a seguir o incidente desagradável ali transcorrido com o Sr. Luiz Peçanha, então vereador e numa festividade da Casa.”²⁰⁰

¹⁹⁸ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 10, junho de 1951.

¹⁹⁹ Livro de Atas da Câmara municipal nº 10, junho de 1951.

²⁰⁰ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 10, de junho de 1951, p. 182.

O mencionado episódio de racismo teria atingido o próprio vereador Luiz Peçanha, que, ao denunciar o fato em plenário, não se referiu, entretanto, ao nome da vítima.

3.4 As lideranças negras locais em Duque de Caxias: vozes ecoando na esfera política – Centro Cultural José do Patrocínio e União Cultural dos Homens de Cor

A necessidade de organizar politicamente os segmentos negros e não-brancos em favor de suas demandas levará as lideranças negras locais a construir estratégias de luta e estabelecer contato com entidades semelhantes no plano estadual e local. O movimento nessa direção está registrado em matéria no jornal “Correio de Iguassú” de 17 de abril de 1932:

“A Frente Negra Brasileira”

(...) Acaba de ser fundada em Caxias uma filial da ‘Frente Negra Brasileira installada em S. Paulo com delegações no Estado de Minas Geraes.

(...) A delegação era creada em nosso município compõe-se de 12 membros fazendo parte do Conselho deliberativo os srs. Ventura Bezerra da Silva, delegado geral em S. Paulo, Manoel Pereira Nascimento, delegado em Caxias, José Manoel Ferreira, Arlindo Baptista, Mariano José Ferreira, Izaias Ignácio de Oliveira e Senhorita Iracy de Oliveira.”²⁰¹

No âmbito municipal, como já foi dito, essa mesma necessidade de organização política se reflete na criação da União Cultural Brasileira dos Homens de Cor e do Centro Cultural José do Patrocínio, cujas vozes se constituem o objeto de estudo desta pesquisa. É importante ressaltar que ao tentar ouvir as vozes afônicas e caladas da União dos Homens de Cor, acaba-se descobrindo uma outra que de quem

²⁰¹ Jornal sob a direção e propriedade de Sylvio Goulart. *Correio de Iguassú*, 17/04/1932, nº 54, ano II, s/p. (Acervo Arquivo Histórico Thomé Siqueira Barreto–DC).

ainda não se tinha ouvido falar, o Centro Cultural José do Patrocínio. Ambas nasceram na mesma época (1949) e que ocuparam em alguns momentos os mesmos espaços, tendo como membros quase os mesmos elementos.

Essas entidades reuniam intelectuais, professores e professoras, advogados, médicos, militares negros, não-brancos e quase-brancos, todos com o objetivo de orientar um projeto de ascensão política e social dos segmentos afro-caxienses, conforme José Gomes de Barros:

“Tinha a professora Edir Batista. Era uma negra ilustre. Não sei se tem mais [parentes vivos]. Não sei. Há muitos anos que nós não encontramos. Foi ela também uma das primeiras professoras do município, que naquela época era distrito. Era distrito de Nova Iguaçu. E ela foi professora, professora competente. (...) Todos colaboraram como diretores. E muita gente, muitas pessoas. Todas as pessoas daquela época ajudaram o Centro. O Centro era muito bem-recebido e reconhecido por todas as autoridades do município, porque realmente prestávamos serviço à coletividade.”²⁰²

Em outro ponto do depoimento, José Gomes relembra a chegada à cidade do médico negro João da Luz, que implanta em Caxias o serviço de abreugrafia.

“Participou da União, participou do Centro Cultural José do Patrocínio, foi o médico do Centro Cultural José do Patrocínio, doutor João da Luz Franco. Era um médico baiano, baiano, muito inteligente, ele fundou em Duque de Caxias, doutor João da Luz Franco, o primeiro serviço de radiologia, foi fundador, na rua José de Alvarenga. Esse médico, ele morreu com câncer na cabeça, no cérebro, foi um grande médico, um grande amigo e ajudou muito a Sociedade José do Patrocínio.”²⁰³

²⁰² Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²⁰³ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

Além dele, há outros negros letrados que faziam parte da direção da UHC tanto em Caxias quanto no Distrito Federal.

“O doutor João de Alvarenga não foi o presidente, o doutor João de Alvarenga, ele era o tesoureiro. Presidente era eu, José Gomes de Barros. Doutor João era o tesoureiro. Ambrosino Almeida do Nascimento é que foi muita coisa. Inclusive quando eu fui vereador, ele assumiu a presidência do Centro Cultural José do Patrocínio. Era um grupo de tenentes. Oficiais da Marinha também ajudaram muito, inclusive esse Ambrosino Almeida do Nascimento. Teodorico dos Santos Araújo, ele era engenheiro civil, baiano também, professor muito competente. Ele foi um dos colaboradores, um dos baluartes da Sociedade José do Patrocínio e também da Sociedade dos Homens de Cor.”²⁰⁴

Para que pudessem viabilizar seu projeto, esses militantes vão assumir a perspectiva de estabelecer relações que se deslocam em torno da negociação e, quando essa via se esgotasse, partir para o conflito. A negociação se explicaria pelas possibilidades que se abririam dentro do regime trabalhista exposto pelas relações da retórica populista, em que as lideranças negras firmam acordos com as forças políticas, ação estratégica, para que nas brechas do sistema pudessem assimilar o que lhes fora imposto e devolver isso em forma de uma cultura reconstruída e assimilada pelas elites dominantes. O conflito nesse momento significava adentrar à cena política a partir das negociações firmadas entre as entidades negras e as forças políticas, e uma vez dentro do parlamento, lutar com as armas que pudessem ter ou produzir, ocupando todos os espaços do fórum do conflito.

Nesse sentido, o movimento empenha-se na criação de escolas para promover a educação dos afro-caxienses e discutir o problema do negro em Duque de Caxias, no Brasil e no mundo, enfrentando o desacordo da sociedade local, das autoridades e mesmo de membros das próprias agremiações.

²⁰⁴ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

“Nós fomos os pioneiros no ensino popular e funcionamos com 12 escolas primárias. O prefeito da época, Adolfo David, nos deu todo o apoio moral e financeiro. Foi uma época magnífica e aí continuou a sociedade José do Patrocínio. Na sua jornada, chegou a distribuir leite em pó para 1.500 crianças. (...) O Centro Cultural José do Patrocínio passou a funcionar no município de Duque de Caxias, também como uma sociedade autônoma de âmbito nacional. E ela passou a conceder assistência social à criança, concedendo leite em pó e merenda escolar. Além disso, promovia o registro do nascimento, a legalização das famílias, o registro de casamento, através do cartório e da pessoa do magnífico doutor Gastão Reis. Gastão Reis foi o único colaborador do Centro Cultural José do Patrocínio e que prestava serviço mandando registrar a realização de casamento no seu cartório gratuitamente.”²⁰⁵

Reafirmando os propósitos do trabalho nas escolas, que não eram apenas a escolarização mas também a conscientização quanto à problemática do negro na sociedade, Francisco Quixaba, outro dos fundadores da UHC, fala a respeito:

“Eu conheci o bairro Anhangá pegado a Imbariê, a casa de um escuro que tinha um colégio lá. (...) Ele era de cor também, esse ia pra lá pensava demais e não deixava ninguém falar, mas era um cara bom, tinha até um verbo inteligente, mas tinha esse defeito. (...) Aí ficava aquela criançada. Aquele ali é preto, não quero negócio com ele não! Quando ele fundou o colégio, ia todo mundo, preto, branco, mas acontece que naquela história ele comentava dessa instituição [UHC], que ele participava, que era na defesa do preto. Então aquilo cria uma animosidade danada, você não

²⁰⁵ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

queira saber, como é que a criança é. Chega em casa: – Mãe, eles estavam tratando lá de negócio de preto!”²⁰⁶

A leitura proposta como análise deste contexto no trabalho que aqui se apresenta entende que, devido à natureza das entidades ora estudadas, a via de acesso mais competente, quer seja para se estabelecer acordos ou para entrar em conflito, seria a via política.

O Centro Cultural José do Patrocínio constituiu diversos departamentos, preocupado que estava em cercar os afro-caxienses de núcleos de apoio sob o aspecto jurídico e civil, além da preparação educacional. Nesse sentido, teria criado escolas nos distritos de Duque de Caxias, com atuação mais vigorosa nas áreas mais distantes do primeiro distrito, pois eram também essas áreas onde se encontrava grande parte da população carente. O Departamento educacional tinha como tarefa “A criação e manutenção de cursos fundamentais: alfabetização, profissionais, universitários e outros como corte e costura, bordado, arte culinária, confecções artísticas.”²⁰⁷

Nem todos os propósitos aqui explicitados foram conquistados, contudo escolas se formaram encaminhando o projeto de elevação dos afro-caxienses. Num ofício que foi enviado pelo Centro Cultural à Câmara Municipal de Duque de Caxias, congratulando-se com a casa legislativa pela inauguração de sua biblioteca, mencionam-se quatro escolas e uma biblioteca, parte do projeto educacional do Centro Cultural José do Patrocínio: Escola Típica Rural Santo Antônio, Escola São Jorge, Escola Barão de Lucena, Escola Profissional Dra. Fernanda Barcelos e Biblioteca Pública Dr. Nilo Peçanha. (Ver Anexo 9)

A ocupação e defesa de espaço na esfera política, uma dupla estratégia pela qual o movimento negro agiria por negociação e por conflito ao mesmo tempo, leva uma de suas lideranças, José Gomes de Barros, advogado e ex-técnico agrícola, em sua militância, para dentro do parlamento. “[O] Senhor presidente declarou que iria convocar o terceiro suplente, Sr. José Gomes de Barros para tomar posse do cargo vago, (...) Lido o diploma apresentado pelo novo suplente, o Sr. Presidente solicitou que o Sr. 1º Secretário lesse o juramento de praxe, após o que o empossante jurou cumprir os ditames da lei sendo considerado empossado.”²⁰⁸ (Ver Anexo 10)

²⁰⁶ Entrevista concedida a Marlúcia Santos de Souza em 17 de novembro de 2005.

²⁰⁷ Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, p. 2.

²⁰⁸ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 11, de 23 de dezembro de 1952, p. 139.

O momento da diplomação de José Gomes se configuraria como uma vitória conquistada de todo um trabalho produzido pelas entidades negras. Enfim tinham adentrado na esfera política local e de lá de dentro poderiam debater sobre os problemas mais urgentes para os afro-caxienses. Em seu depoimento, recorda aquele momento e como a estratégia de ocupação de espaços nas esferas institucionais é importante para os propósitos do movimento. Ao mesmo tempo, fala de suas filiações partidárias e do cuidado com sua postura frente às elites políticas. “Na comarca de Duque de Caxias, eu fui eleito vereador pelo PTB. Na época, o vereador era eleito com 33 votos, 40 votos. Eu tive 98 votos e desempenhei minhas funções sempre com dignidade.”²⁰⁹ Como vereador, José Gomes se dedica a apresentar projetos de isenção fiscal para agricultores e pequenos proprietários e de levantamento de títulos de posse da terra.

Nesse momento, tratar de assuntos que se referem à terra e a sua posse é caminhar em campo minado, de vez que quem adentrasse esse campo estaria diretamente se confrontando com grileiros, empresas loteadores e por fim políticos locais que controlavam o acesso a terra. Nas atas da Câmara Municipal, registram-se referências às indicações, requerimentos de José Gomes pedindo informações sobre a situação jurídica e fiscal dos proprietários, por exemplo: “Anunciado o Expediente, constou ele do seguinte: requerimento do suplente José Gomes de Barros solicitando várias informações.”²¹⁰ Em outra sessão, o secretário anota o reforço do pedido de esclarecimentos “Projeto obrigando a exibição de documentos dos proprietários do 2º Distrito. Idem pedindo ao prefeito o cumprimento da deliberação 137 de 22-11-1950, ambos do suplente José Gomes de Barros.”²¹¹ Ao apresentar seu projeto de lei para isentar de impostos os produtos agrícolas, José Gomes teria procurado beneficiar principalmente os pequenos agricultores. Porém o projeto é rejeitado, alegando-se haver outro projeto já aprovado concedendo o mesmo benefício, embora não estivesse sendo respeitado.

“Prosseguindo [a sessão plenária] foi lido o parecer da Comissão de Justiça dado ao projeto do suplente de vereador José Gomes de Barros, isentando de impostos os produtos oriundos da lavoura. O edil Sá Rego disse que a Comissão de

²⁰⁹ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²¹⁰ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 12, p. 54 (verso).

²¹¹ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 12, de 23 de março de 1953, p. 137.

Justiça agiu acertadamente mandando arquivar esse projeto, por isso que já existe lei concedendo em termos gerais, tal isenção. Posto em votação, foi unanimemente aprovado.”²¹²

Em outra sessão, a discussão sobre o pedido de isenção de impostos aos pequenos agricultores permanece, com a interferência de um dos vereadores, que procura desqualificar a urgência da apreciação da proposta para executivo pois o vereador José Gomes sequer teria passado um tempo razoável na casa para ter direito a reivindicar o que quer que fosse.

“A seguir foi discutido o parecer do projeto, digo, indicação, em que o Sr. José Gomes de Barros solicita que o [prefeito?] cumpra com a deliberação 137 de 22/11/950. O vereador Lage de Barros disse que se pedira o arquivamento dada a inoportunidade da matéria. Via-se com aquela e entre questões que o autor queria notoriedade, sem embargo de sua passagem meteórica, numa suplência fugaz.”²¹³

Um dos setores do Centro Cultural José do Patrocínio que se ocupavam mais diretamente das questões de interesse político e social era o departamento agropecuário. Como o município atravessava um momento de transição entre o rural e o urbano, as lideranças do movimento negro possivelmente acreditavam que a cidade poderia abrir vários campos de trabalho, possibilitando inclusive não só o auxílio aos trabalhadores rurais como sua formação e orientação.

Técnico agrícola, José Gomes, nesse caso, poderia oferecer o apoio necessário aos afro-caxienses nesse campo. Era interesse do governo federal abrir na Baixada grande área de produção agrícola, o município então oportunizaria não só a expansão industrial e comercial, mas também agrícola. Cabia ao departamento agropecuário dar “assistência prática, técnica, científica e judiciária aos trabalhadores e proprietários rurais.”²¹⁴

A liderança negra que ora se analisa transitou pelas duas entidades, procurando sempre montar estratégias que oportunizassem caminhos para os não-brancos. Quando fala de sua formação, ressalta o significado das trajetórias de gerações

²¹² Livro de Atas da Câmara Municipal nº 12, p. 56 (verso)

²¹³ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 12, p. 63.

²¹⁴ Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, p. 2.

de afrodescendentes que sempre tiveram que negociar e travar embates para seguir seu caminho, destacando a importância da instrução escolar nesse processo.

“Do município de Iguauí, eu fui pra Santa Teresa [Espírito Santo] para estudar no Seminário dos Capuchinhos. É um dos seminários mais antigos do estado do Espírito Santo, onde forma padre. Concomitantemente, além do estudo religioso, eu também fiz Agronomia. Fui um dos alunos da primeira turma da Escola de Agronomia do Estado do Espírito Santo.

(...) Após a minha formatura, eu fui trabalhar para o estado, em Linhares. De Linhares, vim para o Rio de Janeiro, onde prestei concurso para oficial de agricultura e passei a exercer a profissão de técnico rural. Nessa ocasião, fui designado para servir em São Paulo. De São Paulo, voltei para o Rio de Janeiro para o município de Nova Iguaçu. Nesta época, Duque de Caxias era apenas um distrito, era o 8º distrito de Nova Iguaçu, nós aqui [nos] instalamos no ano de 1946.”²¹⁵

A militância do José Gomes nas duas entidades, principalmente no Centro Cultural e dentro do parlamento, além da vinculação político-partidária com o PTB, lhe renderem na Câmara de Duque de Caxias um pedido de informações ao Ministério da Agricultura, conforme expresso em ata: “Ofício n. 636 do Ministério da Agricultura resposta a requerimento do edil Souza Medeiros sobre o funcionário José Gomes de Barros.”²¹⁶

Os livros de Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias vêm se constituindo como documento de grande importância para esclarecimentos sobre a militância dessas lideranças negras e sobre as suas entidades. Algumas das muitas lacunas deixadas pela trajetória do movimento negro no século XX em Caxias têm se preenchido a partir das informações e das problemáticas construídas pelo cotidiano do parlamento.

²¹⁵ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²¹⁶ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 12, p. 133.

O acesso a esse tipo de documentação foi sendo possível quando o trabalho de pesquisa já estava iniciado, por isso, não se pode contar com seqüências completas e infelizmente, uma outra grande dificuldade se refere às outros vários documentos anexos que são produzidos a partir das atas. Documentos como ofícios, requerimentos, indicações, apostilas estão perdidos, talvez destruídos, jogados no lixo, destino que levou muitos outros, sendo um dos episódios alvo de denúncias no parlamento municipal.

Tanto era o trânsito dessa entidade na Casa Legislativa, provavelmente pela relação que havia entre seu presidente e então vereador, que foi mencionado em sessão um pedido seu de licença da presidência do Centro. “Passando-se ao Expediente, constou-se ele do seguinte: (...) idem [referindo ao ofício] nº 80-53-T do Centro Cultural José do Patrocínio, anunciando a licença de seu presidente;”²¹⁷

José Gomes parece ter pleno conhecimento do modo como o movimento negro da época deveria se relacionar com a sociedade em geral, as ditas pessoas gradas, os representantes do poder local. Da mesma forma, demonstrava dominar as razões que levava ele e seus companheiros a fundar e a manter aberto o Centro Cultural José do Patrocínio, a cuja existência legal atribuíam grande importância.

“(...) O Centro José do Patrocínio, nós conseguimos que essa sociedade José do Patrocínio fosse reconhecida como entidade filantrópica por lei estadual e pela resolução da Câmara Municipal de Duque de Caxias. A Lei Estadual é 1.471, de 28 de abril de 1952, e pela Câmara Municipal de Duque de Caxias, a Resolução 286. Funcionou plenamente e prestando os mais fecundos serviços filantrópicos à coletividade. Jamais teve o seu nome manchado por qualquer desvio de sua conduta. Ela recebeu subvenção federal, recebeu também subvenção estadual e municipal. Sempre prestou suas contas rigorosamente em dia. Portanto, é uma sociedade viva e ainda tem sua memória gravada em muitas passagens daquela época, inclusive com o apoio dos prefeitos municipais, como já disse. Adolfo Davi, Francisco Correia,

²¹⁷ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 12, p. 101 (verso).

Braulino de Matos Reis e doutor Gastão Reis, que foi o primeiro prefeito eleito, foram pessoas que ajudaram muito e alguns deputados, dentre eles o deputado Antônio Carlos Sá Rego. Foram pessoas que tiveram grande influência sobre a vida do Centro Cultural José do Patrocínio. Portanto, nossa passagem pelo município, nossa permanência, é uma permanência de serviços prestados ao município, ao estado e à nação brasileira.”²¹⁸

Ao mesmo tempo, contudo, a despeito dos elogios feitos a diversos políticos e autoridades locais, José Gomes não ignorava que sua atuação despertava reações negativas. Inclusive na Câmara Municipal, onde a entidade que dirigia chegou a provocar acalorados os debates quando entrou em pauta sua indicação para ser considerada entidade de utilidade pública, o que lhe garantiria a isenção de impostos municipais. José Gomes acreditava que sua luta em favor do negro lhe valera a antipatia do vereador Waldyr Medeiros, que lhe teria admoestado em discurso na Câmara.

“Nunca foi fácil. E até nós tivemos um vereador de origem pobre por nome Waldyr de Sousa Medeiros e que ele se dirigia a mim dizendo-me: ‘Pára de falar sobre negro. Cuida da sua vida. Cuida da sua vida. Você tem que vencer sozinho e esquecer sua cor. Esquecer sua pele. Você venceu na vida. É um intelectual. Então, cê cuida da sua firma, do seu apego [à] vida.’ Lá na câmara tem esse discurso gravado. Do Waldyr Medeiros falando sobre negro e mandando que eu cuidasse da minha vida. Era um bom tribuno, muito inteligente, um camarada excepcional, mas radicalmente combatente do negro. Era racista. Não sei por quê. Porque não tinha razão de ser. Mas o que que se pode fazer?”²¹⁹

²¹⁸ Entrevista prestada à autora deste trabalho por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²¹⁹ Idem.

Uma das principais lutas empreendidas por José Gomes desde o momento de seu mandato como vereador era transformar o Centro Cultural José do Patrocínio em uma entidade de utilidade pública. Isso facilitaria o trabalho de assistência social e elevação intelectual dos afro-caxienses, pois, a consequente isenção de impostos municipais que a medida traria, atrairia maior apoio de membros das elites sociais e políticas. Mesmo com o fim de seu mandato, a luta pelo CCJP continua através de porta-vozes do projeto de José Gomes. Um deles era o vereador e prefeito Adolfo David. O registro dos debates que se estabeleceram durante as sessões plenárias mostram as posições dos vereadores, apontando para a intolerância “racial” de alguns de seus membros.

“Daí, foi lida a ordem do dia de amanhã, figurando em 1ª discussão o projeto declarando de utilidade pública o Centro Cultural José do Patrocínio (...) Em primeira discussão: pareceres das comissões de Justiça e Redação; de Finanças e Orçamento e de Viação e Obras Públicas, ao projeto do Sr. Wilson Bastos Ruy declarando de utilidade pública o Centro Cultural José do Patrocínio. (...) Vieram a seguir, os pareceres dados ao projeto do Sr. Bastos Ruy, considerando de utilidade pública o Centro Cultural José do Patrocínio. (...) Finalizando o Presidente anunciou que, para amanhã, a ordem do dia seria [a] seguinte: projeto considerando de utilidade pública o Centro Cultural José do Patrocínio”²²⁰

Numa das sessões, o debate atingiu alto grau de tensão, ao menos a julgar pela contundência das palavras dos debatedores, principalmente se se considerar que o livro de atas é um documento frio, nem mesmo trazendo em suas linhas a íntegra das falas dos vereadores.

“Em primeira discussão, foram lidos os pareceres do projeto considerando de utilidade pública o ‘Centro Cultural José do Patrocínio’. O edil Souza Medeiros suscitou a questão de certo aspecto discriminatório da sociedade em epígrafe, quando estatui que terão preferência para os cargos diretivos,

²²⁰ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 13, p. 38, 41, 68, 131.

os descendentes dos defendidos pelo patrono da Sociedade. O Sr. Bastos Ruy como autor da proposta historiou o gênesis [*sic*] do projeto, o seu tempo de tramitação e a seguir refutou a arguição supra, citando os casos de aprovações de pedidos idênticos no Congresso Federal [*sic*] e na Assembléia Estadual. A Sociedade – ressaltou –, tem por finalidade, a elevação moral e espiritual dos homens de cor, agasalhando preconceito, segregação ou animosidade contra brancos, tanto era verdade que o Sr. Perez Montilho era seu tesoureiro. Porque – era ineludível –, no Brasil a escravidão ainda não se havia acabado, pelo menos o seu ranço e a intolerância contra os negros, em certas camadas sociais. O Sr. Peixoto Filho apoiando o orador disse que na Marinha, o preto não ascendia ao oficialato, malgrado a lei Afonso Arinos. O Sr. Souza Medeiros comentando o artigo 6º dos estatutos dessa sociedade, mostrou-se surpreso pela infringência contundente e ostensiva à constituição federal que, em defesa dos negros, aboliu a discriminação racial.”²²¹

O mal-estar permanece, com o vereador Waldyr Medeiros, já citado como suposto desafeto de José Gomes partindo para o ataque frontal. Em defesa do presidente do Centro Cultural José do Patrocínio e do movimento negro, outros parlamentares se manifestam, aludindo a fatos em outras partes do Brasil que denunciariam a existência do preconceito de cor negada por Souza Medeiros, que, por sua vez, insistia na tese de prática de racismo contra brancos no próprio Centro. O parlamentar se referia a um item do estatuto da entidade que, segundo ele, não admitiria brancos nos seus cargos diretivos.

“Agora surge um cidadão com Sr. José Barros querendo fazer catequese e colégio eleitoral às custas precisamente daqueles que antes eram vítimas, estabelecendo a contrapartida ‘sui-generis’ [*sic*] para não dizer ‘soi-dissant’ [*sic*] do preconceito do negro contra o branco. Isso significa açular brasileiros

²²¹ Livro de atas da Câmara Municipal nº 13, de 12 de novembro de 1953, p. 132 (frente).

contra outros, numa tentativa inglória de fazer proselitismo. Nem se alegasse – frizou – os artigos 1º e 3º porque ambos tratavam dos direitos dos associados enquanto que o sexto articulado reservava preferência nítida para a eleição de homens de cor para diretores. O que o estatuto preceituava era favor odioso de seletismo, quando todos eram iguais perante a lei. Sugeria, finalmente, que se remetesse um ofício à sociedade, no sentido de pedir-lhe a supressão daquele artigo 6º. Longo e pontilhado de controvérsias, foi debate sustentado pelo orador, que tudo fez para convencer seus pares da ilegalidade do artigo 6º, embora reconhecendo os méritos e a distinguida finalidade da sociedade. Com a palavra o vereador Peixoto Filho pediu vênica para esclarecer que, com as peremptórias declarações dos arts. 1º e 3º dos estatutos, o lapso remanescente ao artigo 6º carecia de importância, pois prevaleciam, em precedência e importância ao mesmo.”²²²

O debate se alonga mais e mais, durante meses, consumindo diversas páginas do livro de atas, que, conforme já dissemos, apenas faz um registro resumido. A essa altura, José Gomes já não era mais vereador. E mesmo assim, deixara defensores da causa dos afro-caxienses no parlamento. Cada vez que o assunto entrava em pauta, ocupava grande parte do tempo da sessão.

“O vereador Zulmar Baptista com o verbo, começou por entreter comparação entre o humanismo do Brasil atrasado, com o racismo da super-civilizada da [sic] América do Norte, passando a referir-se ao artigo 6º, motivo da controvérsia reinante. Na sua dissertação revelou profundo desgosto contra o preconceito de (...) côr, sentimento tanto mais odioso quando se sabe que todas as criaturas são filhas de Deus, vindas à terra pra finalidades elevadas e dignas. O edil Peixoto Filho disse que o êrro fôra do notário, mas

²²² Livro de Atas da Câmara Municipal nº 13, de 12 de novembro de 1953, p. 132 (verso).

amenizado pelo estatuido anteriormente. O orador concordou ajuntando que não podia deixar de aprovar, não só por ser a sociedade digna de honraria como ainda por ser um estímulo a que ela desenvolva com finalidades ainda mais nobres. Considerava o artigo 6º realmente perigoso, mas não totalmente inaceitavel, sendo mais prático sugerir-se uma modificação. O seu protesto contra o preconceito de côr não poderia deixar de vir socialista e, sobretudo, humano como é. O edil Joaquim Tenório, pronunciou-se favorável ao projeto, recitando fragmentos de uma ode abolicionista muito interessante.”²²³

Infelizmente não se pode reproduzir aqui todo conteúdo das atas que remetem à discussão sobre o tema. Entretanto, ainda assim, pode-se constatar o quanto rendeu de controvérsias ao menos de julho a novembro de 1953, quando enfim o projeto é aprovado.

O Sr. Dias Pio também favorável ao projeto, disse que o seu colega Waldir Medeiros não éra contra o Centro Cultural José do Patrocínio, do qual o presidente de honra é o Sr. Adolfo David, descendente de arianos e o tesoureiro o Sr. Perez Montilho, originário de celtas. As mesmas dúvidas que levantar contra o artigo 6º, forma as que assaltaram à mente do deputado Daniel Faraco, no Congresso Federal, logo dissipadas por seus companheiros. E o Congresso aprovou e concedeu as pretensões da socieda [de]. O Congresso e também a Assembléia Estadual. O edil Souza Medeiros voltou a falar, renovando e revigorando seus conceitos, estabelecendo a diferença nítida entre os artigos 1º e 3º e aquêle que qualificara de inconstitucional. Novos e prolongados diálogos se (...) travaram, participando quase todos os presentes. O Sr. Adolfo David também falou, historiando em rápido esbôço o patrono do Centro Cultural e

²²³ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 13, de 12 de novembro de 1953, p. 133 (frente)

êste mesmo, do qual lhe elegeram presidente de honra. Finalmente votados os pareceres, foram aprovados. Mas o Sr. Waldyr Medeiros pediu verificação de votação que, atendida, confirmou o 1º escrutínio, ou seja 9 votos a favor e 3 contra. O Sr. Waldyr Medeiros ao declarar seu voto disse que era contra a discriminação da côr, no caso presente na ordem inversa, caso inédito, onde o preto que é mártir, procura erigir barreira contra o branco. Para si a Sociedade tinha grande significado pois não ignorava a sua obra e o seu esforço nobilitante no meio da sociedade. Já o Sr. Zulmar Baptista declarou que não havia mal nenhum na aprovação porque senão os estatutos não teriam sido registrados.”²²⁴

Conforme se pôde observar da leitura do trecho anterior, projeto semelhante já havia logrado aprovação no âmbito estadual. Mas a disputa permanece acirrada. O motivo central da controvérsia, como vimos, seria a inconstitucionalidade do artigo 6º do estatuto que proibiria a participação de brancos nos cargos de direção da entidade. O estatuto cuja cópia nos chegou às mãos diz explicitamente: “Art. 6º – Terão preferência sempre que possível, para preencher os cargos nos Conselhos, os elementos fundadores ou que tenham prestado relevantes serviços.”²²⁵ Ora, a questão, pelo visto, se resumia, de certa forma, a saber se os fundadores seriam todos negros ou não. O texto do estatuto se omite quanto a esse ponto, mas a versão de cuja cópia dispomos registra, em seu “Art. 30º – As modificações introduzidas, foram a obediência às deliberações da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de março de 1980, lavrada no livro nº 1 do Centro Cultural José do Patrocínio.”²²⁶ Logo, pode ter havido alteração no dispositivo mencionado, em razão principalmente desses protestos verificados na Câmara. De um modo ou de outro, o projeto é aprovado em 3 de novembro de 1953, a despeito do inconformismo de Waldyr Medeiros, que pediu recontagem de votos.

“Passando-se à ordem do dia, foram lidos, em discussão final, os pareceres do projeto do Sr. Bastos Ruy, considerando de utilidade pública o “Centro Cultural José do Patrocínio.

²²⁴ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 13, de 12 de novembro de 1953, p. 133 (verso).

²²⁵ Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, p. 3.

²²⁶ Idem, p 8.

Votados, foram aprovados. À verificação de votos solicitada pelo Sr. Souza Medeiros, êste edil renovou os conceitos expendidos na véspera, pedindo então uma cópia do artigo impugnado, dos estatutos. O edil Corrêa Lima também manifestou-se contra dizendo que os mencionados estatutos estavam errados. Finalmente, a votação foi confirmada com 8 X 4 votos.”²²⁷ (Ver Anexos 11, 12, 13,14)

A história do Centro Cultural José do Patrocínio nos remete à história União dos Homens de Cor. Aqui tivemos uma inversão, porque a entidade central e única era a UHC, que acabou levando à descoberta do CCJP, que de certa forma assumiu um lugar especial neste trabalho, devido à amplitude de suas práticas e à maior quantidade de seus registros. Não que isso signifique efetivamente um arsenal de fontes, já que a pesquisa vem se apoiando em poucos vestígios e em poucas vozes afro-caxienses. Contudo, são os dois primeiros grupamentos de movimento negro registrados em Duque de Caxias no século XX, contemporâneos aos movimentos negros nacionais e internacionais.

“Quanto à Sociedade dos Homens de Cor, a União dos Homens de Cor e o Centro José do Patrocínio, nós conseguimos que essa Sociedade José do Patrocínio fosse reconhecida como entidade filantrópica por lei estadual e pela resolução da Câmara Municipal de Duque de Caxias. A lei estadual é 1.471, de 28 de abril de 1952, e pela Câmara Municipal de Duque de Caxias, a resolução 286. Funcionou plenamente e prestando os mais fecundos serviços filantrópicos à coletividade. Jamais teve o seu nome manchado por qualquer desvio de sua conduta. Ela recebeu subvenção federal, recebeu também subvenção estadual e municipal. Sempre prestou suas contas rigorosamente em dia. Portanto, é uma sociedade viva e ainda tem sua memória gravado em muitas passagens daquela época, inclusive com o apoio dos prefeitos municipais, como já disse. Adolfo David,

²²⁷ Livro de Atas da Câmara Municipal nº 13, de 13 de novembro de 1953, p. 136.

Francisco Correia, Braulino de Matos Reis e doutor Gastão Reis, que foi o primeiro prefeito eleito, foram pessoas que ajudaram muito e alguns deputados, dentre eles o deputado Antônio Carlos Sá Rego. Foram pessoas que tiveram grande influência sobre a vida do Centro Cultural José do Patrocínio. Portanto, nossa passagem pelo município, nossa permanência, é uma permanência de serviços prestados ao município, ao estado e à nação brasileira.”²²⁸

A União Cultural dos Homens de Cor, núcleo Duque de Caxias, é irmã de outras fundadas na mesma época e espalhadas pelo Brasil, à exceção da entidade-mãe, fundada anos antes, em 1943, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul²²⁹. Outras UHC surgem no Distrito Federal e em Niterói.

O núcleo da União Cultural dos Homens de Cor em Duque de Caxias dividiu espaço com o Centro Cultural José do Patrocínio, na região central do município, na antiga rua Chaco, hoje Correia Méier, no prédio de número 1. Essas referências foram extraídas dos livros de cronistas locais e de duas lideranças da UHC. Contudo, não há efetivamente documentação legal que faça referência a essa instituição. Durante a pesquisa, as pistas que estavam disponíveis eram um número de página de livro de registro de estatutos, referência a cartórios da cidade, nomes que compunham a direção e a sua proposta para a sociedade. O estatuto propriamente dito não foi encontrado nem documentação escrita que desse conta de suas manifestações junto à sociedade afro-caxiense. Uma de suas lideranças chega a levantar a possibilidade de a UHC não haver sido registrada. Problema talvez das memórias escritas esfaceladas e das memórias orais caladas e esquecidas.

Um dos seus membros, o advogado Francisco Quixaba Sobrinho, fala dos propósitos e da relação com a UHC do Distrito Federal, ressaltando a possibilidade de não haver um estatuto que regulamentasse essa entidade. Segundo Francisco Quixaba, os encontros dos membros da UHC eram feitos “uma vez na Dom Gerardo [praça Mauá, cidade do Rio de Janeiro] e outra vez em Duque de Caxias. A intenção era motivar o grupo aqui de Caxias, de formar seu núcleo aqui. Só que aqui só tinha eu, o

²²⁸ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²²⁹ Fundada “em janeiro de 1943, por João Cabral Alves, que segundo seu estatuto era farmacêutico e articulista (...) A UHC contava, cinco anos após sua fundação, com a representação em pelo menos onze estados do país”. Joselina da Silva, “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, nº 2, 2003, p. 224.

Mário Alves, o José do Patrocínio [José Gomes] – que morava em Imbarê nessa época.”²³⁰ O depoimento de Francisco Quixaba reafirma os propósitos que eram comuns nesse tipo de agremiação e dos poucos recursos com que contavam seus membros para por em prática seus projetos.

“Era uma sede, mas não estava ainda, a sede eu entendo por uma sede quando ela tem estatuto, quando ela tem era um espaço de encontro. Nessa sala o Mário Alves lecionava inglês, ele tinha o subsídio para ele e para pagar as despesas da sala. Os primeiros momentos, eu me lembro que nós não tínhamos contribuição. Eu de vez em quando conseguia pra ele coisas que ele me pedia, coisas até domésticas, cadernos da Papelaria Itatiaia, quando seu Aluísio veio pra qui. Ele me deu muito material que eu levava pra lá.”²³¹

Como fossem cupins, essas entidades vão se espalhando por dentro da sociedade, em diversos pontos do país e com diversas variações, ora valorizando o viés cultural, artístico, ora a intelectualização e a profissionalização. Ganham espaços através da montagem de estratégias que nesse momento se sintetizam no associativismo.

“A União dos Homens de Cor, ela foi fundada por nós, por mim, José Gomes de Barros, pelo Abdias Nascimento, que chegou há pouco tempo a exercer a função de senador da república, pelo deputado José Bernardo da Silva, pelo Aristides de Carvalho Chaves, dono da farmácia em frente à estação, era naquela época o terceiro farmacêutico do município, pela professora Edir Batista e pelo doutor João Alvarenga de Oliveira. E posteriormente ela foi pra rua do Senado ou Constituição, não me lembro mais, eu sei que ela foi pra lá, na cidade do estado da Guanabara, nós ficamos em Caxias, isso pelo ano de 1947, 48. Então nós resolvemos permanecer em Caxias e continuar o nosso trabalho. (...)”

²³⁰ Entrevista concedida a Marlúcia Santos de Souza por Francisco Quixaba Sobrinho em 17 de novembro de 2005.

²³¹ Idem.

Enquanto na Capital Federal e em outras regiões e estados a União se expandia, em Caxias a entidade que se consolida é o Centro Cultural José do Patrocínio.

A União dos Homens de Cor ficou na cidade do Rio de Janeiro, com Abdias Nascimento e outro grupo que nós hoje realmente não recordamos, não sabemos mais, participamos naquela época e depois nos restringimos a nossa atividade ao município de Duque de Caxias, nossa sede, sede de Caxias”.²³²

Os poucos registros sobre a presença e atuação da União dos Homens de Cor em Caxias expõem a negação dessa memória não somente por parte dos segmentos negros que estavam diretamente ligados a esse contexto, como também por parte de uma cultura dominante produtora da História estabelecida, aquela cujas versões são em geral mais aceitas ou respeitadas que as versões defendidas por uma historiografia que poria em questão as versões consolidadas. A responsabilidade pelo esquecimento dessas articulações políticas dos não-brancos em busca de sua autonomia não caberia apenas a essa marcante característica da cultura oral. Trata-se de uma deliberada destruição desses vestígios e do debate que se estabeleceu entre esses grupos das lideranças negras locais e os outros grupos de elite dirigente do município.

Entidades de mesma natureza tinham como meta principal a preparação e colocação de negros na esfera político-partidária. É o que se pode perceber nos relatos dos jornais de época, como O Quilombo, fundado por Abdias do Nascimento, fórum privilegiado de debates para os afrodescendentes porta-voz do Teatro Experimental do Negro – TEN. Por exemplo:

“Temos à nossa frente um recorte da ‘Folha da Tarde’ de Pôrto Alegre, do dia 31 de janeiro de 1946. Um entrevistado snr. João C. Alves, presidente da União dos Homens de Côr, a qual já então possuía cêrca de 284.000 negros inscritos. Vamos transcrever um trecho: “‘A UAGACÊ (com Deus, pela Pátria e a Família) tem finalidades assistencialistas, tal como um programa pré-

²³² Entrevista prestada à autora deste trabalho por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

eleitoral de partido político: construir casas próprias para famílias e residências coletivas para mulheres solteiras.

Manter moços e moças em cursos superiores, concedendo-lhes roupa, alimentação, etc, para que possam concluir os estudos. Assistência médica a todos os membros da União. E ampla campanha de alfabetização, de forma que, dentro de 10 anos, não exista mais um único homem de côr que não saiba ler'. A União é apolítica, aceitando em seu seio homens de todos os credos políticos e religiosos. E, também, os homens de todas as cores, inclusive os brancos, que 'estejam ligados aos morenos pelo sangue e que tenham sincera simpatia pela causa'²³³.

Finalizando os objetivos propostos pela UHC do Rio Grande do Sul, reafirma-se a isenção quanto ao do preconceito e convoca seus membros para a luta e organização do segmento negro da população. No parágrafo seguinte da citação anterior, diz a matéria:

“Daí se depreende que a UAGACÊ não pretende estimular o preconceito de côr. Inversamente, até quer diluí-lo de todo, combatendo-o da melhor maneira possível, no entender de seus dirigentes: educando e instruindo o negro para que êle, uma vez capacitado a desempenhar melhores encargos, possa fazer da vida social em comum com os brancos (...)”²³⁴

São fios de uma mesma teia seguindo o seu objetivo na articulação em nível nacional de diversos núcleos que pudessem produzir a representação política negra e sua inserção dentro dos partidos políticos, ponto essencial para o projeto de ascensão de negros intelectualizados. Com esse objetivo, faziam coro vários militantes do “movimento negro” na década de 1950 e 1960. Como membros integrados em partidos políticos, poderiam fazer da problemática negra a pauta principal, ao lado de outras

²³³ Jornal **Quilombo**: vida problemas e aspirações do negro, nº 1, p. 3, 1948.

²³⁴ Jornal **Quilombo**, n.1, p.3, 1948.

demandas sociais. Assim, nascem, em 1949, alguns anos após a fundação da UHC riograndense, a UAGACÊ do Distrito Federal, a de Niterói e a de Duque de Caxias.

“MINISTROS, SENADORES E DIPLOMATAS NEGROS – *Objetivos da ‘Uagacê’ do Distrito Federal na palavra do Snr. Joviano Severino de Melo* – A ‘União dos Homens de Côr do Distrito Federal’ foi fundada a 19 de março do corrente ano por um grupo de negros e mulatos, animados do propósito de trabalhar pela elevação social dos seus patrícios. Entre os que sonham e lutam pelo melhoramento de seus irmãos de côr, está o grupo que constitui a primeira diretoria da ‘União’, Snrs.: prof. José Pompílio da Hora, presidente; Dr. Hélio Chaves, vice-presidente; Antônio Troizio Filho, 1º secretário; Joviano Severino de Melo, inspetor federal; Eustáquio Correia Chagas, tesoureiro.”²³⁵

Nas palavras do presidente da UHC do Distrito Federal, pode-se perceber o interesse pela participação efetiva de seus membros na política institucional. Para isso, a UHC procurou investir na preparação de quadros com condições de competir eleitoralmente e de ingressar nas esferas administrativas, pública e privada. Era comum ver citado em estatutos de associações como essa, a invocação dos direitos do homem e de sua extensão sem distinção de desigualdades relativamente ao negro.

“O Snr. Joviano Severino de Melo, que agora exerce as funções de secretário-geral da União, foi quem nos prestou estas informações:

– Pretendemos modificar os Estatutos da ‘*União dos Homens de Côr dos Estados Unidos do Brasil*’ por que foram feitos durante o regime ditatorial, em Pôrto Alegre, no ano de 1943. Nossa União do Distrito é autônoma, se bem que suas finalidades sejam quase as mesmas da outra. Vamos enquadrar o novo Estatuto dentro das normas democráticas.

A nossa pergunta sobre quais eram precisamente essas finalidades, o Snr. Joviano esclareceu:

²³⁵ Jornal **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro, nº 3, p. 8 (jun. 1949).

– União da família brasileira para quebrar o preconceito de cor herdado da escravidão. E de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem, aprovados pela ONU., em dezembro de 1948 pleitear o ingresso do negro na alta administração do país. Queremos ter homens de cor Ministros de Estado, Senadores, Deputados, Prefeitos, Juizes, Diplomatas...»²³⁶

Quando perguntado como seriam postos em prática os objetivos da UHC, o presidente Pompílio da Hora reforça a idéia da escolarização e da intelectualização dos negros que deveriam ocupar os mais diferentes campos do saber. Só a formação de uma vanguarda negra poderia encaminhar a solução de sua problemática. O momento político vivido em termos mundiais e nacionais era propício à eclosão de projetos no intuito de valorizar e proteger os considerados “desiguais”.

“– Mas como pretendem atingir tal objetivo?

– Estamos arregimentando os intelectuais negros, os portadores de diplomas superiores, afim de nos ajudarem. A presença entre nós ajudarem. A presença entre nós, desses médicos, advogados, professores, engenheiros, dentistas, assistentes sociais, servirá ainda como incentivo aos estudantes de cor em seus possíveis complexos, e marca também o rumo educacional do que propomos realizar.

– E como vão caminhando os trabalhos da União?

– Satisfatoriamente. Basta assinalar a existência em pleno funcionamento dos diretórios da Tijuca, dirigido por Eustáquio Correia Chaves, com cerca de 800 sócios inscritos; da Muda, dirigido pelo aplaudido compositor popular Sinval Silva, com mais de duzentos inscritos e o de Benfica, sob a minha responsabilidade e secretariado pela Srta. Idaleta de Melo, também com mais de duzentos sócios. Creio ser

²³⁶ Idem, p. 8.

coeficiente bastante recomendável par um trabalho de apenas dois meses e pouco”²³⁷

Apesar da afirmação de autonomia da UHC do Distrito Federal em relação à UHC do Rio Grande do Sul, feita pelo presidente Pompílio da Hora, notam-se os mesmos propósitos e os mesmos formatos na composição de estratégias. Não foge à regra a UHC de Duque de Caxias, como assegura um de seus fundadores, José Gomes de Barros, apesar de também demonstrar autonomia de sua agremiação em relação as suas co-irmãs mais próximas. Pensavam e se articulavam com o firme propósito de avançar no espaço político. Era essa então a maneira de compor suas lutas. Uma vez que apesar da menção feita à Declaração Universal dos Direitos do Homem e à Constituição Brasileira, a garantia dos direitos civis para a comunidade negra ainda se constituía em uma ficção jurídica.

O estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio traz em suas linhas essa mensagem, pretendendo arregimentar não só o universo não-branco da população, mas também toda a parcela da sociedade que se encontra alijada do acesso aos espaços sócio-políticos.

“Nós brasileiros, reunidos sob a proteção de Nosso Senhor Jesus Cristo, deliberamos em Assembléia Geral Extraordinária, fundar uma sociedade, com o título Centro Cultural José do Patrocínio, em 08 de setembro de 1949, na cidade de Duque de Caxias.

O mesmo, tem o objetivo declarado nos princípios democráticos estabelecidos na Constituição Brasileira e nas declarações dos direitos do homem, da terceira sessão ordinária das Nações Unidas de 10/12/1948, tornando-se um fato, a igualdade e fraternidade perante a lei, a fim de dar oportunidade aos cidadãos, um meio de vida social e econômico de acordo com os direitos básicos da sociedade moderna; conforme declarações universais e da dignidade,

²³⁷ Jornal **Quilombo**, nº 3, p. 8, jun/1949.

direitos iguais aos membros da família humana, fundamento da liberdade e de oportunidade social e cristã a todos.”²³⁸

Já no capítulo I, em seu primeiro parágrafo, o estatuto apresenta a preocupação de defender uma “harmonia racial” e a ampliação dos direitos civis, entendendo-se aí a noção de “democracia racial” como exposta no jornal “Quilombo”, em sua Introdução da edição fac-similada:

“Isso se tornou realidade por meio da doutrina da “democracia racial”, da qual o jornal se fez porta-voz, fato impensável para o leitor dos nossos dias. E aqui é preciso não confundir o significado que tinha então o termo “democracia racial” com o que passou a ter depois dos anos 1960. Como desenvolvi em outro texto, nas décadas de 1940 e 1950 essa era a retórica de uma coalisão progressista e anti-racista que estendera o significado mais restrito e conservador da “democracia étnica” de Gilberto Freyre para transformá-la em palavra de ordem de uma inserção realmente igualitária, em termos políticos e culturais.”²³⁹

Em outro trecho, diz Antônio Sérgio Guimarães, autor da introdução, procurando eliminar qualquer dúvida a respeito dos propósitos anti-racistas e antinacionais do movimento liderado por Abdias, Guerreiro e outros intelectuais negros de então:

“Naquele momento, eles acreditavam poder vencer o conservadorismo das elites políticas e culturais do país para estabelecer, em definitivo, a redenção do povo negro, sem obstar o projeto nacionalista de uma nação mestiça. Infelizmente, esse projeto foi abortado pela crescente radicalização da ‘guerra fria’, que cindiu os nacionalistas e anti-racista brasileiros entre direita e esquerda.”²⁴⁰

²³⁸ Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, p. 1.

²³⁹ Antônio Sérgio Alfredo GUIMARÃES, “Introdução”, in **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro. Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento, 2003, p. 12.

²⁴⁰ Antônio Sérgio Alfredo GUIMARÃES, “Introdução”, in **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro. Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento, 2003 p. 12.

Na construção de seu projeto democrático, viabilizando acesso aos grupamentos não-brancos, o Centro Cultural José do Patrocínio reafirma em estatuto o propósito de ajudar a construir uma nação para todos, uma nação mestiça.

“Art. 1º – O Centro Cultural José do Patrocínio, é uma sociedade cível, de âmbito nacional, tendo por finalidades, pugnar por todos os meios ao seu alcance, a elevação do nível moral, cultural e econômico de seus associados, a fim de que cada brasileiro possa no futuro, encontrar compreensão nítida de patriotismo, ordem e respeito aos Poderes constituídos, auxiliando-os em todas as ocasiões em que necessário for.

Parágrafo Único – O Centro, é contra a discriminação de cor, raça, credo, sexo e religião, mas proclama e prestigia o regime Democrático e os Poderes Públicos, legalmente constituídos.”²⁴¹

A atuação de José Gomes como uma voz afro-caxiense e como articulador político nos projetos de ascensão dos não-brancos configura-se como inoportuna aos olhos de alguns grupos políticos. Mesmo apresentando uma diversa e desconexa ligação ideológica, tendo sua filiação partidária ao PTB de Vargas e uma grande simpatia ao político Tenório Cavalcanti, ele procurou corresponder às expectativas que se tinha quanto à militância das lideranças negras locais e aos anseios de segmentos não-brancos. Porém essa mesma aparente flutuação político-ideológica pode demonstrar o sentido permanente que a estratégia empreendida na luta dos negros se baseava na linha de negociação e conflito já antes mencionada. Era preciso, então, no entender das forças políticas, conhecer seus antecedentes, quais eram seus interesses e quem era José Gomes de Barros.

²⁴¹ Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, p. 1.

CAPÍTULO 4

FALATÓRIO DE IDENTIDADES: TRAJETÓRIAS E CONFLITOS NO CCJP E NA UHC

As vozes que aqui foram tomadas como interlocutoras da trajetória do movimento negro, são apresentadas através de suas histórias de vida que falam também da representação que “o negro tem de si” e das dificuldades existentes nesse reconhecimento e na sua negação. Ao mesmo tempo, expõem as estratégias de que se serviriam e o preço que teriam de pagar cotidianamente na luta pela ascensão social do negro.

Os caminhos traçados por cada um exporiam escolhas não só da perspectiva do grupo por eles representado, mas também escolhas particulares que passariam pela luta pela sobrevivência pessoal e do grupo, pelo entendimento e identificação pessoal com a cultura afrodescendente e com o ser negro. Identificar-se inexoravelmente negro, e não-branco, dará os encaminhamentos para o significado da problemática do negro. Isso definiria a posição de cada um diante das duas entidades – o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural dos Homens de Cor – e o seu reconhecimento como um representante desse grupo e do segmento social afro-caxiense.

José Gomes de Barros, fundador das duas entidades, funciona neste estudo como fio de Ariadne num labirinto de ausências, ou de carências, seria preferível dizer. Carências de pistas, de nomes, de vozes enfim. Então, a primeira providência seria localizar essa voz remanescente e preciosa no tempo e no espaço.

“O meu nome é José Gomes de Barros. Eu nasci no município de Iguaçu, no estado do Espírito Santo, no dia 1º de maio de 21 [1921]. Do município de Iguaçu, eu fui pra Santa Teresa para estudar no seminário dos Capuchinhos. É um dos seminários mais antigos do estado do Espírito Santo, onde forma padre. Concomitantemente, além do estudo religioso, eu também fiz Agronomia. Fui um dos alunos da primeira turma da Escola de Agronomia do Estado do

Espírito Santo. Após a minha formatura, eu fui trabalhar para o estado, em Linhares.”²⁴²

A trajetória seguida por José Gomes se assemelha à de muitos membros que buscam seus espaços de ascensão social através de seu abrigo em escolas religiosas, ou em movimentos religiosos de negros que seriam tutelados pela Igreja Católica, como é o caso das pastorais negras. Outra forma de ascensão seria o ingresso no corpo policial.

“De Linhares, vim para o Rio de Janeiro, onde prestei concurso para oficial de agricultura e passei a exercer a profissão de técnico rural. Nessa ocasião, fui designado para servir em São Paulo. De São Paulo, voltei para o Rio de Janeiro para o município de Nova Iguaçu. Nesta época Duque de Caxias era apenas um distrito, era o 8º distrito de Nova Iguaçu, nós aqui [nos] instalamos no ano de 1946.”²⁴³

Como era habitual nas migrações das populações pobres, sobretudo dos afrodescendentes, sempre vinha na frente aquele que tinha as melhores possibilidades de ascensão e de preparar o terreno para trazer o restante da família. O grupo de migrantes de que se constituía a família de José Gomes era natural do Espírito Santo, estado responsável por parcela importante da composição populacional de Duque de Caxias, negando assim a tese da maioria nordestina.

“O meu pai era... chamava-se Cecílio Gomes. Ele faleceu mais ou menos com uns 40 e poucos anos. Nessa época, nós estávamos no estado do Espírito Santo. Quando [que, *sic*] eu vim pra Duque de Caxias, eu só tinha mãe. Eu vim, depois eu trouxe minha mãe, trouxe meus irmãos e nesta época nós nos instalamos em Duque de Caxias.”²⁴⁴

No momento em que consegue trazer o restante da família, não importava apenas proporcionar a ela uma terra menos inóspita para viver, mas garantir as credenciais mínimas de cidadania, dar registros de nascimento e de identidade a cada um dos seus membros. “Era bastante gente. Sei que eles não tinham registro. Eu

²⁴² Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²⁴³ *Idem*.

²⁴⁴ *Ibidem*.

registrei todos no Cartório Doutor Gastão Reis. Inclusive a minha mãe tem o registro dela também.”²⁴⁵

A luta pela ascensão social nas famílias dos não-brancos começava cedo. Por isso concentrar todos os esforços possíveis para que pelo menos um conseguisse uma posição melhor na sociedade fazia parte da estratégia montada pela família de José Gomes desde o princípio de sua formação escolar até sua vinda para o Estado do Rio. “Na minha casa, só eu. E tem uma outra prima que mora em Nova Iguaçu que é formada também. Na minha família, dos meus irmãos, sou eu o único.”²⁴⁶ O único em meio a tantos irmãos que conseguiu formação intelectual e profissional.

Com suas memórias orais, possibilitou o levantamento de outras fontes, principalmente as Atas da Câmara Municipal, as referências a outros componentes, a lugares como cartórios e a nomes de pessoas que anonimamente teriam atuado como militantes negros. Em sua exposição oral, apresenta uma crítica aos próprios militantes e a suas formas de atuação no movimento. Fala também sobre os limites impostos ao movimento negro na estruturação e ação das entidades. Em seu único depoimento prestado à autora destas linhas, José Gomes demonstra plena consciência do papel relevante desempenhado pela cultura oral na luta por melhores dias para seus “irmãos de cor”. Mas sabe igualmente que a memória oral é insuficiente numa sociedade regida por regras escritas. Com ele se pôde resgatar uma cópia do estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, único documento a comprovar a existência legal da entidade.

O Centro Cultural José do Patrocínio foi fundado no dia 8 de setembro de 1949, no então recém-emancipado município de Duque de Caxias. Mais tarde, torna-se entidade de utilidade pública pela lei Estadual nº 1.471, de 28 de abril de 1952. Um ano depois, obtém o mesmo *status* em âmbito municipal, pela resolução nº 286, após uma batalha que levou mais de um ano na Câmara de Vereadores, muito tempo depois da rápida passagem de José Gomes pela casa. O estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio apresenta a linha do movimento:

“Nós brasileiros, reunidos sob a proteção de Nosso Senhor Jesus Cristo, deliberamos em Assembléia Geral Extraordinária, fundar uma sociedade, com o título Centro

²⁴⁵ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²⁴⁶ Idem.

Cultural José do Patrocínio, em 08 de setembro de 1949, na cidade de Duque de Caxias.

O mesmo, tem o objetivo declarado nos princípios democráticos estabelecidos na Constituição Brasileira e nas declarações dos direitos do homem, da terceira sessão ordinária das Nações Unidas de 10/12/1948, tornando-se um fato, a igualdade e fraternidade perante à lei a fim de dar oportunidades aos cidadãos, um meio de vida social e econômico de acordo com os direitos básicos da sociedade moderna; conforme declarações universais e da dignidade, direitos iguais aos membros da família humana, fundamento da liberdade e de oportunidade social e cristã a todos.”²⁴⁷

Além de denunciar o preconceito de cor existente na sociedade brasileira, o estatuto denuncia também a discriminação social sofrida, no caso, pelos afro-caxienses. Nesse sentido, como ponto de princípio, do movimento tem-se a evocação da defesa dos direitos civis e políticos da população afro-caxiense. A todo tempo se faz referências à Declaração Universal Dos Direitos do Homem como fundamento dos propósitos do CCJP na sua luta contra o preconceito de cor e a discriminação social sofrida pelos não-brancos.

Durante sua entrevista, José Gomes explicita a natureza das duas entidades – o CCJP e a UHC – e a tarefa difícil que tinha a sua frente devido à situação na qual ainda se encontrava o negro no município e no Brasil. A discriminação contra os negros na sociedade duque-caxiense era um fato, seguindo ele impedindo sua entrada e participação no corpo social e no corpo associativo de muitos clubes na cidade. As entidades negras criam assim ambientes associativos que prestam apoio educacional, social e jurídico aos não-brancos, promovendo atividades recreativas – concursos e festas principalmente para valorização da cultura negra e regional.

“Ao se tornar município, nós aqui continuamos. Foi uma época muito dura, época muito séria, porque tudo era difícil, principalmente para os homens de cor, principalmente pra o negro, situação muito complicada. Existia clube que só

²⁴⁷ Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio, p. 1.

recebia pessoas de pele clara. Nesse estabelecimento, o negro não tinha acesso, entretanto no clube dos negros recebiam todos, negros e não. Era o contrário. Então nós resolvemos criar sociedades em defesa do negro, resolvemos criar sociedades em defesa do negro, em defesa do homem de cor. Criamos a União dos Negros, uma sociedade que naquela época fazia o Abdias Nascimento, mais professor José Pompílio da Hora, do Colégio Pedro II, José Bernardo da Silva, diretor de um jornal, inclusive foi um dos negros a se eleger deputado estadual por Niterói e nossa luta continua. Posteriormente, a União dos Homens de Cor foi localizada no antigo estado da Guanabara.”²⁴⁸

Podem-se perceber aqui as ramificações da União dos Homens de Cor na Capital Federal e na capital do antigo Estado do Rio, Niterói. Porém suas ramificações se estenderiam pelo país, formando assim uma grande rede de atuação nacional que implementou pelo país vários projetos de escolarização, de valorização cultural e de formação de quadros políticos negros.

Em Duque de Caxias, além da UHC, nasce ao mesmo tempo o CCJP, inspirado no trabalho de seu patrono, José do Patrocínio, apelido dado ao seu fundador José Gomes.

“Nós então resolvemos criar(mos) [*sic*] o Centro Cultural José do Patrocínio, [que *sic*] foi fundado em 8 de setembro de 1949 em homenagem ao tribuno nascido em Campos, filho de uma quitandeira, [que, *sic*] se tratava de uma senhora que vendia verdura na rua, de porta em porta, e do padre da paróquia. Tanto assim que foi um dos negros que nasceu liberto, nasceu na época da escravatura, mas nasceu liberto porque seu pai era muito influente. Apesar de padre, ele dava todo o apoio ao filho, ao José Carlos do Patrocínio.”²⁴⁹

²⁴⁸ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²⁴⁹ Idem.

Os lugares de acesso dos segmentos negros se restringiam aos locais de trabalho, às ruas e aos bairros mais distanciados do centro da cidade ou então às áreas periféricas. Seu lazer se concentrava nas escolas de samba da cidade, em certos bares, no Cine Pau-de-Arara e nos clubes criados por músicos negros, caso da Banda Lira de Ouro, e em outros clubes formados pelos afrodescendentes.

Desde os seus primeiros anos de instalação, a Câmara de Vereadores foi palco de debates sobre os problemas que se referiam à discriminação e ao preconceito contra os afro-caxienses. No mesmo ano em que estavam sendo fundadas as duas agremiações, foi registrada uma denúncia de atos racistas contra negros em famoso clube da cidade como já citado anteriormente. O tema provocou grande desconforto entre os vereadores. Sobre a ocorrência do preconceito contra os não-brancos, José Gomes refere as dificuldades pelas quais teve que passar, não apenas ele, pessoalmente mas também os negros em geral na cidade.

Construir caminhos que possibilitassem o alcance das esferas sociais e políticas mais altas e das arenas políticas decisórias significava, todo o tempo, precisar romper barreiras muito bem construídas e consolidadas por uma sociedade que sempre se orgulhou de não ter preconceitos, muito menos o de cor. O projeto do mito da “democracia racial” dera certo e justificaria as boas relações que sempre teriam se estabelecido na sociedade brasileira, os seus ecos soavam fundo, confundindo muitas vezes as próprias tendências ou expressões do movimento negro pelo Brasil afora. Contudo, é preciso ressaltar as modalidades de atuação das entidades de movimento negro, sobretudo, as que montavam suas estratégias, considerando o estabelecimento de relações com o poder instituído e com a sociedade em geral.

É nas brechas dessas relações, na negociação ou no conflito, que residiriam as possibilidades reais de romper as barreiras impostas. É nesse sentido que se orientam esses movimentos associativistas. Por isso precisam formar lideranças e elevá-las ao plano político para que tenham a garantia de que as suas demandas serão ouvidas e discutidas.

“O preconceito é uma realidade. Tanto assim que no poder legislativo não temos o número de negros suficiente para sua população. Inclusive Salvador, na Bahia, onde uma população de 70% é negro. Os negros no Congresso Nacional

são muito poucos, se é que existe no Poder Legislativo. O acesso ao negro só é facilitado (...) no Poder Judiciário porque o negro estuda, faz concurso, passa pelo mérito e tem que ingressar. No cargo também de professor eles também vencem pelo mérito.”²⁵⁰

Quando José Gomes denuncia em sua entrevista a carência de negros nos centros de decisão da sociedade brasileira, olha para o passado e para o presente, mostrando que essa ausência ainda é muito grande. Ele era um apenas entre tantos negros que ficam de fora. Um entre tantos militantes.

“Agora no restante é muito difícil. Na mesma época que eu me formei, que eu comecei a estudar no seminário, em 100 alunos só tinha três negros, e nós vencemos. (...) Na faculdade de Direito, (...) no Espírito Santo, também não, praticamente não existia negro. Posteriormente, nós estudamos na Faculdade de Direito de Valença. Aí já tinha alguns mulatos, negros também eram poucos. Mas tudo isso nós vencemos e continuamos vencendo até hoje. Na Comarca de Duque de Caxias, eu fui eleito vereador pelo PTB. Na época, o vereador era eleito com 33 votos, 40 votos. Eu tive 98 votos e desempenhei minhas funções sempre com dignidade.”²⁵¹

4.1 O dito e o não-dito: lideranças afro-caxienses e militância política

José Gomes se referia aqui a sua formação de advogado e ao mandato de suplente de vereador na Câmara Municipal da cidade. Porém, não tinha qualquer registro de sua passagem pela casa legislativa, tampouco de sua atuação, que, mesmo sendo por curto espaço de tempo, provocou debates e constrangimentos aos parlamentares. Levou para dentro do legislativo a presença dos afro-caxienses e o mal-estar da discriminação que seria disfarçada feito lobo em pele de cordeiro.

²⁵⁰ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²⁵¹ Idem.

Em todo o período de sua vida política coberto pela pesquisa, constatou-se uma permanente preocupação com o diálogo, a busca do intercâmbio, do entendimento, enfatizando a importância de se estabelecer negociações embora sem negar a necessidade de muitas vezes sair para o embate, estratégia essencial para as conquistas que o movimento negro viria a alcançar. No parlamento municipal, assume a vereança durante curto período, em lugar de Pessoa de Melo, do PSD, em licença por um mês.

“... o Sr. Presidente declarou que iria convocar o terceiro suplente, Sr. José Gomes de Barros para tomar posse do cargo vago, nomeando os edis Alves Branco, Dias Pio e Gonçalves Moura para introduzirem mencionado senhor no Plenário o que se cumpriu empós. Lido o diploma apresentado pelo novo suplente, o Sr. Presidente solicitou que o Sr. 1º Secretário lesse o juramento de praxe, após o que o empossante jurou cumprir os ditames da lei sendo considerado empossado.”²⁵²

Uma das tarefas que se apresentou para esta pesquisa, além de encontrar as entidades e sua militância, foi a de encontrar os registros dessa passagem de José Gomes de Barros pela Câmara. Em uma busca preliminar junto à administração da casa, nada foi encontrado.

A pergunta é se José Gomes teria sido traído pela memória. Mais uma vez, a oralidade veio em meu socorro, guiando a pesquisa entre os documentos então recém-chegados ao Instituto Histórico, órgão da Câmara Municipal. Eram as atas das sessões plenárias, o que possibilitaria conjugar e confrontar o registro oral com o registro escrito. Lá encontraram-se muitas vozes, inclusive a de José Gomes de Barros, a expor seus projetos e a cobrar o cumprimento de já tomadas.

O outro nome entre as lideranças negras que merece atenção é o de Francisco Quixaba Lima Sobrinho, enfermeiro, ex-chefe do Serviço Rodoviário Municipal e do SESI, advogado e membro fundador da União Cultural dos Homens de Cor. Em sua militância, adota outra concepção e perspectiva para o que entende como movimento negro e como problemática do negro. O registro das memórias orais

²⁵² Livro de Atas da Câmara Municipal nº 11 de 23 de dezembro de 1952, p. 139.

proporciona ao historiador o resgate de ausências, negações e afirmações. Há aí interesses sociais e políticos em jogo. Os depoimentos orais tratam do que se quer lembrar, ou do que é preciso lembrar, mas também do que é preciso esquecer. No caso de Francisco Quixaba percebem-se duas visões e dois modos de inserção no próprio movimento negro. A identificação como membro dessas agremiações se dá pela ótica do mito da “democracia racial”. Assim, ora ele está dentro, ora se põe fora do movimento, ao sabor das alternâncias da memória ou rememória, conforme se verá.

A memória pode pregar muitas peças no ato de relembrar. O contexto histórico-social interage com a produção das memórias orais, que revelam a posição social e intelectual de quem fala, de quem se examina enquanto auto-biografado. O depoente sobrepõe eventos e datas e torna o passado parte do presente, fazendo também o caminho inverso. Na composição dos depoimentos, serão reforçados os pontos que valorizem seu papel frente à sociedade, com todos os interditos camuflados.

Durante uma seqüência de entrevistas, quando se consegue voltar ao depoente para tratar do mesmo tema, ainda que seja através de entrevista não colhida pelo mesmo pesquisador, mas que trate do mesmo tema, muitas surpresas e contradições se revelam. O que antes foi negado veementemente, agora pode ser afirmado como constante em sua vida ou militância. Aparecem aí, de novo, o contexto histórico e social da atualidade em relação ao depoente. Se aquele evento nos dias de hoje ganha importância, então é preciso valorizá-lo e inseri-lo. Outro ponto é a relação estabelecida com o pesquisador, a que lugar social pertence. Podem ser esquecidos e depois lembrados lugares, pessoas, ações. Se o tema é traumático por se tratar de identidade cultural e de relações políticas, as seqüências de depoimentos podem apresentar muitas variações. É preciso pensar o depoente no hoje, pois é dessa forma que ele olha para o passado, em que medida esse hoje pode lhe permitir desencavar do passado memórias que merecem ser lembradas, faladas e principalmente perpetuadas. O hoje dará o tom desse depoimento. Por isso, na primeira entrevista, a participação nas entidades e a militância conseqüente de seus membros foram negadas. Ao mesmo tempo, existe um distanciamento declarado relativamente à questão do negro como um problema efetivo, como um problema de discriminação social e de preconceito de cor. Na primeira entrevista prestada a autora deste trabalho, quando abordado sobre a existência das duas entidades e a militância, Francisco Quixaba se exclui do núcleo formador e das

problemáticas que envolvem o negro, deixando imprecisa a sua participação. Na ocasião, suas lembranças com respeito a referências particulares nem o comprometem nem o ligam de alguma maneira ao movimento negro e nem ao problema da discriminação social ou do preconceito de cor, que, segundo diz não o afetavam. Mesmo assim, a ambigüidade das declarações é patente. Mas isso é comum nos processos de rememoração

“... eu participei de alguma forma em algumas reuniões em que participavam os homens de cor. E dentre os quais eu me lembro do advogado, vou lembrar depois. (...) Aqui eu tive contato com o doutor Mário Alves, que era professor de inglês e era um homem de cor. E ele com outros companheiros também aqui de Caxias e de cor, eles formavam um grupo e terminaram por formar aqui a sociedade os homens de cor, que tinha escritório ali na Praça Mauá. Eu nunca participei dessas reuniões de lá por uma única razão, eu nunca sofri uma punição enquanto homem de cor. Penetrei em todos os ambientes em que eu quis penetrar, participei de todas as sociedades aqui do Aliança, do Recreativo, do Clube dos Quinhentos e nunca sofri uma decepção por ser homem de cor”²⁵³.

Para adentrar esses espaços era necessário ou pertencer a esse grupos ou ser convidado por alguém que fizesse parte deles. Francisco Quixaba ocupava, na época, cargos de importância na administração pública²⁵⁴ em Caxias. Ao mesmo tempo refuta sua participação como militante, participa de almoços com membros das entidades negras, não havendo, contudo, de sua parte identificação com a causa. “Eu participei de um almoço no restaurante conhecido no centro da cidade chamado Las Vegas e depois na Associação Comercial ali na Praça do Pacificador. Os homens de cor, até me lembro de banquetes do qual participei, mas nunca me integrei.”²⁵⁵

Na segunda entrevista, prestada um ano mais tarde a outra pesquisadora, Marlúcia dos Santos Souza, que abordava, entre outras questões, a existência da UHC,

²⁵³ Entrevista concedida à autora por Francisco Quixaba Sobrinho em 17 de março de 2004.

²⁵⁴ O *curriculum vitae* do autor está em “Vida com atalhos”, Francisco Quixaba SOBRINHO, R. de Janeiro: Kagel, 1999, p. 82-95.

²⁵⁵ Entrevista concedida à autora por Francisco Quixaba Sobrinho em 17 de março de 2004.

sua militância e participação nesse grupo e em outros, Francisco Quixaba inclui-se entre os fundadores da entidade, o que havia sido negado no depoimento anterior. Sua militância, contudo, não o inseria no interior da discussão e das reclamações das lideranças negras locais, uma vez que o preconceito de cor e a discriminação social atingiam apenas alguns. Uma vez que, conforme já observamos, o contexto histórico e social age como elemento definidor do que deve ser dito e valorizado nas entrevistas, as discussões que trazem à tona a questão do negro e as formas de sua integração na sociedade, os estudos em andamento por historiadores da cidade tornam os dias de hoje um momento privilegiado para se fazer presente nas lutas e nas construções dessas entidades pioneiras. A memória se aviva, ganhando colorido e vinco ideológico:

“Era sempre defender os negros porque na Rede Ferroviária Federal, eu não sei se você se lembra, tem um funcionário chamado Temístocles. Esse homem entrou para o Partido Comunista. Eu sou socialista, comunismo eu nunca quis saber. Então esse rapaz, ele também ia participar conosco. Era um que junto conosco iria organizar a União. Acontece que botaram na cabeça dele que ele deveria ser candidato. Então Tenório andou afastando essa hipótese porque ele iria sair candidato a deputado federal. Mas ele [Temístocles] veio pelo Rio de Janeiro e foi eleito deputado federal e recebeu o apoio da UHC. Foi eleito pelo Partido Comunista.”²⁵⁶

Nesta segunda entrevista Francisco Quixaba, admite sua participação no momento de formação da UHC. Apresenta com detalhes como travou conhecimento com um dos membros da UHC que pertencia ao Partido Comunista, as possíveis relações entre o poder político local e os projetos de concorrer a cargos eletivos.

“Uma vez, um dia, eu conheci ele [Temístocles] da seguinte forma. O Getúlio Vargas veio a Duque de Caxias, ele veio na frente do trem, no vagão de frente. No trem tinha ali uma acomodação com uma proteção que fizeram para ele vir ali. Veio de pé. Ele [Temístocles] veio numa comitiva do Getúlio Vargas e veio até aquele menino escuro, o ‘anjo da guarda’ –

²⁵⁶ Entrevista concedida a Marlúcia Santos de Souza em 17 de novembro de 2005.

Gregório Fortunato – e o trem parou ali exatamente na esquina onde eu estava, onde eu era diretor do SESI nessa época. E nós saímos todos para a janela para ver o Getúlio abanando pra gente. E ele vinha num vagão com o ‘anjo’ e mais uma porção de outras pessoas. Então a partir dali foi o primeiro contato que nós tivemos com ele.”²⁵⁷

A União Cultural dos Homens de Cor em Caxias estava vinculada à UHC do Distrito Federal, as reuniões aconteciam alternando-se nos dois locais. O depoente demonstra preocupação de aglutinar mais membros ao movimento e para isso contaria com o apoio da seção da Capital Federal. Nas poucas referências feitas a essa entidade que foram encontradas em livros, aparecem nomes que fazem parte do corpo diretivo tanto da UHC daqui quanto da do Distrito Federal. As principais lideranças de Caxias são ele mesmo, um professor de música e de inglês, Mário Alves, e o José do Patrocínio, como ele chama José Gomes de Barros, fundador das duas entidades. Francisco Quixaba ressalta não só as dificuldades de deslocamento, mas também as financeiras do grupo, o que de certa forma dificultaria as suas ações.

Em seu depoimento, expõe o esforço dos militantes em manter seus projetos, apesar de tantas dificuldades e sua posição frente aos embates travados com as elites do poder e o seu temor quanto às práticas de exposição dos membros das entidades. Nos estudos sobre memórias coletivas e memórias individuais, pode-se observar que essa memória ou memórias são produções orientadas pelos grupos da sociedade e pelo indivíduo desse grupo.

“*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo como um fenômeno coletivo e social, como um fenômeno construído coletivamente submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.”²⁵⁸

²⁵⁷ Entrevista concedida a Marlúcia Santos de Souza em 17 de novembro de 2005.

²⁵⁸ Michel POLLAK, “Memória e identidade social”, in **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, 1992, (p. 200-212) p. 200.

À medida que a sociedade avança, as suas memórias acrescentam inovações e também congelamentos. O registro dessas memórias selecionou o que interessava e cristalizou como verdade momentos que não se realizaram, ou que não se constituíram exatamente forma então se registraram. Contudo, é importante ressaltar as permanências na memória. Em seus relatos, os entrevistados costumam se confundir no tempo, referindo-se a um mesmo fato como se ele tivesse passado por uma espécie de congelamento. Como quando José Gomes fala do preconceito em relação ao negro do presente olhando para o passado. Um de seus pontos de conflito perdido entre os registros escritos é recomposto pela memória oral, da força de atuação do Centro Cultural José do Patrocínio, dos encontros e das assembléias ainda hoje feitas, apesar de sua instituição não mais possuir vida orgânica.

O que constitui a memória, quer seja individual ou coletiva,

“são acontecimentos vividos pessoalmente, (...) ‘vividos por tabela’, (...) vividos pelo grupo ou pela coletividade (...). São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que no imaginário, tomaram tanto relevo que no fim das contas, é quase impossível saber se participou ou não. [Trata-se de] (...) todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo.”²⁵⁹

Ao prestar o depoimento, pode ocorrer um fenômeno de identificação do entrevistado com um determinado momento histórico e com determinada sociedade, fazendo-o se projetar naquele passado. Dessa memória construída fazem parte os personagens, que são criados seguindo-se a mesma idéia da produção do texto da memória.

Dados de fundamental importância na formulação da memória, que expõem também a sua natureza, são os lugares da memória, como ressalta .

“Existem os lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. (...) Na memória mais pública, nos aspectos

²⁵⁹ Michel POLLAK, “Memória e identidade social”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, 1992, (p. 200-212) p. 201.

mais públicos da pessoa, pode haver lugares de comemoração.”²⁶⁰

Na entrevista com José Gomes, o registro e a referência a determinados lugares que marcaram sua infância, sua ascensão intelectual, escolarização, sua chegada a Duque de Caxias, o lugar onde foram fundadas e funcionaram as duas entidades negras CCJP e UHC, esses lugares são muito mais marcantes para sua vida e para os projetos de elevação social dos grupamentos negros do que a temporalidade. Aliás ele tinha dificuldades de lembrar dos períodos em que ocorreram tais fatos.

4.2 Memória e memórias orais: construções e lugares

O sentido da construção da memória, quer seja coletiva ou individual, procura ressaltar o que se pretende que se guarde como participação relevante na vida social. Não apenas os depoentes expõem como eles se vêem, mas também como gostariam de ser vistos, de que maneira deve ser produzido o registro de sua história e ações. Afirma-se e relembra-se o que se deseja lembrar. Muitas vezes numa seqüência de entrevistas, o que foi negado como elemento de representação social e participação política, pode em outra entrevista seguinte ser afirmado. Sobretudo se essa interferência, no plano político e social de seu passado, tem no presente da entrevista grau de importância para os grupamentos sociais.

“Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento – mostra que a memória é *um fenômeno construído*. (...) social e individualmente [que revela a formulação de identidade, que explica como uma produção de imagem] que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros”²⁶¹

²⁶⁰ Michel POLLAK, “Memória e identidade social”, in **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, 1992, (p. 200-212), p. 202.

²⁶¹ Michel POLLAK, “Memória e identidade social”, in **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, 1992, (p. 200-212), p. 204

A afirmação, por parte de Francisco Quixaba, de sua presença no movimento depois de negá-la teria a haver com a nova configuração e o relevo que o estudo das questões relativas à problemática do negro. A mudança de atitude de Francisco Quixaba se explicaria ainda pela relevância que ganharam os estudos desse tema pela ótica das memórias orais no âmbito local. Ao mesmo tempo, tudo isso representa ou representaria para ele uma valorização pessoal como sujeito atuante dessa história, nas lutas e no caminho percorrido pelo movimento negro. O que não significaria, necessariamente, identificação com a cultura e com o ser negro.

“A minha fala sempre foi em torno de não criar problemas sociais. Porque no momento em que se cria um problema social pelo fato de se estar defendendo o negro, nós estamos criando um outro problema, que é a escurração [*sic*] do próprio negro na sociedade. (...) Eu me lembro que quando essa empresa Jurema veio para Duque de Caxias, tinha um português chamado Rogério. (...) Então nós conseguimos mandar uma pessoa de cor para trabalhar na empresa. Um rapaz negro foi mandado embora do posto de gasolina porque era negro. A UHC interveio para proteger e consegui uma nova colocação com o português Rogério. Vários casos de apoio a negros contra abusos desse tipo.”²⁶²

Assim, para Francisco Quixaba, sempre era melhor negociar do que partir para o confronto: “Não era o caso de se jogar pedra, e sim de diálogo. Depois eu fiquei meio desgostoso quando eu vi que alguém estava fazendo daquilo um apoio político, aquilo ali num apoio político e eu sempre defendi que não houvesse a política partidária naquele sentido ali.”²⁶³

Nos relatos encerrados nos registros orais, tem-se a importância da memória para a construção de identidades. No tema em questão, as memórias dadas pela oralidade são a expressão cultural que os não-brancos encontraram para guardar sua história.

²⁶² Entrevista concedida a Marlúcia Santos de Souza por Francisco Quixaba Sobrinho em 17 de novembro de 2005.

²⁶³ Entrevista concedida a Marlúcia Santos de Souza por Francisco Quixaba Sobrinho em 17 de novembro de 2005.

“Podemos portanto dizer que a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstituição de si. (...) A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. (...) memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências.”²⁶⁴

Na luta pela conquista de direitos e de espaço no plano político e social, os elementos que compõem a elite negra percebem que é fundamental para o encaminhamento de suas propostas e de sua luta a definição de uma identidade e a sua valorização cultural. Para isso, precisam recompor seu passado, reconstituindo suas memórias que se constroem em disputa com as memórias da elite dirigente. Assim, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”²⁶⁵. Quando cada uma dessas associações negras se empenha para a elevação dos grupamentos não-brancos, se orienta no sentido de produzir identidades para que consiga chegar ao seu objetivo, só com o sentido de pertencimento desenvolvido pelo grupo é que se efetivará a identidade. “Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, continuidade e coerência.”²⁶⁶

Nos embates pela memória, as relações políticas entre grupos sociais aparecem como eixo das lutas travadas internamente e externamente pelos segmentos sociais, definindo o que deve ser registrado como memória identificadora de uma época

²⁶⁴ Michel POLLAK, “Memória e identidade social”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, 1992, (p. 200-212), p. 204.

²⁶⁵ Idem, p. 205.

²⁶⁶ Ibidem, p. 209.

e de uma sociedade. Trata-se de “enquadrar a memória” e isso é feito por grupos dominantes, mas também em certa medida é feito pelos historiadores.

“... a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Para caracterizar essa memória constituída, eu gostaria de introduzir o conceito de *trabalho de enquadramento da memória*. (...) há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores. Temos historiadores orgânicos, num sentido tomado de empréstimo de Gramsci, que são os historiadores do Partido Comunista, os historiadores do movimento gaullista, os historiadores socialistas, os sindicalistas, cuja tarefa principal é enquadrar a memória. (...) uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória”²⁶⁷.

O que chama de “depoimento pré-construído” nos relatos de políticos e de representantes de organizações de movimentos sociais, dá auxílio à compreensão do discurso desses representantes, que deixaram revelar em sua análise o seu lugar social, o seu grau de escolaridade, o que se pretende seja revelado e ressaltado e o que se pretende que seja escondido e negado. É mesmo uma forma de valorização de certos indivíduos e de certas entidades políticas em torno de sua militância, sendo ela relevante ou não. O autor do texto “Memória e identidade social” ressalta a maneira como o depoente se refere a si próprio e a outros, aumentando o grau de importância ou não pelo uso de pronomes pessoais. Da organização de seu registro fazem parte três estilos: “cronológico, temático e factual”. A predominância de um dos estilos durante as entrevistas pode indicar o grau de escolarização e de politização do depoente. No caso de José Gomes de Barros, advogado e militante dirigente das duas entidades negras, o CCJP e a UHC, e de Quixaba Sobrinho, advogado e membro da UHC, predomina o estilo temático.

“O segundo estilo, o temático é quando alguém se liga pouco na cronologia, diz, por exemplo, que a infância não teve importância, mas depois fala no tempo de escola, não em termos de uma seqüência escolar, mas para lembrar

²⁶⁷ Michel POLLAK, “Memória e identidade social”, p. 208.

que o importante era a matemática. E depois essa pessoa vai falar sobre sua profissão, não em termos de ‘fiz meu doutoramento em tal época’, mas sobre a medicina em geral, ou sobre o funcionamento do hospital. Esse caso correspondia a um grau elevadíssimo de escolarização, a uma experiência profissional de médica, jurista, tratava-se de profissionais liberais”²⁶⁸.

Os depoimentos prestados por José Gomes e Francisco Quixaba fizeram essa trajetória de passeio pela linha de tempo pessoal. Nas suas pontes temporais, procuravam salientar os espaços de construção de sua elevação social e o modo como sua escolha profissional pelo direito está ligada à conjuntura política nacional de luta dos segmentos não-brancos.

“O meu nome é José Gomes de Barros. Eu nasci no município de Iguauçu, no estado do Espírito Santo, no dia 1º de maio de 21 [1921]. Do município de Iguauçu, eu fui pra Santa Teresa para estudar no seminário dos Capuchinhos. É um dos seminários mais antigos do estado do Espírito Santo, onde forma padre. Concomitantemente, além do estudo religioso, eu também fiz Agronomia. Fui um dos alunos da primeira turma da Escola de Agronomia do Estado do Espírito Santo.”²⁶⁹

Em seguida, relata seu trabalho em Linhares e sua chegada à Baixada Fluminense:

“Após a minha formatura, eu fui trabalhar para o estado, em Linhares. De Linhares, vim para o Rio de Janeiro, onde prestei concurso para oficial de agricultura e passei a exercer a profissão de técnico rural. Nessa ocasião, fui designado para servir em São Paulo. De São Paulo, voltei para o Rio de Janeiro para o município de Nova Iguaçu.”²⁷⁰

²⁶⁸ Michel POLLAK, “Memória e identidade social”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, nº 10, 1992, (p. 200-212), p. 213.

²⁶⁹ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²⁷⁰ Idem.

O depoente transita sem intermediação do contexto de seu tempo pessoal físico-geográfico para o contexto histórico e sociopolítico mais amplo.

“Nesta época Duque de Caxias era apenas um distrito, era o 8º distrito de Nova Iguaçu, nós aqui [NOS] instalamos no ano de 1946. Posteriormente, Caxias passou a município. Ao se tornar município, nós aqui continuamos. Foi uma época muito dura, época muito séria, porque tudo era difícil, principalmente para os homens de cor, principalmente pra o negro, situação muito complicada. Existia clube que só recebia pessoas de pele clara. Nesse estabelecimento, o negro não tinha acesso, entretanto no clube dos negros recebiam todos, negros e não.”²⁷¹

Em outro texto, “Memória, esquecimento, silêncio”, Michel Pollak continua sua análise sobre a importância dos registros orais. Nele, procura valorizar as vozes não ouvidas e que não mereceram registro no contexto histórico. As vozes que foram caladas pela sociedade saem de seu confinamento, podendo então emergir através da História Oral. Vozes portadoras da oralidade, que encerram a memória dos grupamentos negros, elas ecoam o passado, sua trajetória, a edificação dos espaços de luta e conflito, capazes de consolidar sua presença e conquista de seus direitos políticos e sociais.

“Então nós resolvemos criar sociedades em defesa do negro, resolvemos criar sociedades em defesa do negro, em defesa do homem de cor. Criamos a União dos Negros [*sic*], uma sociedade que naquela época fazia o Abdias Nascimento, mais [o] professor José Pompílio da Hora, do Colégio Pedro II, José Bernardo da Silva, diretor de um jornal, inclusive foi um dos negros a se eleger deputado estadual por Niterói, e nossa luta continua.”²⁷²

²⁷¹ Entrevista concedida à autora por José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

²⁷² Idem.

No registro apresentado por José Gomes, percebe-se a força da memória oral proporcionando uma relação de identidade com o passado e com as antigas lideranças negras e seus membros, caso de José do Patrocínio.

A fundamentação dada por Michel Pollak ao presente trabalho serve para melhor entender os significados inscritos nos discursos das lideranças e componentes das agremiações do movimento negro na composição de suas estratégias. Esses registros orientariam e cimentariam a discussão dos movimentos sociais de não-brancos em Duque de Caxias. As duas vozes aqui mencionadas são os ecos desses primeiros movimentos negros no município. Ecos de um passado recente, que se esfumaçam na poeira do tempo e, juntamente com os outros tipos de fontes, desaparecem. Reafirma-se aí a importância da oralidade como uma das formas fundamentais de reconstrução do tecido social. Na produção da memória, percebe-se o cruzamento de itens das memórias coletivas com as memórias individuais e os “lugares de memória”. Ao mesmo tempo, percebe-se também a seleção dessas memórias, procedimento já anteriormente designado “trabalho de enquadramento da memória” por Michel Pollak.

A memória coletiva, que deve ser equalizadora de um grupo social, desenvolve o sentimento de inclusão e “pertencimento” a esse grupo. Aqueles que não possuem, portanto, elementos de identificação e de referência comum com o grupo estão fora. No embate entre a memória coletiva nacional e as memórias dos marginalizados, retomar a perspectiva de análise pelos excluídos enriquece o contexto histórico social. Por isso mesmo, o estudo das entidades de movimento negro em Duque de Caxias através do levantamento e análise das suas memórias orais pode proporcionar a construção do contexto histórico local desses grupamentos. Nesse estaria contemplado o cotidiano desses protagonistas ou atores históricos e a sua ação e produção cultural e política sob sua própria ótica, e não segundo as concepções dos grupos dominantes.

“Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à ‘memória oficial’, memória nacional. (...) essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (...)

essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.”²⁷³

Se deixarem falar e se reconstruir as “vozes do passado” como momento histórico e como agentes de produção cultural, elas certamente trarão à tona o que foi calado. “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.”²⁷⁴

As razões que reforçam o silêncio dos afro-caxienses remetem à sua autonegação do ser negro e à sua participação nas suas lutas. O grau de traumas, de fracassos oriundos das lutas pela conquista dos direitos e pela participação política, também faz com que se reforce o silêncio. Porém, a luta para recuperar as memórias, para que não se percam definitivamente, talvez tenha levado um dos dirigentes de uma dessas entidades estudadas a doar à pesquisadora e autora deste trabalho cópia do estatuto de uma delas e a solicitar a busca de sua memória política no parlamento municipal nos anos 1950. (Ver Anexo 15)

“A essas razões políticas [o pós-1945 e o esquecimento dos deportados] do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais. Quarenta anos depois convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio: o momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento. (...) ‘A organização das lembranças se articula igualmente com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas...’”²⁷⁵

Aquilo que não foi revelado, o “não-dito”, exerce uma função de legitimação da memória tida como principal e identificadora da memória nacional. O

²⁷³ Michel POLLAK, “Memória, esquecimento e silêncio”, in **Estudos Históricos**, RJ: FGV, v. 2, n. 3, (p. 3-15), p. 4.

²⁷⁴ Idem, p. 5.

²⁷⁵ Idem, p. 6-7.

lugar onde essas memórias escondidas se perpetuam e encontram espaço para o repasse são os núcleos associativistas de negros.

“Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. (...) existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.”²⁷⁶

Retomando uma discussão anterior que procura dar conta da função do trabalho de “enquadramento da memória” coletiva como legitimador de uma memória nacional e de grupos de elite do poder, argumenta Pollak: “Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.”²⁷⁷

A memória subalternizada encontra suas saídas contra o definhamento. De alguma maneira procura sobreviver pela oralidade, ou pelos poucos documentos escritos que apóiam a reconstrução do contexto de luta da UHC e do CCJP.

“Assim o denominador comum de todas as memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural (...) Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias e religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida.”²⁷⁸

²⁷⁶ Michel POLLAK, “Memória, esquecimento e silêncio”, in Estudos Históricos, RJ: FGV, p. 8.

²⁷⁷ Idem, p. 11.

²⁷⁸ Ibidem, p. 11.

A dificuldade de flagrar essas vozes, quem sabe apoiada no silêncio de alguns participantes do movimento negro em Duque de Caxias, a negação de seu envolvimento nas associações, a ausência de quaisquer referências a esse momento não significam necessariamente o efetivo esquecimento dessa memória, porque lembrar é se remeter à dor de um passado muito próximo, que precisa ser esquecido para que o indivíduo possa garantir sua convivência cotidiana com os grupos sociais, seu próprio enquadramento e garantia do lugar social conquistado. A negação do ser negro e de seu envolvimento com as questões do negro é para ele condição de vida.

“(...) eu participei de alguma forma em algumas reuniões em que participavam os homens de cor. (...) Eu nunca participei dessas reuniões (...) por uma única razão, eu nunca sofri uma punição enquanto homem de cor. Penetrei em todos os ambientes em que eu quis penetrar, participei de todas as sociedades aqui do Aliança, do Recreativo, do Clube dos Quinhentos e nunca sofri uma decepção por ser homem de cor.”²⁷⁹

4.3 História Oral e memória: todos podem ser atores e narradores

No interesse de continuar a focalizar como se constroem as memórias das entidades do movimento negro em Duque de Caxias, seu cruzamento com o que é particular e com o que trata do geral, o que e como se classifica aquilo que interessa lembrar ou esquecer, percebendo seus códigos e mecanismos de controle, acrescenta-se aqui uma outra perspectiva de análise proposta por Paul Thompson.

Em “A voz do passado”, Paul Thompson valoriza o papel e o emprego da História Oral para a construção da História, tomando como apoio o resgate das memórias individuais e coletivas a partir dos depoimentos orais. Até porque a primeira história pensada e construída foi oral.

²⁷⁹ Entrevista concedida à autora por Francisco Quixaba Sobrinho em 17 de março de 2004.

“Os historiadores orais podem pensar agora como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam, ir procurá-la e obtê-la.

Para a maior parte dos tipos existentes de história, provavelmente o resultado crítico dessa nova abordagem será propiciar evidência vinda de uma nova direção. O historiador de política da classe operária pode justapor as afirmações do governo ou dos dirigentes do sindicato e a voz das pessoas do povo – sejam elas apáticas, ou militantes.”²⁸⁰

A História Oral vem contribuir para a História Política com uma mudança de enfoque na investigação das questões pertinentes às relações de poder na sociedade. Para tanto, abrem-se novas áreas de investigação.

“Ao mesmo tempo, a história oral implica, para a maioria dos tipos de história, uma certa mudança de enfoque. (...) O historiador político pode abordar o eleitor em casa ou no trabalho; e pode esperar compreender até mesmo o operário conservador, que não criou nem jornais nem organizações que possam ser investigados.”²⁸¹

Dado que a primeira história registrada foi oral, conforme já se disse, era dessa forma que as sociedades mantinham vivas suas memórias pelo repasse de geração em geração do seu cotidiano e de suas relações políticas e sociais. À medida que se introduz o registro escrito, também se criam critérios de seleção e de exclusão. Com esses mecanismos de controle, surgem as instituições mantenedoras dessa prática e que vão cuidar da definição do que deve ser considerado memória e, portanto, do que deve ser guardado. A escrita ganha um grande poder frente à oralidade, as palavras assim ditas e registradas ficam guardadas, com todo o rigor da institucionalidade. A palavra falada se perde com o tempo, precisa ser reafirmada e reconstruída pela sociedade. No jogo do bicho, por exemplo, se percebe o papel e a importância do registro escrito: “Vale o que está escrito.” A retomada feita pela História Oral dos registros orais permite que se reconstituam as memórias perdidas, esquecidas e negadas.

²⁸⁰ Paul THOMPSON, “História e comunidade”. In *A voz do passado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 25.

²⁸¹ Idem, p. 26-7.

“A utilização da evidência oral rompe as barreiras entre os cronistas e seu público; entre a instituição educacional e o mundo exterior.

Essa mudança brota da natureza essencialmente criativa e cooperativa do método da história oral.”²⁸²

A partir dessa nova forma de abordar o objeto de pesquisa, tem-se a ampliação dos horizontes para a discussão historiográfica. Embora não sejam novas as fontes e os interlocutores com quem se trava o diálogo, são novas as perspectivas de se focalizar o objeto. Isso remete o historiador ao papel de aprendiz e produtor, apoiado continuamente por seu interlocutor, que interfere, questiona, toma a cena, é a fonte que fala propriamente. O depoimento prestado pelo advogado José Gomes de Barros recolocou para a discussão do movimento negro em Duque de Caxias sua antiga problemática, as formas como se estruturaram as primeiras entidades na década de 1950 e as relações estabelecidas entre elas e as entidades estaduais e nacionais. Foi o encontro com as velhas memórias dos militantes políticos do movimento negro que se acham no esquecimento e no apagar de sua história.

No debate que se estabelece entre pesquisador e depoente no momento da entrevista, momento de levantamento das memórias orais, componente essencial para a construção da história local, o depoente entra em choque com o que se considera relevante para a composição desse contexto mais particular. Como é da natureza da História Oral esse confronto de pontos de vista, o depoente pode muitas vezes pôr em xeque não apenas o objeto de estudo, mas ainda a sua problematização. Isso também pode significar o que o depoente pretende marcar como o que é relevante e a defesa mesma de seu lugar social.

“Esse José do Patrocínio eu conheço, o José Gomes de Barros, que era chamado aqui José do Patrocínio. Ele era um homem baixo que deve estar hoje com 90 anos mais ou menos. Ele era um professor que não era formado, mas montou um colégio aqui na rua Chaco, mais ou menos em 1949, por aí, 50, por aí. (...) Ele participava realmente desses movimentos, mas eram movimentos com vida muito curta.

²⁸² Paul THOMPSON, “História e comunidade”. In *A voz do passado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 28-9.

Então nós não temos uma história; pelo menos que eu saiba, uma história que eu saiba que possa alimentar uma pesquisa que eu reputo sensacional que a senhora está fazendo.”²⁸³

Ou seja, nesse caso, a fonte exemplifica a possibilidade apontada por Paul Thompson de reconstrução do passado pela intervenção de diferentes elementos que atravessam os limites entre o que está no interior dos muros e o que está no exterior, conforme as palavras do próprio autor.

“...a natureza da entrevista implica uma ruptura da fronteira entre a instituição educacional e o mundo, entre o profissional e o público comum. (...) A reconstrução da história torna-se, ela mesma, um processo de colaboração muito mais amplo, em que não-profissionais devem desempenhar papel crucial. Ao atribuir um lugar central, em seus textos e apresentações, as pessoas de toda espécie, a história se beneficia enormemente.”²⁸⁴

Nas memórias também se guardam identidades. Memórias que vêm se perdendo gradativamente. Uma experiência considerada pelo autor como inovadora partindo da produção memorialística encontra-se em alguns países da Europa. É o caso da Suécia e da Polônia, onde, para levantarem seu passado e reconstituírem suas identidades, grupos de trabalhadores ocuparam as fábricas para tecer suas memórias. Em Duque de Caxias, o movimento memorialístico está nas mãos de profissionais liberais, professores e políticos.

“Alguns dos empreendimentos mais interessantes nesse sentido, da Suécia (...) pela organização estatal sueca de espetáculos na promoção de eventos de iniciativa local (...) manual prático para trabalhadores escreverem as histórias de seu próprio local de trabalho, associando fontes locais e orais.”²⁸⁵

²⁸³ Entrevista concedida à autora por Francisco Quixaba Sobrinho em 17 de março de 2004.

²⁸⁴ Paul THOMPSON, “História e comunidade”. In *A voz do passado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 32-3.

²⁸⁵ Idem, p. 38.

Dessa forma,

“... a memorialística popular tornou-se parte reconhecida do novo modo de vida nacional, numa medida que quase não encontra paralelo em outros países comunistas ou no mundo ocidental. E esse êxito polonês em produzir uma espécie de entusiasmo democrático pela história levou também à formação de grupos coletivos memorialistas em algumas das grandes fábricas, minas e siderúrgicas”²⁸⁶.

Em defesa da História Oral, o autor propõe para a utilização e tratamento desse tipo de abordagem histórica o uso da “terapia das reminiscências”, que recolhe e organiza a memória oral, partindo da reunião de fitas e de *slides* de retorno ao passado dos depoentes. Esse retorno serve de ânimo, e ajuda a melhorar a auto-estima desses indivíduos, além de contribuir para o levantamento do passado. Essa terapia poderia ser de grande valia para o levantamento da auto-estima dos grupamentos afro-caxienses. Sua memória, por esse aspecto, representaria a valorização de sua identidade de grupo, de sua cultura política e sua cultura num sentido mais abrangente.

“A possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem da natureza intrínseca da abordagem oral. (...) As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história.”²⁸⁷

Do culto das tradições orais fazia parte o preparo dos novos agentes da memória, orientados por seus antecessores que tinham como missão manter viva a história da sociedade. Todavia, “A memória foi rebaixada do *status* de autoridade pública para o de um recurso auxiliar privado. As pessoas ainda se lembram de rituais, nomes, canções, histórias, habilidades; mas agora é o documento que se mantém como autoridade final e como garantia de transmissão para o futuro.”²⁸⁸ A grande importância dos registros orais estava na sua garantia de verdade.

“E nos casos em que a verdade era o mais importante, ela tinha que ser falada. Os papas pronunciavam suas palavras

²⁸⁶ Paul THOMPSON, “História e comunidade” In *A voz do passado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 39.

²⁸⁷ *Idem*, p. 41.

²⁸⁸ *Idem*, p. 50.

fnais sobre a doutrina católica *ex cathedra*: e, quer no mundo cristão quer no muçulmano, os tribunais continuaram a insistir em que as testemunhas deviam ser ouvidas, pois só assim podiam ser interpeladas minuciosamente.”²⁸⁹

O advento do Iluminismo propôs uma nova forma de conceber o real e os fenômenos sociais e científicos. As tradições orais e os registros baseados na palavra falada perdem a partir daí sua credibilidade, a escrita passa a assumir o destaque e o critério de verdade – vale o que está escrito – a Filosofia passa a fundamentar a História. E, segundo o autor, “A História deve ser iluminada pela Filosofia” e reforçar assim o primado da razão²⁹⁰.

A História produzida a partir da documentação escrita guarda em si o registro da oficialidade e do peso em muitos sentidos da instituição. Tal é essa credencial que os registros escritos e suas respectivas fontes assumem o lugar de primazia frente aos relatos e registros orais que se consagram como elementos desqualificados para abordar o objeto de estudo. As características próprias apresentadas pela oralidade expõem o subjetivo, o *sui generis*, aquilo que não merece confiabilidade. As palavras ditas oralmente são sempre perigosas, carregam em si uma gama de emocionalidade, “as palavras com o vento voam”. Então, como se poderia confiar nesse tipo de fonte tão imprecisa, e que beiraria o anedotário? Especialmente quando se trata de grupos menos favorecidos, caso dos grupamentos negros e suas “lideranças de cor” naturalmente excluídos de uma história mais abrangente. E em termos culturais, a oralidade é uma marca forte que caracteriza a trajetória e a história desses grupos. Mesmo tendo produzido material escrito, como vestígios de um cotidiano social, não houve uma preocupação em guardar essas memórias. Aliás, essa é a marca flagrante de nossa cultura histórica. Muito pouco de nosso passado – fontes escritas – ficou guardado como abrigo de nossa memória. A idéia de preservar a memória vista como patrimônio histórico é matéria nova para o Brasil, assumida pelas instituições oficiais e extra-oficiais.

²⁸⁹ Paul THOMPSON, “Historiadores e História Oral”. In *A voz do passado*, RJ: Paz e Terra, 1992, p. 52-3.

²⁹⁰ Idem, p. 53.

Desde a concepção deste tema à sua problematização, tem sido realizado um verdadeiro trabalho de escavação “arqueológica”. Em todos os momentos, e a busca pelas fontes orais não foge a essa regra, as dificuldades foram inúmeras. Era preciso capturar o mais rápido possível esses relatos sob pena de desaparecerem de uma vez.

Tão grande para a natureza deste estudo são os relatos da memória oral que acabaram por fim fornecendo uma orientação para a pesquisa. Apesar de essas fontes também serem escassas, elas têm contribuído, e muito, para o diálogo com os poucos registros escritos e para a análise do cotidiano e da formação dos núcleos de embate dos negros frente à sociedade duque-caxiense.

Paul Thompson explica: “Houve especialmente duas formas pelas quais a história dos grupos minoritários foi influenciada pela evidência oral. A primeira é o estudo da imigração. (...) A segunda forma é a história do negro.”²⁹¹

Há aí pontos de contato que o autor ressalta para revelar essas histórias que ficaram à margem e trazê-las para o centro dos debates. É através do recurso dos depoimentos orais que Malcom X, Alex Haley e José Gomes em Duque de Caxias puderam reconstituir seu passado, juntando pedaços de vidas esgarçadas pelo tempo. De Alex a Kunta Kinte e, num tempo bem menos longínquo, mas não menos difícil de se capturar, que vai de José aos anos de sua militância política nas duas entidades negras na década de 1950, muitas lacunas foram deixadas. Desse modo, para encontrar os registros escritos, o fio que os ligará são os relatos orais.

“(...) Em primeiro lugar penetram aquilo que, de outro modo, seria inacessível. Duas delas provêm dos guetos de grandes cidades da América do Norte urbana. Watts, the Aftermath, de Paul Bullock, é o relato de um confronto popular em Los Angeles; enquanto pouca coisa iguala a Autobiography of Malcolm X, de Alex Haley, na transmissão da amarga riqueza da vida cidadina ou como vigoroso retrato de um líder.”²⁹²

²⁹¹ Paul THOMPSON, “Historiadores e História Oral”. In *A voz do passado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 54-5.

²⁹² Idem, p. 135-6.

Todas essas histórias reconstituídas pela ação da oralidade permitiram algumas vezes encontrar elos perdidos e apresentar peças para compor a história que não fora escrita.

“As comunidades negras rurais analfabetas também não deixaram registros para os historiadores futuros. The Saga of Coe Ridge, de William Montell, é o principal exemplo norte-americano de um sério estudo de comunidade perfeitamente documentado por seu tema amplamente dependente da evidência oral: relato sobre uma colônia negra, instalada no alto de um morro longínquo, depois da libertação dos escravos, que de início sobreviveu da agricultura de subsistência e da extração de madeira, mas que se deteriorou devido as lutas mortais com os brancos da vizinhança por causa de mulheres e, à medida que se esgotaram os recursos naturais, foi levada ao fabrico e à venda ilegal de bebidas, até que finalmente foi dissolvida pelos fiscais de renda da polícia local.”²⁹³

Na produção da evidência para a História Oral, é necessário, antes de se verificar sua validade ou o nível de falibilidade, e, portanto, sua natureza como fonte histórica, saber quem a produziu, a qual lugar social corresponde, seus objetivos. Nesse sentido, o autor diz que é fundamental “verificar como se sustenta a evidência oral”. Isso significa que o tratamento quanto a esse revivido modo de abordagem e de campo histórico, deve receber um tratamento e cuidados especiais que estejam relacionados a sua própria natureza. Sem se esquecer que toda fonte é certamente passível de dúvidas e de falhas.

“O que é importante é que muitas das perguntas que se devem fazer sobre os documentos podem ser respondidas com muito mais confiabilidade em relação à evidência oral do que em relação a documentos, particularmente se aquela provier de um trabalho de campo de próprio historiador.

²⁹³ Paul THOMPSON, “A contribuição da História Oral”, *A voz do passado*, p. 136.

Porém, não é dada quase nenhuma indicação sobre como se poderá responder a qualquer dessas perguntas, seja de identificação seja de viés.”²⁹⁴

Ainda não há efetivamente uma forma segura de identificação dos erros e problemas no trato da identificação e produção das evidências orais, salvo em casos mais explícitos de falsificação. No exame mais acurado do historiador de suas evidências, é preciso “buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial.”²⁹⁵

Ao se servir de fontes como os jornais, o historiador normalmente não se cerca dos mesmos cuidados e verificações que utilizaria quanto ao uso de outras fontes escritas e, sobretudo, quando se refere às fontes orais. Paul Thompson reforça esse argumento, mostrando os graves riscos que pode correr o historiador ao tomar jornais como fontes deslocadas de sua inserção ideológica.

“Poucos historiadores negariam o viés existente nas reportagens contemporâneas, ou aceitariam literalmente o que a imprensa oferece; (...) Lawrence Goodwin utilizou jornais e outras fontes escritas em combinação com entrevistas para um estudo político sobre um condado do leste do Texas, no qual, na década de 1890, um partido democrata, exclusivamente de brancos, expulsou do poder os populistas, que eram inter-raciais. (...)”²⁹⁶

A mescla de fontes escritas e orais, com a valorização das fontes orais, deu a oportunidade de se “descobrir três tradições orais distintas, oriundas de posições políticas diferentes na comunidade, as quais, quando ligadas às notícias da imprensa, mostraram que o contragolpe democrata se baseara numa campanha sistemática de assassinato e intimidação”²⁹⁷.

²⁹⁴ Paul THOMPSON, “A contribuição da História Oral”. In *A voz do passado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.137-8.

²⁹⁵ Idem, p. 138-9.

²⁹⁶ Idem, p. 139-40.

²⁹⁷ Ibidem, p.140-41.

Para a construção da evidência da história oral, concorrem vários elementos que proporcionam à análise historiográfica uma grande variedade de caminhos, percepções, temáticas. A análise do discurso falado está posta sem cortes diante do historiador na entrevista oral, podendo-se aí ser capturadas novas pistas e discursos ainda não percebidos pelo historiador. Há ainda o segundo momento, que é na verdade uma recriação da evidência oral. Trata-se da transcrição.

“Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita – sua empatia ou combatividade humana, sua natureza essencialmente tentativa, inacabada.”²⁹⁸

A relação entre o documento oral e o escrito é permanente, de vez que a forma de se transpor a memória oral e sua análise ainda é em grande medida a transcrição, mais uma vez a escrita credenciando a oralidade. Importante é enfim se perceber os limites entre as duas evidências e as suas complementaridades, pois que “há elos orais e escritos na corrente de transmissão; e tanto uns quanto outros podem modificar ou corromper o original. E em nenhum caso fica evidente qual é o original”²⁹⁹. A maneira pela qual a memória se processa e por fim se estrutura, tem muito a ver com as formas de percepção de mundo que têm os grupos sociais. Esse seria então o primeiro passo para compreender a memória. Partindo desse princípio, o autor avança em sua análise, relacionando o que se define como memória pelo indivíduo: o que deve ser guardado e selecionado para ser lembrado adiante está ligado aos interesses particulares dos grupos. Isso de alguma forma definiria para eles o seu critério de verdade. Independentemente do fato de serem memórias traumáticas ou alegres, importa sim é sua relevância para o interior dos grupos. Como um critério de verdade para as lideranças negras, dependendo de seu envolvimento e papel frente à militância,

²⁹⁸ Paul THOMPSON, “Evidência”. In *A voz do passado*, p. 146-7.

²⁹⁹ Idem, p.148.

ou se em algum momento sua participação significar valor social, a posição assumida é a de rememória ou de negação dessa memória.

“O processo da memória depende, não só da capacidade de compreensão do indivíduo mas também de seu interesse. Assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e necessidade social. (...) A fidedignidade depende, em parte, do interesse que determinado assunto tem para o informante.”³⁰⁰

Os interesses compartilhados e considerados pelos historiadores os orientam para perceber

“a história não apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são vivenciados e lembrados na imaginação. (...) A construção da memória coletiva pode resultar numa força histórica por si só de imenso poder; (...) A construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo. (...) ‘Toda imagem que uma aldeia tem de si mesma é construída (...) de palavras, faladas e lembradas: de opiniões, narrativas, relatos de testemunhas visuais, lendas comentários e boatos. E é uma imagem sempre em elaboração; jamais se pára de trabalhar nela’ ”³⁰¹

A definição de papéis sociais e da hierarquia sexual se apresenta nos diálogos dos depoentes de idade avançada conforme o uso da linguagem. O emprego pronominal define o sexo e a importância de cada um no grupo. Assim,

³⁰⁰ Paul THOMPSON, “Evidência”. In *A voz do passado*, p. 153.

³⁰¹ Idem, p. 184-5.

“entre os migrantes vindos da zona rural francesa de Paris, ‘os homens consideram a vida que viveram como sua’, como uma série de atos conscientes, com metas bem definidas; e ao narrar sua história usam o ‘eu’ ativo, tendo como certo serem eles mesmos o sujeito de suas ações por meio das formas de falar que utilizam. As mulheres falam sobre suas próprias vidas tipicamente em termos de relações, incluindo em sua história de vida partes de histórias de vida de outras pessoas, (...) falam como ‘nós’ ou ‘a gente’ ”³⁰².

Isto é: simbolizam o conjunto de relações que se estabelecem entre ela, mulher, e os membros da família, os pais, o marido e os filhos. Desse levantamento de memórias da vida e familiares, pode-se perceber nessa colocação pronominal muito sobre os papéis de cada um dentro do contexto social e das relações hierárquicas e de poder.

“A fantasia e o inconsciente não passam afinal, da reordenação de vidas. Às vezes, podem apresentar o mundo de cabeça para baixo; e certamente têm o poder de alterar a maneira como as pessoas atuam na realidade. O inconsciente é como uma força por trás de toda história de vida. Porém o molde da civilização e de suas insatisfações é bastante evidente, seja qual for o lado da consciência do qual a percebamos.”³⁰³

O momento de encontro entre entrevistador e entrevistado deve ser resguardado de muitos cuidados. Deve-se, portanto, preparar um roteiro para orientação e se dar ao entrevistado a liberdade de expor sua visão e seus pontos de vista. Com esses cuidados se garante o bom aproveitamento dos depoimentos orais. O historiador deve ter em mente que o momento da entrevista oral é o momento de aprender.

³⁰² Paul THOMPSON, “A memória e o eu” In **A voz do passado**, p. 204.

³⁰³ Idem, p. 205.

“Por exemplo, Roy Hay descobriu, em sua pesquisa com os construtores navais de Clydeside, que, muitas vezes, ‘nossa própria ignorância pode tornar-se útil. Em muitas ocasiões, os trabalhadores mais velhos recebiam muitas perguntas ingênuas com divertida tolerância e me diziam ‘Não, não, garoto, não foi desse jeito’, ao que se seguia uma descrição clara e detalhada do que verdadeiramente acontecera’ ”³⁰⁴.

A relevância do uso das fontes orais está presente na própria relevância da produção historiográfica, quer seja ela pessoal, quer seja de cunho coletivo, já que ela pode contribuir na reconstrução de uma História que contemple aqueles que querem falar e deixar sua passagem na História e não encontraram espaço nem eco. É para eles que este trabalho está sendo escrito. “O que se quer é uma história que leve à ação; não para confirmar, mas para mudar o mundo”³⁰⁵.

³⁰⁴ Paul THOMPSON, “A entrevista”. In *A voz do passado*, p. 255

³⁰⁵ Idem, p. 43.

CONCLUSÃO

Entre memórias e memorialistas, toda cidade necessita em algum momento e de alguma maneira de contar as suas histórias, nem que seja para se livrar do atoleiro ou da extinção, como em Javé³⁰⁶. Todos nós somos, pelas nossas identidades particulares ou coletivas, narradores de memórias, que falamos fundo de quem somos, de onde viemos e o que desejamos. E para que possamos nos salvar, precisamos capturar as nossas memórias, a nossa oralidade, prendê-las num papel escrito a lápis, pois assim corremos menos riscos de perder o controle dessa escrita. Os narradores são muitos e por isso mesmo se faz preciso resgatar essas memórias, ouvi-las e reconstruí-las. Caxias possui muitos narradores, que acumulam memórias e as depositam em papéis avulsos, livros, revistas, nas fitas cassetes, CDs e nas conversas de bar.

É pela voz de um desses narradores de Caxias que se pôde reconstruir a história de duas primeiras entidades de movimento negro fundadas no município no final da primeira metade do século XX. Se a oralidade é o princípio da produção histórica, foi ela de novo que encaminhou o encontro com os registros escritos desse passado. No princípio era apenas uma a União Cultural dos Homens de Cor, depois apareceu a outra, o Centro Cultural José do Patrocínio. Da primeira o que se tem são principalmente relatos de sua atuação e da militância de intelectuais negros, muitos vindos da então Capital Federal, junto com os negros letrados da cidade que organizaram essa entidade, objetivando trazer para a sociedade a problemática do negro e promover estratégias de sua elevação social e política, viabilizando acordos e embates com as camadas dominantes para que então pudessem preparar seus quadros de negros ilustrados e para concorrer a cargos na esfera política. Para eles essa era uma das principais possibilidades e saída para os afro-caxienses: escolarização e politização. Precisavam se tornar negros doutores, para que pudessem ser ouvidos e respeitados. Quanto à entrada nos espaços políticos, essa era a garantia de que suas demandas seriam ouvidas e representadas por quem as saberia defender.

³⁰⁶ Javé era uma cidade que seria inundada por uma represa. A população percebeu que, para ser preservada, precisariam demonstrar que Javé teria relevância histórica para ser considerada patrimônio nacional. Como a cidade não dispusesse de nenhum monumento ou de algum registro de evento que a simbolizasse, a única saída era apresentar a sua história escrita, portanto, documentada. Com esse fim, elegeram-se um narrador que deveria recolher os depoimentos dos moradores da cidade e escrever a sua História. Filme “Narradores de Javé”, Eliane Caffé, 2003.

A União Cultural dos Homens de Cor era uma entidade de âmbito nacional, nasceu no Rio Grande do Sul e estava espalhada por todo o país. Compunha então uma grande rede de solidariedade e de relações políticas. O seu sentido era o de cada vez mais alcançar os lugares mais distantes, ampliando assim a preparação e a participação dos negros nas esferas da sociedade, sobretudo, como já se disse, na esfera política, de vez que atuar nessa esfera e garantir aí espaços daria a sustentação necessária para os seus núcleos e para os grupamentos afro-brasileiros. A sua inspiração ideológica vinha dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, pelas referências que são feitas nos poucos documentos encontrados e nos discursos de seus membros. Era a intenção de lutar pela igualdade de direitos em relação aos segmentos sociais brancos e quase-brancos, significando poder ocupar os mesmos espaços e ter as mesmas oportunidades.

Apesar de todo o apoio recebido de membros da UHC do Distrito Federal, aquela que se fundou em Caxias não garantiu uma expressiva vida orgânica. Durante a garimpagem de sua documentação e de registros escritos ou orais deixados, pouco se pôde revelar, mas esse pouco permitiu orientar uma análise de uma construção societária em que grupos e lideranças negras procuraram construir estratégias para que pudessem não só serem ouvidos e respeitados como produtores dessa sociedade, mas também que tinham direito de ocupar espaços de efetiva importância e que se deveria discutir uma questão real que sempre fora escamoteada, a intolerância em relação aos afrodescendentes, o preconceito de cor e a discriminação social.

As dificuldades iam se multiplicando à medida que a pesquisa ia transcorrendo, cada vez mais a UHC parecia desaparecer por entre os caminhos e as memórias da cidade. Era uma pequena nota num livro, uma frase em outro, uma pista perdida em arquivos, bibliotecas, em cartórios, em jornais: na cidade, no Rio de Janeiro, em Niterói. As peças não se encaixavam e quase ninguém queria falar sobre o tema, tampouco se ver identificado com o movimento negro nesse período. Foi quando através de uma pista que não pôde ser tocada, se chegou ao primeiro depoente, ao primeiro militante que estava disposto a falar e a discutir sobre a ambiência das entidades, das entidades porque foi dessa forma que o objeto de estudo se amplia e se insere no contexto social. É o Centro Cultural José do Patrocínio que surge na pesquisa, quando se procurava a UHC.

José Gomes de Barros, membro e fundador das duas entidades, advogado em atuação, com 83 anos de idade, morador de uma casa simples em Xerém, foi então encontrado e no mesmo ano em que prestou a entrevista (2004) veio a falecer meses depois. De sua atuação nas duas entidades, principalmente no CCJP, ele guardou a importância da luta travada pelas lideranças na busca das conquistas mais urgentes para uma sociedade com profundas carências, a certeza das desigualdades sociais impostas aos negros e do preconceito de cor que inviabilizava a elevação dos não-brancos nas esferas sociais. Como tantos outros militantes, previa na escolarização e no auxílio social e jurídico o encaminhamento para a solução dos problemas dos não-brancos. E ao mesmo tempo, entendia que as entidades de movimento negro deveriam estar abertas para receber todos sem qualquer distinção, sem jamais negar a problemática do negro como uma pauta específica e principal frente aos grandes problemas sociais brasileiros. Entendia que era preciso se traçar estratégias que pudessem fazer convergir interesses comuns e dispares entre a militância afro-caxiense e as camadas dominantes. Pois era através de barganhas e acordos estabelecidos entre esses grupos e também de momentos de confronto que se conseguiria a realização de seus mais urgentes objetivos.

O Centro Cultural José do Patrocínio é então apresentado à pesquisa pela sua mão e palavra. Essa outra entidade, com uma trajetória e uma vida orgânica mais efetiva dentro do município. Tanto foi assim que fundou algumas escolas ao logo dos distritos de Duque de Caxias e teve um núcleo na Praça da Bandeira no então Distrito Federal. Não apenas se dedica à escolarização, mas à ampliação de atividades desenvolvidas pelos seus departamentos que tratavam de questões da terra, da saúde, do lazer, do turismo, da formação profissional, do atendimento jurídico, entre outros interesses. Esta entidade, mesmo não levando até os anos 1970 uma vida orgânica plena, ainda mantém contatos com as esferas da sociedade, enviando correspondência para a Câmara Municipal quando da fundação de sua biblioteca pública.

O Centro Cultural, em outro momento de concretização de seus propósitos, torna-se entidade de utilidade pública, quando houve na Câmara longo debate sobre a relevância desse tipo de movimento para a sociedade e sobre a intolerância “racial”. O CCJP é responsável então por recolocar esse debate do problema do negro e da formação de suas militâncias no espaço parlamentar, ganhado

para sua luta alguns adeptos que não pertenciam ao movimento negro na cidade, mas que resolveram apoiar a luta dos não-brancos.

A suplência de José Gomes na Câmara Municipal foi uma dessas conquistas buscadas pelas entidades negras. Sua passagem foi rápida pelo parlamento municipal, mas eficaz quanto aos propósitos pretendidos pelo movimento. Formulou projetos de lei propondo a redução dos encargos financeiros dos agricultores, promoveu levantamentos de títulos de terra, prevendo aí irregularidades, e lutou pela manutenção do Centro Cultural e pela ampliação de seus projetos e ainda trouxe os afro-caxienses para dentro do espaço legislativo.

Duas entidades fundadas – uma, satélite do Distrito Federal, e outra, autônoma de mesma natureza, mas com forte caráter educacional e assistencial. O Centro Cultural José do Patrocínio é fruto de grande esforço de homens como José Gomes que pela sua militância o faziam ser conhecido como José do Patrocínio. Percebendo que uma não vingaria, procurou criar uma entidade de movimento negro com maior identificação com a população afro-caxiense e com maior capacidade de penetração na sociedade local. De novo o fato de estar muito próximo da Capital Federal, Rio de Janeiro, faz com essa entidade aqui fundada, a UHC, não vingasse em Caxias, ficando a reboque daquela que tinha sede no Distrito Federal. Essa vinculação entre Caxias e a Capital Federal era tão forte que dificultava as relações da União dos Homens de Cor daqui com aquela que foi fundada na capital do Estado do Rio, Niterói.

As duas vezes estudadas neste trabalho foram ouvidas e ganharam visibilidade social e política num momento em que não só os afro-caxienses forcejavam por um lugar na sociedade, mas que também ao mesmo tempo, na dimensão nacional e internacional, os segmentos negros forcejavam pelo seu reconhecimento e ascensão social, pela organização das lutas em favor dos direitos civis. O Centro Cultural José do Patrocínio ainda hoje tem existência ao menos jurídica, não mais orgânica, não se conseguiu saber após a morte de seu fundador se as reuniões e as assembléias ainda são realizadas.

Para os que negaram participação, para os que nem puderam participar do debate sobre suas memórias, relembando os momentos de construção social através da militância negra, mas, sobretudo, para os que se envolveram nesse debate, fica a garantia da composição de uma parcela de sua História, a História dos espaços de luta

dos afro-caxienses, a História dos seus núcleos e espaços de resistência negra. História de sua existência como movimento que não pode mais ser negado, quem ouve as vozes não está louco. Vozes que são ouvidas até mesmo por quem faz ouvidos de mercador. Pois são essas vozes que falam o Centro Cultural José do Patrocínio e a União Cultural dos Homens de Cor, constituindo uma oralidade que informa a escrita. História que não se acaba por aqui, que se perpetua em outras vozes, em novas vozes afro-caxienses de quem ainda há muito para se ouvir e ecoar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Manuscritas

1. Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto em Duque de Caxias – livros de Ata da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

1.1 Livro de Atas nº 2 (1949), 3 (1949), 4 (1950), 5 (1950), 6 (1951), 10 (1951) 11 (1952), 12 (1952 e 1953) 13 (1953 e 1954) 20 (1962 e 1963), 21 (1964), 30 (1965), 32 (1966), 33 (1967).

Impressas

Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto em Duque de Caxias – resoluções, deliberações, requerimentos, indicações, projetos de lei (documentos anexos aos livros de Ata), jornais, cartas.

Estatuto do Centro Cultural José do Patrocínio – Entidade Filantrópica de Âmbito Nacional, fundada em Duque de Caxias, 8 de setembro de 1949, com sede na rua 20, lote 25, quadra 25, Santa Cruz da Serra. Utilidade Pública pela resolução 286 da Câmara Municipal de Duque de Caxias pela lei 1471 de 28/04/1952 do Estado do Rio de Janeiro, fundador José Gomes de Barros.

1. Periódicos

1.1 Jornais

1.1.1 O Municipal (1950-1955)

1.1.2 A Folha de Caxias/ A Folha da Cidade (1950-1953)

1.1.3 Luta Democrática (1950)

1.1.4 O grupo e Tópico (1960)

1.1.5 Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro. Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento, apresentação de Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2003. (12/1948-07/1950)

1.1.6 Correio de Iguassu (17/04/1932)

1.2 Revistas Locais

1.2.1 **Pilares da História**, Duque de Caxias: ano II, n. 03, dezembro 2003.

2. Indicação (1953)

3. Deliberação (1950)

4. Requerimento (1953)

5. Carta enviada pelo Centro Cultural José do Patrocínio à Câmara Municipal (1970)

Entrevistas

1. advogado José Gomes de Barros em 11 de fevereiro de 2004.

2. advogado Francisco Quixaba Sobrinho em 17 de março 2004.

3. advogado Francisco Quixaba Sobrinho realizada por Marlúcia dos Santos Souza em 17 de novembro de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BRAZ, Antônio Augusto. **Vidas em transição**: a cidade e a vida na cidade em Duque de Caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX. Orientadora Lúcia Helena Pereira da Silva. Vassouras: Universidade Severino Sombra/ USS, 2006. (Dissertação de Mestrado em História Social)
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François (direção). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ___, Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, p. 229-245, 1997.
- CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. (Trad. Fábio Baqueiro Figueiredo) Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.
- DINIZ, Eli. “O Estado Novo: Estruturas de poder relações de classes. In GOMES, Angela de Castro (et al.) **Brasil Republicano**, Tomo III: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997. (História geral da civilização brasileira, t. 3, v.3)
- ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 1, julho, 1978.
- FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRÓES, Vânia. **Município Estrela – 1846-1892**. Orientador: Richard Graham. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ UFF, 1974. (Dissertação de Mestrado em História)
- GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.

- ___, **Negros e política** (1888-1937) (coleção Descobrimdo o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica, Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, n. 41, 1º semestre de 1996, p. 35-84.
- ___, Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Vértice/ANPCOS, n. 14, outubro de 1990, ano 5, p. 73-90.
- ___, Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço. **TEMPO** Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro: Sette Letras/ EDUFF, vol. 6, nº 12, dez. 2001
- HANCHARD, Michael G. **Orfeu e o Poder: O Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)**; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LEMOS, Silbert dos Santos. **Os donos da cidade**. Duque de Caxias: Caxias Recortes. 1980.
- ___, **O negro Sabará**. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.
- LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Região e História Agrária In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, vol. 8, nº 15, p. 17-26, 1995.
- LUSTOSA, José. **Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da cultura em uma área periférica Duque de Caxias (1950-1980)**. Orientadora Surama Conde de Sá. Vassouras: Universidade Severino Sombra/ USS, 2005. (Dissertação de Mestrado em História Social
- MARQUES, Evandro Cyrilo. **Transformação do espaço rural em urbano no município de Duque de Caxias-RJ: uma abordagem sinóptica**. Duque de Caxias: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, 1997. (Monografia de conclusão de pós-graduação *lato sensu*).
- MILLS, Charles Wright. **A elite do poder** (trad. Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

- MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. **Nascimento da cultura afro-americana**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**: organização e apresentação de Abdias do Nascimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PEREIRA, Arthur Ramos de A. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1971.
- PINTO, L. A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- ___, Memória, esquecimento, silêncio. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.
- RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In RÉMOND, René. **Por uma História Política** (trad. Dora Rocha) Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- SANTOS, Patrícia Teixeira. **Dom Comboni**: profeta da África e santo no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.
- SILVA, Joselina. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 1940 e 1950. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Brasileiros, nº 2, p. 215-36, ano 25, 2003.
- SIQUEIRA, José Jorge. A redemocratização de 1945 e a crise do mito da Democracia Racial. In SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 107-140.
- SOBRINHO, Francisco Quixaba. **Vida com atalhos**. Rio de Janeiro: Kagel Editora, 1999.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade**: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964). Orientador: Virgínia Fontes. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 2002. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea).
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum** (trad. Rosaura Eichenberg). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. (trad. Lólio Lourenço de Oliveira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VELHO, Laís Costa. **Caxias, ponto a ponto (1953 a 1957)**. Duque de Caxias: Agora, 1965.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDRADE, Elaine Nunes. Do movimento negro-juvenil a uma proposta multicultural de ensino:
- BARROS, José D'Assunção. **O campo histórico**: especialidades e abordagens da História. Rio de Janeiro: Celta, s/d.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico, v. 1. Rio de Janeiro: edição do autor, 2002.
- BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha**: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro**: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- CARDOSO, Hamilton. **História recente**: dez anos de movimento negro. Teoria e Debate, São Paulo, nº 2, 03/1988.
- CONGRESSO NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 12, Salvador, 1998. Caderno de teses. Anais. Salvador: MNU, 1998.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: EDICON, 1992.
- DAMASCENO, Caetana Maria. **As Organizações do movimento negro**. Tempo e Presença, Rio de Janeiro, nº 227, 1990.
- DEUTSCHER, Isaac. **O judeu não-judeu e outros ensaios** (trad. Moniz Bandeira). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. (trad. Alexandre Pomar). Porto: A. Ferreira, s/d.

- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro à Sociedade de Classes**, v. 1 e 2. São Paulo: Edusp, 1953.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GUIA BRASILEIRO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DO NEGRO NA SOCIEDADE ATUAL**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- LACERDA, Stélio. **Uma passagem pela Caxias dos anos 60: fragmentos de memória e registros decisivos**. Duque de Caxias: Editora do Autor, 2001.
- LEMOS, Silbert dos Santos. **Sangue no 311**. Rio de Janeiro: Reper, 1967.
- LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MAGGIE, Yvonne, REZENDE, Claudia Barcellos (org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Paulo-São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MENEZES, Newton e TORRES, Rogério Torres. **Sonegação, saque e fome**. Duque de Caxias: Consórcio Administração e Edições, 1987.
- MORAES, Dalva Lazoni de. **Esboço Histórico e Geográfico do Município de Duque de Caxias**. Duque de Caxias: Arsgráfica, 1978.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos** (série Princípios). São Paulo: Ática, 1988.
- RAMOS, Arthur. **O Negro na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1971.
- SIQUEIRA, José Jorge. **Entre Orfeu e Xangô**. A emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil (1944-1968). Orientador: Afonso Carlos Marques dos Santos. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 1997. Tese (Doutorado em História Social).

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ANEXO 1

Extratos de Tabela do Censo Demográfico de 1950

Fonte: Fundação CIDE e IBGE

População presente, por cor e sexo, segundo as Regiões de Governo e municípios

Estado do Rio de Janeiro - 1950

Regiões de Governo e municípios	Total		
	Total	Homens	Mulheres
Estado	4.674.645	2.323.227	2.351.418
Região Metropolitana	3.119.001	1.535.562	1.583.439
Rio de Janeiro	2.377.451	1.162.790	1.214.661
Duque de Caxias	92.459	47.173	45.286

Branços		
Total	Homens	Mulheres
3.033.751	1.523.192	1.510.559
2.087.122	1.044.307	1.042.815
1.660.834	829.146	831.688
42.710	22.002	20.708

Pretos		
Total	Homens	Mulheres
699.660	336.140	363.520
421.420	194.762	226.658
292.524	130.309	162.215
21.177	10.695	10.482

Pardos		
Total	Homens	Mulheres
924.456	455.495	468.961
599.654	291.083	308.571
415.935	199.210	216.725
27.786	14.108	13.678

Sem declaração		
Total	Homens	Mulheres
13.262	6.336	6.926
9.386	4.506	4.880
7.126	3.425	3.701
758	353	405

Amarelos		
Total	Homens	Mulheres
3.516	2.064	1.452
1.419	904	515
1.032	700	332
28	15	13

Por razões operacionais, a tabela completa foi desmembrado aqui em 6 partes. Foram utilizados apenas os dados de interesse para a pesquisa.

ANEXO 2



Mapa Geográfico da Baixada Fluminense – divisão política, destacando-se Nova Iguaçu e Caxias (1930 e 1943). Fonte: acervo sob a guarda do CEMPEDOCH-BF.

ANEXO 3



1) Abdias e subdelegado federal e prof. Gervásio Ramos analisando o programa, os realizadores e a personalidade de Abdias, vendo-se ao seu lado o escritor José Freixo e o Dr. José de Oliveira Lima, pai do movimento. Dr. Esporcatos e o sr. Pedro Luerio, administrador do Teatro Municipal. 2) — Candidatos a "Quilombo de Fitas" de 1950. Santos, Nery, Maria Assunção e Nina, ao lado de Abdias e do Dr. José, que obteve 10.000 crenças de pronto à candidatura.

ABDIAS DO NASCIMENTO

Quilombo

na luta por educação e organização do negro

CANDIDATO A VEREADOR

Divisão de ABDIAS NASCIMENTO
ANO II — Rio de Janeiro, Março-Abril, 1950 — No. 7-8

Constituiu vibrante espetáculo de civismo e democracia o lançamento por negros e brancos, da candidatura do criador do Teatro Experimental do Negro à Câmara do Distrito Federal. (Texto na 18ª página)



1) Festiçoes "azes" da nossa música popular. Waldireo, José Alcides e outros; 2) — a dra. Guilmar Ferreira de Mello quando falava tratando a ação das mulheres; 3) — o Dr. Gomes Pereira discutando com amigos e admirador da obra que Abdias tem realizado; 4) — a jornalista e ator dramático Pêrinho Leal proferindo sua importante oração.



Lançamento da candidatura de Abdias do Nascimento. Fonte Jornal Quilombo RJ, mar./abr. 1950

ANEXO 4

Os chefes do Executivo Municipal entre os anos 1940 e 1950

HOMERO LARA	Interventor	01/01/1944 a 10/09/1944
HEITOR LUIZ DO AMARAL GURGEL	Interventor	11/09/1944 a 01/08/1945
ANTÔNIO CAVALCANTE RINO	Interventor	02/08/1945 a 02/09/1945
HEITOR LUIZ DO AMARAL GURGEL	Interventor	02/09/1945 a 08/11/1945
DR. JORGE DINIZ DE SANTIAGO	Interventor	10/11/1945 a 22/03/1946
GASTÃO GLICÉRIO DE GOUVÊA REIS	Interventor	25/03/1946 a 18/10/1946
JOSÉ DOS CAMPOS MANHÃES	Interventor	18/10/1946 a 13/03/1947
JOSÉ RANGEL	Interventor	19/03/1947 a 31/03/1947
CUSTÓDIO ROCHA MAIA	Interventor	31/03/1947 a 30/07/1947
TEN. CEL. SCIPIÃO DA S. CARVALHO	Interventor	01/08/1947 a 28/09/1947
GASTÃO GLICÉRIO DE GOUVÊA REIS	Eleito (voto direto)	28/09/1947 a 28/12/1950
ADERSON RAMOS	Presidente	28/12/1950
ADOLPHO DAVID	Câmara	a 31/01/1951
BRAULINO DE MATOS REIS	Presidente	31/01/1951
FRANCISCO CORRÊA	Câmara	a 06/09/1952
JOAQUIM TENÓRIO CAVALCANTI	Eleito	06/09/1952 a 31/01/1955
ADOLPHO DAVID	Eleito	31/01/1955 a 15/01/1959
EUCLIDES DA FONSECA CHAVES	Presidente	15/01/1959
JOAQUIM TENÓRIO CAVALCANTI	Câmara	a 31/01/1959
DR. MOACYR RODRIGUES DO CARMO	Eleito	31/01/1959 a 31/01/1963
DR. RUYTER VIDAURRE POUBEL	Diretor Geral da Câmara	06/10/1962 a 06/11/1962
	Eleito	31/01/1963 a 31/01/1967
	Eleito	31/01/1967 a 31/01/1971
	Vice- Prefeito	governou nas licenças solicitadas pelo Prefeito Dr. Moacyr do Carmo, 111 dias

FONTE : acervo documental do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias.

ANEXO 5



Reprodução de fotografia expondo a precariedade do sistema de transportes em Duque de Caxias nos anos 1930. À frente das lotações, os condutores. Autor desconhecido. Fonte: acervo sob a guarda do IHCMDC.

ANEXO 6



Reprodução de fotografia dos anos 1940 que ilustra a carência de abastecimento de água na cidade. Autor desconhecido. Fonte: acervo sob a guarda do IHCMDC.

ANEXO 7



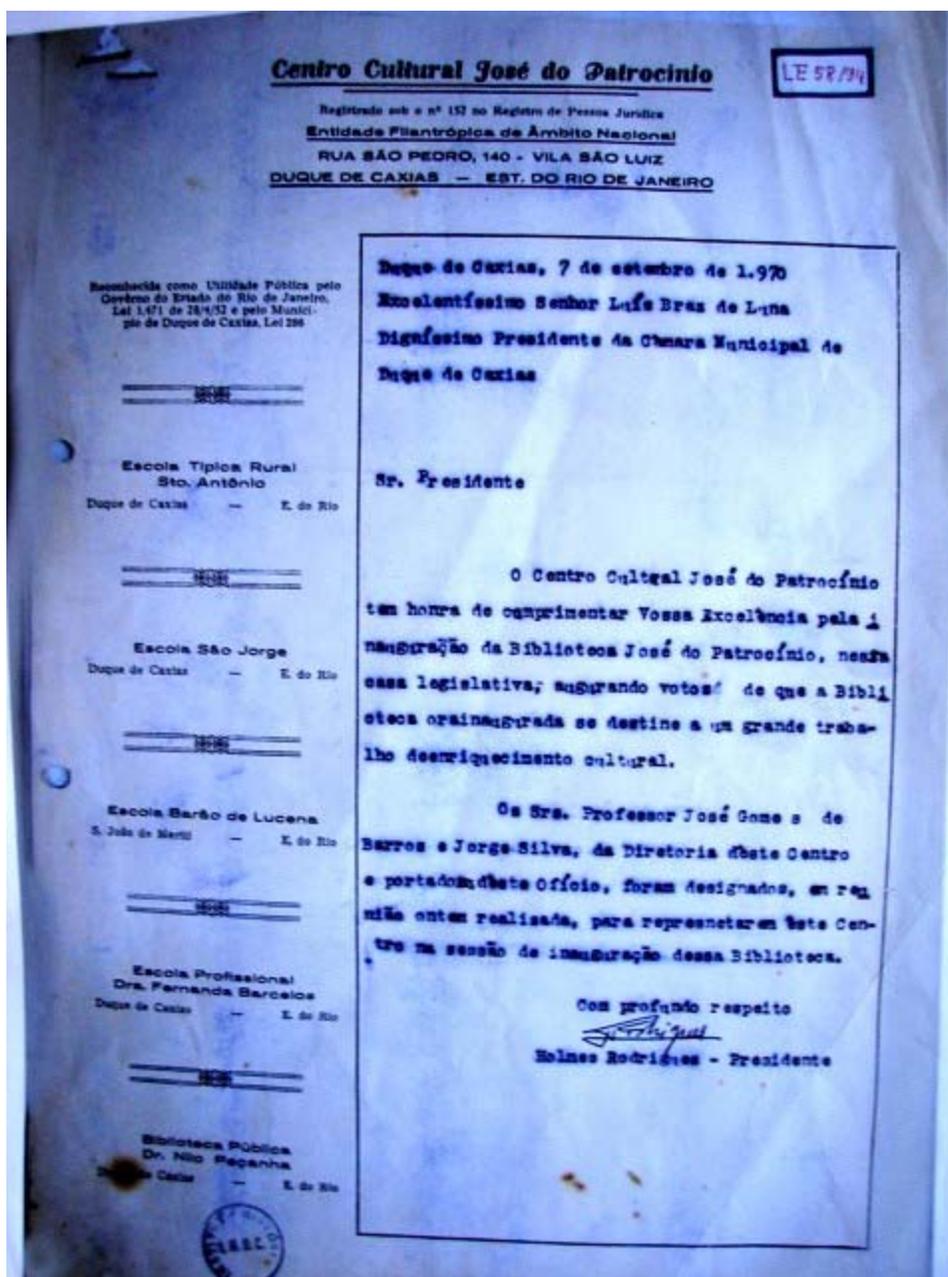
Charge exibindo as péssimas condições da água considerada potável para a população. Fonte: Antônio Pacot, "Caxias ponto à ponto"

ANEXO 8



Detalhe de página do jornal Quilombo (p. 12, jul. 1949) mostrando o Arraial de Joãozinho da Gomêia em Duque de Caxias. Fonte: edição fac-similar do Quilombo, 2003

ANEXO 9



Cópia fotográfica da carta em papel timbrado do Centro Cultural José do Patrocínio parabenizando a direção da Câmara de Vereadores pela inauguração de sua biblioteca. À esquerda, aparecem os nomes das escolas do Centro e cada uma se localiza. Fonte: acervo do IHCMDC

ANEXO 10

139

tas e requerimentos do edil Correia Lima, pedindo informações a respeito de arua apreendida pela guarda 17 e informações sobre limitações às atividades profissionais de depurante Lázaro José de Carvalho, na Divisão de Fazenda. Seguidamente o Sr. Presidente comunicou a existência de um requerimento do vereador Placido de Melo pedindo licença de 30 dias e permissão para ausentar-se do Município. Entretanto, entretanto, a existência de outra petição do segundo suplente de vereador do P.T.B., Sr. Luiz Juzaga da Silva, renunciando ao cargo de vereador. Em consequência, eis fazer introduzir o mencionado suplente e confirmos, no pluri-rio, os termos da citada petição, na conformidade do artigo 13º Regimento Interno. Com a palavra o Sr. Luiz Juzaga da Silva disse que renunciava ao seu mandato em caráter irrevogável por estar ocupando cargo na Prefeitura, da confiança do Sr. Prefeito. Imediato feito, o Sr. Presidente declarou que iria convocar o terceiro suplente, Sr. José Gomes de Barros para tomar posse do cargo vago, nomeando os edis Rhuo Barros, Dins Bis, e Joncalus para, para introduzirem municipalmente o suplente no Município e que se cumprissem o mesmo. Lido o diploma apresentado pelo novo suplente, o Sr. Presidente solicitou que o Sr. 1º Secretário lisesse o juramento de posse, que o Sr. suplente jurou cumprir os deveres de Sr. suplente renunciando aos seus direitos. Com a matéria para o arduo do dia, o Sr. Presidente parou a

ANEXO 11

132

utada. Em andamento, foi rejeitada e passou a ser
 arquivada no ofício 683-52 de "Associação Promotora
 de auxílio e proteção aos psicopatas, com o voto
 favorável de Sr. Joaquim Loureiro. Em 12 de Janeiro
 de 1911, foram lidos os pareceres do projeto consi-
 derando de utilidade pública o "Centro Cultural
 e Social do Patrimônio". O edil Souza Medeiros
 suscitou a questão de certo aspecto discrimi-
 natório da sociedade em epígrafe, quando
 estatui que terá preferência para os cargos di-
 retivos, os descendentes dos fundadores pelo pa-
 tre da Sociedade. O Sr. Bastos Ruy como
 autor da proposta histórica e gênese do
 projeto, e seu tempo de tramitação e a se-
 guir refutou as arguições supra, citando os
 casos de aprovação de pedidos idênticos no
 Congresso Federal e na Assembleia Estadual.
 A sociedade - Ressaltou - tem por finalidade
 de a elevação moral e espiritual dos homens
 de cor, de modo algum agasalhando preconceitos,
 segregação ou animosidade contra brancos, tanto
 na cidade que o Sr. Ruy Murtelha era seu tesou-
 reiro. Porque - ira individual - no Brasil a es-
 cravidão ainda não se havia acabado, pelo nome
 e seu rancor e a intolerância contra os negros, em
 certos pontos sociais. O Sr. Ruy Murtelha afirmou
 de o orador disse que no Paraná, o preto não
 ascendia ao ofício, malgrado a lei nº 1000
 de 1908. O Sr. Souza Medeiros comentando o
 artigo 6º dos estatutos dessa Sociedade, mos-
 trou-se surpreso pela inimizade constante
 e estensiva à constituição Federal que, em de-
 fesa dos negros, aboliu a discriminação racial.

ANEXO 12

Logo surge um adalão como o Sr. José Gomes querendo fazer catequese e colégio elictoral às custas precisamente daquelas que antes eram vítimas, estabelecendo a contraparte da "sui-generis" para não dizer "sui-dissant" do premente do re-que contra o branco. Isso significa azules tra-tilhar contra outros, ou uma tentativa inglória de fazer proselitismo. Não se algasse - fizesse os artigos 1º e 3º porque ambos tratavam dos direitos dos associados, enquanto que o sexto ar-ticulado resumia preferências outorgadas para a eleição de homens de cor para diretores. O que o estatuto prescrevia era prova odiosa de selitismo, quando todos eram iguais perante a lei. Logo, finalmente, que se reunisse um ofício à Soci-idade, no sentido de pedir-lhe a supressão daquela artigo 6º. Logo e puetelhado de contravir-são, foi o debate sustentado pelo orador, que todo foi para confirmar seus paros da ilegalidade do arti-go 6º, embora reconhecendo os méritos e a dis-tinguida finalidade da sociedade. Com a palavra o varador Pseudo Filho pediu vênia para esclarecer que, com as peremptórias declarações dos arts. 1º e 3º dos estatutos, o artigo remanucante ao artigo 6º cabia de improtância, pois prevaleciam, em precedência e improtância ao mesmo. O varador Tubnae Baptista com o verbo, começou por entreter comparação entre o humanismo do Brasil atrasado, com o racismo da so-per-civilizada da América do Norte, pas-sando a referir-se ao artigo 6º, motivo da contravir-são remane. Na sua dissertação revelou profundo desgosto contra o premente de

ANEXO 13

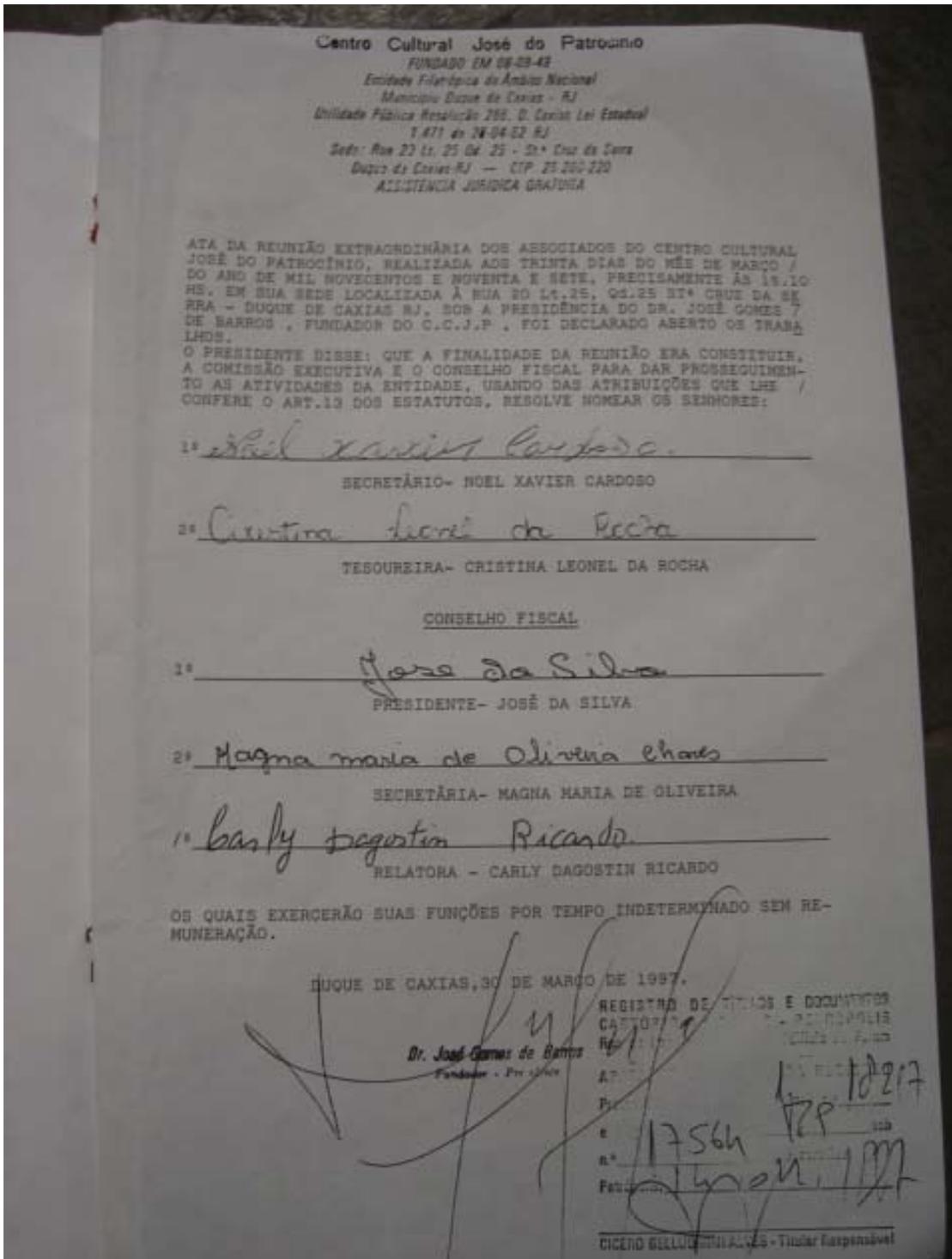
133
#3

cix, sentimento tanto mais odioso quando se sabe
 que todas as creaturas são filhas de Deus, vindas
 à terra para finalidades divindas e dignas. O edil
 Rui do Belho disse que o erro ficou do notário, mas
 amenizado pelo estatuto anteriormente. O orador
 concordou apontando que não podia dizer de
 aprovação, mas só por ser a sociedade digna
 da honraria como ainda por ser um estímullo
 a que ela se desmonta com finalidades ainda
 mais nobres. Considerou o art.º 6.º realmente pe-
 rigozo, mas não totalmente inconstitucional, sendo mais
 certo sugriam-se uma modificação. O seu pro-
 posto contra o preconceito de cix não podia dizer
 de cix, socialista e, sobretudo, humano como é.
 O edil Joaquim Tenório, pronunciou-se favorável
 ao projeto, recitando fragmentos de uma
 ode abolicionista muito interessante. O Sr. Dias
 Bis também favorável ao projeto, disse que o
 seu colega Waldyr Medeiros não era contra o Cen-
 tro Cultural José do Patrocínio, do qual o presidente
 de honra é o Sr. Adolfo David, descendente de aris-
 tocratas e o tesoureiro o Sr. Pery Moutinho, originá-
 rio de celtas. As mesmas divergências que levantaram
 contra o art.º 6.º foram as que assaltaram
 a mente do deputado Daniel Peres, no Con-
 gresso Federal, logo dissipadas por seus cam-
 panheiros. E o Congresso aprovou e concedeu
 as pretensões da Sociedade. O Congresso é também
 a Assembleia Estadual. O edil Souza Medeiros
 voltou a falar, renovando e corrigindo seus con-
 ceitos, estabelecendo a diferença intida entre os
 art.ºs 1.º e 2.º e aquele que qualifica de in-
 constitucional. Duros e prolongados diálogos se

ANEXO 14

tiveram, participando quasi todos os presentes. O Sr.
 Alfredo David também falou, historicando, e os re-
 quido estôrps e patrons do Centro Cultural e este
 mesmo, de qual lhe chegaram presidente de honra.
 finalmente votados os pareceres, foram aprovados. Mas
 o Sr. Waldyr Medeiros pediu verificaçãõ de votos, que
 atendida, confirmou o 1º secretario, ou seja 9
 votos a favor e 3 contra. O Sr. Waldyr Medeiros ao
 duvidar seu voto disse que era contra a discrimi-
 naçãõ da cor, no caso presente no ordeno inverso,
 caso inidido, onde o preto que é maioria, procura
 erigir barreira contra o branco. Para si a Socie-
 dade tinha grande significação pois não ignorava
 a sua ilha e o seu esforço mobilizante na
 meio da sociedade. Já o Sr. Luíz Baptista de-
 clarou que não havia nel nemhum res approvãõ
 porque nem os estatutos não teriam sido re-
 gistrados. Prorrogado por mais uma hora o tem-
 po da reunião, sendo a debate os pareceres ap-
 reidos à Indicaçãõ n. 21-52 do edil Rui de Fátima,
 criando o posto médio legal. O autor usou de pala-
 vra, criticando a demora das comissões que se
 falaram quando já era tarde para se apelar ao
 Estado, isto tem notoriamente nociva para o Par-
 ticipio. Afirma que Haperunãõ muito mais im-
 portante que Cacia, havia aliado o preto, passando
 a discriminar a sua municipalidade para o povo
 caciense. Votado, foram aprovados. Na verificaçãõ
 de votos confirmou-se a aprovãõ por 10 x 1
 votos. Em seguida discutiram-se os pareceres dados
 ao projeto do Sr. Bastos Ruy, mudando para
 "professores Henrique Pereira Gomes" a atual para
 19 de julho. O autor, com a palavra, disse

ANEXO 15



Reprodução fotográfica de página da ata de reunião extraordinária do Centro Cultural José do Patrocínio realizada em 30/03/1997.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)